CLAUDIA BAUMGARDT

Da terra “vazia” ao esvaziamento da terra no Extremo Oeste de Santa Catarina: as juventudes, suas territorialidades e tensionamentos

São Paulo – SP
2025

CLAUDIA BAUMGARDT

Da terra “vazia” ao esvaziamento da terra no Extremo Oeste de Santa Catarina: as juventudes, suas territorialidades e tensionamentos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.

Orientadora: Profa. Dr. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes.

São Paulo

2025

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Baumgardt, Claudia.
B348 Da terra "vazia" ao esvaziamento da terra no Extremo Oeste de Santa Catarina : as juventudes, suas territorialidades e tensionamentos / Claudia Baumgardt. – São Paulo, 2025.
178 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvia Aparecida de Sousa Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Desenvolvimento rural – Santa Catarina. 2. Juventude rural – Santa Catarina. 3. Pastoral da Juventude Rural. I. Título.

CDD 301.35098164

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento teórico, apresenta uma sistematização e problematização do empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense, configurando-se como um potencial instrumento para elaboração de políticas públicas. A pesquisa elucida a importância e estratégias para a permanência e resistência da juventude no campo, destacando a Educação Popular Libertadora realizada pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) como uma ferramenta contra hegemônica um caminho para a construção de novas relações sociais e com a natureza. A pesquisa problematiza, ainda, como o Capital se articula no campo e na concepção de mundo das juventudes.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research contributes to the advancement of theoretical knowledge and presents a systematization and critical analysis of the impoverishment occurring in the Far West region of Santa Catarina, serving as a potential tool for the formulation of public policies. The study elucidates the importance of—and strategies for—youth remaining in rural areas and resisting displacement, highlighting the "Liberating Popular Education" practiced by the Rural Youth Pastoral (PJR) as a counter-hegemonic tool and a pathway toward forging new social relations and a new relationship with nature. Furthermore, the research critically examines how Capital operates within the rural sphere and shapes the worldview of young people.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación contribuye al avance del conocimiento teórico y presenta una sistematización y un análisis crítico del empobrecimiento que afecta a la región del Extremo Oeste de Santa Catarina, constituyendo una herramienta potencial para la formulación de políticas públicas. El estudio esclarece la importancia de —y las estrategias para— la permanencia de los jóvenes en las zonas rurales y su resistencia al desplazamiento, destacando la «Educación Popular Liberadora» que practica la Pastoral de la Juventud Rural (PJR) como una herramienta contrahegemónica y una vía para forjar nuevas relaciones sociales y una nueva relación con la naturaleza. Asimismo, la investigación examina críticamente cómo opera el capital en el ámbito rural y cómo moldea la cosmovisión de los jóvenes.

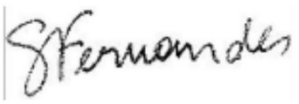
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CLAUDIA BAUMGARDT, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 21 de maio de 2025, às 16h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de CLAUDIA BAUMGARDT, intitulada "DA TERRA "VAZIA" AO ESVAZIAMENTO DA TERRA NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA: AS JUVENTUDES, SUAS TERRITORIALIDADES E TENSIONAMENTOS". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP / Marília (SP), Profa. Dra. MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAUJO BOGO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Prof. Dr. NILSON CESAR FRAGA (Participação Virtual) do(a) Geociências / Universidade Estadual de Londrina, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA .

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES

Dedico essa pesquisa ao meu filho, Emiliano Baumgardt Menchik de Mello, que nasceu no decorrer da mesma e me acompanhou no cotidiano de estudo e na compressão da realidade estudada e assim como esta pesquisa alimenta meu esperançar. Dedico, também, às juventudes organizadas da classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, por me acolher como orientada, e pela compreensão ao longo destes anos construindo essa pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe –TerritoriAL, que através da metodologia da alternância permite que militantes dos movimentos e organizações e pastorais sociais do campo e da cidade tornem-se pesquisadores, e com isso agradecer a Universidade Estadual Paulista-UNESP e a Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF que nos acolhe e garante a organicidade nos tempos escolas. Agradecimento especial às Pró-reitoria de Pós-Graduação - PROPG e Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) pelo auxílio maternidade.

Aos professores/as do programa, e aos que marcaram minha trajetória acadêmica que contribuíram para a construção da pesquisadora que me tornei, instigaram minha curiosidade e o meu olhar crítico e atento para as mudanças estruturais da realidade e o que as causam.

A Turma Neusa Paviatto por toda troca e construção coletiva, pelo acolhimento e solidariedade diante das conjunturas que atravessaram essa pesquisa, como a Pandemia da Covid-19.

Aos membros da minha banca, Profa. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araujo e Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga, dois educadores que admiro muito e que carinhosamente olharam para minha pesquisa tecendo propostas que me permitiram qualificá-la.

A Geógrafa Victória Jandira Bueno, pela disponibilidade, localização e organização dos dados federais.

A minha família, minha mãe Odete e meu pai Romildo que desde sempre me impulsionaram a seguir, me dando as condições possíveis para sonhar, e quando não era possível eles me encorajavam a se aventurar no novo e no desconhecido, agradeço pelo acolhimento durante a pesquisa, eles cuidaram do meu filho, Emiliano, e me alcançaram o chimarrão enquanto escrevia essa dissertação, a eles todo meu amor e gratidão. Com todo carinho agradeço minhas irmãs Edenilse, Daiane, Edineia e Ediane e ao meu irmão Anderson, que contribuíram para me forjar a mulher militante e pesquisadora que sou. As minhas sobrinhas Maria Vitória e Isadora que são meus amores, são fermento doce para seguir caminhando e lutando por um mundo de justiça.

As minhas companheiras e aos meus companheiros de luta do coletivo da PJR e da PJMP, que partilham comigo da história de resistência que se tornou objeto desta pesquisa, e

que estiveram comigo auxiliando e compartilhando momentos desta elaboração teórica, gratidão especial as companheiras dirigentes do Coletivo Feminista Classista da PJR e PJMP, Jociani, Claudia e Maura, e aos companheiros direção Tayson e Wesley. Agradeço também a coordenação do coletivo, que representam as juventudes organizadas e a rebeldia que as movimenta em busca de transformação.

Ao meu companheiro de vida e de luta Augusto, obrigada pela parceria, pela vivência, por cuidar da terra, por se animar com o novo e esperançar com o campo mesmo em meio a adversidades, gratidão por escutar e ser presença.

Ao meu filho Emiliano, que chegou no meio da pesquisa, acompanhou as angustias, as entrevistas, dividiu o meu colo e o meu tempo com os livros. É o mais puro, inquieto e transformador amor, obrigada meu menino, você é o esperançar latente, a transformação inevitável, o horizonte de justiça.

Agradeço ainda aos povos originários, aos povos do campo, das águas e das florestam que resistem contra o avanço Capital no campo, e ao Jovem Camponês e Operário de Nazaré que nos lembra da nossa posição de fé, da nossa posição na história que é ao lado dos empobrecidos, lutando por um mundo melhor, de justiça e igualdade.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

(Santos, 2013, p. 93)

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a articulação do capitalismo e de seu projeto de produção para o campo, bem como a influência do agronegócio na concepção de mundo das juventudes. Busca também comparar esse contexto com o processo de formação política e de consciência desenvolvido pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) como forma de resistência a essa lógica de produção. O estudo evidencia a educação popular libertadora – forma pela qual a PJR se organiza – como uma ferramenta contra hegemônica, permitindo compreender a correlação de forças entre o agronegócio e a resistência construída pela juventude da PJR na luta pela permanência no campo e pela criação de novas relações sociais e de produção emancipadoras. Dessa forma, a pesquisa identificou algumas chaves de compreensão como, a construção histórica que compõem a AGRIcultura e a diferença com o AGROnegócio, a cultura como instrumento ideológico usado para a manutenção da hegemonia, a juventude como o sujeito histórico, a Educação Popular como instrumento emancipador, e outras que possam contribuir para elucidar a importância e as estratégias de permanência da juventude no campo.

Palavras-chave: PJR; Juventudes; Agricultura, Educação Popular Libertadora; Extremo Oeste Catarinense.

ABSTRACT

This research seeks to understand the articulation of capitalism and its project for rural production, as well as the influence of agribusiness on the worldview of rural youth. It also aims to compare this context with the process of political and critical consciousness formation developed by Pastoral da Juventude Rural (Rural Youth Pastoral – PJR) as a form of resistance to this production logic. The study highlights liberating popular education – the organizational basis of the PJR – as a counter-hegemonic tool, enabling an understanding of the correlation of forces between agribusiness and the resistance built by PJR youth in the struggle to remain in rural areas and to create new emancipatory social and productive relations. In this way, the research seeks to identify key elements, such as the historical construction that shapes agriculture and its distinction from agribusiness, culture as an ideological tool used to maintain hegemony, youth as a historical subject, popular education as an emancipatory instrument, and others. that may contribute to understanding the importance of and strategies for youth permanence in the countryside.

Keywords: PJR; Youth; Agriculture, Liberating Popular Education; Far West of Santa Catarina.

RESUMEN

Esta investigación busca comprender la articulación del capitalismo y de su proyecto de producción para el campo, así como la influencia del agronegocio en la concepción de mundo de las juventudes rurales. También pretende comparar este contexto con el proceso de formación política y de conciencia desarrollado por la Pastoral de la Juventud Rural (PJR) como forma de resistencia a esta lógica de producción. El estudio destaca la educación popular liberadora – forma en que se organiza la PJR – como una herramienta contrahegemónica, permitiendo comprender la correlación de fuerzas entre el agronegocio y la resistencia construida por la juventud de la PJR en la lucha por la permanencia en el campo y por la creación de nuevas relaciones sociales y de producción emancipadoras. De esta manera, la investigación busca identificar claves de comprensión, tales como la construcción histórica de la agricultura y su distinción frente al agronegocio; la cultura como herramienta ideológica utilizada para mantener la hegemonía; la juventud como sujeto histórico; y la educación popular como instrumento emancipador, junto con otros factores que puedan contribuir a esclarecer la importancia y las estrategias para la permanencia de la juventud en el campo.

Palabras clave: PJR; Juventud; Agricultura, Educación Popular Liberadora; Extremo Oeste de Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa territorial catarinense pela Provisão Portuguesa de 1949	57
Figura 2	Mapa da Região Contestada, incluindo o Extremo Oeste catarinense	59
Figura 3	Família cabocla sendo alimentada antes de ser eliminada	60
Figura 4	Mapa das Território do Contestado e da Região da Guerra em si	65
Figura 5	Colono na década de 1940. Vale do rio Uruguai, Santa Catarina	70
Figura 6	Roteiro da viagem do Governador Adolfo Konder, primeira viagem ao Extremo Oeste catarinense	71
Figura 7	Imagem da comitiva do Governador Adolfo Konder, na primeira viagem ao Extremo Oeste catarinense, em 1929	72
Figura 8	Mapa de localização dos municípios do Extremo Oeste catarinense	79
Figura 9	Região Metropolitana do Extremo Oeste e Área de Expansão	80
Figura 10	Perfil da Produção Agropecuária do Grande Oeste Catarinense	83
Figura 11	Aspecto geral de São Miguel do Oeste, cidades polo regional	112
Figura 12	Informativo produzido pelo coletivo da PJR e PJMP, como ferramenta de comunicação e material de auxílio para o trabalho de base.	145
Figura 13	Impressão do primeiro exemplar do Informativo do Coletivo da PJR e PJMP, material de divulgação e de suporte de trabalho de base, entregue para as juventudes das comunidades do campo e da cidade.	146
Figura 14	Capa o primeiro exemplar do Jornal Comunitário, elaborado pelas juventudes da PJR e PJMP, com a direção jornalística da militante Claudia Weinmann	147
Figura 15	Matéria do Jornal Comunitário sobre a organização do Grito dos/as Excluídos/as em 2015	148
Figura 16	Matéria do Jornal Comunitário sobre a luta contra a PEC 215, na qual o coletivo da PJR e PJMP se somou às mobilizações junto aos povos Kaingang, Xokleng e Guarani	149
Figura 17	Matéria sobre o direito à moradia, elaborado pelos jovens do coletivo	149
Figura 18	Matéria sobre processo formativo, retirada do Blog do coletivo, 2020	158
Figura 19	Matéria do blog do coletivo da PJR e PJMP de Santa Catarina retratando a celebração realizada na Comunidade São Francisco, na qual o grupo Tribo da Perifa desenvolveu reflexões sobre a história	160

do Contestado, no ano de 2015.

Figura 20 Matéria retirada do blog da PJR e PJMP, retratando a organização do grupo de animação do coletivo para o encontro comemorativo de aniversário, realizado no ano de 2015.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dinâmica populacional dos Municípios do Extremo Oeste catarinense	87
Tabela 2	Índice de Desenvolvimento Humanos dos Municípios do Extremo Oeste catarinense	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População residente por situação domiciliar (urbana/rural) no estado de Santa Catarina	**69**
Gráfico 2	Aumento e decréscimo de população nos censos de 1991 a 2022	**86**
Gráfico 3	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Anchieta, SC	**91**
Gráfico 4	Percentual de pessoas em situação de pobreza, em Anchieta, SC	**92**
Gráfico 5	Percentual de pessoas em extrema pobreza, em Anchieta, SC	**93**
Gráfico 6	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Barra Bonita, SC	**93**
Gráfico 7	Percentual de pessoas em situação de pobreza, em Barra Bonita, SC	**94**
Gráfico 8	Percentual de pessoas em extrema pobreza, em Barra Bonita, SC	**95**
Gráfico 9	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Dionísio Cerqueira, SC	**96**
Gráfico 10	Percentual de pessoas em situação de pobreza, em Dionísio Cerqueira, SC	**96**
Gráfico 11	Percentual de pessoas em extrema pobreza, em Dionísio Cerqueira, SC	**97**
Gráfico 12	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Itapiranga, SC	**98**
Gráfico 13	Percentual de pessoas pobres, em Itapiranga, SC	**99**
Gráfico 14	Percentual de pessoas extremamente pobres, em Itapiranga, SC	**100**
Gráfico 15	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Romelândia, SC	**101**
Gráfico 16	Percentual de pessoas na pobreza, em Romelândia, SC	**102**
Gráfico 17	Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no CadÚnico, em Romelândia, SC	**103**
Gráfico 18	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em São Miguel do Oeste, SC	**104**
Gráfico 19	Percentual de pessoas em situação de pobreza, em São Miguel do Oeste, SC	**105**

Gráfico 20	Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, em São Miguel do Oeste, SC	**106**
Gráfico 21	Dinâmica da População Urbana e Rural de Anchieta, SC	**107**
Gráfico 22	Dinâmica da População Urbana e Rural de Barra Bonita, SC	**108**
Gráfico 23	Dinâmica da População Urbana e Rural de Dionísio Cerqueira, SC	**108**
Gráfico 24	Dinâmica da População Urbana e Rural de Itapiranga, SC	**109**
Gráfico 25	Dinâmica da População Urbana e Rural de Romelândia, SC	**110**
Gráfico 26	Dinâmica da População Urbana e Rural de São Miguel do Oeste, SC	**111**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
VIA	Via Campesina

SUMÁRIO

1.	**INTRODUÇÃO**	**20**
2.	**O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**	**27**
2.1.	AGRIcultura e AGROnegócio	**39**
3.	**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE**	**47**
3.1.	A região é Contestada e viverá anos em Guerra	**55**
3.2.	A região já era ocupada por indígenas, caboclos e outros grupos não identificados	**61**
3.3.	O grande Oeste catarinense, a natureza domada e seus reflexos	**73**
3.4.	Condições socioeconômicas dos municípios Extremo Oeste Catarinense	**77**
3.5.	O empobrecimento nos municípios do Extremo Oeste catarinense	**85**
3.6.	O êxodo rural no Extremo Oeste catarinense	**100**
3.7.	Os Movimentos Sociais e a permanência da juventude no campo	**106**
4.	**CAPITALISMO NO CAMPO E A JUVENTUDE**	**116**
4.1.	O olhar das juventudes do campo: mundo vivido	**123**
4.2.	Pastoral da Juventude Rural e o enfrentamento ao modo de produção capitalista no campo	**127**
4.3.	Educação Popular e o processo de formação da consciência da Juventude do Campo	**151**
5.	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**163**
	REFERÊNCIAS	**167**

1. INTRODUÇÃO

Observa-se, na sociedade atual, a crescente dominação do capital em todas as esferas da vida e suas relações com o espaço, manifestando-se na exploração do trabalho, na opressão contra as mulheres, na concentração da terra, na imposição cultural, nas relações de gênero e geracionais, na criação de estereótipos e na criminalização da juventude, entre outras dimensões.

Como militante do coletivo da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), e atualmente camponesa assentada, é possível evidenciar como essas questões se rearticulam, assim como ocorreram historicamente, para determinar as condições sociais das juventudes da classe trabalhadora.

Portanto, a presente pesquisa buscou aprofundar estudos para compreender as estruturas que reforçam a dominação do capitalismo no campo e na concepção de mundo das juventudes, bem como suas formas de opressão e o surgimento das resistências.

Ao observar que as estruturas de dominação, tanto materiais e objetivas quanto subjetivas, impõem-se como limites à resistência às suas próprias dinâmicas, como se fossem uma teia que aprisiona e restringe as possibilidades de transformação social, faz-se necessário compreender os mecanismos e a metodologia utilizados pelo capitalismo para construir sua hegemonia no campo.

Nos muitos anos de militância e formação política dentro do coletivo da PJR e PJMP, o campo e o meio rural sempre se apresentaram como espaços de vida e de resistência. Uma das inquietações da organização foi, e continua sendo, a não permanência da juventude no campo, sendo esta uma das pautas de luta e um dos motivos que provocaram a materialização desta pesquisa. Mas, como garantir a permanência da juventude no campo?

Para descrever o caminho percorrido até chegar a esta pesquisa que vos apresento, é indispensável ressaltar que as inquietudes, relacionas às juventudes e à deterritorialização das mesmas, forjam também a minha família, e o espaço de vida que meus pais construíram após saírem do interior.

Filha de mãe “bugra” (termo pejorativo historicamente utilizado para se referir aos povos indígenas, especialmente no Sul do Brasil, por serem considerados não cristãos pelos europeus), carrego em mim fortes traços da miscigenação que caracteriza o povo brasileiro. Sou filha de pais miscigenados, também trago características herdadas da imigração alemã.

Minha infância foi limitada à localidade em que meus pais residem até os dias de hoje, mas o mundo que eu e meus irmãos construímos sempre foi muito além daquela pequena

chácara no Bairro Santa Rita, município de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina. De uma família um tanto numerosa, o lazer e a alegria da criançada eram os sonhos e imaginações tecidas naquelas terras.

Pai e mãe nos mantinham ocupados, nas compridas noites sem televisão, com as histórias do tempo que viviam no campo, das lendas dos negrinhos guardiões de ouro, "visagens", e cachorros companheiros. Só mais tarde, conhecendo a traumática saída deles do campo, é que entendi o brilho nos seus olhos, naquelas noites de inverno em volta do fogão à lenha. Era um casal desterrado, um casal de sonhos podados, mas com 6 filhos para dar propósito.

Minha vida sempre esteve envolvida com a comunidade, herança do amor e dos vínculos profundos que habitavam o íntimo dos meus pais, mas o acesso a organizações sociais se deu através de minha mãe que me levava para as atividades do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Foi através desses momentos de confraternização e luta que plantamos um ipê para simbolizar a resistência e a trajetória daquelas mulheres reunidas.

Elas encontravam, na roda de conversa, no almoço compartilhado e na mística, acolhida e força para seguir construindo o novo mundo sonhado, na medida do possível e dentro dos limites impostos pelo sistema capitalista, rompendo aos poucos com as violências e opressões machistas. Foi ali que encontrei minha dirigente política, que, em seguida, tratou de me inserir na organização da juventude junto aos coletivos da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).

A minha trajetória acadêmica, a que me instiga à pesquisa passa, necessariamente, por esses dois espaços de vida. Por isso, não posso deixar de dedicar algumas palavras à família numerosa e sofrida da qual venho, bem como à militância, espaço em que tive o despertar da consciência e a acolhida necessária para aprender.

Refiro-me, neste contexto, a um aprendizado fundamentado em Paulo Freire, sem ignorar os conhecimentos que a jovem menina Claudia carregava como bagagem. Muitas vezes, eram marcas de sofrimento, mas também experiências que, mesmo sem a compreensão teórica das categorias que regem a pesquisa e a vida, já eram sentidas na prática, nas violências vivenciadas por seus pais e por ela própria nos espaços de sociabilidade, como a escola, a comunidade e o trabalho.

Com minha inserção no coletivo, fui conhecendo a realidade das juventudes do campo e da cidade, visualizando, na articulação coletiva, possibilidades de transformar não apenas a minha realidade, mas também a das juventudes. Aos poucos, fui tomando conhecimento da minha própria história, que muitas vezes a escola e a comunidade não conseguiam explicar –

de forma proposital ou não.

Foi ali, junto a outros jovens, meninos e meninas, que compreendi a correlação de forças que desterrou meus pais e conheci a história da Guerra do Contestado. Esse contato despertou curiosidades que mais tarde me levaram, na universidade, a pesquisar sobre as mulheres que marcaram esse conflito e que ainda hoje permanecem como referência para o povo caboclo, por terem liderado e sustentado o povo durante a guerra.

E assim segue o desejo de avançar na compreensão da reprodução da vida e do papel das juventudes. Com a pesquisa de mestrado, a preocupação volta-se para compreender as violações do território promovidas pelo capitalismo, o esvaziamento forçado do campo e, consequentemente, o afastamento das juventudes rurais.

Sobre a permanência, entende-se que ela perpassa diversos fatores materiais e imateriais relacionados à reprodução da vida. Dessa forma, busca-se compreender a influência e/ou as determinações do modo de produção capitalista sobre esse processo. Cabe lembrar que a juventude, em sua essência, representa continuidade, e é evidente que a resistência camponesa se configura como um entrave ao projeto do capital.

A presente pesquisa constitui-se como uma ferramenta para compreender como as relações de poder, estabelecidas para além do território, mas refletidas nele, rearticulam-se na disputa pela concepção de mundo das juventudes do campo. Busca-se também analisar como os processos de formação da consciência promovidos pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) se expressam como formas de resistência diante das opressões enraizadas na estrutura do capital contra a juventude no Extremo Oeste catarinense.

Perante estas territorialidades forjadas por populações marcadas por relações históricas de opressão e desterritorialização, encontram-se as juventudes. O conceito de juventude abrange uma diversidade de expressões, que vão desde uma delimitação temporal (faixa etária) até formas de vida, condição social, dentro de diferentes áreas do conhecimento (Souza, 2016).

Nesta pequisa, compreende-se a juventude rural a partir de suas determinações temporais, entendendo os jovens como sujeitos construtores do seu espaço e também como agentes que forjam os territórios que ocupam. Assim, a juventude rural é tratada como uma categoria política, conforme apontam as reflexões de Elisa Guaraná de Castro (2009).

Compreender a força do capital no território do campo é indispensável, assim como entender como ele se utiliza das estruturas essenciais do trabalho, educação e cultura para exercer sua dominação sobre o território e, especialmente, na concepção de mundo da juventude e para a juventude.

Essa análise permite olhar para a multiterritorialidade e para as condições de produção

presentes, bem como para as formas de produção e a posição política assumida pelos sujeitos diante do espaço, compreendendo, assim, a "função social" que a juventude para a ocupar para o sistema. Tal perspectiva permite problematizar desde a escolha pela permanência no campo até a produção desenvolvida pelos jovens camponeses. Para isso, é necessário assimilar e problematizar os conceitos de trabalho, educação e cultura em sua amplitude, compreendendo sua função social de formação das juventudes, do território e dos espaços.

A categoria trabalho é compreendida, nesta pesquisa, como resultado da relação dos seres humanos com a natureza e como uma ação que os dignifica. Busca-se problematizar a centralidade que o trabalho assume no processo de produção capitalista, bem como as condições em que ele se desenvolve. O estudo propõe-se ainda, a delinear a transformação do trabalho no campo e a individualização dos processos de produção, a perda da organicidade comunitária e a produção do grão transgênico em monocultura como parte da estrutura do agronegócio.

Compreender como se dá a colonização cultural das mentes implica problematizar os estereótipos historicamente construídos sobre o campo, frequentemente associado à cultura de atraso, bem como os novos modelos identitários, como é o caso do "agroboy", impulsionado por produções musicais e midiáticas.

É necessário destacar também as estruturas culturais negadas ao campo, assim como o enraizamento de elementos urbanos no cotidiano das juventudes rurais. Nesse contexto, as músicas podem ser compreendidas como instrumentos de disseminação de valores e relações sociais vinculadas à lógica capitalista.

O processo de formação da consciência das juventudes da Pastoral da Juventude Rural (PJR) desenvolve-se a partir da troca de conhecimentos e da inserção na realidade vivida pelos próprios jovens. Trata-se de um diálogo entre o conhecimento adquirido e os saberes já existentes, em interação com a reprodução da vida das famílias no território, com as relações sociais e afetivas, sendo forjado a partir da educação popular.

Esse processo busca evidenciar caminhos possíveis de resistência, bem como a necessidade da construção de novas relações sociais não patriarcais, voltadas para a superação do machismo, do preconceito, do racismo e das desigualdades sociais.

Busca também fomentar novas relações de produção pautadas no cuidado e no amor para com a mãe terra, fundamentadas na agroecologia, entendida pela organização como um projeto de vida para o campo, em contraposição às relações mercantis e agressivas do agronegócio e do capital. Assim, a agroecologia é compreendida como um processo de produção que, além de orientar as relações estabelecidas com a terra e no interior da produção, também exige transformações estruturais na sociedade (Guhur; Silva, 2021).

Perspectivas de uma América Latina baseada no Bem Viver apontam para a construção de relações mais humanas e justas com a terra, a natureza e os seres humanos, bem como para processos de produção que reconheçam e valorizem o conhecimento científico e ancestral conservado pelos povos originários e reivindicado pelos camponeses e camponesas. Essas relações serão aprofundadas no desenvolvimento desta pesquisa (Alcântara; Sampaio, 2017).

A pesquisa seguiu os parâmetros da pesquisa militante, buscando uma articulação sensível e crítica das informações levantadas por meio de bibliografias, dados e entrevistas. Com o objetivo de compreender as correlações de forças presentes no espaço em que essas juventudes estão inseridas, este trabalho analisa criticamente conceitos relacionados à reprodução da vida e do poder no território, tais como educação, cultura, trabalho, gênero, juventude, a questão agrária e o processo histórico de organização da Pastoral da Juventude Rural no Extremo Oeste catarinense, entendida como uma experiência de enfrentamento ao projeto hegemônico presente no campo.

O trabalho de campo realizado consistiu em um diálogo constante e coerente com a realidade que acolhe a pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com militantes da Pastoral da Juventude Rural, em diferentes níveis de inserção política, buscando compreender e comparar os processos de formação, bem como as leituras de mundo e a percepção das opressões.

Para observação e compreensão da organicidade do trabalho, foram analisados documentos da organização, redes sociais virtuais que hospedam parte do processo de comunicação realizada, bem como o jornal impresso elaborado pelas juventudes, visando sua atuação na região.

As entrevistas realizadas com oito militantes da Pastoral da Juventude Rural proporcionaram uma oportunidade comparativa para analisar a influência do agronegócio e das políticas do capitalismo sobre a juventude, bem como de que maneira essas relações, que atravessam elementos culturais e sociais dos espaços em que essas juventudes estão inseridas, interferem ou não na permanência no campo.

Com esse diálogo, pretende-se compreender a trajetória do processo de formação da consciência e, especialmente, como essa formação contribui para a permanência das juventudes no campo diante do avanço do agronegócio e da precarização dos serviços básicos de educação e saúde.

Sendo assim, a dinâmica de produção desta pesquisa ocorreu junto às juventudes e às comunidades nas quais elas se inserem, articulando a análise de produções bibliográficas com a construção de dados e informações a partir do acompanhamento das juventudes da PJR.

Espera-se contribuir para a compreensão de como o sistema capitalista produz, reproduz ou se apropria das relações presentes no território do campo, analisando de que forma ele utiliza as estruturas da educação, da cultura e do trabalho para exercer sua hegemonia.

Busca-se estudar a juventude como parte desse campo de disputa, desde sua concepção no âmbito familiar, entendido como espaço de reprodução de valores capitalistas, mas também como elemento de resistência a esses mesmos valores. Observa-se a produção realizada pelas juventudes junto de suas famílias como trabalho e como reprodução da vida, problematizando suas contradições e identificando chaves de compreensão que possam contribuir para o avanço do projeto da reforma agrária popular.

Assim, somos instigadas a analisar como se articulam os projetos em disputa para o campo na concepção de mundo construída pela e para a juventude, compreendendo a correlação de forças entre o agronegócio e a resistência forjada pela juventude da PJR, de modo a possibilitar a permanência e a criação de novas relações sociais e de produção emancipadoras.

Para tal, tomamos como caminho para compreender a correlação de forças presente no território o levantamento e o estudo bibliográfico da vasta produção sobre a presença e o avanço do capital no campo, procurando entender sua influência nas estruturas da educação, da cultura e do trabalho. Busca-se, assim, assimilar a desigualdade social no espaço do campo como fruto das relações de dominação e exclusão decorrentes dessa presença no território.

Como ferramenta, tomamos o processo de organização da Pastoral da Juventude Rural, que, por vezes, atua em articulação com as juventudes organizadas da Pastoral da Juventude do Meio Popular, uma vez que, na região, ambas se organizam como um coletivo. Essa articulação busca contrapor as determinações capitalistas destacadas pela pesquisa, as quais influenciam diretamente na permanência ou não das juventudes no campo.

Assim, a presente dissertação está estruturada em três capítulos.

O primeiro aborda o modo de produção capitalista e o espaço geográfico, apresentando um levantamento teórico sobre o capitalismo no campo e uma diferenciação conceitual entre o projeto de produção capitalista para o campo, o agronegócio e a agricultura camponesa.

O segundo capítulo trata da produção do espaço geográfico do Extremo Oeste catarinense, destacando as transformações da natureza e da população ao longo dos anos. Apresenta uma análise de dados populacional e do empobrecimento da região, bem como uma abordagem histórico-geográfica sobre a Guerra do Contestado e a formação regional.

O terceiro capítulo realiza a análise do capitalismo no campo e da juventude, problematizando as relações sociais e as formas de resistência das juventudes rurais, com foco na organização da Pastoral da Juventude Rural.



São Miguel do Oeste, cidade polo do Extremo Oeste Catarinense, quando dos desmatamentos para incorporação de terras na década de 1940, com destaque para a construção das primeiras moradias. Fonte: Staub e Staub (2014) *apud* Maziero, Campos & Godoy (2021).

2. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Abrimos esse capítulo com uma imagem histórica de São Miguel do Oeste, aquela que viria se tornar a cidade polo dominante do capitalismo regional. Isso porque modo de produção capitalista, desde sua gênese, sustenta-se na mercantilização da natureza e das pessoas, transformando o espaço e as relações sociais para enraizar seus valores na reprodução da vida. Dessa forma, cria na sociedade necessidades que não necessariamente correspondam às demandas materiais para sua sobrevivência, mas que estão absolutamente submetidas às demandas de manutenção do mercado e de sua circulação.

Transformações imbuídas da disseminação de uma lógica de produção global invadem as realidades do campo e da cidade com o propósito de corromper a "relação primeira" dos seres humanos com a natureza. O resultado dessa relação passa, muitas vezes, a se caracterizar de forma violenta tanto com o espaço quanto com as populações.

Como destaca Milton Santos ao abordar o avanço dos meios técnicos: "A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo" (Santos, 2020, p. 239).

Essa nova ordem, que ganha força com o surgimento do sistema capitalista e de suas relações de produção, não é acabada nem estática. Ao contrário, adapta-se às regiões e, simultaneamente, transforma as próprias regiões, paisagens e lugares para responder às suas demandas.

Antes de aprofundarmos as relações que garantem a hegemonia do modo de produção capitalista, cabe identificar as transformações que deram as bases materiais para seu surgimento e para os avanços do capitalismo no Brasil.

A relação com a terra, como elemento do espaço e da vida, foi e continua sendo essencial para a sobrevivência da humanidade. Desde as adaptações mais remotas registradas até os dias atuais, os elementos da natureza mostram-se indispensáveis para garantir a vida. Não poderia ser diferente, pois a reprodução da vida humana ocorre por meio da relação estabelecida com o espaço.

O capitalismo deturpa a relação de produção com a terra, violando seus direitos e transformando-a em mercadoria. Ao refletirmos sobre a ancestralidade e sobre nossa própria história, é possível compreender a terra como elemento vivo, ligado à vida, e não apenas como "sinônimo de poder e riqueza".

Nesse sentido, podemos pensar na terra comum e na “terra sem males”, que alimenta a utopia dos povos originários até os dias de hoje, como um elemento que transcende as relações sociais, acolhe a ancestralidade e garante a vida. Trata-se de uma perspectiva vinculada ao Bem Viver dos Guarani Mbya e à Abya Yala dos povos originários, compreendida a partir de um olhar histórico de enfrentamento ao colonialismo (Rosa, 2019).

No sistema capitalista de produção, a terra também se torna uma ferramenta no processo de apropriação da mais-valia, e ainda é um elemento de empoderamento e de divisão social. Isso ocorre porque a propriedade privada é a essência das relações e reprodução da vida no capitalismo. No que diz respeito à propriedade da terra no Brasil, sua constituição seguiu parâmetros excludentes e violentos, marcados pela invasão do território, com o esbulho das terras, massacre e pela marginalização dos povos originários.

Para Eric Hobsbawm, “a revolução da propriedade de terras foi o aspecto político do rompimento da tradicional sociedade agrária; sua invasão pela nova economia rural e pelo mercado mundial, o aspecto econômico” (Hobsbawm, 1977, p. 230). Enquanto essa transformação ocorreu de forma gradativa na Europa, na América Latina ela desenvolveu-se de maneira violenta, ignorando toda e qualquer organizaçõe social já existentes no território e violando as dimensões sagradas e epistemológicas dos povos originários. Isso porque esta terra era considerada um fermento para tais revoluções e para o avanço do capitalismo, um fornecedor frenético de matéria prima. Nesse sentido, Eduardo Galeano destaca que a “[...] epopeia de espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saque das riquezas indígenas” (Galeano, 2021, p. 32).

Com os avanços tecnológicos, a agricultura também passa por transformações consideradas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. Para Marx, “a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalho assalariado” (Marx, 2020, p. 544). Essas mudanças romperam com as relações de produção familiar e manufatureiras no campo, instaurando uma nova forma de tratar a propriedade da terra e transformando o espaço rural em suas dimensões política, econômica e populacional (Hobsbawm, 1977).

Visto que a terra, enquanto mercadoria, constitui um dos princípios da organização capitalista, essa relação direta transformou os sujeitos e as formas de trabalhar a terra, frequentemente ignorando as necessidades de reprodução da vida e de sustentabilidade. No entanto, para compreender a dimensão que o elemento terra assume nesse processo de transformação da produção, cabe destacar que, segundo Eric Hobsbawm (2003), entre os anos de 1789 e 1849, período anterior à consolidação da Revolução Industrial na Europa, o que

acontecia com a terra regia os acontecimentos de vida e morte da sociedade. As mudanças estruturais provocadas pelo período revolucionário que deu origem ao capitalismo impuseram, necessariamente, transformações à terra, para que ela pudesse servir aos interesses econômicos do novo sistema.

> Em primeiro lugar, a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociáveis por eles. Em segundo lugar, ela tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro, estes dois objetivos esclarecidos. Em terceiro lugar, a grande forma, pelo menos em parte, em trabalhadores assalariados, como liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia. (Hobsbawm, 2003, p. 210).

As relações estabelecidas pelo feudalismo já não correspondiam às expectativas da nova ordem em ascensão, uma vez que esse período e seu modo de produção eram predominantemente agrários. Com o Renascimento, o surgimento de novas cidades e o desenvolvimento de novas técnicas e ofícios de trabalho, as relações no espaço rural e com a terra precisavam ser transformadas. Os senhores proprietários de terra e as relações de servidão passaram, então, por um processo de mutação que, diante da necessidade de garantir o elemento central dos valores dessa nova era, a propriedade privada, buscava assegurar a permanência do poder e da produção, além de criar uma massa de trabalhadores destinada a atender às demandas das cidades.

Nas colônias, as relações e transformações eram sentidas e conduzidas de forma articulada aos interesses das potências coloniais invasoras. Toda a ocupação indiscriminada das terras do território chamado de “Pindorama” pelos povos originários ocorreu sob o véu do capitalismo crescente, que, na Europa, ainda se encontrava sob forte influência das transformações sociais, produtivas e políticas em curso.

As relações de trabalho introduzidas nesse processo explicitaram a perversidade do modo de produção capitalista no desenvolvimento social. Como afirma Marx, “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 2020, p. 545).

Para Quijano (1992), a “descoberta” da América Latina foi essencial para atender às demandas de transformações vitais à consolidação do sistema capitalista, como a expansão geográfica e o desenvolvimento de diferentes formas e estratégias de controle do trabalho e da produção em distintos territórios. O autor destaca ainda que: “Con la conquista de las sociedades y las culturas que habitaban lo que hoy es nombrado como América Latina, comenzó la formación de un orden mundial que culmina, 500 años después, en un poder global que articula

todo el planeta" (Quijano, 1992, p. 103).

Galeano (2021) evidencia essa profunda relação de exploração, desencadeada de forma vigorosa durante o período colonial, na busca incessante por garantir o avanço e a consolidação do sistema capitalista.

> [...] Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que tem muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país. (Galeano, 2021, p. 18)

O colonialismo provocou o massacre dos povos originários e mais de três séculos de escravidão, além de consolidar uma elite agrária brasileira que permanece articulada econômica e politicamente até os dias atuais. Quijano (2020) reflete sobre as transformações nas relações de trabalho impostas por esse movimento, evidenciando sua subserviência programada ao capital.

> Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. acordo (Quijano, 2025, p. 3)

A posse e, posteriormente, a propriedade da terra configuram-se historicamente como uma preocupação central para o desenvolvimento do capitalismo. No Brasil, desde a invasão e o esbulho do território, o avanço e a ocupação pelas populações vindas da Europa foram conduzidos de acordo com os interesses das potências invasoras.

Alentejano (2012) evidencia que, mesmo antes da Lei de Terras de 1850, que instituiu formalmente a propriedade privada da terra, o acesso à terra já era articulado pelas forças capitalistas, tanto durante a colonização portuguesa quanto no período imperial. Desde as capitanias hereditárias até o sistema de sesmarias, esses mecanismos garantiram a implementação e a manutenção histórica de uma elite detentora de terras. Nesse sentido, "[...] a Lei de Terras tratou de viabilizar o reconhecimento legal das terras controladas pelo

latifúndio" (Alentejano, 2012, p. 741).

Nesse novo movimento de acesso e ocupação do território, ignoraram-se os povos, posseiros que, ao longo do tempo, passaram a organizar suas vidas a partir da terra. Tal processo culminou, posteriormente, em conflitos violentos pela defesa de direitos e do território, como ocorreu na Guerra do Contestado.

Para o capital, é fundamental desconstituir da terra seu caráter amoroso, ancestral e coletivo, transformando-a em mercadoria. Ainda que existam diferentes formas de acesso ou permanência na terra, todas são pautadas pelo crivo da propriedade privada, parâmetro importado e imposto sobre os povos.

Esse fator, aliado à articulação política da elite agrária e à influência externa europeia e, posteriormente, norte-americana, contribuiu para moldar relações que se metamorfosearam no Brasil desde a ocupação colonial. Tais relações buscaram garantir a subserviência aos países centrais do capitalismo, assegurando uma estrutura de ocupação do território e de exploração capitalista que visava garantir a dominação.

Esse território que se constituiu como "Brasil", marcado pela invasão colonial, pela violência e pela imposição cultural sobre os povos originários, pela escravização do trabalhador e pela desvalorização econômica da vida, revela, ao longo de mais de 520 anos, estruturas que se transformam continuamente com o objetivo de perpetuar o projeto de poder do colonizador.

> A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente. (Ribeiro, 1995, p. 20)

Como destaca Darcy Ribeiro (1995) no excerto acima, a gênese do Brasil, vinculada às tradições da cultura portuguesa, africana e dos povos originários produziu relações sociais e espaciais únicas e específicas, forjadas nos embates e lutas entre diferentes culturas e as estruturas do projeto colonizador.

Nesse contexto, a propriedade da terra e sua destinação produtiva assumem papel central, uma vez que passam a servir à estrutura capitalista, que historicamente se utiliza dessa nação, construída sob relações de subordinação, para garantir a produção de *commodities* e a exploração dos recursos naturais ao longo de sua trajetória histórica.

Revisitando a história, é possível compreender as articulações que envolvem o acesso à terra, a produção e o agronegócio no Brasil. Desde a invasão colonial, inserida em um projeto de expansão do capital, o encadeamento entre produção, propriedade privada e trabalho passou

a caracterizar, até os dias atuais, nossa posição social e produtiva dentro desse sistema. Como afirma Galeano, "A economia colonial latino-americana valeu-se da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para tornar possível a maior concentração de riqueza com que jamais contou qualquer civilização na história mundial" (Galeano, 2021, p. 62).

A escravização dos povos originários e, posteriormente, dos negros africanos, assim como os projetos de colonização e ocupação do território invadido, forjaram no tecido social brasileiro – e também latino-americano – uma profunda desigualdade no acesso à terra. Essa desigualdade evidencia-se, ainda hoje, na concentração fundiária em poucas mãos e na permanência de famílias que herdaram, desse período histórico, estruturas de poder marcadas pela opressão aos povos e pela exploração da natureza.

> As contradições que marcam a dinâmica própria do modo capitalista de produção no Brasil têm sua origem histórica no período de colonização e, portanto, não constituem um processo natural ou inevitável. As características de monopólio da terra e de uma política agrícola voltada preferencialmente para o mercado externo obviamente não são novas. (Mendonça, 2013, p. 140)

Um território espoliado de seus povos originários foi forjado pela colonização, pela concentração fundiária, pela monocultura e pela constituição de uma elite proprietária que ocupa as estruturas de poder do Estado, governando em favor de seus próprios interesses. Assim, a disputa de projetos para o campo no Brasil revela-se, portanto, histórica, evidente e complexa.

Desde os primórdios, esse caminho foi marcado pela monetização da terra e por produções pautadas na monocultura de cana-de-açúcar, café, cacau e algodão, que submeteram a terra a manejos intensivos e predatórios. Ao longo dos anos, essa relação assumiu novas formas, mas manteve o mesmo objetivo de exploração da terra, como ocorre no agronegócio associado à transgenia e dependente do uso de agrotóxicos (Londres, 2011).

A estruturação do agronegócio no Brasil como grande produtor de *commodities*, voltado a garantir o abastecimento do mercado externo, garante sua própria perpetuação e expansão no território. Nesse processo, conta com o apoio do Estado, que frequentemente prioriza o lucro em detrimento da qualidade de vida da população, intensificando as dificuldades materiais de permanência dos povos no campo.

Diante desse cenário, diversos movimentos sociais, socioterritoriais e grupos ligados à questão agrária atuam na luta pela resistência e permanência no campo. Em oposição ao projeto popular, o projeto do agronegócio carrega a herança histórica da monocultura predatória da terra, da degradação ambiental e do descuido com a vida humana.

Esse projeto capitalista, fruto de uma sociedade patriarcal e elitista, mantém relações

desiguais e de subserviência ao capitalismo estrangeiro, contando com a atuação do Estado para garantir sua autonomia na produção e comercialização do produto. Trata-se de um modelo de produção hegemônico que não exerce, no território brasileiro, a função de alimentar o povo. Nesse sentido, torna-se necessário ressaltar as mentiras veladas e problematizar os discursos construídos em torno do "agro", evidenciando que esse modelo não produz vida, mas aprofunda processos de exploração, desigualdade e morte no país.

> Esse processo de concentração é marcado também pela verticalização: os grandes grupos controlam hoje a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda. Sua estratégia é desenhada com base na sua dinâmica de inserção nos mercados internacionais. [...] no mínimo, um terço da soja produzida por esse grupo de empresas segue direto para exportação, sem nenhum beneficiamento no Brasil. (Leite; Medeiros, 2012, p. 84).

Com o avanço do capitalismo, a produção e a produtividade da terra passaram a ser orientadas pelas necessidades desse sistema, visando garantir a continuidade de sua expansão predatória. Para isso, o capital buscou assegurar o controle sobre toda a cadeia produtiva.

Nesta pesquisa, compreendemos que aquilo que se denomina agronegócio constitui, na verdade, a materialização da política de produção que o sistema capitalista impõe ao campo e aos camponeses desde a ocupação colonial.

Trata-se de um processo de produção subordinado ao capital externo e estruturado pela concentração de terras. Como traço fundamental, esse modelo também concentra todo o processo produtivo nas mãos de algumas empresas, que controlam todo o pacote que estrutura a produção.

Esse pacote envolve a transgenia, sustentada pelo saque de material genético e pela apropriação de conhecimentos milenares dos povos originários da América, além da produção e comercialização de agrotóxicos (venenos), bem como da comercialização da própria produção, amparada por políticas estatais que favorecem os lucros dessas corporações.

O agronegócio, expressão da agricultura capitalista voraz e sem limites , assim como o próprio capitalismo, coisifica a vida e os elementos que sustentam sua reprodução. No que se refere às sementes, estas passam a ser tratadas apenas como um elemento material da produção, podendo ser violado e transformado conforme os interesses do sistema.

Desse modo, todo o conhecimento geracional, bem como as técnicas de cultivo e manejo das sementes desenvolvidas pelas comunidades tradicionais, são inicialmente apropriados como ferramentas úteis ao capital e, posteriormente, passam a ser vistos como ameaça ao próprio sistema (Mooney, 2003).

As sementes "são matéria-prima de uso comum", e sua utilização remonta ao processo

de descoberta e desenvolvimento da agricultura pelas mulheres. Nesse sentido, "[...] as sementes agregam um conjunto de fatores que correspondem a um ecossistema organizado por fases e etapas, de acordo com a natureza" (Risso, 2017, p. 32).

São conhecimentos populares associados à observação e à relação com o espaço em que estão inseridos, desenvolvendo adaptações naturais à sua estrutura para determinado clima ou região. Sua perpetuação depende das relações geracionais, da preservação e da valorização social das práticas de conservação.

A produção camponesa é permeada por esses saberes populares, que se territorializam por meio de práticas coletivas de preservação e manutenção das sementes crioulas, bem como da produção e comercialização de alimentos. Essas práticas são necessariamente coletivas, pois dependem das relações sociais de troca de sementes, conhecimentos e produtos entre famílias, povos e gerações. Mesmo sem compreenderem toda a profundidade e complexidade dessa trama, os sujeitos envolvidos perpetuam formas de resistência que, embora não sejam simples nem fáceis, confrontam o projeto desigual e explorador da natureza e dos seres humanos imposto pelo sistema capitalista e materializado no agronegócio.

Por mais obscuro que esse projeto possa parecer, suas técnicas de exploração e expropriação manifestam-se de forma explícita e concreta para as populações e gerações que vivem no campo.

Para Delgado (2012), o agronegócio conta, para sua implementação, avanço e consolidação, com conjunturas favoráveis construídas nos âmbitos político e econômico da sociedade, como a ditadura militar brasileira, a concentração fundiária e a concentração de renda. Nesse contexto, "[...] o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado" (Delgado, 2012, p. 92).

Além de estruturar mecanismos para garantir o domínio sobre a cadeia produtiva, o agronegócio também investe fortemente na construção do imaginário social e do senso comum, utilizando estratégias de comunicação para legitimar sua presença e seu projeto de produção. Nesse sentido, "o capital financeiro no campo procura otimizar seus lucros ao incrementar seus investimentos em grandes empresas capitalistas a partir de estratégias de negócios nos setores agroalimentar e florestal e na aquisição e/ou arrendamento de terras" (Carvalho, 2013, p. 31).

Quando se busca compreender a articulação das forças do sistema capitalista na sociedade, como destaca Carvalho (2013), torna-se indispensável evidenciar as manobras utilizadas pelo capital para garantir sua territorialização e, assim, evidenciar a concretude da exploração dos elementos que compõem o espaço.

A reprodução da vida pautada nos valores capitalistas da propriedade privada, da exploração da mão de obra e dos recursos da natureza transformou profundamente a relação dos seres humanos com seus espaços de vida. Antes baseada em uma troca e transformação mútua entre sujeito e meio, essa relação passa a assumir novos valores e significados. Nesse sentido, Marx afirma, em Contribuição à crítica da economia política: "Nessa sociedade de livre concorrência, o indivíduo aparece como que desprendido dos laços da natureza, que em épocas anteriores da história fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado, delimitado" (Marx, 2008, p. 238).

A função social da terra deixa de constituir um elemento fundante das relações sociais no campo, e a reprodução da vida passa por um processo de individualização. O cuidar, o plantar e o germinar perdem sua dimensão simbólica e coletiva; os conhecimentos históricos e geracionais são desvalorizados, enquanto a rotina é progressivamente tomada pela reprodução exacerbada das deliberações capitalistas.

Dessa forma, o capitalismo deturpa até mesmo as relações mais básicas da vida comunitária. Compreender essas transformações é fundamental para analisar como se rompe, na subjetividade humana, a conexão com a importância do resultado produzido pela relação entre sujeito e espaço. O produto dessa relação passa a ser condicionado e manipulado pelas formas de produção impostas pelo sistema, permitindo compreender a organização política e econômica que estrutura aquilo que hoje denominamos agronegócio.

Os processos de produção que utilizam como instrumento a terra, ganham conotações distintas dependendo da necessidade estrutural que lhe é imposta. Diante da necessidade de reproduzir a vida, a produção de alimentos, dos mais variados, sempre exigiu uma relação mais árdua, íntima e meticulosa com a terra.

No entanto, nem todo o avanço industrial direcionado aos campos de produção após a Segunda Guerra Mundial esteve adaptado ou teve como objetivo garantir mais dignidade a esse processo produtivo. O avanço tecnológico no campo surge com objetivos específicos e direcionados, visando o lucro, resultando do possível aumento da produção. Nesse sentido, "[...] no período neoliberal do sistema mundo moderno-colonial, a relação entre saberes e territórios vem ganhando um sentido mais intenso" (Walter, 2020, p. 41).

Segundo Sampaio (2013), a modernização que ganhou força no Brasil durante o período da ditadura militar não tinha como objetivo melhorar as condições de reprodução da vida da população, mas atender às necessidades do capital, que exige a manutenção da propriedade privada concentrada em grandes latifúndios e da produção voltada à monocultura. Essa modernização, hoje amplamente utilizada como *marketing* do agronegócio, aprofundou as

desigualdades no campo e restringiu ainda mais o acesso à terra.

> Uma "modernização conservadora", dolorosa sem dúvidas, pois não alterou substancialmente o padrão de vida da população rural, mas suficiente para fazer com que a agricultura deixasse de ser considerada um setor atrasado, anacrônico, impeditivo do desenvolvimento do país. (Sampaio, 2013, p. 88)

É diante da necessidade de reorganização política para reafirmar a dominação do espaço pelas elites agrárias que surgem conceitos transformados em formas de produção, como o agronegócio e, anteriormente, o *agribusiness*. Esse conceito, formulado nos Estados Unidos, visava o avanço conjunto da produção agrícola e dos negócios e chegou ao Brasil em meados da década de 1950. Com o passar do tempo, e sob violenta influência do neoliberalismo, transformou-se no que hoje conhecemos como agronegócio, cujas origens estão vinculadas ao latifúndio e às históricas relações de desigualdade anteriormente apontadas. Ancorado no governo militar e no avanço do chamado "pacote verde" (Carlos Walter), o agronegócio alastrou-se no território brasileiro, construindo suas representações nos espaços de representação e deliberação do poder da sociedade (Pompeia, 2018).

Segundo Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), o agronegócio, setor da economia que tem suas raízes na elaboração acadêmica do conceito de *agribusiness* e na estrutura latifundiária, consolidou-se na sociedade como resultado de uma eficiente articulação política e midiática das elites agrárias detentoras de terra. Essa consolidação ocorreu por meio da forte presença desses grupos na política brasileira, no parlamento e na construção de uma identidade visual e comunicacional capaz de legitimar o agronegócio perante a sociedade. Tal ideia foi se transformando ao longo do tempo, à medida que a reafirmação do agronegócio como único modelo possível de produção para o campo passou a compor a pauta e a agenda política dos governos.

É fundamental compreender que, para estruturar e manter o capitalismo, a consciência do povo e a organização social da vida cotidiana assumem papel central. Por isso, esses elementos despertam grande interesse por parte do sistema, que demanda mecanismos organizacionais capazes de garantir sua reprodução. Nesse processo, o capitalismo utiliza a estrutura do Estado como instrumento e articula-se por meio dele – e com ele – nos diversos segmentos da sociedade, buscando assegurar sua hegemonia.

O Estado apresenta-se para além de um instrumento de dominação baseado apenas na coerção, embora esta seja compreendida como elemento intrínseco à sua estrutura. A partir de Gramsci, entende-se também o Estado como o espaço em que a burguesia se concentra e constrói uma complexa forma de dominação sobre as classes subalternas. "A unidade histórica

das classes dirigentes acontece no Estado e sua história é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados.” (Gramsci, 2011, p. 273). Assim, coesão e coerção atuam de maneira articulada, fundamentando a necessidade da dominação intelectual e moral da sociedade. Tal dominação torna-se possível porque se apresenta de forma intrínseca às bases materiais da reprodução da vida.

Para o funcionamento eficiente do Estado, existe uma complexa rede de aparatos que atua a serviço da supremacia hegemônica da classe dominante. Nesse sentido, pode-se afirmar que esses mecanismos constituem o próprio Estado. Este se apresenta como um Estado ético e, de fato, assim se configura na medida em que está a serviço do pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista. Sua preocupação centra-se em conduzir a sociedade ao mais alto nível possível de desenvolvimento permitido pelos limites desse sistema. Desse modo, evidencia-se que o desenvolvimento das forças produtivas está intimamente ligado ao desenvolvimento da superestrutura. O agronegócio e as relações de produção no campo também se encontram submetida a essa lógica.

> A questão do Estado aparece, então, vinculada à necessidade de desvendar a forma concreta que assume a supremacia burguesa, mas não com uma finalidade cognitiva teórica abstrata, mas como requisito para implementar uma luta vitoriosa, uma práxis política verdadeira e efetivamente revolucionária, num contexto em que o desenvolvimento capitalista das forças produtivas é acompanhado por um desenvolvimento complexo das superestruturas, o que resulta na formação de um sólido "bloco histórico" que torna a luta revolucionária mais complexa. (Rey, 2007, p. 10-11). Tradução livre.

Para Gramsci, o Estado assume historicamente um papel protagonista, apresentando-se como a estrutura que absorve e organiza a potência da classe proprietária, servindo-lhe como instrumento de proteção e propagação de seus interesses. É no Estado que a burguesia se articula para desenvolver sua supremacia, organizando-o em favor da livre competência e garantindo a ilusão da participação popular por meio da representatividade. Dessa forma, constrói-se a ideia do Estado como representante do povo, ainda que ele atue, fundamentalmente, a serviço das estruturas de dominação e exploração, pois está a serviço do pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O Estado, ao evidenciar uma relação não mecânica entre classe e Estado (poder), constitui-se como essencialmente burguês por ser o espaço de constituição e consolidação dessa classe, assegurando o direito à propriedade privada como princípio intrínseco à sua estrutura.

Ao mesmo tempo em que se apresenta como elemento de representação social, o Estado utiliza seus aparatos para garantir a hegemonia, promovendo a formação massiva da consciência, bem como a dominação ideológica e moral da sociedade, assegurando a

reprodução material da vida sob bases capitalistas. Nesse processo, as desigualdades são justificadas e naturalizadas, ao mesmo tempo em que se constrói uma ideia de evolução social pautada nos valores da burguesia, apresentada como o ápice do seu possível e pleno desenvolvimento.

> A supremacia de uma classe surge como um momento sintético que unifica hegemonia e dominação, consenso e coerção, direção e ditadura no Estado. Ora, esses dois momentos, essas duas funções, existem em qualquer forma de Estado, mas a predominância de uma ou de outra depende tanto das características estruturais de cada sociedade quanto do equilíbrio de poder entre as classes sociais fundamentais, que se expressa nos níveis econômico, político, ideológico e militar. (Rey, 2007, p. 16). Tradução livre.

Os aparatos estatais presentes na vida cotidiana, como o trabalho, a cultura, a educação e a religiosidade, contribuem para a dominação das bases concretas da vida social. Dessa forma, as relações sociais passam a reproduzir e sustentar a coerção exercida pelo Estado (automaticamente da burguesia) sobre as massas subalternas, garantindo sua constante e permanente dominação. Nesse contexto, até mesmo as leis e os direitos, embora respondam a determinadas necessidades sociais, também podem atuar como instrumentos de coerção e manutenção da ordem estabelecida.

> [...] ao dominar o aparato produtivo, a classe dominante exerce, por isso mesmo, um quase monopólio sobre as organizações privadas de mídia. A liberdade de informação se reduz à liberdade de empresa informacional, exercendo assim coerção quanto ao tipo de mensagens ideológicas disseminadas e àquelas que são expulsas do sistema de circulação de ideias ou simplesmente não se conformam. (Rey, 2007, p. 17). Tradução livre.

Althusser, filósofo do marxismo estrutural, desenvolveu o conceito de "Aparelhos Ideológicos do Estado" para identificar os espaços coletivos, públicos e privados que atuam no processo de formação da consciência das massas e que desenvolvem vínculos e projetos articulados à estrutura do Estado.

> Designamos por Aparelhos Ideológicos do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] – O AIE religioso (o Sistema das diferentes Igrejas), – o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), – o AIE familiar, – o AIE jurídico, – o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), – o AIE sindical, – o AIE da informação (imprensa, rádios- televisão, etc.), – o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.) (Althusser, 1980, p. 43-4).

Os espaços de interação social são potencialmente utilizados para garantir a hegemonia

do pensamento, a manutenção do senso comum e a reprodução dos valores capitalistas na vida cotidiana. Desde a constituição da "família" monogâmica, que, articulada a diferentes organizações religiosas e sociais, frequentemente sustenta relações violentas, preconceituosas e homofóbicas, esses valores se estendem a outros espaços de convivência social nos diferentes momentos da vida de um ser humano. Assim, os sujeitos encontram-se submetidos a diversas influências políticas, econômicas, religiosas e culturais, que visam determinar seus espaçoss de atuação na sociedade, contribuindo para a manutenção histórica da desigualdade social.

Cabe ressaltar que, no interior da estrutura do Estado e da reprodução cotidiana do capitalismo, a violência contra o diferente torna-se uma realidade. Isso se relaciona às construções históricas voltadas à garantia da hegemonia do pensamento dominante. Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, as particularidades dos povos e de suas relações culturais foram frequentemente ignoradas, marginalizadas e até criminalizadas, com o intuito de reafirmar e justificar esse pensamento dominante.

Esse processo silencioso e violento de manipulação da realidade contribui para intensificar a violência contra as minorias, inclusive reproduzida no interior das próprias classes subalternas. Trata-se de um mecanismo de controle sustentado por uma sociedade patriarcal e machista, que se expressa no aumento da misoginia, da homofobia, da xenofobia e de outras relações pautadas no ódio ao diferente.

Para esta pesquisa, o elemento da cultura é central. No entanto, faz-se necessário compreender como o capital se articula nas diferentes estruturas sociais para garantir sua hegemonia, constituindo relações de violação de direitos, de determinação social e de produção de estereótipos voltados à subjugação do povo. Também é fundamental analisar como o agronegócio e seus discursos se inserem no cotidiano das populações do campo e da cidade, buscando legitimar e sustentar suas práticas e atrocidades.

A precarização da vida no campo sempre funcionou como um mecanismo de controle da ocupação populacional do espaço. Considerando que a concentração fundiária no país remonta ao processo de invasão colonial - a implantação da monocultura, da produção transgênica e do uso intensivo de agrotóxicos – a produção camponesa, de subsistência e coexistência com a natureza dos povos originários, não teve espaço. Mesmo diante da resistência histórica desses povos, o capital passau a determinar a permanência ou não da população no campo por meio da articulação e manipulação das condições materiais necessárias para as famílias reproduzirem a vida em cima da terra.

A desigualdade social também constitui m projeto do capitalismo. O cuidado com o planeta e com a vida não é sua preocupação, não se sobressai diante da lógica de lucro frenético

que sustenta esse sistema. As relações de poder que forjam este sistema foram historicamente forjadas por meio da exploração e da expropriação.

A concentração da terra e a produção de monoculturas (*commodities*) ocorrem à custa do endividamento e da expulsão de pequenas famílias do campo. Da mesma forma, a transgenia e a modificação genética das sementes se desenvolveram a partir do roubo do material genético das sementes crioulas, preservadas milenarmente pelos camponeses e comunidades tradicionais (Mooney, 2003).

As estruturas hegemônicas garantem a dominação e a reprodução do projeto do capital no campo. Ao nos debruçarmos sobre a história agrária do país, é possível visualizar as mutações do capitalismo em suas estratégias de dominação. Por vivermos em uma sociedade capitalista, tornam-se evidentes os traços de seus valores dentro dos projetos em disputa no campo.

> As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal [*ideell*] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, também consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; que, portanto, as ideias são as ideias dominantes da época. (Engels; Marx, 2009, p. 67).

No caso do agronegócio, pode-se compreendê-lo como um projeto voltado à perpetuação da exploração capitalista do território brasileiro. Esse projeto, materializado no campo por meio da soja, do milho transgênico e do eucalipto, vem transformando o espaço geográfico e exercendo influência sobre as relações de produção familiares, a educação e a cultura.

2.1. **AGRIcultura e AGROnegócio**

O modo de produção capitalista é contraditório e insustentável. Sua história é marcada pela constante adaptação de si mesmo e do espaço, visando garantir sua reprodução.

A burguesia compreende e utiliza os aparelhos ideológicos do Estado como instrumentos para consolidar sua dominação. Nesse sentido, o setor do agronegócio investe na

produção de conteúdos audiovisuais, que tem por objetivo induzir o imaginário social sobre a produção do campo, sem uma análise crítica das relações de produção e das relações estabelecidas com o espaço.

Podemos exemplificar esse processo por meio das propagandas veiculadas nas emissoras de televisão do país, como o slogan *"Agro é tech, agro é pop, agro é tudo"*. Da mesma forma, programas como o Globo Rural, da Rede Globo, direcionam-se à população camponesa, contribuindo para a construção de uma concepção social da forma de produção baseada nos princípios do agronegócio e em seus supostos "avanços tecnológicos" e comerciais.

A eficiência da articulação do setor na sociedade é inegável, esculpindo no imaginário social uma concepção deturpada da produção e das relações que sustentam o agronegócio. Por meio da manipulação de conceitos e discursos, bem como do uso da mídia, busca-se ocultar a essência predatória e violenta desse modelo, marcado pelo envenenamento da terra, pela destruição dos rios e pela violência contra os povos originários em nome do lucro.

> Agro(negócio) - que já foi Agribusiness - esconde sua única razão de ser que é o negócio/lucro; acoberta a Agri(cultura) apagando sua essência que é a produção de alimentos, a cultura alimentar; e desvia o olhar sobre o Agro(tóxico) ocultando as milhões de toneladas de venenos e seus impactos devastadores. O "Agro" apaga muitas coisas, restando a narrativa de sucesso, de recordes de produtividade... "a riqueza do Brasil". (Mitidiero Junior, Goldfarb, 2021, p. 3)

O agronegócio nasce e carrega a essência da reprodução do capitalismo no espaço do campo, do avanço tecnológico e da apropriação criminosa do conhecimento milenar dos povos originários e da biodiversidade dos países latino americanos (Ribeiro, 2003). Ao pensar na agricultura como a relação humano-natureza, há "[...] que se tratar então das "agri-culturas" - do grego *ager* e do latim *colere,* que significa cuidar do campo, criar no campo, cultivar o campo - como expressões diferenciadas e das relações das campônias e dos campônios no campo e com o campo. (Tardim, 2012, p. 179)"

O campesinato e o projeto de produção por ele adotado exercem, ao longo da história, um importante papel de resistência. No entanto, é possível apreender o enraizamento de valores capitalistas nesse projeto? Compreender a amplitude da correlação de forças presente nos projetos em disputa permite olhar com maior sensibilidade para a força da produção de alimentos diante da monocultura voltada à exploração.

Entretanto, essa luta não se limita ao produto final proposto por cada projeto, mas envolve a totalidade da estrutura social do país e a posição política assumida diante desse debate. Ao refletir sobre a resistência, na busca de compreender sua pureza e utopia, também

se evidenciam os obstáculos fortalecidos pelas raízes do capital no imaginário social, conforme aponta Horácio Martins de Carvalho.

> A hipótese de que os campesinatos se constituam ou possam a vir a se constituir num modo de produção camponês na formação econômica e social brasileira requereria, entre outros, a presença efetiva nas concepções de mundo de uma proposta ou sugestão explicita no seu universo ideológico e político da possibilidade efetiva de se consolidarem como um modo de produção no Brasil, mesmo que se considerasse como modo de produção em construção e em confronto econômico-político-ideológico com o modo de produção capitalista dominante (Carvalho, 2014, p. 18).

Dessa forma, alimentamo-nos da utopia de romper com esse sistema de opressão capitalista. Contudo, ao exercer resistência dentro do próprio sistema, tornam-se evidentes as fragilidades e os limites impostos pela conjuntura social por ele estruturada. É notória a facilidade com que o capital rearticula seus mecanismos no projeto de produção para o campo. Um exemplo disso é a inovação do projeto agrário promovida pela Revolução Verde, que se constituiu como porta de entrada para a criação e expansão do agronegócio. Esse processo tinha como objetivo aumentar a produtividade do campo, absorver os resíduos da indústria bélica e, ao mesmo tempo, garantir o fluxo do capital-mercadoria, igualando capital e lucro a partir da produção agrícola com maior controle.

Sobre essa trajetória, cabe destacar a importância de outros dispositivos colocados a serviço desse projeto, como a “comunicação”. Observa-se um investimento massivo em propaganda, que apresenta a inovação agrícola como sinônimo de modernidade e associa a mecanização à superação do trabalho pesado e considerado “atrasado”. Esse processo ocorre aliado à estereotipação do camponês como símbolo do atraso e da rudimentaridade, contribuindo para a desvalorização dos modos de vida e dos conhecimentos vinculados ao campo.

Contudo, essa condição socialmente construída em torno das relações de produção no campo torna-se, nesta pesquisa, um elemento central de análise, na tentativa de desvendar aquilo que é pré-determinado pelo sistema hegemônico no que se refere à desigualdade presente na correlação de forças nos projetos em disputa no campo. Como aponta João Pedro Stedile (2020), é possível identificar três estruturas de poder e disputa do projeto: o agronegócio atrasado, o agronegócio “moderno” e a agricultura familiar. Essas estruturas se articulam, por vezes coexistem ou se confrontam.

O agronegócio denominado “atrasado” carrega consigo traços marcantes da herança colonial, baseando-se em uma exploração predatória e desequilibrada da natureza para garantir

seus objetivos de transformar a matéria em lucro imediato, sem preocupação com a continuidade da vida e com a preservação do espaço.

Já o agronegócio gestado a partir da Revolução Verde, embora associado à ideia de modernização da produção no campo, também se caracteriza pelo uso intensivo e desordenado de agrotóxicos e pela inovação mecanização. Trata-se de um modelo tão predador e impulsivo quanto o atrasado no que tange o cuidado com a qualidade de vida. Entretanto, esse modelo depende da própria natureza para assegurar a continuidade de seu objetivo central: a monetização e a transformação dos recursos naturais em lucro.

Percebe-se que o campo se configura, ao longo da história do Brasil, como um grande território em disputa, carregando profunda importância na determinação das condições sociais do povo brasileiro. A questão agrária vai muito além da produção de alimentos, pois o acesso à terra representa também a possibilidade de desenvolvimento do país.

Para desvendar as opressões, é necessário compreender as relações sociais presentes no cotidiano da vida privada e coletiva. Isso implica analisar as determinações patriarcais que atravessam o imaginário social e o projeto de produção e cultura para o território. O agronegócio, marcado por uma lógica colonialista, patriarcal, opressora e elitista, ultrapassa os limites da produção econômica, influenciando diretamente a qualidade de vida, a divisão sexual do trabalho e a definição dos lugares sociais ocupados pela juventude, frequentemente submetida a posições intermediárias e sem autonomia de decisão, sem empoderamento.

Perante tais conflitos sociais-políticos-econômicos-ideológicos, a correlação de força gerada pelos projetos em disputa no campo nos faz refletir sobre a intensidade com que a técnica reflete no meio e sobre como o trabalho se adapta a essas transformações:

> É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com as quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (Santos, 2002, p. 16)

Essa relação primordial do ser humano com a natureza, que resulta na produção da vida, pode ser compreendida a partir da reflexão presente em A dialética do trabalho: “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (Engels, 2004).

No entanto, a apropriação do trabalho pelo capitalismo, voltada à garantia do lucro, desloca essa ação de sua essência enquanto expressão da dignidade humana. O que desentoa da relação mística e construtiva anteriormente mencionada é o objetivo e a forma como essa

relação passa a ser desempenhada, transformando o trabalho e a própria natureza em mercadorias, inseridas em uma lógica de produção frenética que depreda o meio ambiente sem considerar a continuidade da vida.

O espaço que acolhe e é moldado pelas relações socioespaciais históricas entre os seres humanos e a natureza, marcadas por processos de desterritorialização, ocupação e aquisição da terra, constitui a base sobre a qual germinam organizações sociais comprometidas com a preservação das sementes, da cultura de produção de alimentos saudáveis e do cuidado com a mãe terra entendida como ser vivo e compassivo. Essa perspectiva contrapõe-se à estrutura imposta pelo sistema capitalista, em que, "[...] a partir dos interesses privados das grandes corporações capitalistas e do estabelecimento das normas legais para o patenteamento da propriedade intelectual, as sementes tornaram-se um negócio" (Carvalho, 2003, p. 9). Nesse processo, não apenas as sementes, mas também a terra e a própria vida passam a ser tratadas como mercadorias.

Na "Agri-cultura", a vida no campo constitui uma pluralidade cultural que envolve tanto os modos de ser quanto as formas de produzir cultura a partir das particularidades do espaço rural. Ser camponês ou camponesa exige uma compreensão profunda do ecossistema, das estações e dos tempos da produção, das sementes, da germinação e da polinização. Trata-se de um conhecimento construído coletivamente e transmitido entre gerações, resultado das práticas de cuidado, permanência e continuidade da vida no campo, perpetuando-se também como expressão cultural.

> Essa relação com a natureza vai caracterizar uma espiritualidade própria, que será traduzida numa estética de expressão variada, que se revela em músicas de estilos variados, danças, poética, teatro, bailes e festivais, instrumentos musicais de estilos variados, causos e contos, histórias e lendas, artesanato, artes plásticas, ritos, mitos e outros. (Tardin, 2012, p. 181)

Segundo Arroyo (2014), toda a relação que envolve a reprodução da vida no campo reafirma sua construção como elemento cultural de resistência. Para o autor, "[...] os processos de produção da vida, de trabalho, ou todas as tecnologias mais materiais, na produção camponesa de maneira mais forte, são elevados a momentos culturais simbólicos densos, coletivos" (Arroyo, 2014, p. 106).

Assim, a agricultura camponesa, cuja reprodução da vida e da produção se pauta na humanização da terra e do trabalho, compreende o produto do trabalho também como expressão cultural, de vida e de posicionamento político. Trata-se de uma agricultura que cuida, cultiva e colhe, preocupando-se com a sustentabilidade e com a diversidade. Mesmo inserida na lógica capitalista de comercialização e distribuição, ainda exerce formas de resistência frente ao

modelo hegemônico de produção.

Diferentemente da lógica da agricultura camponesa, o agronegócio pauta sua produção na monocultura e na transgenia, processos que violam a terra e as águas, destruindo a diversidade e a biodiversidade. Suas relações de produção e de trabalho estão ancoradas na exploração da mais-valia e no distanciamento do ser humano – do camponês e da camponesa – de sua essência na relação com a natureza.

A lógica do capital busca garantir a extração dos recursos necessários da natureza para a sua própria manutenção, sem preocupação com as gerações futuras. Em contraposição, a agricultura camponesa encontra na luta pelo reconhecimento e pela proteção de seus conhecimentos geracionais e culturais a esperança de continuidade, não apenas da produção, mas também da própria vida no planeta.

> A expropriação da terra como processo deformador e as lutas por terra como matriz formadora exigem reconhecimento no pensamento educacional. Os movimentos sociais mostram quão deformadora tem sido uma estrutura fundiária antidemocrática, segregadora que persiste por séculos como padrão colonial/capitalista de produção de coletivos sem-terra, sem espaço disponíveis para as formas mais violentas e desumanas de trabalho. Padrão de trabalho, de poder, da terra se reforçando e legitimando processos fraudulentos de apropriação da terra, do espaço e de expropriação do trabalho. Relações que se agravam com o crescimento da estrangeirização da propriedade da terra, com o agronegócio e a agroindústria voltadas a produção para exportação e o lucro. (Arroyo, 2014, p. 97)

Desde o desenvolvimento do capitalismo, o campo resiste. A agricultura, entendida como cuidado com a vida, como olhar atento e curioso que germina e floresce em conhecimento, compreensão e ciência, carrega relações que o capital historicamente se apropria e, ao mesmo tempo, tenta destruir na medida em que delas extrai lucro.

Entretanto, assim como o capital possui a capacidade de se reinventar, rearticular-se e moldar a concepção de mundo da sociedade, construindo um imaginário coletivo que apresenta sua expansão violenta como positiva e necessária ao desenvolvimento econômico, a agricultura camponesa encontra na história, na cultura e nos saberes dos povos originários e tradicionais uma resistência persistente e firme, mesmo diante da desigualdade presente nessa correlação de forças.



São Miguel do Oeste, existe outra cidade além das belas luzes que a iluminam nas noites. *Meu pai até hoje lembra que "nunca ganhamos tanto dinheiro quanto naquela época", quando o dólar a 1 por 1 em relação ao real nos permitia fazer negócios com a Argentina que ficava a poucos quilômetros da nossa casa. Depois, muita gente perdeu quase tudo e o número de migueloestinos pobres aumentou a olhos vistos. Lula era um dos maiores críticos ao modelo de então, o neoliberalismo promovido pelo FMI. O tom de Lula e suas palavras virulentas contra os poderosos eram música para ouvidos anti-establishment como os meus.* Leandro Demori, 28 de março de 2018, 15h10, para o https://www.intercept.com.br/2018/03/28/lula-tiros-sao-miguel-do-oeste/ (14/2/2025).

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

O presente capítulo analisa o processo de formação socioespacial das regiões Oeste e Extremo Oeste catarinense, considerando que, em muitos aspectos, não é possível separá-las, dada sua continuidade geográfica e a trajetória histórica compartilhada. Oficialmente, essa história inicia-se com a criação de Chapecó, após o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, firmado em outubro de 1916 pelos governadores estaduais e pela presidência da República, eao ser concluída a questão legalista territorial marcada pela Guerra do Contestado. Entretanto, o capítulo também retrocede no tempo para evidenciar a trajetória dos povos originários da região, cuja presença remonta a milhares de anos, bem como dos povos tradicionais sertanejo-caboclos que ocupavam essas terras havia séculos.

Para tais análises, fez-se necessário apresentar, previamente, conceitos e categorias de análise que auxiliem na compreensão das questões espaciais, regionais e territoriais, com destaque para as dimensões econômica, ambiental/natural, político-jurídica e cultural do território. Esses elementos serão abordados antes de adentrar a geografia social do objeto de estudo.

Nesse sentido, partimos da concepção de espaço geográfico formulada por Milton Santos (2004), que o compreende como um híbrido, incorporando o processo à sua própria essência. O autor define o espaço geográfico como "[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]" (Santos, 2004, p. 332). O que articula o sistema de objetos ao sistema de ações é a intencionalidade, característica própria da humanidade. Assim, o agir humano revela a importância do passado e do presente na construção do futuro, considerando que o espaço condiciona, embora não determine de forma absoluta, as ações sociais.

Tal compreensão é fundamental para pensar o processo de formação socioespacial do Extremo Oeste catarinense, marcado por diferentes intencionalidades em seu processo formador, desde questões econômicas até culturais, especialmente vinculadas a uma colonização europeia branca.

Parte-se, então, para a análise do território, avançando sobre outros componentes analíticos que contribuem para sua compreensão científica, entendendo sua interação indissociável com a sociedade. Historicizar o território constitui parte fundamental do processo de estudo de qualquer realidade regional. Para Santos (2007, p. 13), "o território é o lugar onde desembocam todas as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência".

O espaço geográfico é constituído por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações, que não devem ser considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. Inicialmente, predominava a natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, passaram a ser substituídos por objetos fabricados, técnicos, transformados, mecanizados e, posteriormente, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. A presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, marca profundamente o espaço, agregando-lhe um conteúdo extremamente técnico, conforme deataca Milton Santos (2004, p. 51).

É a partir das forças das relações humanas com o espaço que surgem os territórios. A busca pela segurança e pela satisfação das necessidades humanas faz com que a territorialidade assuma papel fundamental na garantia das condições de vida, que deveriam estar pautadas na paz e na justiça social.

O território, seja em suas dimensões mais objetivas (política e econômica), seja em sua dimensão cultural, mais subjetiva, constitui-se, sem dúvida, como produto do trabalho humano. Contudo, trata-se de um trabalho humano coisificado, pois, para o capitalismo, as pessoas deixam de ser sujeitos para se tornarem instrumentos a serviço da lógica do sistema. Por isso, o sistema territorial apresenta-se, ao mesmo tempo, como contraditório, desigual e combinado (Fraga, 2011).

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o "território usado", não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchil: primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem, assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe (Santos, 1999, p. 2).

Em uma perspectiva mais materialista do território, Raffestin (1993) afirma que tais (i)materialidades interligam-se a três mundos: o do real, o das sensações e o das representações, remetendo às dimensões econômica, política e cultural. Essas dimensões não devem ser dissociadas, pois constituem perspectivas interdependentes da vida social no mundo capitalista em que vivemos.

Claude Raffestin (1993) destaca que espaço e território não são termos equivalentes.

O espaço é anterior ao território, enquanto o território se forma a partir do espaço e resulta de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao apropriar-se de um espaço, esse ator o territorializa, em um processo sempre marcado por incertezas e conflitos.

A produção do território envolve a constituição de um espaço físico delimitado, modificado e transformado pelas redes, circuitos e fluxos que nele se instalam, como rodovias, canais, ferrovias, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas. Raffestin sintetiza essa dinâmica ao afirmar que o território pode ser entendido como a "prisão" que os homens constroem para si mesmos.

Nesse sentido, pode-se pensar o Extremo Oeste catarinense como um território construído historicamente por seus habitantes, a prisão que a população escolheu para si. Contudo, é importante considerar que o território sempre será aberto para entradas, saídas e transformações, caracterizando-se por sua fluidez.

Rogério Haesbaert (2004, p. 40) apresenta uma síntese de diferentes concepções de território, que podem ser agrupadas em três vertentes básicas e fundamentais para o objeto de análise da pesquisa sobre a questão do Extremo Oeste catarinense.

A primeira é a vertente política, relacionada às relações entre espaço e poder, ou à dimensão jurídico-política, especialmente quando institucionalizada pelo poder do Estado. A segunda é a vertente cultural, de caráter culturalista ou simbólico-cultural, que prioriza as dimensões subjetivas e identitárias do território. Por fim, a terceira é a vertente econômica, frequentemente associada a uma perspectiva economicista, voltada à compreensão do território como produto da divisão territorial do trabalho.

Haesbaert (2004) menciona ainda uma quarta vertente de interpretação do território: a natural ou naturalista. Pouco explorada pelas ciências sociais, essa perspectiva utiliza a noção de território a partir das relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento considerado "natural" dos seres humanos em relação ao ambiente físico.

Distinguindo as quatro dimensões de território – a política, a cultural, a econômica e a natural – Rogério Haesbaert (2004, p. 41) amplia o raciocínio ao situá-las em um nível mais abrangente de análise, no qual essas vertentes se inserem em diferentes fundamentos filosóficos que sustentam cada abordagem, sendo elas:

> a) o binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas – a visão que denominamos "parcial" de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a "natural", a econômica, a política ou a cultural); a perspectiva "investigadora" de território, na resposta à problemática que, "condensadas" através espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas;
> b) o binômio espaço-tempo, em dois sentidos – seu caráter mais absoluto

> ou relacional, seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e(ou) espaço(s) geográfico(s). (Fraga, 2017, p.18-19)

Importante destacar que Haesbaert (2004) assinala que a resposta a tais referenciais depende da atitude filosófica adotada pelo pesquisador. Assim, se a perspectiva for marxista, a análise será realizada, por exemplo, a partir do materialismo histórico e dialético.

Cabe destacar também a importância das territorialidades configuradas por meio das relações materiais e imateriais do território, ou as chamadas (i)materialidades. As relações materiais dizem respeito às transformações realizadas pelo ser humano na paisagem do território, ou seja, àquilo que é visível e objetivamente identificável. Já as relações imateriais referem-se às dimensões simbólicas e subjetivas, vinculadas às identidades construídas ao longo do processo histórico-social de cada espaço. As (i)materialidades são, portanto, multidimensionais, resultando das relações de poder, das redes de interação, da apropriação e da dominação do espaço (Saquet, 2007).

Se faz necessário, ainda, debater a questão regional, considerando que o Extremo Oeste catarinense constitui uma região geográfica oficial do estado, a partir da qual são definidas e implementadas, ou não, políticas públicas que impactam diretamente a vida da população. Nesse sentido, a noção de região torna-se fundamental para a análise geográfica das hierarquias que organizam os fluxos no espaço.

Fraga (2007, p. 26) aponta que a definição de região passou por uma certa "falência parcial", motivada principalmente pelos avanços dos estudos territoriais em todos os níveis. Ainda assim, é importante considerar que o conceito de região, no sentido geográfico, mantém relevância quando articulado ao regionalismo e às identidades de base territorial local. Trata-se de uma abordagem dinâmica e híbrida, como a ideia de "rede regional", que busca compreender os traços de "regionalidade" presentes nos processos de territorialidade, conforme destaca Haesbaert (2005, p. 28). Essa perspectiva mostra-se especialmente pertinente para a análise da formação territorial do Extremo Oeste catarinense.

Diante da complexidade teórica do conceito de região na Geografia, é importante apontar que:

> de qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia em face de um poder central, parece que estes

> elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (Gomes, 1995, p. 73).

Por muito tempo, os geógrafos buscaram definir a região a partir do conteúdo do espaço, no interior de limites determinados, entendendo esse conteúdo como expressão de uma certa homogeneidade da paisagem. Essa concepção, no entanto, conduz a alguns impasses no esforço empreendido para estabelecer unidades analíticas válidas, caracterizadas por certa homogeneidade das atividades de produção que nele se localizam.

Em contraposição, o conceito de região como "parte da totalidade" (Lencioni, 1999) propõe uma leitura dialética, na qual a região é compreendida na relação entre a fração e o processo de totalização do espaço geográfico, ancorada no materialismo dialético e potencialmente influenciada pela tradição da escola de geografia francesa.

Mesmo estando relativamente distante da Geografia, mas inserido no campo das Ciências Humanas, Pierre Bourdieu (1989) destaca que a chamada "região natural" também resulta de imposições arbitrárias no processo de classificação. Em linhas gerais, o próprio "natural" é entendido como produto de construções históricas das sociedades. Para o autor, o que define a região não é o espaço em si, mas o tempo histórico. As regiões se consolidam historicamente; no entanto, é indiscutível o papel do espaço geográfico na análise regional, uma vez que ele constitui a base material sobre a qual se desenvolve a história de um povo em seu processo de territorialização.

A inclusão de uma dimensão ideal do território, em uma perspectiva mais idealista, aproxima-se da ideia de "apropriação simbólica" do espaço, compreendendo-o como portador de "poderes invisíveis" que também constituem o território. Essa abordagem, próxima da Antropologia no campo da territorialidade, entende o território como um signo, cujo significado só pode ser apreendido por meio dos códigos culturais compartilhados pelos grupos humanos territorializados, conforme aponta Rogério Haesbaert (2004, p. 69). Dessa forma, o vínculo territorial é atravessado por valores que vão além do material, como os elementos étnicos, espirituais, simbólicos e afetivos. Nesse sentido, o cultural precede o político, no que tange ao território.

No que concerne à questão cultural, fundamental para compreender a formação do Extremo Oeste catarinense, Claval (2007) destaca que a cultura é um conjunto indissociável de conhecimentos, técnicas, saberes, valores e condutas adquiridos, sendo transmitido como uma herança ao longo das gerações. A cultura não é imutável; ao contrário, ela sofre constantes

transformações, seja a partir do contato com outras culturas, seja por meio de iniciativas e mudanças promovidas pelos próprios sujeitos que a compartilham e a recriam.

Inquestionável é o fato de que cada cultura possui sua originalidade e suas próprias peculiaridades (Claval, 2007), a exemplo do que ocorre no Extremo Oeste catarinense. Porém, existem elementos fundamentais que se fazem presentes nas diferentes culturas, em que o estabelecimento de código de comunicação e hábitos similares entres os indivíduos são únicos, dando-lhes enraizamentos territoriais.

Para Claval (2007), a cultura nos é apresentada desde a primeira infância, quando são estabelecidos os elos biológicos com o meio vivido. Comumente, o aprendizado ecológico do bebe é realizado a partir da socialização, que ocorre na maioria das vezes por meio da mãe, ainda nos primeiros anos de vida, envolvendo aspectos comlo a regulação do sono, comunicação gestual e alimentação. Sendo a alimentação um dos traços culturais mais redistentes às mudanças.

Nesse período, também são assimiladas as primeiras noções de organização social, incluindo a percepção de hierarquia. No interior do grupo familiar, a criança compreende que não vive isoladamente e que sua convivência é estruturada por relações hierárquicas. Para o funcionamento desse sistema, constitui-se um conjunto de códigos de comunicação, gestos, atitudes e formas de fala que são progressivamente incorporados ao processo de socialização.

Ainda segundo Claval (2007), a ideologia, a religião e a filosofia são transmitidas no âmbito familiar às novas gerações durante a segunda infância e a adolescência, por meio do ensino de mitos, narrativas e elementos simbólicos pertencentes à cultura de cada grupo, os quais justificam valores e normas morais adotadas.

Esses fatores contribuem para a construção do sentimento de pertencimento e, consequentemente, para a constituição de vínculos com o território, uma vez que sua dimensão simbólica integra as motivações que levam uma população a lutar e resistir no processo de formação territorial, reforçando a ideia de que todos fazem parte dessa construção coletiva. Isso porque, como afirma Halbwachs (2006, p. 162), "[...] os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais".

Para Halbwachs (2006), um grupo inserido em determinado espaço, ao mesmo tempo em que o molda à sua imagem, também se adapta às resistências impostas por esse meio. Nesse processo, estabelece-se uma relação profunda entre grupo e espaço vivido. Como afirma o autor: "O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com ele passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa

imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução" (Halbwachs, 2006, p. 159).

Assim, a identidade — que é cultural — de um grupo forma-se a partir das relações estabelecidas com o espaço vivido, atribuindo significados à própria existência coletiva. "Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável" (Halbwachs, 2006, p. 160).

Outro autor que contribui para esse debate é Bonnemaison (2002), para quem o território cultural pode ser compreendido como uma "[...] relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território" (Bonnemaison, 2002, p. 95).

O autor demonstra que a territorialidade está profundamente ligada ao sentimento de identidade cultural, fundamentado na ideia de uma origem comum e de interesses compartilhados entre os indivíduos, seja por descendência, por uma história coletivamente assumida ou pela existência de um espaço ao qual o grupo atribui vínculos simbólicos e místicos. Desse modo, a identidade cultural reforça a territorialidade exercida e frequentemente produz um sentimento de proteção do território diante de agentes externos, percebidos como ameaças à identidade e à continuidade do grupo.

As identidades moldadas pelos grupos humanos formadores do Extremo Oeste catarinense são bastante evidentes. Contudo, é importante destacar que essa identidade cultural consolidou-se a partir de uma perspectiva fortemente europeizada, impulsionada pela migração de grupos oriundos de colônias europeias já estabelecidas, por exemplo, no Rio Grande do Sul.

Nesse processo, as identidades culturais pretéritas foram invisibilizadas e lançadas às sombras do grupo identitário mais forte. Em síntese, a europeização regional obscureceu as culturas dos povos originários e tradicionais, que ainda hoje lutam pelo direito de coexistir nos município dessa região estudada. Essa dinâmica relacionada à identidade do território cultural do Extremo Oeste catarinense não se diferencia do restante do estado de Santa Catarina, mas acompanha a mesma lógica presente em sua formação socioespacial.

O estado de Santa Catarina apresenta peculiaridades decorrentes de sua localização no território brasileiro, fazendo fronteira ao sul com o Rio Grande do Sul, ao norte com o Paraná, a oeste com a Argentina e possuindo uma extensa faixa litorânea a leste. Seu desenvolvimento econômico, político e social foi historicamente marcado por conflitos sociais e disputas

territoriais, por vezes desdobrados dentro dos limites das fronteiras, ou ainda nos seus processos de determinação.

O início do processo de ocupação ocorre no século XVII, começando pela faixa litorânea, pautado em experiências semelhantes a outras regiões, evidenciando a importância estratégica do litoral em assegurar o domínio sobre o território.

Desde então, até o início do século XX, Santa Catarina apresentou diferentes projetos de ocupação territorial, adentrando seu interior paulatinamente. Não cabe aqui aprofundar todos os desdobramentos desse processo socioespacial, porém é importante destacar, para melhor compreensão da formação do território catarinense, que "[...] as populações colonizadoras se constituíram de vicentistas no século XVII, açorianos e paulistas no século XVIII, seguidas da colonização europeia nos séculos XIX e XX, e da expansão de colonos descendentes de europeus oriundos do Rio Grande do Sul no século XX" (Santos, 1998, p. 32).

Desde a ocupação litorânea, voltada à proteção do território colonial contra invasões de outras nações europeias, até os processos de povoamento organizados por empresas colonizadoras de compra e venda de terras, bem como pelas estratégias de mediação de conflitos relacionados à determinação de fronteiras, diferentes ações articularam-se no estado de Santa Catarina em resposta às demandas estruturais de manutenção e expansão do capital territorial e da hegemonia portuguesa.

Assim, o acesso à terra não se distanciou de todo o projeto brasileiro de ocupação do território, "a posse da terra em Santa Catarina se processou da mesma forma que o restante do país, através da concessão de sesmarias, que possuíam tamanhos variados, diferenciando-se também o critério de concessão" (Corrêa, 1999, p. 27).

Cumpre retomar os processos mais antigos de colonização, pois eles definem e redefinem as territorialidades da região ao longo de toda a sua formação histórica. Como mencionado anteriormente, o território invadido pelos portugueses e, posteriormente, por outros grupos colonizadores já era ocupado pelos povos Kaingang, Guarani e Xokleng, cada qual portador de características culturais, formas de organização social e línguas próprias (Tomazi, 2010).

> A população indígena no Estado de Santa Catarina é composta por três povos distintos: Kaingang, Xokleng e Guarani. Atualmente os Guarani ocupam, em sua maioria, pequenas extensões de terras não regularizadas (a maior parte destas localizadas na região litorânea). Os Xokleng vivem em apenas duas terras indígenas, na região do Alto Vale do rio Itajaí e no norte do Estado. E os Kaingang ocupam, atualmente, cinco terras indígenas na região oeste do Estado (SASSC, 2024, p. 1).

A ocupação desse espaço não ocorreu de forma imediata nem uniforme. Inserido na lógica do capitalismo primitivo, o avanço no território durante a colonização do Brasil, foi sendo realizado com o intuito de responder os interesses e anseios da potência imperialista invasora. No caso das terras do Extremo Oeste catarinense, distantes do litoral, onde se concentraram as primeiras ações de povoamento, o processo ocorreu de maneira tardia e gradual. Esses territórios eram então denominados "interior", expressão que evidenciava tanto o desconhecimento de sua geografia quanto dos povos que ali habitavam.

Os projetos de povoamento promovidos pelo Estado para essa região desenvolveram-se em diferentes etapas, articulados também às necessidades econômicas emergentes, que demandavam conexões com centros como São Paulo. Nesse contexto, destaca-se a importância do Caminho das Tropas, fundamental para a integração econômica e territorial da região (Machado, 2004).

Os chamados ciclos econômicos no Brasil, por vezes, foram os objetivos que levaram ao desbravamento do território desconhecido, impulcionando a implementação de políticas que, em muitos casos, foram abusivas e violentas. No caso dos povos indígenas e caboclos da região, esse processo manifestou-se por meio da escravização, da expulsão de seus territórios e de sucessivas desterritorializações.

Dessa forma, torna-se indispensável analisar o processo de colonização do Extremo Oeste catarinense a partir de duas perspectivas centrais: a dos povos originários e tradicionais que já ocupavam aquele território, e a dos colonos inseridos nas políticas de colonização implementadas ao longo do século XX.

Entretanto, a questão territorial que efetivamente delimitou o Extremo Oeste como parte integrante do atual território catarinense remonta ainda ao período colonial.

3.1. **A Região é Contestada e viverá anos em guerra**

Várias foram as tentativas feitas, no século XVIII, pelos soberanos de Portugal e da Espanha para resolver em definitivo suas questões de limites na parte meridional do Brasil. O Tratado de Tordesilhas não era sequer invocado por nenhuma das duas nações que decidiram solucionar seus problemas fronteiriços mediante a aceitação do uti possidetis, ou seja, de acordo com a ocupação efetiva, na época, das regiões em disputa. Em 1750, é firmado o Tratado de Madrid e, a seguir, iniciada a demarcação das fronteiras por comissões especiais nomeadas pelos monarcas dos dois países, fato que possui repercussão direta com a colonização do Extremo Oeste catarinense (Fraga, 2005).

Porém, antes mesmo do Tratado de Madrid, pela Provisão portuguesa de 11 de agosto de 1738, foi criada a Capitania de Santa Catarina, desmembrada da de São Paulo. O território que compreende o atual estado do Paraná continuou a fazer parte integrante da Capitania de São Paulo até o ano de 1853, quando obteve sua elevação à categoria de Província (Fraga, 2006).

Desde a "partição do Mar Oceano" pelo Tratado de Tordesilhas, avançando pelos tempos afora, a herança luso-espanhola da definição de limites entre seus domínios sul-americanos chega ao Brasil-Independente e este tem que concertar com as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) a sua solução, o que ocorreu em 1895 (a Questão de Palmas, ou das Missões), com o laudo arbitral do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América (Fraga, 2017a).

Além da problemática jurisdicional luso-espanhola, acima mencionada, teve-se uma questão interna de limites, que vai envolver, de um lado, a Capitania, depois Província e hoje estado de Santa Catarina, e de outro, inicialmente, a Capitania, depois Província de São Paulo, e a partir de 1853, a Província, depois estado do Paraná (Fraga, 2017b).

A área em litígio passou a ser conhecida como "território Contestado" ou, simplesmente - o Contestado, que se estendia desde os contrafortes da Serra Abaixo (sobretudo no Planalto Norte catarinense), até o Extremo Oeste catarinense, na fronteira com a República Argentina. A questão, cujas raízes remontam à criação das Capitanias Hereditárias, no que tange às fronteiras de Oeste, ou seja "[...] os espanhóis confinantes", não avançou noutros sentidos geopolíticos, além do mais, o fato de não se ter no período Colonial, maiores preocupações com a delimitação das unidades administrativas (Fraga, 2017c).

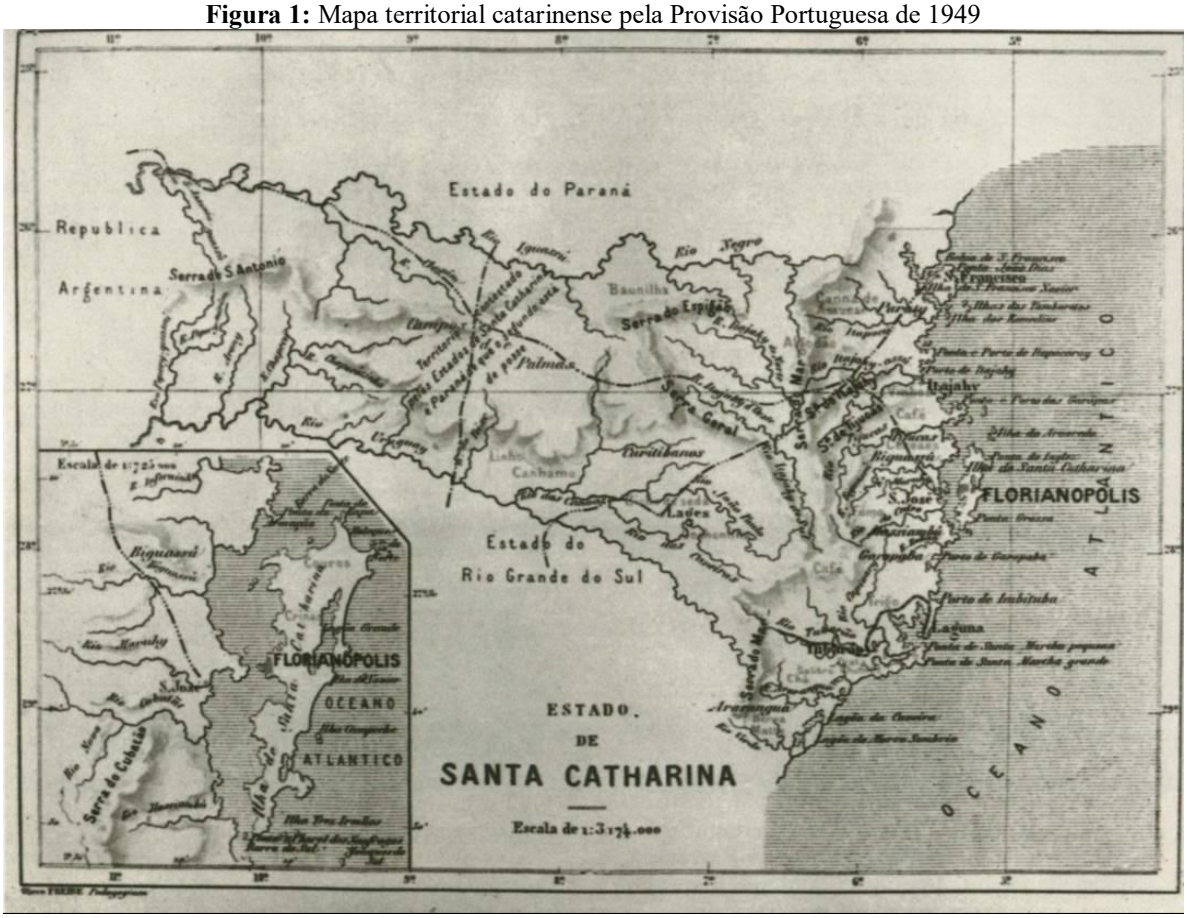
Entretanto, a Capitania de Santa Catarina, criada em 1738, teve os seus limites adstritos ao provimento do Ouvidor Rafael Pires Pardinho, dado em 1720 à Câmara de São Francisco no tocante ao Norte "rio Guaratuba, Negro e Iguaçu, o que fica claramente delineado com a Provisão de 20 de novembro de 1749, onde se diz que o território da Ouvidoria de Santa Catarina, "pela barra austral do rio Cubatão do mesmo rio (nascente do Guaratuba), pelo rio Negro que se mete no Grande de Coritiba" (que outro não é senão o Iguaçu). E, durante o período colonial, a sucessão de ordens e medidas no tocante aos limites resultava em maiores e melhores definições (Fraga, 2017c).

> Várias razões levaram, evidentemente, a Coroa Portuguesa a pensar na criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, concretizada na Provisão Régia de 11 de agosto de 1738, desincorporando os territórios da Ilha de Santa Catarina e o Continente do Rio Grande de São Pedro da jurisdição dos Capitães-Generais

> de São Paulo, passando a jurisdição do Rio de Janeiro. As razões são, principalmente, de ordem política, tendo-se em vista a recente fundação da Colônia do Sacramento (1680) e a consequente necessidade de dar-lhes cobertura militar-estratégica, com a implantação de um sistema defensivo litorâneo, onde se incluía a Ilha de Santa Catarina e a barra do Rio Grande. (...) Complementarmente outras medidas de caráter político-administrativo deveriam, pois, ser efetuadas (Piazza, 1983, p. 123).

Nesse período de indefinições territoriais, no que é o atual Planalto Sul catarinense, a criação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (hoje, Lages), em 1771, subordinada, então ao Governo da Capitania de São Paulo, e que passa a ser parte mais meridional dessa Capitania, vai, por sua vez, pelo Alvará de 9 de setembro de 1820, ser incorporada com "todo o seu termo" à Capitania de Santa Catarina, depois que os catarinenses recorreram a justiça portuguesa para a retirada dos paulistas de seus territórios de Oeste – cujo território original catarinense se pode observar na figura 1. E, mais uma vez, a jurisdição territorial de Santa Catarina é definida com o restabelecimento de sua Comarca, pelo Alvará de 12 de fevereiro de 1821 (Fraga, 2013).

Figura 1: Mapa territorial catarinense pela Provisão Portuguesa de 1949



Fonte: Domínio Público, Mapa datado de 1880.

Com a “descoberta” dos Campos das Palmas, em 1838, há invasão dos paulistas e exploração de territórios que eram catarinenses, por direito. Também a partir deste fato se desenvolve a discussão na órbita administrativa, entre os presidentes das províncias de São Paulo e de Santa Catarina, a partir de 1841, e que, em 1853 com a criação da província do Paraná, desmembrada da de São Paulo, passa a ser a parte interessada, portanto a Lei n.º 704, de 19 de setembro de 1853, que criara, dizia, simplesmente, que a questão de limites (da Província do Paraná) serão os mesmos da referida Comarca de Coritiba – reiniciando as discussões sobre o grande território do Oeste da região contestada (Fraga, 2006).

E à discussão no âmbito administrativo sucedeu-se a do ambiente legislativo nacional, onde se ouviu proposições de deputados catarinenses, como Joaquim Augusto do Livramento, João de Souza Melo e Alvim, João Silveira de Souza e Francisco Carlos da Luz, com vistas a uma solução legal e pacifica do problema. Não teve, entretanto, qualquer acordo até o advento da república. Face à nova ordem jurídica vigente, à inoperância das soluções aventadas e ao agravamento dos conflitos nas regiões limítrofes entre os estados, houve por bem o Governo Catarinense optar por uma solução judiciária, já que as vias administrativas e legislativas não haviam produzido resultado (Fraga, 2012).

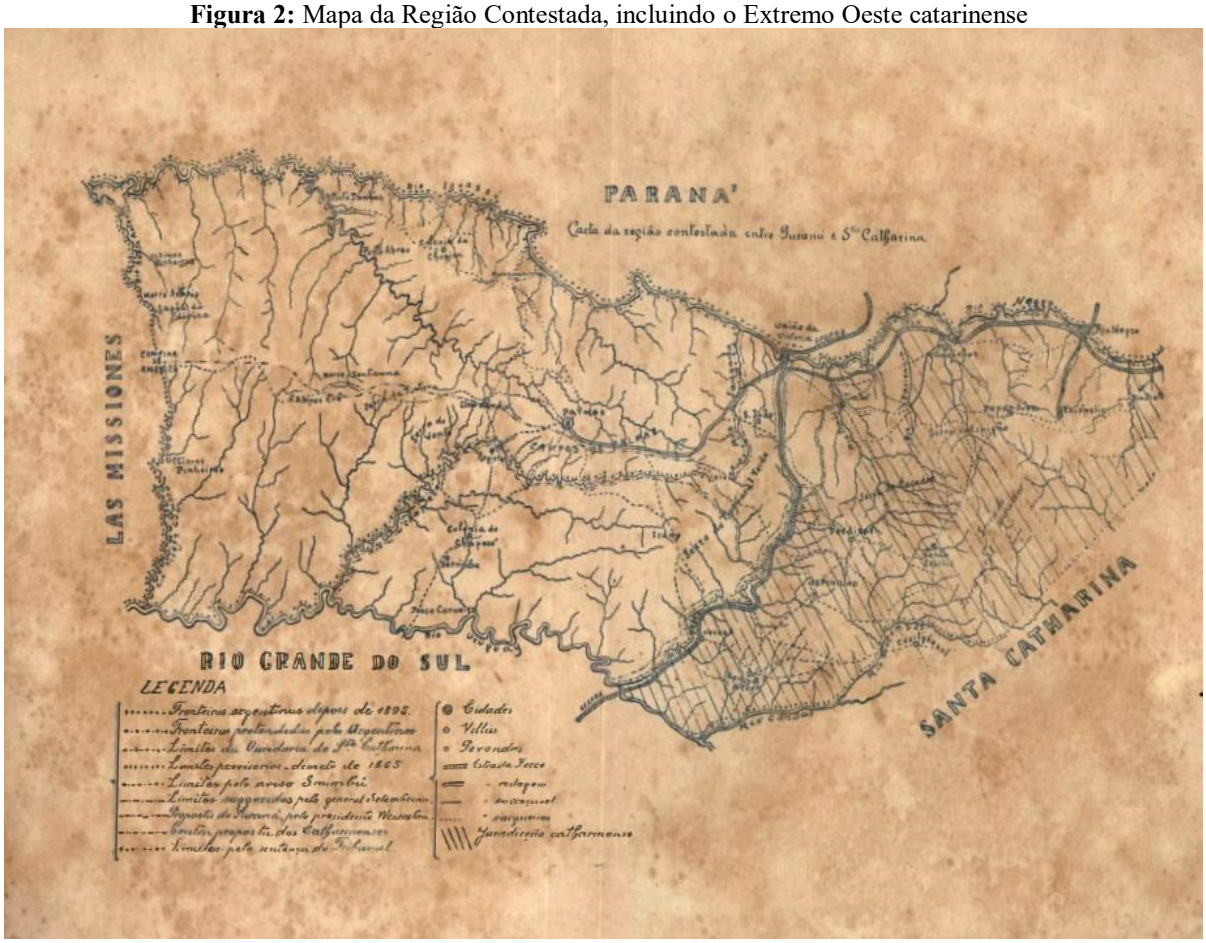
A questão foi, então, encaminhada à justiça competente: ao Supremo Tribunal Federal, por meio da *Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná*, magistral peça Histórica e de Direito, elaborada pelo Conselheiro Manuel da Silva Mafra, em 1890 (Thomé, 1992).

Apresentada a ação ao Supremo Tribunal Federal, a 6 de outubro de 1900, o estado do Paraná representado pelo Conselheiro Joaquim da Costa Barradas, apresentou sua contestação (Ação originária de reivindicação sobre limites territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina - 1902), que só teve julgamento a 6 de julho de 1904, quando, por seis votos contra quatro, foi reconhecido ao estado de Santa Catarina o direito pleiteado pelas terras contestadas desde os planaltos até a fronteira com a Argentina. Houve intimação face aos Acórdãos, e o estado do Paraná, por seu advogado, o Cons. Barradas (Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina - 1904), embargou-os, e, a 2 de setembro de 1905, Santa Catarina impugnou-os. Novamente o Supremo Tribunal Federal, a 24 de dezembro de 1909, rejeitou os embargos paranaenses. Mais uma vez, inconformado, o estado do Paraná apresenta, a 15 de abril de 1910, embargos declaratórios, assinados pelo jurista Inglês de Souza, sendo também rejeitados pelo Supremo Tribunal Federal, a 25 de julho de 1910 (Fraga, 2005).

Cabia, daí por diante, a fase de Execução da Sentença. Com o falecimento do Conselheiro Mafra (Desterro, SC - 1831, Niterói, RJ - 1907), a lide pelo estado de Santa

Catarina passou a ser exercida pelo Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), que requereu a expedição do mandado executório que o Juiz Federal, Seccional do Paraná, deixou de cumprir, enviando ao Supremo uma carta testemunhável, que resulta, a 4 de janeiro de 1913, no seu julgamento (Thomé, 1989). Entretanto, já se dera o estopim nos Campos do Irani, iniciando a guerra e o genocídio no Contestado havia iniciado, conforme aponta Fraga (2024a). A figura 2 demonstra toda a zona contestada pelo Paraná, cujo Supremo Tribunal Federal sentenciou como domínio catarinense, onde pode se ver um enorme vazio de informações, excetuando um caminho indígena/tropeiro que passa mais ou menos pela Serra da Fartura, atual divisa estadual.

Figura 2: Mapa da Região Contestada, incluindo o Extremo Oeste catarinense



Fonte: Domínio Público, Mapa datado de 1890.

Desde 1912, oficialmente até 1916, ocorreram em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos da sua história, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio histórico que ficou conhecido por Guerra do Contestado – a guerra em si não se estende ao Extremo Oeste catarinense, mas as repercussões da mesma sim, pois muitas famílias caboclas que fugiam dos ataques legalista,

migraram no sentido Oeste, assim como para outras regiões do Paraná, e mesmo do Rio Grande do Sul, ampliando a pressão pela terra, onde já habitavam povos indígenas e outros grupos de caboclos (Fraga, 2024b).

Foram várias as causas do conflito armado, pois na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento apontado como messiânico de grandes proporções, a partir da participação do Monge José Maria que se envolveu no combate do Irani, em outubro de 1912, assim como uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais, entre outros fatores (Fraga, 2010).

Não se duvida que, o Contestado reuniu no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas - habitantes da região na época -, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades e se apropriando de outras, posseiros, tentando se manter em terras devolutas, os caboclos ervateiros e porcadeiros que viviam secularmente na região (Fraga, 2019), além de oportunistas, que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná (Thomé, 1997). Tais assertivas sobre a população cabocla durante a Guerra do Contestado são parte de um discurso oficial que sempre tentou justificar a necessidade da violência da guerra e do extermínio caboclo, um exemplo que nos permite ver os caboclos dominados pelas forças legalistas, antes de serem eliminados, se encontra na figura 3.

Figura 3: Família cabocla sendo alimentada antes de ser eliminada.



Fonte: Fotógrafos das forças legalistas, contratados para mostrar uma guerra limpa, provavelmente, nos primeiros meses de 1915.

Os camponeses sertanejos-caboclos de Santa Catarina e do Paraná formavam o por eles denominado "Exército Encantado de São João Maria", unindo sob a cruz verde da bandeira branca da libertação, quase 10 mil pessoas armadas - homens, velhos, crianças e mulheres - no qual se distinguiam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam; centenas de ex-trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda, criminosos ex-presidiários e foragidos da justiça (Fraga, 2005). Todos juntos atacavam e se defendiam, mas tiveram a ousadia respondida à bala, afinal, lutavam pelo seu direito às terras que lhes garantia a vida desde muitas décadas - lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes, causando um dos maiores genocídios registrados em território das américas (Fraga, 2006).

O efetivo revoltoso sertanejo-caboclo foi combatido por forças da nascente República, que eram integradas pelos regimentos de Segurança de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná; Esquadrões da Guarda Nacional, divididos em Piquetes de Cavalaria, e grande parte do Exército brasileiro, que empregou tropas de infantaria, da cavalaria, da engenharia e da artilharia, além do emprego da aviação, algo insultado para aquele período da história – fortaleciam tais forças legalistas, mais de três mil homens armados, as milícias de vaqueanos que defendiam os coronéis latifundiários do sertão do Contestado (Fraga & Bueno, 2024). A inferioridade numérica dos militares era compensada pelo melhor aparelhamento bélico, pois utilizavam canhões, metralhadoras, bombas, espadas e fuzis, contra facões de pau, velhas espingardas, mosquetões e revólveres dos sertanejos (Fraga, 2005).

As terras ditas vazias, que se derramou sangue caboclo, tinham e seguem acolhendo o desejo de justiça do povo caboclo, que recebe como herança da guerra altos índices de pobrezas e abandono proposital, de falta de acesso a direitos básicos de saúde, educação, moradia e infraestrutura, e como se não bastasse violam-se os espaços sagrados, na tentativa de minimizar esta grande violência histórica contra o povo caboclo/sertanejo do contestado.

3.2. **A região já era ocupada por indígenas, caboclos e outros grupos não identificados**

A ocupação humana dos Planaltos, Oeste e Extremo Oeste catarinenses pode ser

pensada a partir do tropeirismo, da pecuária extensiva, da erva mate, do extrativismo predatório, ao se olhar a ocupação em uma perspectiva socioeconômica. Porém, o habitante da região contestada é mescla de muitos grupos humanos, de diferentes origens, e pode-se dizer ainda, que a "diferenciação entre o serrano do campo (planaltos ligados à pecuária) e o do mato (ligado ao extrativismo ervateiro), ainda é pouco estudada, mesmo havendo estudos importantes, está longe de ser entendida com a profundidade que merece.

Excetuando os povos originários que serão tratados mais adiante, a população da região contestada é descendente dos tropeiros, de refugiados "farroupilhas" de 1835-1945, de "federalistas" de 1892-1894; são enfim, os mateiros, "gente do mato", mais ligados à lavoura ou a criação de porcos, com escassa pecuária, mas tinham na natureza regional a sua aliada, pois os pinheirais fechados engordavam com pinhão silvestre os porcos no inverno, enquanto que no verão outros frutos alimentavam as criações de porcos. Via de regra, o sertanejo-caboclo cultivava a moranga e a abóbora, tendo sua base alimentar associada ao milho - os monjolos tiravam a farinha, a quirera, e o cuscuz. Haviam poucas ervateiras (erva mate); suas casas eram simples, quando não, ranchos de pinho em paus roliços e ranchões, sendo a cozinha o ambiente do encontro social entre amigos e famílias, onde a cozinha de fogo no chão sem trempes de ferro, preparavam a comida e aqueciam a água para o mate (Fraga, 2005). Era uma vida simples, mas com dignidade, pois o alimento não era escasso.

Por fim, essa população sertanejo-cabocla não teve professores, e muito menos escolas; não tinham médicos e utilizavam a medicina caseira; a religião era tradicional (principalmente pautada no catolicismo rústico do interior do Brasil) e ancestral, pois os padres não apareciam, ou muito raramente o faziam, naqueles sertões (Thomé, 1987).

Na base genética dessa população sertanejo-cabocla, há um mosaico de todos os grupos humanos que viveram e passaram pelas terras contestadas, originalmente os grupos indígenas, os espanhóis, os portugueses, os africanos e, não se pode duvidar que outros grupos étnicos possam fazer parte dessa composição, mas que seguem invisibilizados.

No tocante aos povos originários, Bavaresco, Franzen e Franzen (2013) destacam a presença das Peabirus indígenas no Extremo Oeste catarinense, que eram as picadas abertas no sertão, usadas para praticar a silvicultura pelos indígenas, e que serviram de passagem para as comitivas do governo, na realidade, tais fatos devem estar relacionados às Missões Jesuíticas e, mais tarde, as instalações de colônias militares na fronteira, isso já seria no século XIX – eram caminhos que permitiram que os primeiros colonos e missionários se movimentassem pelo território, por eles desconhecidos.

Porém, diante de toda esta extensão territorial dominada e conhecida pelos povos

originários, destacando-se na região os Guarani, Kaingang e Xokleng, surgem em diferentes períodos históricos movimentos de ocupação do território, cujas informações se destacam por meio de relatos antigos que demonstram a ocupação regional. Um exemplo desta ocupação anterior aos projetos de colonização do século XIX, é atual município Dionísio Cerqueira, conurbado na fronteira com a Argentina, ocupado anteriormente aos projetos de colonização oficiais, pois a área em questão possuía o objetivo de proteger a fronteira, devido a conflitos por demarcação com a Argentina – porém tais fatos são do século XIX, que acabou garantindo a posse territorial brasileira a partir do arbitramento de 1895, já mencionado (Fraga, 2006).

> Nas imediações de Chapecó (SC), no Oeste do estado, desde o ano de 1882, havia a Colônia Militar, presença permanente, para evitar uma invasão argentina. Esta Colônia Militar de Chapecó foi instalada em 1882, como maneira do Brasil defender as suas fronteiras. A colônia pretendia fixar soldados com suas famílias na região e, entre 1882 e 1910, distribuiu, aproximadamente, 255 títulos de propriedade (Fraga, 2006, p. 114).

Como supracitado, o acesso à terra e as políticas de colonização do território extremo-oestino surgem para responder às necessidades do capital, mas isso ocorreu oficialmente a partir de 1917, quando o estado catarinense cria o município de Chapecó, depois do Acordo de Limites de 1916 que solucionou a questão territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina – é somente a partir daí que se tem um ocupação efetiva do Grande Oeste catarinense, pois antes há apenas o registro das colônias militares, inclusive a de Chapecó/Xanxerê (Fraga, 2012). Porém, cumpre mencionar que mesmo havendo uma boa bibliografia sobre este processo de colonização regional, a mesma ignora os povos originários e os posseiros sertanejos-caboclos que já viviam nestes territórios antes dos três movimentos de ocupação, sendo o Vale do Rio Uruguai, a região da Tríplice Fronteira e a de São Miguel do Oeste (Bavaresco, Franzen e Franzen, 2013).

> A derrota militar dos sertanejos, em 1916, não teria maior sentido, se logo não ocorresse a solução final da contenda entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Os 48.000 km² que estavam em disputa, foram então divididos, de maneira que, ao Paraná tocou aproximadamente 20.000 km² e a Santa Catarina, 28.000 km². Isto por interferência direta do presidente Wenceslau Braz, que desta maneira "colocou um fim ao litígio" (...) O governo de Santa Catarina, imediatamente tratou de começar a criar, na parte que lhe coube no acordo, as condições necessárias para a incorporação e progresso dessa área. **Foram então criados, em agosto de 1917, através da lei nº 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Joaçaba e Chapecó**. A instalação dessas sedes municipais, com as consequentes presenças das comarcas judiciais, paróquias, unidades escolares etc., foi à base que passou a fundamentar a conquista do Oeste catarinense (Fraga, 2006, p. 128). (Grifo nosso).

A colonização regional pós-Acordo de Limites de 1916, possuía o intuito de

providenciar uma ocupação sistemática e controlada do território, e ou o progresso econômico, isso não é particular do avanço sobre o interior em Santa Catarina, mas sim um caminho trilhado nacionalmente que em diferentes períodos da história criou-se mecanismos e projetos que visavam além da ocupação do espaço, garantir uma dominação étnica e política, como a conhecida "política de branqueamento[1], direcionando povos de descendências alemã e italiana para a região, fato que marcou profundamente a organização territorial e as relações sociais.

> Na visão dos órgãos governamentais e das empresas, colonizar a faixa de fronteira representava levar a civilização ao sertão e garantir a ocupação ordenada do espaço, tão contestado ao longo da história. Na visão das empresas colonizadoras e dos que compraram lotes de terras, era uma oportunidade de gerar riqueza através da exploração da madeira, da venda de terras, e da perspectiva presente no imaginário do colonizador: derrubar a mata e iniciar uma atividade econômica. (Bavarsco, Franzen e Franzen, 2013, p. 90)

No que se refere a herança da colonização deste território, temos ainda hoje expresso no cotidiano da população da região, o legado das resistências destes povos indígenas saqueados e marginalizados, dos imigrantes empobrecidos e negros africanos, raízes da miscigenação que hoje compreendemos por caboclos – os povos tradicionais da região.

Os caboclos e caboclas, sertanejos em outros rincões, povo camponês, posseiros esquecidos pela Lei de Terras, marginalizados pelo capitalismo nascente, em Santa Catarina protagonizaram a Guerra do Contestado, como se vimos anteriormente, e que podemos afirmar, o genocídio do Contestado, como Fraga (2019) estabelece. Todos esses elementos estavam baseados no disparate e desigualdade estrutural dos povos que entraram em conflito contra o Exército brasileiro fortemente armado durante os anos quatro anos de guerra civil no sertão contestado, que para além de lutar pelo território, questionavam a República ancorada nos ideários positivistas e no liberalismo, que propunha em seus projetos o desenvolvimento industrial, expresso na construção da estrada de ferro, na indústria madeireira e na recolonização regional a partir da expulsão dos sertanejos-caboclos das suas terras ancestrais.

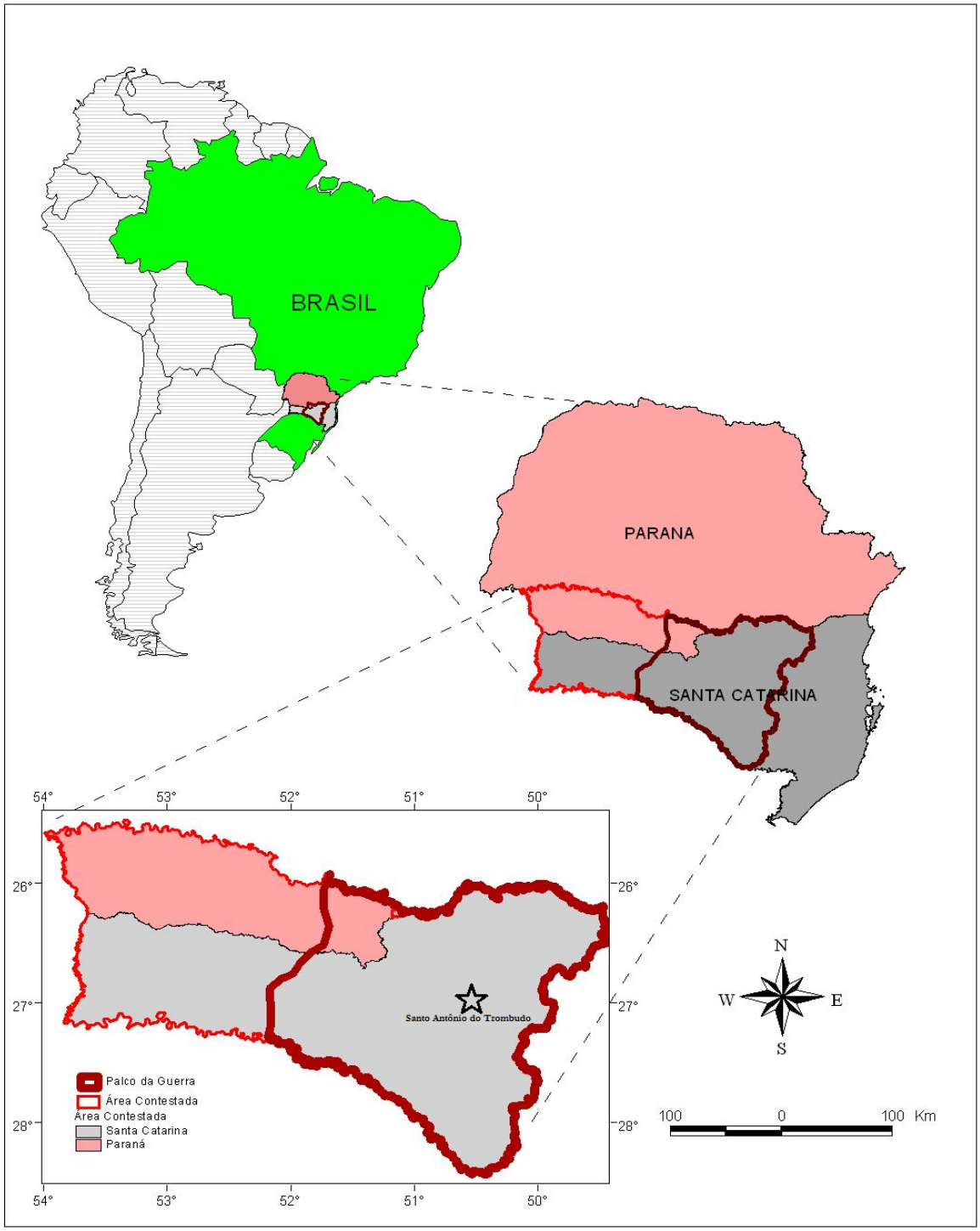
A guerra não termina nestes quatro anos de conflitos, resulta ainda em um processo de desterritorialização dos caboclos e caboclas, do deslocamento forçado em busca de sobrevivência contra a violência do Estado brasileiro, sendo que tais acontecimentos deixaram marcas, não especificamente, mas profundamente na região do Extremo Oeste catarinense.

[1] A política de branqueamento não é a única iniciativa de Estado responsável pelos efeitos do racismo na população; porém, sua permanência ainda é produtora de sofrimento psíquico e social. O conjunto das instituições republicanas, como o judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, entre outras, são uma rede tecida nas bases do racismo científico. A política do "embranquecimento" é parte dessa rede, constituindo-se e capilarizando-se nos planos mais sutis, micropolíticos, da história brasileira (Maia e Zamora, 2018, p. 280).

Por que trazer a Guerra do Contestado nesta pesquisa, se o objetivo posto é a concepção de mundo a partir das juventudes? A resposta surge, quando compreendemos que estas juventudes são sujeitas construtores do seu espaço, dos seus territórios e dos seus lugares no mundo, e também fruto dele, o que torna indispensável esta passagem da história que lhes marca suas próprias histórias de vida sobre o lugar onde vivem, afinal, o tema é salutar ao se tratar das determinações geográficas de limites do território em questão – onde vivem tais juventudes.

As juventudes que carregam esta herança histórica, e são fruto da reconfiguração espacial geradas pelas violências ocorridas na guerra que ao final determinou seus territórios de vida, e continuadas no pós-guerra com a herança das desigualdades sociais e do preconceito lançado sobre os descendentes dos povos originários e tradicionais, são frutos também, de um esquecimento imposto, de uma identidade negada. As terras das quais falaremos nesta pesquisa, são dentro do perímetro do território em disputa entre Paraná e Santa Catarina, não foram palco dos conflitos sangrentos e desiguais, mas eram parte do debate e tiveram sua delimitação definitiva tardia como podemos ver na figura 4, e posteriormente se tornaram territórios dos caboclos e caboclas fugidos dos conflitos – essas juventudes, então, descendem de todo esse processo de (re)ocupação e (re)organização territorial do Oeste e Extremo Oeste catarinenses.

Figura 4: Mapa das Território do Contestado e da Região da Guerra em si



Fonte: IBGE, Carta do Brasil ao Milionésimo, meio digital, 200
QUEIROZ, M.V., 1981.

Organizado por Nogarolli, M.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
ÁREA CONTESTADA
PALCO DA GUERRA

Mapa 1

Fonte: Fraga (2006).

Mesmo que a colonização, ou reocupação do território por colonos oriundos em boa parte do Rio Grande do Sul, de colônias de migração europeia, notadamente italianas e alemãs,

a região passou por um rápido processo de desenvolvimento depois da Guerra do Contestado e da assinatura do Acordo de Limites que garantiu para o estado catarinense as terras do Oeste. Porém, para além do dito desenvolvimento verificado na região, todo o processo de ocupação proposto gerou numerosos conflitos, pois deparou-se com populações habitando as terras vendidas pelas empresas colonizadoras, e tais companhias pressionaram e expulsaram sertanejos-caboclos de suas terras, assim como indígenas.

Para interpretar as relações sociais geradas no Extremo Oeste catarinense, se faz importante destacar as relações socioespaciais que o forjaram – ou seja, a sociedade sobre o território em formação e formado. Sendo assim, é indispensável reconhecer a herança indígena, os conflitos envolvendo o povo e o Estado, sobretudo o antes, o durante e o território pós-Guerra do Contestado, além das políticas de reocupação do território geradas pelas políticas de colonização. Cumpre recordar que a Guerra do Contestado em si foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Regiões do Contestado Catarinense e Sul Paranaense. (Fraga, 2017, p. 37).

No caso da região do Contestado que se estendia do Planalto Norte até o Extremo Oeste catarinense, a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) desempenhou um papel crucial no conflito social e territorial que surgiu na região, e ele se torna inexorável para se promover qualquer análise atual sobre o território fronteiriço Brasil-Argentina. Fraga (2017, p. 76) observa que a construção da ferrovia foi um dos gatilhos para a Guerra do Contestado, resultando no deslocamento de comunidades locais para diversas regiões, incluindo o Oeste, e intensificando as tensões entre camponeses e empresas estrangeiras envolvidas na obra. A instalação de ferrovias cortou terras produtivas, alterou a geografia social e gerou uma reconfiguração territorial que privou as comunidades de suas principais fontes de sustento – erva mate, criação de porcos crioulos, pequenas lavouras de autoconsumo etc. Assim, a intervenção promovida por Percival Farquhar, imperialista estadunidense que construiu a ferrovia, não apenas trouxe transformação econômica, mas também exacerbou conflitos e marginalização social no sertão catarinense que se estende até o rio Peperi-Guaçu.

Para Fraga (2017):

> (...) A estratégia de Farquhar, como imperialista, impetuoso, era dominar todo o transporte ferroviário da América Latina e construir um sistema de transporte transcontinental ligando a América do Norte à América do Sul (p. 64). (...) “Assim, o território da Região do Contestado é marcado por vários contrastes, conferindo um imenso mosaico de representações espaciais e sociais determinado pelas ações que perpassam pela lógica do poder econômico e político e têm rebatimento social na vida das populações” (p. 67).

Não se abre mão de reafirmar que a Guerra do Contestado (1912-1916) foi um evento violento com consequências para todo o Sul do Brasil. Nele, se sobrepuseram vários níveis de conflitos: divergências entre Argentina e Brasil, questões de posse de terras entre diferentes coronéis, e da divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e os conflitos sociais entre fazendeiros e sertanejos-caboclos. Porém, este conteúdo tende a cair no esquecimento, visto que a abordagem por professores da Rede Estadual de Ensino está atrelada aos conteúdos estruturantes e conteúdos básicos, onde a realidade local/regional catarinense e paranaense deve ser considerada sempre que possível, mas não é.

> A temática "Guerra do Contestado" é abordada de forma fragmentada, ou apenas citada no conteúdo quando se discute os diversos movimentos sociais e revoluções. O Território do Contestado, seu povo e sua cultura são marcados pela invisibilidade desde o fim da guerra, e o rompimento desse silêncio vem sendo lentamente rompido pelas ciências humanas, mesmo que cada qual atue na sua realidade analítico-metodológica; dessa forma, o fenômeno dos esquecimentos sucessivo tende a ser reduzido (Fraga, 2017e, p. 75)

Envolvido por estes diferentes conflitos pelo território, a demarcação do Extremo Oeste catarinense é fruto da desterritorialização, espoliação e violência dos povos que viviam no território do campo, gerando em diferentes momentos da história, forçadamente, o êxodo rural. E, assim, temos o capital se articulando no espaço rural, com o latifúndio, resultado destas grandes fazendas, e com a expulsão das famílias que viviam de subsistência ou da colheita da erva mate. Cabe lembrar que estes movimentos violentos do capital, afetam não só a composição geográfica e social do campo, mas também o âmbito cultural.

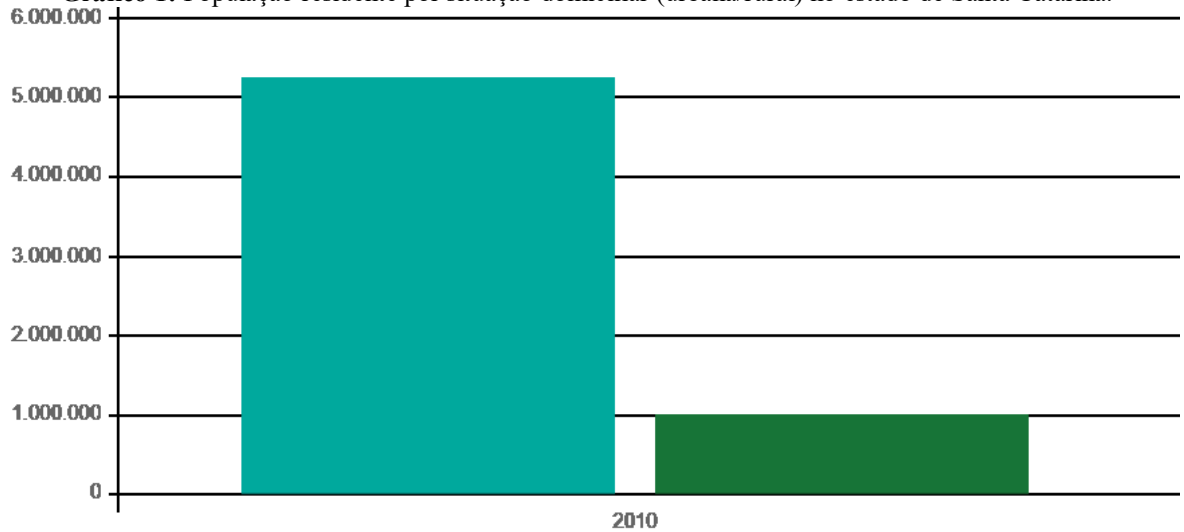
Partimos de um território forjado na resistência e nas relações desiguais germinadas pela presença do capitalismo no campo, que com o passar do tempo vai se especializando na produção, mas especialmente no controle político e legal da posse da terra. Em contraponto a estas violências, o território do Extremo Oeste catarinense se caracteriza, também, como um dos berços das organizações sociais do campo. Tendo presente na organização dos povos do campo, o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimentos dos Trabalhadores/as Sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Pastoral da Juventude Rural (sendo que estes inserem a Via Campesina), tendo ainda sindicatos do campo e da cidade, que historicamente se organizam forjando sujeitos combativos e protagonistas dos processos políticos regionais contra todo tipo de exploração e expropriação.
Por vezes, também como reflexo do avanço do capital, a sociedade não reconhece sua trajetória histórica, esquecendo das origens indígenas, negras caboclas etc. Nesse sentido, Tânia Mara Bastiani (2021) evidencia em seus estudos a exaltação cultural que a região emprega sobre o

papel dos imigrantes fruto das políticas de colonização. Uma construção pautada em vários níveis e espaços de formação da consciência e política do território.

A exaltação dos ditos pioneiros com estátuas, nomes de ruas, escolas e outros espaços públicos é parte de uma estratégia de elaboração de uma identidade regional, que ignora suas raízes históricas de enfrentamento e de miscigenação, as próprias contradições presentes nestas relações cotidianas da região, geradora de todo tipo de exclusão, mas, também, de cerceamento da verdade. Contraditoriamente, tais questões acabam provocando articulações de movimentos do campo e da cidade, que visam problematizar as particularidades, como é o caso da organização objeto da pesquisa – ou seja, sempre há reação a qualquer tipo de tentativa de homogeneizar a sociedade a partir de princípios elitistas, tais como uma europeização do Extremo Oeste catarinense, fato combatido por numerosos movimentos sociais.

Para melhor compreendermos a disposição da região no território nacional cabe apresentar alguns dados do estado de Santa Catarina. Trata-se do vigésimo maior estado em extensão territorial do país, com uma área de 95.730,690 km², que segundo dados do IBGE de 2010, apresenta uma população majoritariamente urbana, com aproximadamente 17% vivendo no meio rural, como podemos visualizar no gráfico 1.

Gráfico 1: População residente por situação domiciliar (urbana/rural) no estado de Santa Catarina.



Fonte: IBGE (2010).

A implementação da agricultura no território catarinense enfrentou diversos percalços que impulsionaram esta realidade da disposição da população no território, devido diversos fatores, tais como as características físico-químicas do solo, o relevo acidentado e a falta de condições materiais para o trabalho dos colonos, que exigia maiores investimentos para a produção, como se pode perceber na figura 5 que registra a vida colônia às margens do rio

Uruguai. Devido à falta dessas condições materiais, manteve-se durante séculos a produção para subsistência e policultura, possibilitando somente trocas locais e regionais, isso evidencia-se na inserção tardia do estado na economia nacional, mais notadamente a partir do nascimento da agroindústria no Meio-Oeste e Oeste catarinenses.

Importante salientar que o processo de colonização, ou reocupação humana do Oeste e Extremo Oeste catarinenses, sobretudo entre os anos de 1920 e 1970 acabou gerando uma grande modificação na natureza, como se vê na figura 5 já mencionada. O domínio de vasta floresta com Araucárias sofreu exaustivamente a ação humana, entre derrubá-las para plantar e vender a madeira, abrindo principalmente espaço para a agricultura e, mais tarde, para a agroindústria regional. Para se ter uma ideia das leituras feitas sobre a ocupação daqueles sertões, nos anos de 1940, o geógrafo Léo Waibel mencionava em suas pesquisas de campo, que os sertões, mesmo ocupados, estavam distantes da civilização que se pretendia no Brasil, "criaram uma paisagem que por longo tempo não era, nem terra civilizada nem mata virgem, e para o qual aqui se tem a expressão muito feliz de 'sertão'", Waibel (1955, p. 5).

Figura 5: Colono na década de 1940. Vale do rio Uruguai, Santa Catarina.



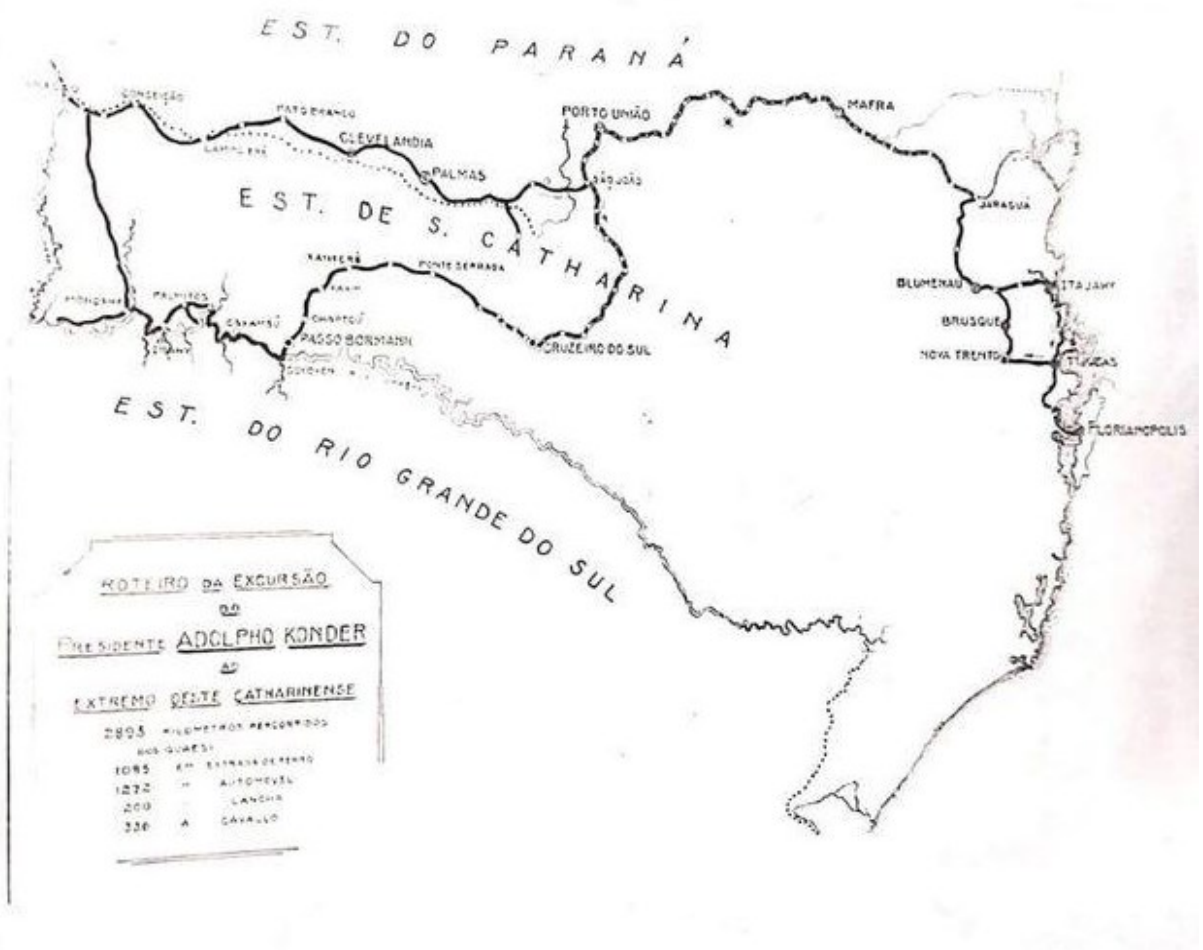
Fonte: Radin e Silva (2018) Foto: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Para se ter uma ideia da "distância" e do abandono Oeste catarinense, apenas em 1929

um governador do estado, em comitiva, cruzou o território catarinense e chegou ao Extremo Oeste, fato que gerou muitos relatos e, inclusive, houve o primeiro acidente automobilístico em Santa Catarina, como se pode verificar na figura 6, o roteiro de viagem do governador saiu de Florianópolis, indo até o Dionísio Cerqueira, na parte mais longa da jornada.

> No caso da fronteira oeste catarinense, o relato feito por D'Eça (1992), sobre a viagem de 1929, deixa evidente a impressão causada pela paisagem e, principalmente, pela mata virgem. O registro pertinaz, em forma de diário, entre os dias 24 de abril a 16 de maio, é a impressão do autor e, grosso modo, da comitiva, acerca do que foi testemunhado por eles. A comitiva do presidente Adolfo Konder, formada por 30 pessoas, percorreu diversos locais na região que, em 1916, havia sido incorporada à Santa Catarina. Os registros realizados por componentes da comitiva, entre os quais, além do de Othon D'Eça, figuram o de Ferreira da Costa (1929) e o de Boiteux (1931), também objetivavam produzir memória e criar representações positivas do seu próprio governo. Nesse sentido, não se poupam elogios à atitude do governador pela iniciativa da viagem, assim como pelos resultados que ela traria para a região e para o país (Radin e Silva, 2018, p. 691).

Figura 6: Roteiro da viagem do Governador Adolfo Konder, primeira viagem ao Extremo Oeste catarinense.



Fonte: Museu Público Municipal de Saudades, SC Victorino Affonso Lenhardt (2024).

Ao observarmos a figura 6, o trajeto do governado era bastante político no pós-Guerra

do Contestado, saindo da capital do estado, passa pelo Vale do rio Tijucas, indo a Brusque, Itajaí e Blumenau, importante cidades daquele momento histórico no processo inicial de industrialização estadual e seu importante centro eleitoral. Segue a Joinville, maior e mais importante cidade catarinense, e subindo a Serra Dona Francisca, chega ao território outrora contestado, passando por Mafra (criada em 1917), indo até Porto União (criada em 1917) e São João do Pobres, hoje Matos Costa, dali até Cruzeiro (criada em 1917), esse trecho foi realizado de trem, pelas ferrovias do Contestado, causadoras da guerra homônima. Seguido por caminhos carroçáveis e picadas, passa por Ponte Serrada, Xanxerê, Chapecó (criada em 1917), indo ao Passo Bormann, e pelas barrancas do rio Uruguai, chega até Itapiranga, passando por Mondai. Até Dionísio Cerqueira, atravessa de Sul a Norte, todo o Extremo Oeste catarinense, retornando a Porto União, cruzando a Serra da Fartura, divisa estadual com o Paraná depois do Acordo de Limites de 1916, inclusive indo a Palmas e Clevelância. Não duvidamos de que essa era uma viagem estratégica de consolidação do próprio território que estava em disputa, pouco mais de uma década antes, além de fixar fronteiras estratégicas, se bem que a catarinização (desenvolvimento da identidade catarinense) do território do Contestado foi concluída apenas, na década de 1980 (Fraga, 2006). A figura 7 mostra uma recepção ao governador durante sua viagem ao Oeste catarinense.

Figura 7: Imagem da comitiva do Governador Adolfo Konder, na primeira viagem ao Extremo Oeste catarinense, em 1929.



Fonte: APESC_Item F7291 - Adolfo Konder (1884-1956) (2024).

Um fato importante desta viagem do governador Adolfo Konder, foi seu encontro com Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, que no ano seguinte promoveria a Revolução de 30. A viagem aconteceu em lombo de cavalo, sendo Konder, o primeiro governador a chegar ao Oeste catarinense – quando chegou em Dionísio Cerqueira, fundou uma escola, sediou um destacamento da Polícia Militar e nomeou um exator para a arrecadação de tributos (SEFSC, 2024).

3.3. **O Grande Oeste catarinense, a natureza domada e seus reflexos**

Não duvidamos que tal visita permitiu o avanço da colonização oestina, região esta que é coberta por um relevo escalonado típico das áreas cobertas por lençóis de lavas basalticas. Os rios são de perfis longitudinais fortemente irregulares, inclusive o rio Uruguai, que desce da altitude de 364 metros na foz do rio do Peixe a menos de 200 metros na foz do rio Peperi-Guaçú (Atlas de Santa Catarina, 1986).

O divisor de águas entre a bacia do rio do Peixe e as diferentes bacias secundárias do Oeste baixam da altitude de 1.300 metros, na Serra da Taquara Verde a menos de 400 metros entre a foz do rio do Peixe e a barra Lageado Veado. Esse divisor é uma série de patamares em

que nascem os rios que correm para o Oeste, como as cabeceiras do rio Chapecó (1.300 metros) do rio Chapecozinho (1.200 metros), do rio Irani (1.200 metros), do rio Jacutinga (1.000 metros) e do rio Rancho Grande (900 metros) (Atlas de Santa Catarina, 1986).

O rio Chapecó é o maior dos afluentes do rio Uruguai no Oeste catarinense. Devido à grande densidade da rede hidrográfica no Oeste, os divisores de água entre os tributários do rio Chapecó e entre os rios que lhe ficam a jusante são estreitos patamares fortemente atacados por erosão com declives suaves até a altitude de 500 a 600 metros, área em que nasce os pequenos contribuidores diretos do rio Uruguai e que desgastam intensamente o antiplano. É nessa zona que estão numerosas cidades, a exemplo de Pinhalzinho, Cunha Porã, Maravilha, Descanso e São Miguel do Oeste (Atlas de Santa Catarina, 1986).

No tocante a formação original florestal, destaca-se a Floresta Estacional Decidual, que se estende-se pela bacia média e superior do rio Uruguai e seus afluentes ocupando uma superfície de aproximadamente 10.000 km² em Santa Catarina. É formada no estrato emergente por espécies de gêneros tropicais, espécies estas que apresentam condições hormonais de perderem as folhas provocada pelo frio do inverno, quando se verificam os meses com médias de temperaturas abaixo de 15ºC. O estrato arbóreo é constituído principalmente por canelas (lauráceas) que formam comumente uma cobertura densa de árvores perefoliadas, sendo as mais comuns, a canela preta, canela amarela, canela guaiçá, bem como guajuvira da família das Baraginácea. Além deste estrato arbóreo, ocorrem ainda os estratos de arvoretas, arbustos e ervas, formados em geral, por um reduzido número de espécies. Já, no extremo sul do Oeste catarinense, há a presença dominante da Grápea, que imprime a fitofisionomia á toda a floresta, sendo bastante comuns: o angico-vermelho, louro-pardo, a cana fistula e outras árvores emergentes (Atlas de Santa Catarina, 1986).

Originalmente as regiões Oeste e Extremo Oeste catarinense era dominadas por dessa massa florestal, sendo ela destruída em poucas décadas desde a colonização que ocorre depois do Acordo de Limites das terras contestadas, em 1916. Sobre a composição original da natureza regional, Peron; Maar e Netto (2009), assim as resumem, trazendo porcentagem do que sobrou desses domínios vegetais: a Floresta de Araucárias: também conhecida como Floresta Ombrófila Mista ou Floresta Sciculifoliada. Possuindo a Araucária como principal espécie, essa vegetação é visível no Planalto Serrano e Oeste catarinenses, característica de clima de maior amenidade, com vegetação aciculifoliada e homogênea. Originalmente a vegetação cobria 40% dos territórios, no entanto foi alvo de intensa exploração madeireira e passa por uma situação crítica, restando apenas 5% da área original em remanescentes isolados; a Floresta subtropical: também conhecida como Floresta Estacional Decidual e Semidecídua – espécies cujas folhas

caem no outono e inverno, mas com numerosas espécies permanentes. Típica das regiões localizadas próximas ao rio Uruguai, correspondiam a 9,6% da cobertura vegetal nativa e atualmente é praticamente extinta devido a agricultura intensa no planalto. E, os Campos: Constituído por vegetação variada, em principal matas galerias e os capões, são visíveis especialmente no planalto serrano e ocupava 15% da vegetação catarinense. Com vegetação baixa, gramíneas e herbáceas, apresentou espaço favorável a pecuária extensiva, exercendo influência na economia regional.

Existem dois autores que fornecem uma classificação de tipos climáticos, fazendo uma função das microrregiões geográficas que compõem a região Oeste de Santa Catarina, temos a seguinte designação; segundo Koppen, predomina o clima mesotérmico úmido, com verões alternados de frescos a quentes. Já para Thornthwaite, o clima é super úmido com temperatura média anual variando entre 16ºC e 20ºC, e a precipitação total anual varia de 2.000 a 2.400 mm (Atlas de Santa Catarina, 1986).

Porém, a região apresenta numerosos problemas ambientais, cujos impactos se devem ao processo de colonização. O maior problema de impacto ambiental na região Oeste, está centrada na contaminação quase que total dos recursos hídricos, sendo que a principal fonte de poluição é a criação de aves e suínos que abastecem as agroindústrias da região, e ainda outras indústrias que produzem efluentes, elevando os índices de verminoses na área rural Peluso Júnio, 1991).

O preço da degradação ambiental pelo uso do território seguindo o modelo de desenvolvimento capitalista vivido no Oeste, por conta das companhias colonizadores de capital externo, muitos dos quais do Rio Grande do Sul, fez com que atualmente os remanescentes florestais quase só se encontram em algumas reservas particulares de grupos madeireiros pequenas áreas de reserva de natureza particulares. Estas reservas foram estimadas na Floresta Estacional Decidual, entre 5% a 8%, estando algumas delas já alteradas.

Há numerosos reflorestamentos na região Oeste em áreas dissecadas com solos bastante degradados, onde encontram-se pequenos reflorestamentos nas propriedades rurais, constituídos principalmente por eucaliptos para fins energéticos e algumas espécies nativas (Atlas de Santa Catarina, 1986). Tais fatores são devidos ao modelo socioeconômico regional, considerando que o Oeste e Extremo Oeste catarinense foi recolonizado por pequenos proprietários policulturas, com tendência desde a colonização à produção comercial de suínos e milho. Sendo que a partir de 1960, a integração dos colonos às agroindústrias foi se acelerando, tendo atualmente uma verdadeira região agroindustrial que produz porcos, salamarias, aves de matriz ao produto final, soja, óleo etc. Isso fica evidente ao se observar a

concentração de grandes agroindústrias de grandes capitais na região, que empregam parte considerável da população, tanto rural, quanto urbana, a exemplo Sadia, Perdigão, Seara, Aurora, por exemplo (Alves e Mattei, 2006).

As agroindústrias no Oeste se constituíram como verdadeiras potências de mão-de-obra que se constituiu a partir da colonização iniciada em Chapecó (1917) e se expandindo até a fronteira com a Argentina, no Extremo Oeste catarinense, que, foram criando áreas rurais cativas quanto à produção dos ditos milhares colonos integrados, inclusive da força de trabalho de toda a família. Com a construção de estabelecimentos industriais, a crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, os preços baixos pagos a eles, os preços de oligopólio, alcançados no mercado nacional, esta região tornou-se a mais importante do Brasil nos ramos mencionados, e partiu para a exportação maciça de aves congeladas aos mercados mundiais, sobretudo, do Oriente Médio, que alcançaram milhões de dólares, além das exportação de farelo de soja e óleo de soja, para os mercados europeus, principalmente (Dalla Costa, 2007).

Mas, todas essas pretensas grandiosidades erguidas sobre o Oeste de Santa Catarina, não se constitui como a perfeição da relação sociedade-natureza-riqueza, o processo foi lento, o preço pago muito elevado, e a infraestrutura ainda é bastante precária na região, assim como a vulnerabilidade de milhares de famílias oestinas.

De maneira geral, a economia catarinense foi prejudicada ao longo da história pela dificuldade de articulação entre as regiões geoeconômicas, propiciada pelos limites estabelecidos pelo relevo acidentado e pela incapacidade do estado de romper tais limites.

> O espaço catarinense foi sendo ocupado, vagarosamente, em quase toda sua extensão, ainda que com baixa densidade, em grande parte devido à lentidão com que evoluíam os meios de transporte (Peluso Júnior, 1991, p. 275).

Em 1940, por exemplo, as estradas ainda eram intransitáveis em dias de chuvas, pois eram de ‘terra melhorada’ (chão batido). Em geral, ligavam cidades, vilas e povoações aos portos ou estações ferroviárias. A navegação foi importante para Santa Catarina até as proximidades da década de 1970, a partir dessa época, grandes investimentos foram feitos no sistema rodoviário estadual - abandonando-se, praticamente, os demais, fato também marcante no país, por conta das políticas públicas associadas ao rodoviarismo (Fraga, 2022).

O primeiro trecho da BR-282, construído nessa época, ligava São Miguel do Oeste até Campos Novos.

> Mas a evolução no sistema rodoviário teve lugar, inicialmente, no melhor tratamento do revestimento de terra melhorada e construção de novas estradas. As vias carroçáveis eram abertas para todos os recantos do território,

> substituindo os picadões dos primeiros tempos do povoamento (Peluso Júnior, 1991, p. 277).

A mencionada rodovia federal, BR-282, constitui-se no principal "elo" de ligação entre o Estremo Oeste ao Leste do estado de Santa Catarina, ligando a capital, Florianópolis, até a fronteira argentina, possibilitando a interligação entre regiões geoeconômicas de alta importância. Foi por meio dela que Chapecó aproximou-se dos outros centros econômicos de Santa Catarina - colocando 'fim' ao seu quase total isolamento, assim como São Miguel do Oeste, a cidade mais importante da região de fronteira.

3.4. **Condições socioeconômicas dos municípios do Extremo Oeste catarinense**

A região do Extremo Oeste catarinense é composta por 21 municípios, todos pequenos, tendo como cidade polo, São Miguel do Oeste, que possui pouco mais de quarenta mil habitantes. Como foi possível observar nesse capítulo, o processo de formação socioespacial vem de longo período, gerando uma relação espaço-tempo milenar ao se considerar os povos originário (indígenas); secular para os povos tradicionais sendo estes os sertanejos-caboclos; e com menos de um século para os descendentes da migração recente iniciada a partir de 1917, com a fundação oficial de Chapecó, a partir do Acordo de Limites entre Santa Catarina e o Paraná.

Do ponto de vista da ocupação formal das terras oestinas, é preciso remontar as sesmarias como política de ocupação de terra, pois elas estão envolta no processo que caracteriza a colonização e ocupação das terras brasileira, fato que resulta na concentração e formação dos latifúndios, gerador de grupos familiares que detém a terra e riqueza, fator determinante na territorialização econômica, por conseguinte, no modelo de desenvolvimento nacional. Da mesma forma, não se pode ignorar que todos esses conflitos que moldam o território de Santa Catarina e o do Brasil, são resultado do impetuoso avanço e organização espacial/territorial das vidas em prol da edificação do capitalismo, que concentra terra e riqueza e espalha a pobreza pelo campo e pela cidade.

As sesmarias representam o privilégio e a concentração de terra, deixando à margem as famílias de camponeses, de sertanejo-caboclos desterrados, cuja sobrevivência ocorria em troca de arrendamento, assim como por meio do trabalho esporádico, trazendo até hoje, as péssimas condições de vida camponesa, com reflexo sobre a vida na cidade de pessoas expulsas do campo. Tais elementos, consideram ainda que essa população sem acesso formal à terra, estava, no passado, caracterizada por relações não capitalistas de produção, evidenciando a

contradição intrínseca ao capitalismo, que também tem como princípio a propriedade privada, direcionando, assim, o acesso à terra como uma ferramenta política de domínio e controle territorial (Oliveira, 2007).

A política de acesso à terra, desde a implementação dos projetos de ocupação do território ignoraram processos de ocupações anteriores no mesmo, relação que não é particular do estado, mas estando sobre todo o país. Salutar recordar, que desde a colonização/invasão ignora-se e criminaliza-se os povos originários, não sendo diferente em momentos posteriores com os mesmos povos, e também, negros africanos aqui escravizados, e os caboclos e as caboclas, povos que ocupavam e viviam territorializados antes mesmo da implementação das políticas de ocupação oficial do território, por meio da colonização por empresas capitalistas a partir de 1917 na região oestina catarinense. O avanço do capital gerou relações de opressão e de concentração de terra e riqueza em diferentes regiões do estado, incialmente entregues aos banqueiros europeus, no século XX, e depois, no século XX, as companhias de colonização de capital privado, estas sobretudo depois da Guerra do Contestado.

Esse processo histórico de ocupação, tanto em nível nacional, como catarinense, influencia até hoje a disposição populacional, as relações sociais, as culturais e as de poder. Embora o alicerce da colonização de Santa Catarina seja a pequena propriedade, e a policultura as empresas colonizadoras que se baseavam na política nacional, tão violenta quanto excludente, ao garantir o acesso à terra a um seleto grupo, de preferência branco e de origem ou descendência europeia, marginalizando sobretudo os sertanejos-caboclos que já estava territorializados secularmente na região, sem comentar o papel de tal colonização com os indígenas. Marginalizaram uma parcela significativa da população, privilegiando os donos das empresas colonizadoras que avançavam para o interior daquele sertão, edificando estrategicamente cidades, com o intuito de garantir a exploração exacerbada dos recursos naturais disponíveis (Santo, 1998).

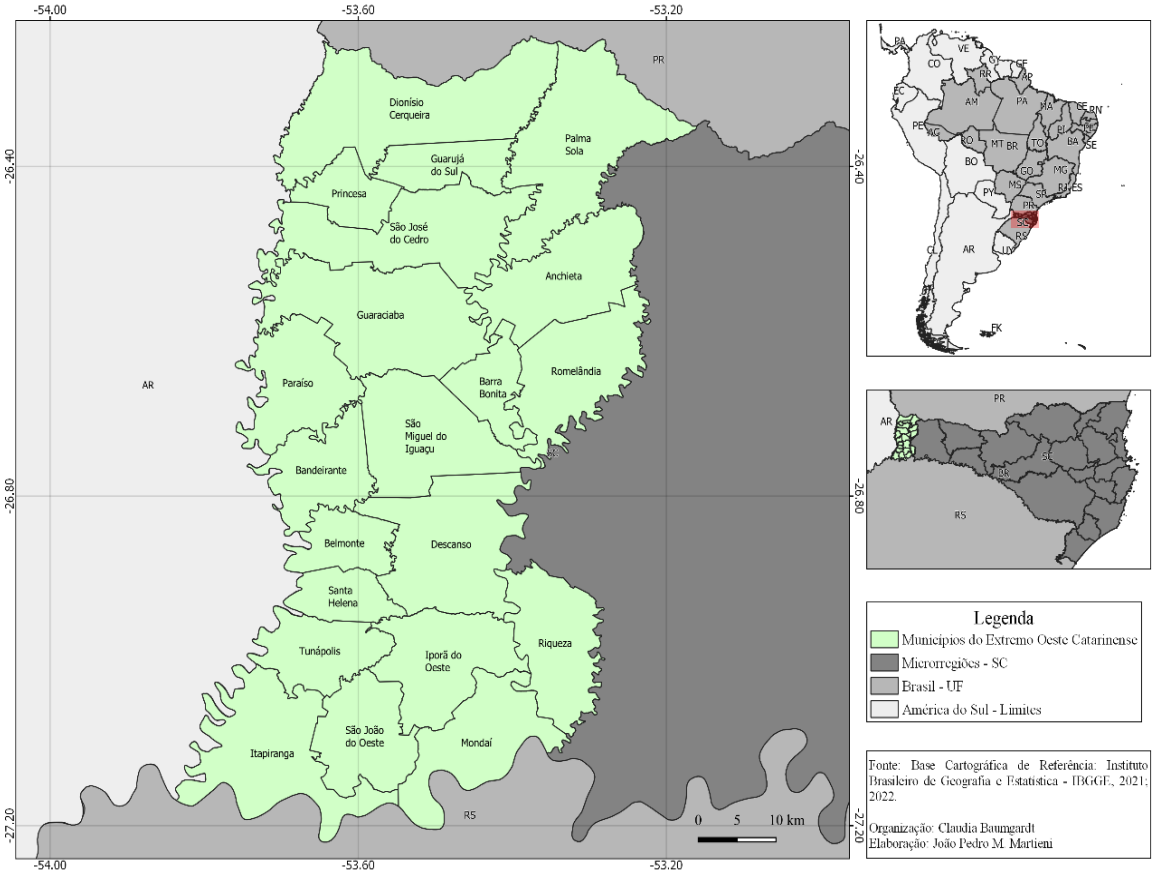
O Extremo Oeste catarinense fica localizado na região da fronteira com a República Argentina, observável no mapa 1, compõe a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC) e, segundo dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta uma população de 185.175 habitantes – tal região, mesmo com uma população total pequena para 21 municípios, forma um território de importante diversidade cultural, com fortes traços gerados pelos processos de colonização europeia e das relações com outros povos preexistentes, formando um mosaico humano a partir de certa miscigenação que ocorreu. Ao mesmo tempo, forma um território socioeconômico marcado por elevadas desigualdades sociais, que vão do acesso à terra, a carência de políticas

públicas tanto na cidade quanto no campo. Na sequência dessa seção da pesquisa, serão apresentados e analisados tais índices de vulnerabilidade social, uma herança advinda do próprio processo de formação socioespacial.

Importante destacar o papel da migração recente no Extremo Oeste catarinense, sobretudo de venezuelanos e haitianos, que acabam se caracterizando como mão de obra barata para a agroindústria regional, com destaque para o município polo, São Miguel do Oeste.

Análise Crítica É preciso considerar também os aspectos subjetivos, especialmente as relações sociais e interpessoais, entre os migrantes e os brasileiros do extremo oeste catarinense. Anteriormente, a maioria dos migrantes eram de origem haitiana, e vários deles já retornaram ao país caribenho. Estes fluxos e contrafluxos, que foram objeto de estudo em algumas pesquisas, podem correlacionar o binômio trabalho-renda com o perfil econômico da região, que é voltado prioritariamente para a agroindústria e de alimentos: há um déficit permanente de profissionais, especialmente para atuar como Auxiliar de Produção. Este cargo, rejeitado por muitos brasileiros locais, é o que emprega diversos refugiados e migrantes venezuelanos, onde tem encontrado oportunidade de renda, por não ter praticamente nenhum pré-requisito para ser ocupado (Barcelos, 2024, p. 1).

Figura 8: Mapa de localização **dos municípios** do Extremo Oeste catarinense

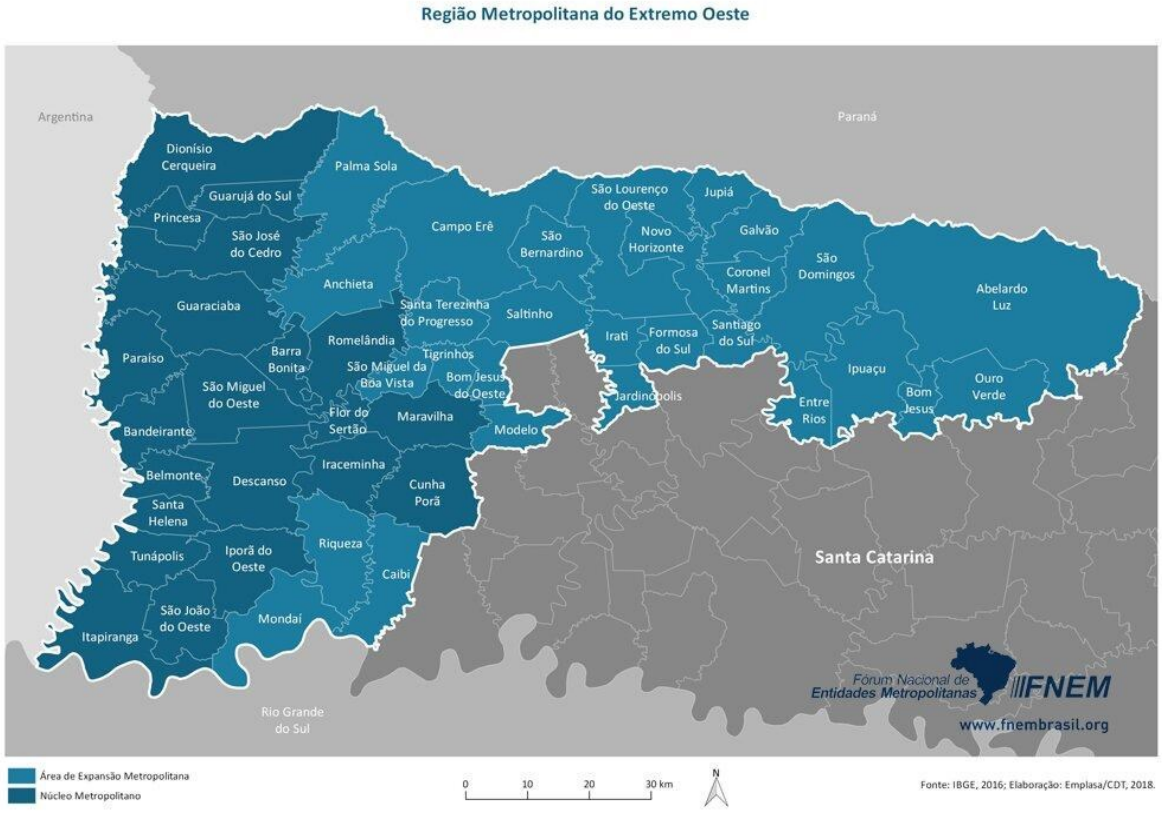


Fonte: Org. por Baumgardt (2024).

A complexidade regional, marcada por uma formação socioespacial formada por números grupos humanos, nem foi completamente entendida do ponto de vista das ciências humanas e sociais, e São Miguel do Oeste, com seus 44.330 pessoas no Censo de 2022, mesmo representando um aumento de 22,1% em comparação com o Censo de 2010, é a cidade sede da Região Metropolitana do Extremo Oeste instituída pela lei complementar estadual nº 571, de 24 de maio de 2012, composta pelo núcleo metropolitano miguel-oestino (figura 8), e uma área de expansão, a saber:

> O **núcleo metropolitano** é composto pelos municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis; e **área de expansão metropolitana** é integrada pelos municípios de Abelardo Luz, Anchieta, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Coronel Martins, Entre Rios, Formosa do Sul, Galvão, Ipuaçu, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Modelo, Mondaí, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palma Sola, Riqueza, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos (ALESC, 2012 e 2015).

Figura 9: Região Metropolitana do Extremo Oeste e Área de Expansão



Fonte: FNEM (2024).

Mesmo questionável tal Região Metropolitana, pela sua dimensão e necessidade real, a Região Metropolitana do Extremo Oeste foi criada pelo estado de Santa Catarina, sendo que a Constituição dá aos estados o direito de criarem suas regiões metropolitanas, mesmo assim, a do Extremo Oeste é questionável por não possuir os mínimos critérios de tal necessidade. Do ponto de vista geográfico, a região metropolitana seria fruto do crescimento urbano brasileiro, cujo recorte espacial deve ser formado por uma metrópole e pelos municípios integrados, mas tal dinâmica não ocorre na região metropolitana em questão, pois a cidade polo, São Miguel do Oeste, está longe de ser uma metrópole, porque sua população é de cidade pequena, com menos de 50 mil habitantes, muito menos se observa uma dinâmica de integração robusta entre os municípios que a compõe.

Para além de uma delimitação espacial/territorial, uma área metropolitana exige uma série de outros atributos, mostrando que a dita Região Metropolitana do Extremo Oeste se caracteriza como unidade metropolitana para fins políticos e de *status* do provincianismo típico de certos interiores brasileiros.

> A origem da delimitação e do planejamento específico das áreas metropolitanas, em substituição ao genérico e amplo "planejamento regional", se deu quando o fato urbano da cidade polo ultrapassou seus limites municipais não apenas territorialmente, mas também social, institucional e administrativamente, levando à proliferação de periferias autônomas e conurbações, pois ao mesmo tempo em que agregou diferentes unidades sob o ponto de vista econômico, permaneceu fragmentado (Lencioni, 2011). As repercussões de tal pulverização foram o surgimento de problemas de coordenação e sobreposição de competências, escamoteando vantagens comparativas da aglomeração urbana (Carmo, 2019, p. 320).

O que se espera de uma região metropolitana é o crescimento do seu tecido urbano, que forma uma extensa área urbanizada unificada, interligada por um sistema de redes de infraestrutura, fluxos de pessoas, capitais, informações e mercadorias, e por fim, apresentam grande contingente populacional, além de concentrar serviços essenciais para a população, grandes empresas, indústrias, oferta de trabalho, estabelecimentos culturais e financeiros. Nesse sentido, a aglomeração urbana da Região Metropolitana do Extremo Oeste está longe de possuir tais atributos metropolitanos, pois tanto o núcleo metropolitano, quanto a área de expansão metropolitana não alcançam tais atributos, afinal, os 49 municípios que a compõem, possuem uma população de pouco mais de 330 mil habitantes, conforme apresentam os dados da FNEM (2024).

No caso da região metropolitana em questão, não se observa a integração mínima necessária entre os municípios, mesmo havendo certa migração pendular para o trabalho em agroindústria, não há política de gestão territorial metropolitana, assim como não se observa medidas de planejamento urbano regional, muito menos metropolitano, havendo apenas legislação com a área delimitada pelo poder público.

A socioeconomia do Extremo Oeste catarinense possui mais ligações com a produção rural do que com a urbana, tanto que o setor agroindustrial se caracteriza como o principal empregador, fato que acaba por ampliar o questionamento sobre o mesmo formar uma região metropolitana.

Há que se considerar ainda, que a região sofreu com a crise econômica brasileira da década de 1980, geradora de impactos no mundo do colonato e suas vidas no campo, notadamente sobre a reprodução social, pois a região em questão é formada a partir de pequenos lotes de terra que, com o avançar dos anos, se tornaram impossíveis de serem divididas como herança, gerando desta forma, uma incapacidade de competir no mercado, pois o preço da terra se tornou elevado. Isso gerou uma forte migração para fora do Extremo Oeste catarinense, além da habitual ida para a cidade, ou para as cidades regionais que possuíam emprego na agroindustrial, mas muitas pessoas migram em busca de terras mais baratas, no Centro-Oeste do Brasil e em outras áreas.

> O **modelo agrícola de "modernização" da agropecuária nas atividades de suínos e aves passou por um processo de seleção excludente**. Como resultado, o **Censo Agropecuário 2017 registrou venda de suínos em 13,5% dos estabelecimentos agropecuários do Extremo Oeste Catarinense**, sendo essa superior a 20 animais anuais em somente 6,2% das unidades. Já a avicultura registra venda em 6,1% dos estabelecimentos, com números acima de 200 animais em somente 2,3% (IBGE, 2019). Sem espaço nas cadeias de suínos e aves, a dificuldade econômica assolou a maior parte das famílias na década de 1990, sendo parcialmente contornada com a promoção da cadeia do leite. Essa atividade se expandiu até por volta de 2010, quando também passou a registrar seleção excludente. **O Censo Agropecuário de 2017 regista 55%dos estabelecimentos agropecuários regionais vendendo leite, com 52,5% com mais de 10 cabeças e 11% acima de 50 animais** (IBGE, 2019). Respeitadas as diferenças técnicas em relação aos ciclos anteriores, muitos desses 44% de agricultores não dispõem de condições, especialmente de área, para continuar a expandir a produção na bovinocultura de leite, carecendo de alternativas para viabilizar sua reprodução social na atividade.

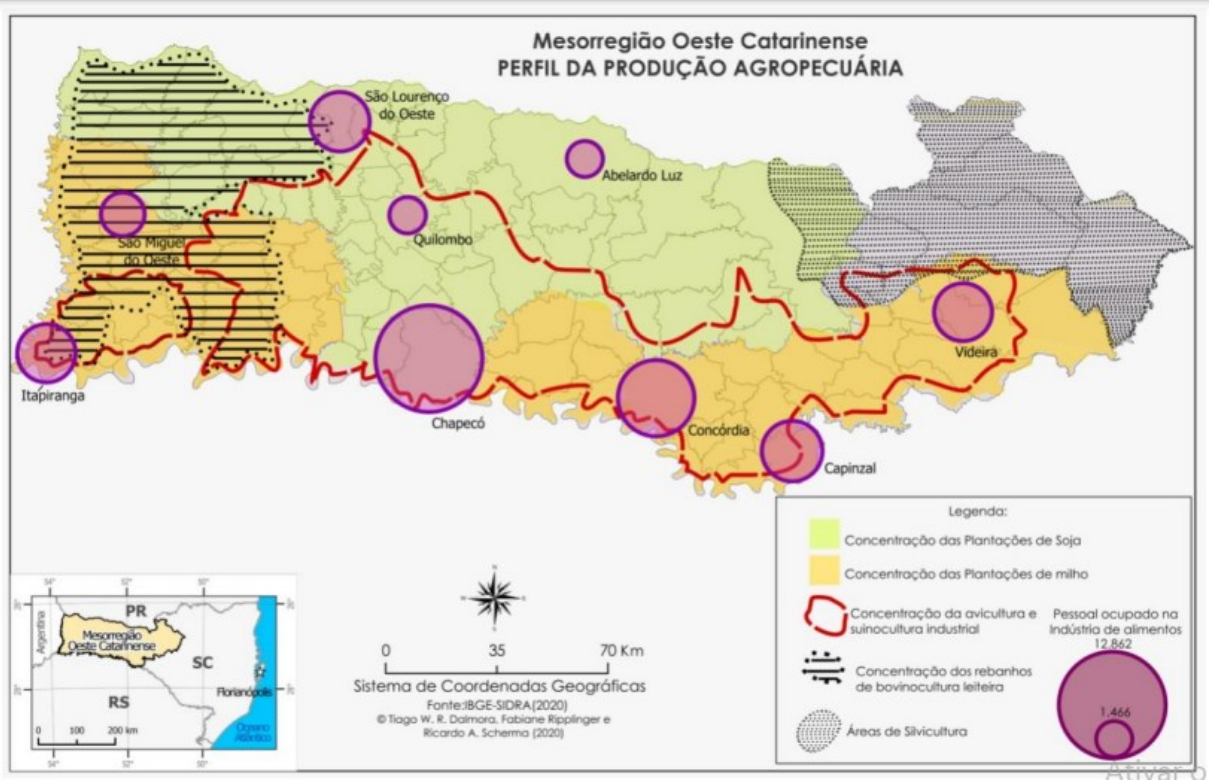
O principal destaque da produção agroindustrial do Grande Oeste catarinense – região geográfica delimitada pelos atuais Meio-Oeste, Oeste e Extremo Oeste catarinense, área correspondendo ao território em disputa com o Paraná, cuja definição se deu em 1916 e, a colonização oficial se iniciou em 1917, a partir de Chapecó -, está associado o modelo de produção advindo da ocupação das terras por pequenas propriedades que seguiam o sistema de

integração milho-criação-indústria, passaram por sérios problemas associados ao crescimento de parte do rebanho e a produção dos insumos de engoda dos animais, obrigado a região em se tornar exportadora de raça, por exemplo.

O Oeste catarinense teve historicamente uma forte produção de milho e soja, produtos atrelados à indústria de alimentos - frangos, suínos etc. -, sendo que na década de 2020, Chapecó se tornou o grande centro agroindustrial regional, seguido por Concórdia, Videira, Capinzal e São Loureço do Oeste, com centros menores em Abelardo Luz e Quilombo. No tocante ao Extremo Oeste, como se pode verificar na figura 9, se tem como centralidade produtiva o município de Itapiranga, seguido por São Miguel do Oeste, fato que demonstrar não ser essa região de fronteira uma centralidade agroindustrial, mas de rebanho bovino leiteiro, e mantendo certa produção de soja.

Notadamente, como visto na figura 9, a concentração da produção de suínos e aves estão adjuntas das unidades agroindustriais de processamento de produtos alimentares.

Figura 10: Perfil da Produção Agropecuária do Grande Oeste Catarinense



Fonte: Ripplinger (2021, p. 106) IBGE (2020)
Concepção: Ricardo A. Scherma. Elaboração: Fabiane Ripplinger
e Tiago W. R. Dalmora (2020). Fonte do mapa: Nascimento et al (2021).

Além da herança da crise econômica da década de 1980, a região vem sofrendo continuamente com fortes estiagens ao longo das primeiras décadas do século XXI, sendo

reflexo da forma violenta de ocupação da terra em menos de um século, assim como de efeitos mais distante e associados ao aquecimento global.

> Entre 2013 e 2020, ocorreram novos episódios de estiagens e de meses secos em diversos municípios do Oeste Catarinense. Neste sentido, alguns registros fotográficos são importantes para compreendermos melhor esta situação. Estes foram realizados a fim de realizar um acompanhamento da situação da disponibilidade hídrica em alguns pontos, como no Rio Chapecó, bem como de plantações que foram afetadas pela falta de chuva e pela dificuldade de irrigação nos municípios de São Carlos, SC e Cunhataí, SC Ripplinger (2021, p. 112).

Mesmo considerando as condições da crise herdada de 1980 e os problemas socioambientais contemporâneos que seguem afligindo o Extremo Oeste catarinense, ainda é possível dizer que a região se caracteriza como desenvolvida para os padrões gerais brasileiros, porém com todas as contradições geradas pelo sistema capitalista. Hoje, ao se analisar a questão do desenvolvimento regional, ou menos nacional, as análises são mais qualitativas, pois ultrapassam as questões da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), assim como outras variáveis relacionadas à renda (Sen, 2000, p. 28). Hoje, o que se entende por desenvolvimento, considerando a tese de Sen (2000), passa pelas garantias e sustentações das condições de liberdade dos seres humanos enquanto sujeitos transformadores da sua própria vida, permitindo acessos diversos para oportunidades, liberdades políticas, direitos sociais e civis, educação básica libertadora, e saúde física e mental. Mas, evidentemente, que em países como o Brasil, tal tipo e nível de desenvolvimento ainda está bem distante da realidade dos cidadãos, pois ainda se tem a mentalidade do desenvolvimento do crescimento econômico, assim como os direitos sociais e civis, seguem sendo agenda de luta da população, incluindo, por certo, a do Extremo Oeste catarinense.

Segundo o IBGE (2017), a Região Geográfica Imediata de São Miguel do Oeste é uma das 24 regiões imediatas do estado de Santa Catarina, uma das 7 regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Chapecó, e uma das 509 regiões imediatas no Brasil, criadas pelo IBGE em 2017, sendo composta por 21 municípios, coincidentemente, neste caso, os mesmos que compõe a região do Extremo Oeste catarinense, tendo ela 2.850 famílias em pobreza extrema.

> O intuito da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 é colaborar com a compreensão territorial do Brasil, dividindo-o em partes menores, mas coerentes entre si e que respeitem os limites estaduais. Nesse sentido, as cidades são consideradas pontos de partida para organizar o território e a maneira como se relacionam, o fluxo de serviços, informações, consumo e outros recursos são os fatores que pautam a divisão (...). A Região Geográfica imediata é aquela do dia-a-dia, cotidiana. Já a intermediária responde pelos serviços mais complexos,

> mais ocasionais, e também mostra uma articulação na cidade em outro nível, também do ponto de vista da gestão, não apenas de deslocamento das pessoas e consumo. A necessidade de um novo olhar sobre o território brasileiro se verifica na medida em que as cidades se modificam e se reorganizam (Agência IBGE Notícias, 2024).

Essa nova divisão regional segue tendo a rede urbana como principal elemento de referência e, possivelmente, pela fraca urbanização da região do Extremo Oeste catarinense, a Região Imediata de São Miguel do Oeste acabou abarcando todos os 212 municípios, pois não há outras cidades de referência com população suficiente para ser polo regional. As necessidades imediatas das populações são consideradas a partir da proximidade para satisfação, por meio de compras de bens de consumo, busca de trabalho, serviços de saúde e educação, bem como da prestação de serviços públicos, tais como postos de atendimentos do Instituto nacional de Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, considerando que a região imediata deve oferecer funções urbanas de maior complexidade, serviços médicos especializados e grandes universidades (IBGE, 2017).

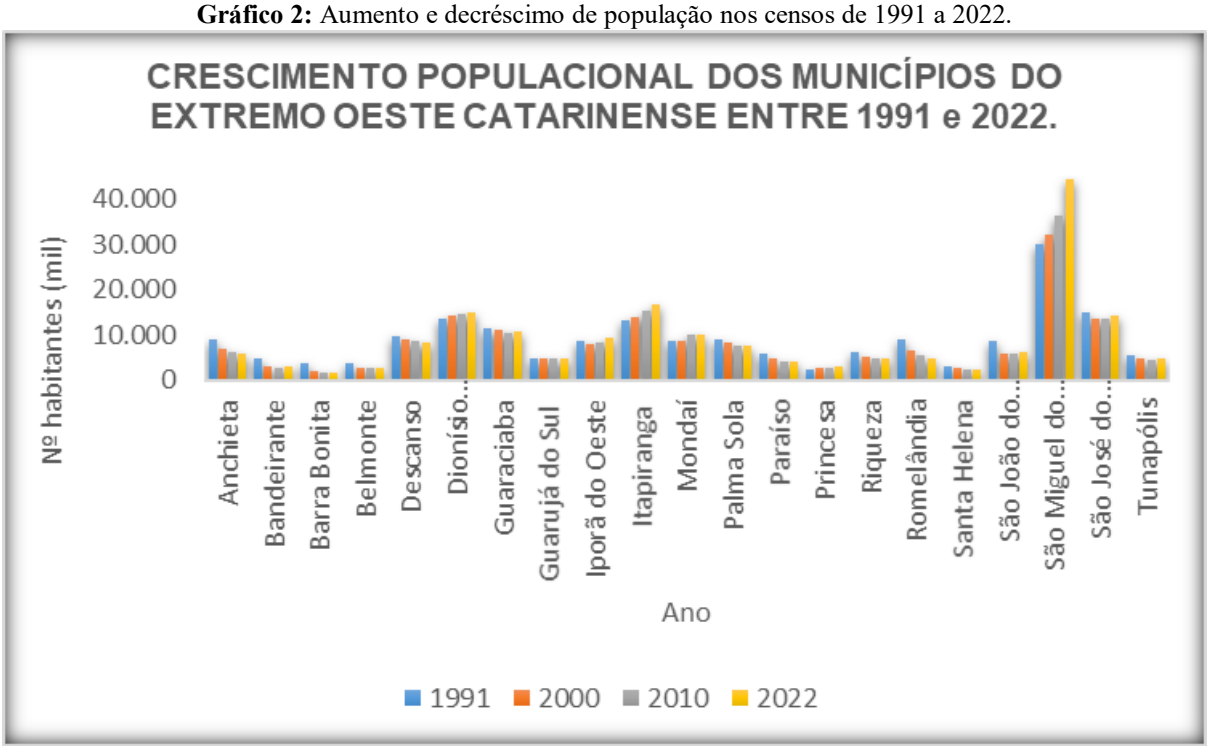
3.5. **O empobrecimento nos municípios do Extremo Oeste catarinense**

O empobrecimento de parte de uma população faz parte da própria lógica do sistema capitalista e suas contradições, não sendo diferente na região do Extremo Oeste catarinense. A partir de informações disponibilizadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania disponibilizados em 2022, demostram que a ocorrência da extrema pobreza no Oeste Catarinense foi a mais elevada desde dezembro de 2014.

Tais levantamentos divulgados consideraram apenas as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que calcula a renda por pessoa que caracteriza a situação de extrema pobreza, ou seja, famílias que subsistem com uma renda de até R$ 100,00 por mês (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2022). A região do Grande Oeste catarinense possuía em 2022, oficialmente a partir da CadÚnico, 23.260 famílias em situação de extrema pobreza, totalizando aproximadamente 64.900 pessoas (a média de moradores por domicílio é de 2,79, segundo o censo de 2022), excetuando os municípios de Caçador e Videira, que faziam parte do Grande Oeste, mas que pela diretriz de 2017 (IBGE) foram excluídos. Se faz necessário considerar a possibilidade de haver famílias em situação de extrema pobreza sem estarem registradas no CadÚnico, o que ampliaria o número de pessoas nessa situação na região.

Importante mencionar que a Região Imediata de São Miguel do Oeste, que coincide com a microrregião do Extremo Oeste catarinense, possuía em 2022, considerando os dados mostrados anteriormente, 2.850 famílias em situação de extrema pobreza, o que representa nessa situação, e que possuem dificuldade de acessar o alimento diário para nutrir seus corpos. Em uma análise fria e rápida, parecer ser um número relativamente pequeno de pessoas nessa situação, mas não o é pelo simples fato de se tratar de pessoas com dificuldade de acessar a comida, e pelo fato de a região em questão possuir pouco mais de 180 mil habitantes, conforme o censo de 2022, e ter crescido entre os últimos dois censos. O gráfico 2 demonstra o crescimento e decrescimento dos municípios do Extremo Oeste catarinense.

Gráfico 2: Aumento e decréscimo de população nos censos de 1991 a 2022.



Fonte: Censos do IBGE, Org. por Baumgardt (2024).

O gráfico 2 mostra um crescimento robusto, dentro dos padrões populacionais regionais, para São Miguel do Oeste, a cidade polo, assim como um crescimento estável em Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Iporã do Oeste e Itapiranga. No período analisado de 30 anos, o caso mais preocupante com perda constante, se encontra em Barra Bonita, que perdeu 2.127 habitantes, sendo o único com menos de dois mil moradores hoje. Maiores detalhes sobre a dinâmica população regional, pode ser avaliada no quadro 1.

Alguns municípios possuem uma variação muito pequena da população, com ganhos de habitantes quase irrisórios, a exemplo de Bandeirante, que perdeu população em 30 anos e teve pequena recuperação no censo de 2022. Belmonte vem perdendo população desde o censo de 1991, porém no de 2022, ganhou apenas 23 pessoas.

Guaraciaba é outro caso semelhante, segue perdendo população desde 1991, e no censo de 2022 conseguiu ganhar 298 pessoas, em um universo de 10.796, muito pouco, mas se pode dizer que a população está estagnada.

Guarujá do Sul mantém uma estabilidade populacional que gira em torno de 4.700 habitantes desde 1991, mas perdeu população entre os censos de 2010 e 2022, pouco mais de 100 habitantes.

O caso de Mondaí é interessante, pois vinha ganhando população entre 1991 e 2010, porém em 2022, perdeu 165 habitantes.

Quadro 1: Dinâmica populacional dos Municípios do Extremo Oeste catarinense.

POPULAÇÃO				
MUNICÍPIO	**1991**	**2000**	**2010**	**2022**
Anchieta	8.972	7.133	6.380	5.943
Bandeirante	4.752	3.177	2.906	3.144
Barra Bonita	3.795	2.118	1.878	1.668
Belmonte	3.749	2.588	2.635	2.658
Descanso	9.851	9.129	8.634	8.530
Dionísio Cerqueira	13.720	14.250	14.811	15.008
Guaraciaba	11.618	11.038	10.498	10.796
Guarujá do Sul	4.776	4.696	4.908	4.829
Iporã do Oeste	8.760	7.877	8.409	9.335
Itapiranga	13.417	13.998	15.409	16.638
Mondaí	8.632	8.728	10.231	10.066
Palma Sola	9.125	8.206	7.765	7.605
Paraíso	6.017	4.796	4.080	4.267
Princesa	2.495	2.613	2.758	2.964
Riqueza	6.278	5.166	4.838	4.768
Romelândia	8.976	6.491	5.551	4.823
Santa Helena	2.981	2.588	2.382	2.425
São João do Oeste	8.549	5.789	6.036	6.295
São Miguel do Oeste	30.012	32.324	36.306	44.330
São José do Cedro	15.178	13.678	13.684	14.167
Tunapólis	5.420	4.777	4.633	4.916

Fonte: Censos do IBGE, Org. por Baumgardt (2024).

O município de Palma Sola perde população ininterruptamente desde 1991, quando tinha 9.125 habitantes, e no censo de 2022, apenas 7.605. Paraíso perdeu população desde 1911, quando tinha 6.017 habitantes, e recuperou alguns em 2022, estando com 4.267, diferente de Princesa, que vem ganhando continuamente população, mas de forma muito lenta em 30 anos, não chegando aos 3 mil moradores.

Riqueza segue o padrão de Palma Sola, ou seja, são 30 anos de perdas contínuas de população, eram 6.278, em 1991, e em 2022, contava com 4.768. Tal situação é semelhante em Romelândia, com perda constante de população, de 8.976 (1991), para 4.823 (2022). Já Santa Helena segue o padrão de dinâmica populacional estacionada, oscilando entre 2.250 habitantes em média, nos censos do século XXI, assim como Tunápolis, que oscila sempre nas proximidades dos 5 mil habitantes que possuía em 1991.

São João do Oeste perdeu população entre 1991 e 2000, e desde então se mantém estacionado em pouco mais de 6 mil habitantes. São José do Cedro segue tal padrão, de perdas populacionais entre 1991 e 2010, com um pequeno ganho em 2022, chegando a 14.167, um ganho de 483 pessoas.

É imperativo analisar a situação da cidade polo regional do Extremo Oeste catarinense e da Região Imediata que leva seu nome, pois o município vem mantendo um crescimento relativamente lento entre os censos de 1991, com 30.012 habitantes, passando para 32.324, em 2000, e 36.306, em 2010. Porém, o censo de 2022 mostrou um crescimento considerável para São Miguel do Oeste, que ficou com 44.330, tendo um crescimento considerável de 8.024 habitantes, que corresponde ao acréscimo de 24,10% em relação ao censo de 2010.

Esse acréscimo de 8.024 habitantes de São Miguel do Oeste não corresponde exclusivamente aos municípios que perderam população na região, pois 8 municípios perderam 1.953 habitantes e a cidade polo adquiriu muito mais gente, o que significa a chegada de pessoas de outros lugares, sejam próximos ou sejam distantes, como haitianos, argentinos e venezuelanos, por exemplo. Segundo o Departamento de Cidadania da Secretaria de Assistência Social, quase 2 mil estrangeiros viviam em São Miguel do Oeste, em maio de 2023 (Rede Peperi, 2024). É preciso considerar que tal aumento da cidade polo também faz parte da incorporação do crescimento vegetativo, acrescido dos migrantes.

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Extremo Oeste catarinense, todos tiveram um acréscimo desde o censo de 1991, conforme se observa no quadro 2, sendo que IDH brasileiro adota as mesmas três dimensões do IDH global, ou seja, saúde, educação e renda. Porém vai além disso, ao adequar a metodologia global ao contexto brasileiro, e à disponibilidade de indicadores nacionais (IPEA, 2024).

> IDH baixo: reúne todos os países que apresentam IDH abaixo de 0,500. IDH médio: países com IDH entre 0,500 e 0,799. IDH alto: países com desenvolvimento humano entre 0,800 e 0,899. IDH muito alto: países cujo índice encontra-se igual ou acima de 0,900 (IPEA, 2024, *s./p.*).

Na região em análise, o IDH mais elevado é o de São Miguel do Oeste, com 0,801 (muito alto), e o mais baixo é o de Romelândia (0,692), Bandeirante (0,672) e Anchieta, com 0,699 – estando abaixo de 0,700, seguem sendo apontados como altos, mesmo que com os índices de empobrecimento que serão apresentados na sequência, tais valores pareçam ser discutíveis, eles merecem crédito pela sua aceitação científica, conforme se observa em Bellingieri (3019).

> O IDH, o índice mais utilizado atualmente, já foi questionado em sua própria origem, por um de seus criadores. Amartya Sen, para quem o desenvolvimento significa a expansão das capacidades e liberdades, inicialmente não acreditava que um indicador sintético pudesse captar a complexidade deste fenômeno. Mas acabou sendo convencido pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq, idealizador do índice, sob o argumento de que, apesar da precariedade de qualquer indicador sintético, as pessoas precisam de uma medida simples a fim de se suplantar a tirania da renda per capita (Bellingieri, 2019, p. 37).

Todos os demais municípios da região Extremo Oeste catarinense apresentam IDH superior a 0,700, porém seus níveis de empobrecimento são reais a partir de outros indicadores sociais.

Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humanos dos Municípios do Extremo Oeste catarinense.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO			
MUNICÍPIOS	**1991**	**2000**	**2010**
Anchieta	0.418	0.563	0.699
Bandeirante	0.346	0.548	0.672
Barra Bonita	0.358	0.543	0.701
Belmonte	0.414	0.559	0.705
Descanso	0.492	0.609	0.743
Dionísio Cerqueira	0.436	0.590	0.706
Guaraciaba	0.451	0.622	0.751
Guarujá do Sul	0.500	0.650	0.730
Iporã do Oeste	0.477	0.643	0.761
Itapiranga	0.485	0.670	0.748
Mondaí	0.462	0.607	0.748
Palma Sola	0.415	0.571	0.704
Paraíso	0.391	0.547	0.700
Princesa	0.354	0.535	0.706
Riqueza	0.400	0.606	0.714
Romelândia	0.396	0.534	0.692
Santa Helena	0.461	0.608	0.727
São João do Oeste	0.477	0.643	0.761
São Miguel do Oeste	0.564	0.705	0.801
São José do Cedro	0.476	0.627	0.731
Tunapólis	0.485	0.637	0.752

Fonte: Censos do IBGE, Org. por Baumgardt (2024).

Na sequência é feita a análise das condições socioeconômicas municipais a partir do nível de empobrecimento registrado na região. Nas análises socioeconômicas, foram utilizados dados demográficos, sendo eles: o crescimento populacional e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foram utilizados registros acerca do número de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e do número de pessoas que se encontravam-se em situação de pobreza e pobreza extrema, ambos extraídos do *site* da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Na sequência, os mesmos foram organizados em tabelas no Excel, a fim de separar os dados de acordo com a variável, o município e o ano.

Com o objetivo de visualizar as variações do aumento ou diminuição da população nesses municípios ao longo do tempo, foi elaborado um gráfico do crescimento populacional

dos municípios do período de 1991 a 2022, em consonância com os anos de realização do Censo Demográfico. Já para a análise das variações dos dados referentes as informações socioassistenciais, foram utilizados dois períodos em função da disponibilidade de dados no sistema: o primeiro deles foi de 2012 a 2024 para o número de pessoas inscritas no CadÚnico, e o segundo, de 2012 a 2022 para o número de pessoas que além de possuírem o Cadastro Único, ainda encontravam –se em situação de pobreza e/ou pobreza extrema.

Para construir os gráficos de porcentagem tanto das pessoas que estavam inscritas no Cadastro Único, quanto àquelas que estavam em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, os cálculos foram feitos por meio de uma equação de Regra de Três Simples Diretamente Proporcional, utilizando a seguinte fórmula:

% Pessoas inscritas no Cadastro Único = $\frac{NP\ x\ 100}{P}$;

Em que, ***NP*** – é o número de pessoas inscritas no cadastro único; o número ***100*** é a constante da porcentagem total; e ***P*** é o total da população do município;

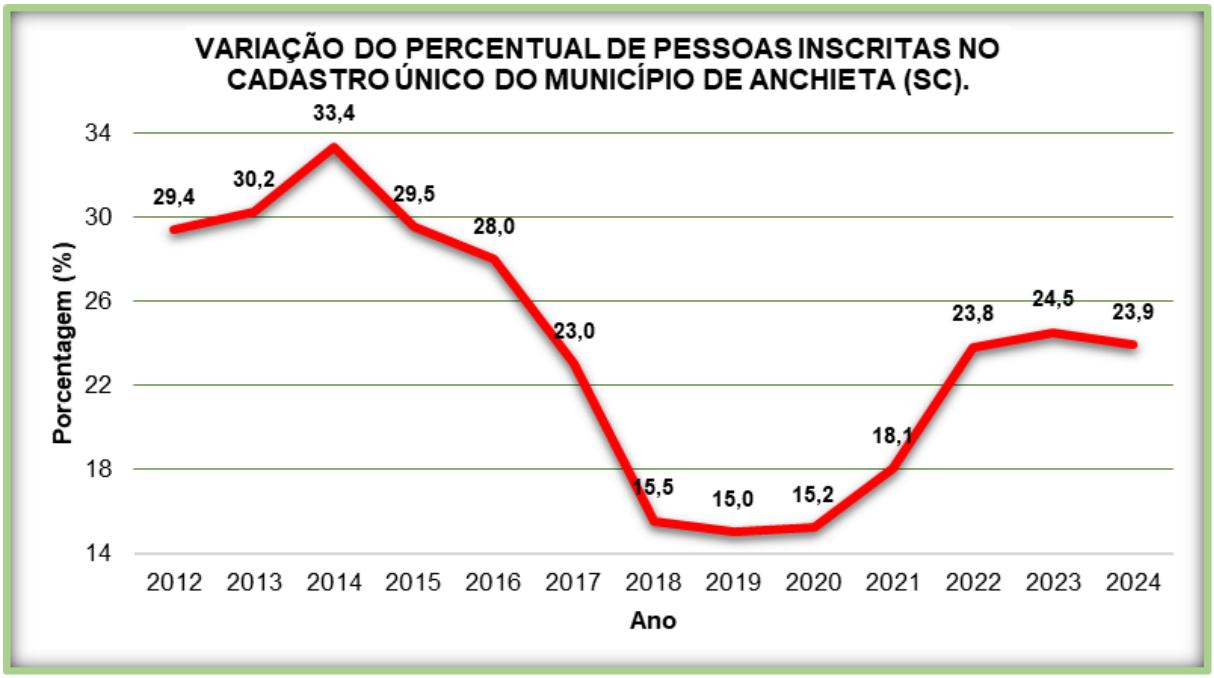
% Pessoas em situação de pobreza e/ ou pobreza extrema = $\frac{NP\ x\ 100}{P}$;

Em que, ***NP*** – é o número de pessoas em situação de pessoas e/ou pobreza extrema; o número ***100*** é a constante da porcentagem total; e ***P*** é o total da população do município.

É importante destacar que o total da população que fora utilizado teve como base o último Censo Demográfico realizado. Ou seja, para o intervalo de 2012 a 2021, a referência foi o Censo de 2010, já para os anos de 2022 a 2024, o Censo foi o de 2022. Desta forma, foi possível chegar nas porcentagens anuais das três variáveis analisadas para cada município de acordo com o tamanho da população dos mesmos. Por meio desta análise, buscou – se evidenciar o empobrecimento dos municípios do Extremo Oeste catarinense.

O Gráfico 3 traz o percentual da população de Anchieta que que se encontra cadastrada no CadÚnico no período estudado. Eram 5.943 habitantes pelo censo do IBGE de 2022, sendo que desses, em 2024, 1.416 estavam cadastrados, o que representa 23,9% da população total. No recorte temporal, há uma queda de cadastrado em alguns momentos, cuja redução menor se dá no período entre o golpe que derrubou a Presidenta Dilma Rouseff, em 2016, e os menores índices de cadastrados se encontram entre os anos de 2018 e 2020. Tais valores começam a subir no segundo ano da pandemia da Covid-19, e principalmente no ano da tentativa de reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando ultrapassa os 20%, sendo ampliados a partir da reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

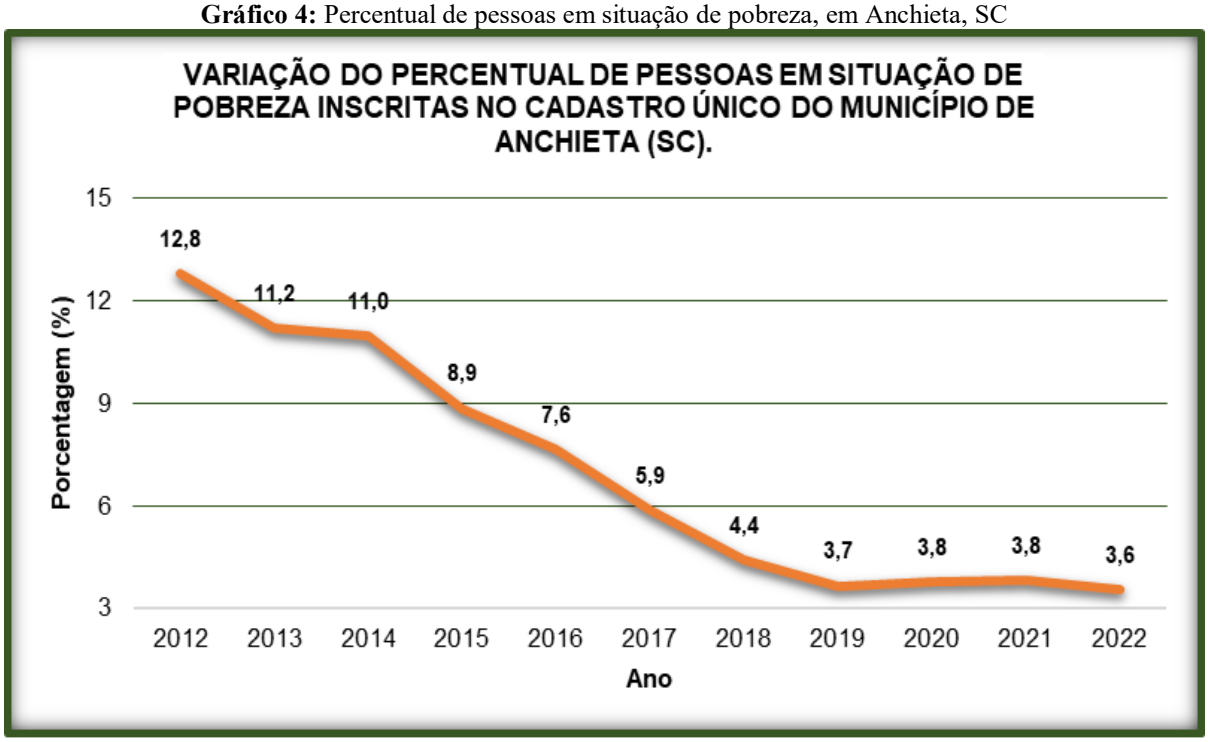
Gráfico 3: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Anchieta, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

No que concerne a situação das pessoas em pobreza e inscritas no CadÚnico, em Anchieta, observa-se uma redução entre 2012 e 2022. Mas, das 1.416 inscritas (gráfico 3), 211 estão na pobreza (gráfico 4) e 250 na pobreza extrema. As reduções também estão relacionadas a perda de população municipal, 437 habitantes, apenas entre os censos de 2010 e 2022.

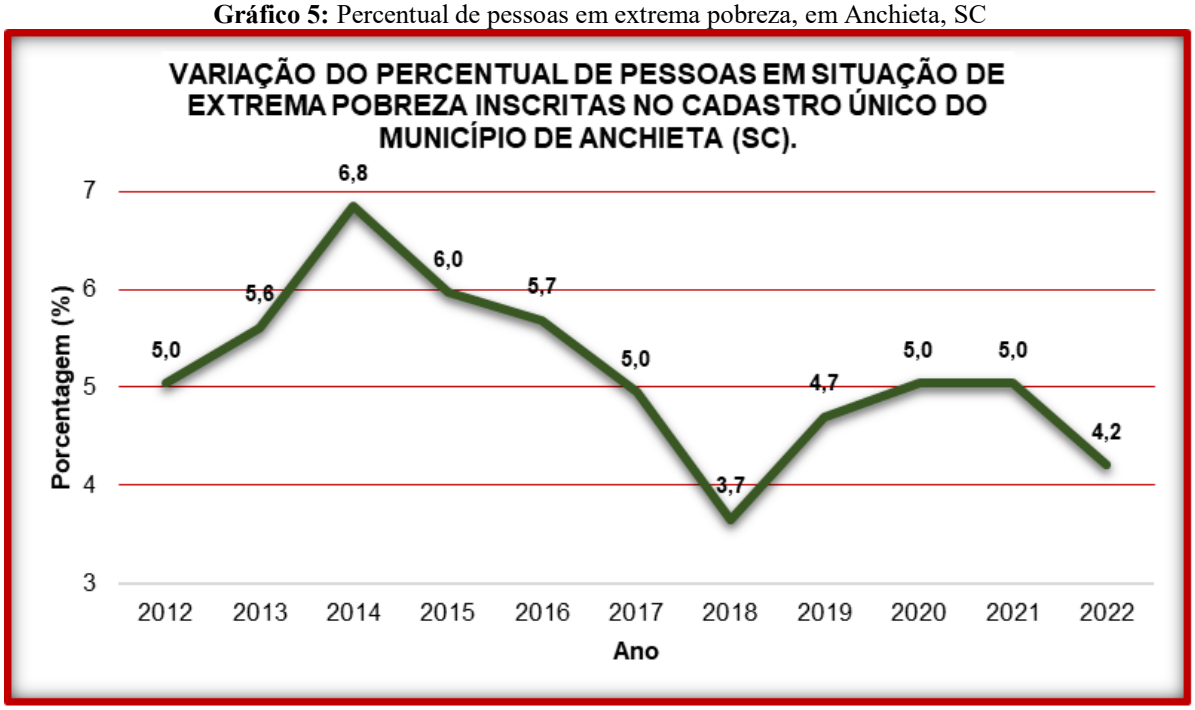
Gráfico 4: Percentual de pessoas em situação de pobreza, em Anchieta, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

A situação de pobreza extrema envolve a insuficientes necessidades básicas humanas, tais como comida, água tratada, saúde, informação e abrigo, fator que independe da renda, pois está relacionada a falta de acesso aos serviços públicos, sendo 250 pessoas em Anchieta, conforme se verifica no gráfico 5.

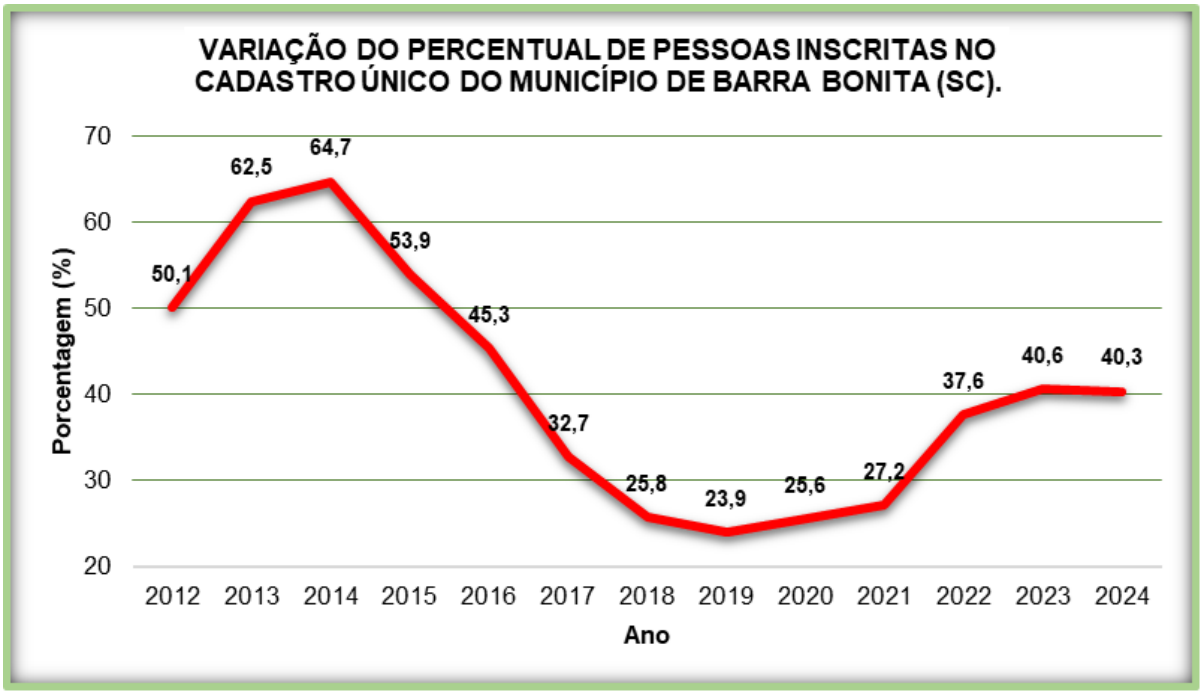
Gráfico 5: Percentual de pessoas em extrema pobreza, em Anchieta, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Já, a questão de Barra Bonita é um pouco mais complexa, pois o município apresenta uma população reduzida e, vem perdendo habitantes a cada censo, isso considerando as análises feitas desde 1991. Com uma população de 1.668 habitantes, apontada pelo censo de 2022, Barra Bonita perdeu 210 pessoas desde o censo de 2010. Porém, entre os censos de 1991 e 2022, a perda foi de 2.127 habitantes, mais da metade da sua população registrada em 1991. Mesmo com uma população pequena, o município possui 673 famílias cadastradas no CadÚnico, conforme se vê no gráfico 6. O padrão de redução entre 2016 e crescimento a partir de 2021/2022, se deve ao golpe, à pandemia e ao governo Bolsonaro, que ampliou o cadastro a partir da tentativa de reeleição, em 2022.

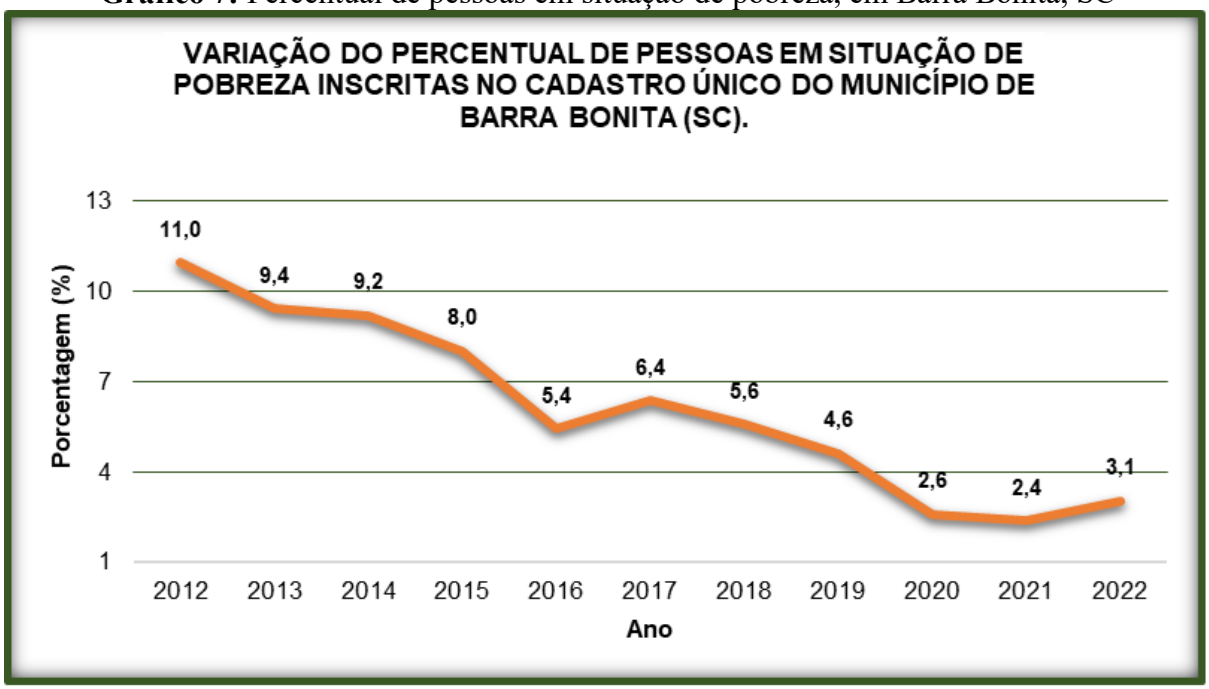
Gráfico 6: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Barra Bonita, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Há que se considerar que Barra Bonita é um município excessivamente agrícola, onde as pessoas conseguem tirar da terra o alimento básico, mesmo assim, 50 pessoas, uma grande redução se se considerar os números apresentados no gráfico 7, desde 2012, quando eram 11%, estando agora em 3.1%.

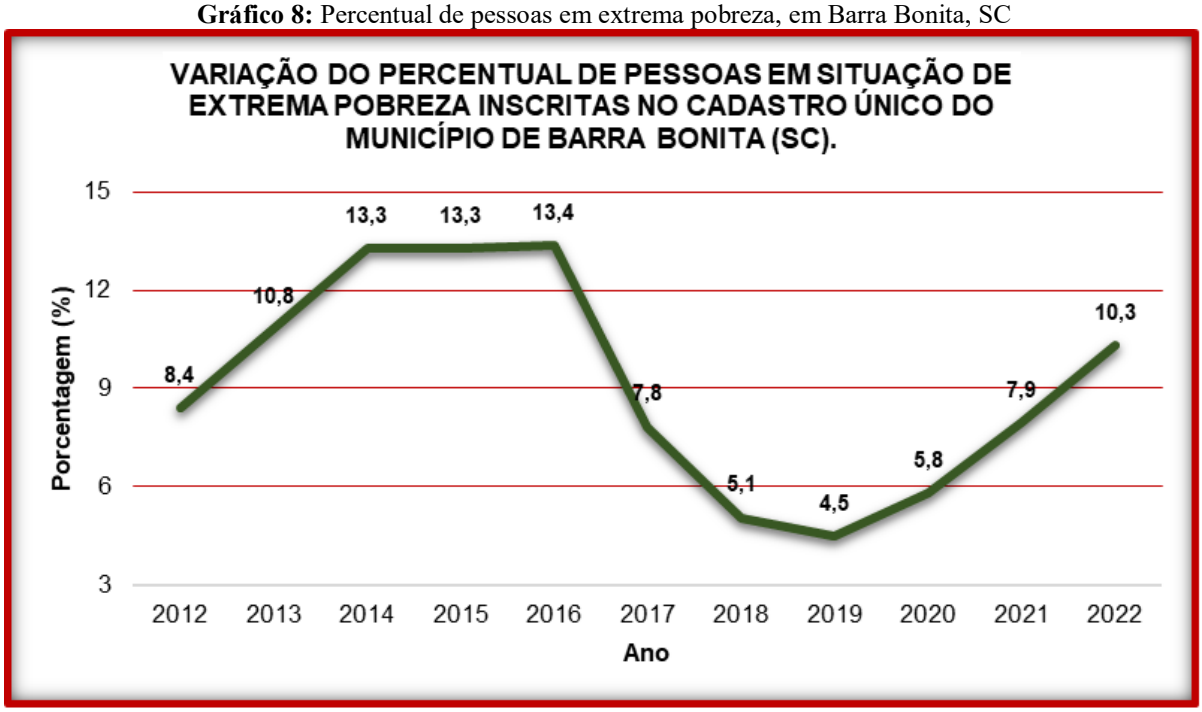
Gráfico 7: Percentual de pessoas em situação de pobreza, em Barra Bonita, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Porém, a situação de extrema pobreza é superior ao de pobreza, ou seja, os que são pobres em Barra Bonita, vivem em condições de absoluta pobreza, como se pode verificar no gráfico 8, onde 10,3% da população no CadÚnico vive em tal condição, são 172 pessoas no total. A grande redução apresentada no gráfico no período entre 2016 e 2020 se deve a parcas políticas públicas no governo Bolsonaro.

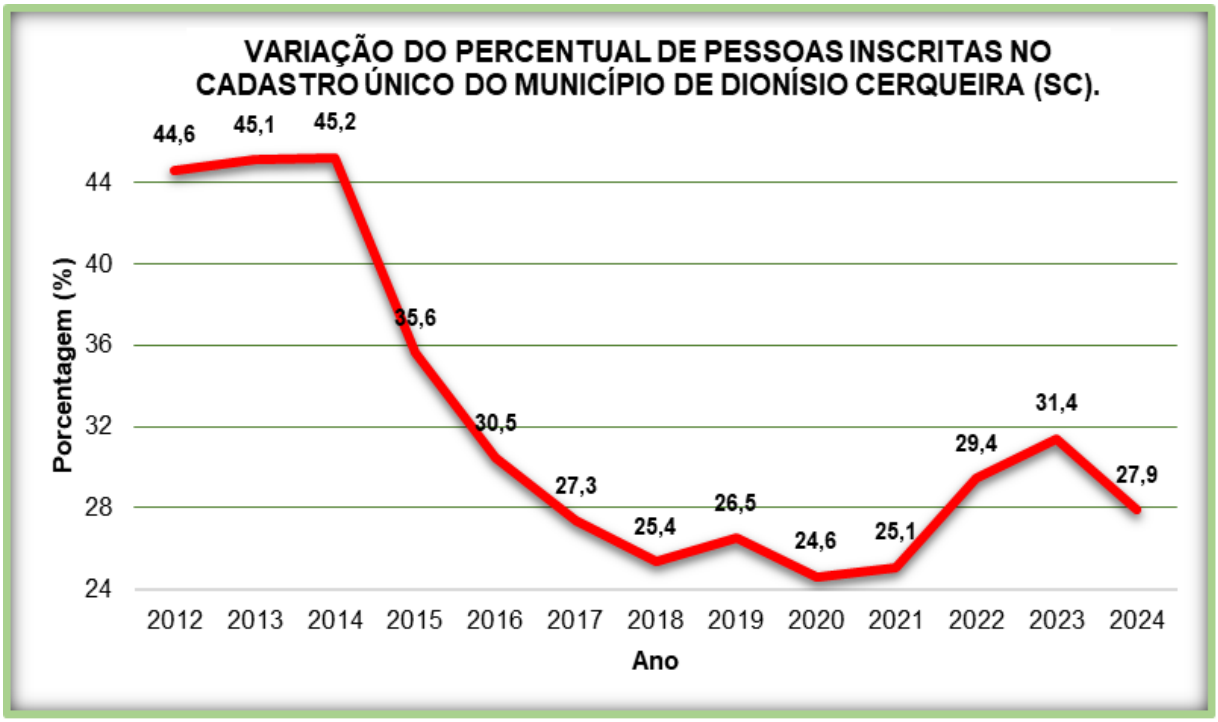
Gráfico 8: Percentual de pessoas em extrema pobreza, em Barra Bonita, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

A situação do município fronteiriço de Dionísio Cerqueira é diferente dos analisados até aqui, pois vem tendo um crescimento populacional regular desde o censo de 1991. Porém, apresenta alto índice de população cadastrada no CadÚnico, sendo 45,2% da população em 2014 (gráfico 9), e mesmo com as reduções ocorridas, ainda há 27,9% da população inscrita. Dos 15.008 habitantes do censo de 2022, 4.190 estavam inscritas no Cadastro único, praticamente um terço dos habitantes.

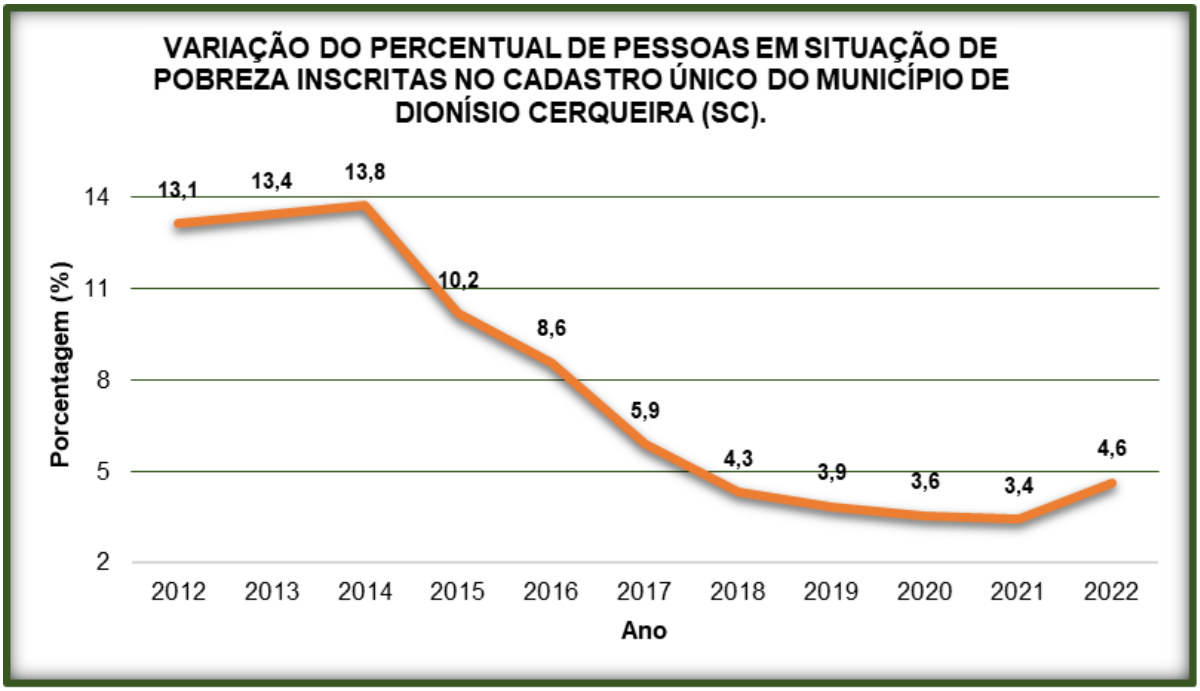
Gráfico 9: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Dionísio Cerqueira, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

O número de habitantes em situação de pobreza é de 696 pessoas, sendo 4,6% das que estão no Cadastro Único, havendo uma redução considerável entre 2014 e 2022. Observa-se no gráfico 9, uma profunda redução entre os anos de 2016 e 2021, coincidindo com o golpe que derrubou a Presidenta Dilma Rousseff e a pandemia, com leve oscilação para cima no ano de 2019. E, os valores sobem a partir da tentativa de reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, ampliando com a reeleição do Presidente Lula, mas com queda no ano de 2024. Esse é o município que apresenta as maiores oscilações, cujos fatores demandam um estudo específico futuro.

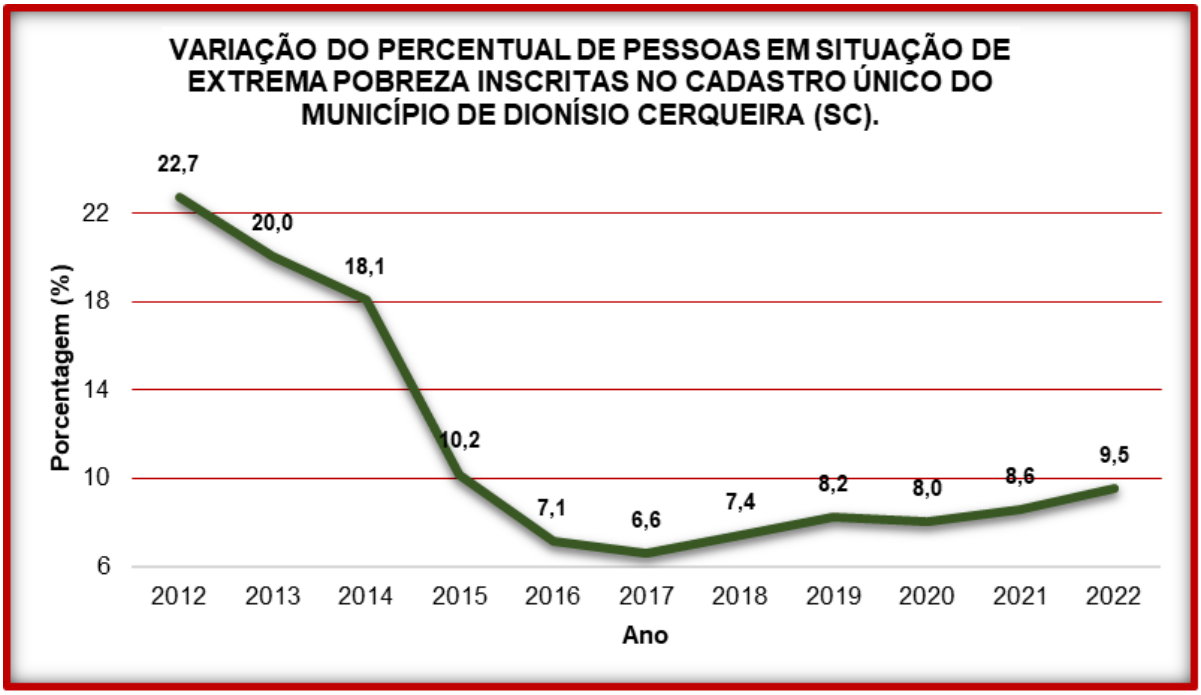
Gráfico 10: Percentual de pessoas em situação de pobreza, em Dionísio Cerqueira, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

A extrema pobreza em Dionísio Cerqueira é bem elevada, tendo 1.427 pessoas em tal situação. Os dados do gráfico 11 mostram uma redução importante entre 2012 e 2016, tendo seu menor índice em 2017, porém, desde então, o índice de pobreza extrema segue crescendo no município, assim como sua população absoluta. Assim, é possível dizer que este município seguem uma tendência crescente de empobrecimento extremo da sua população, mas ao considerar-se os pobres e extremamente pobres, se tem 2.123 pessoas nessa situação, um valor elevado para uma cidade pequena de fronteira, um dos maiores da Região Imediata de São Miguel do Oeste.

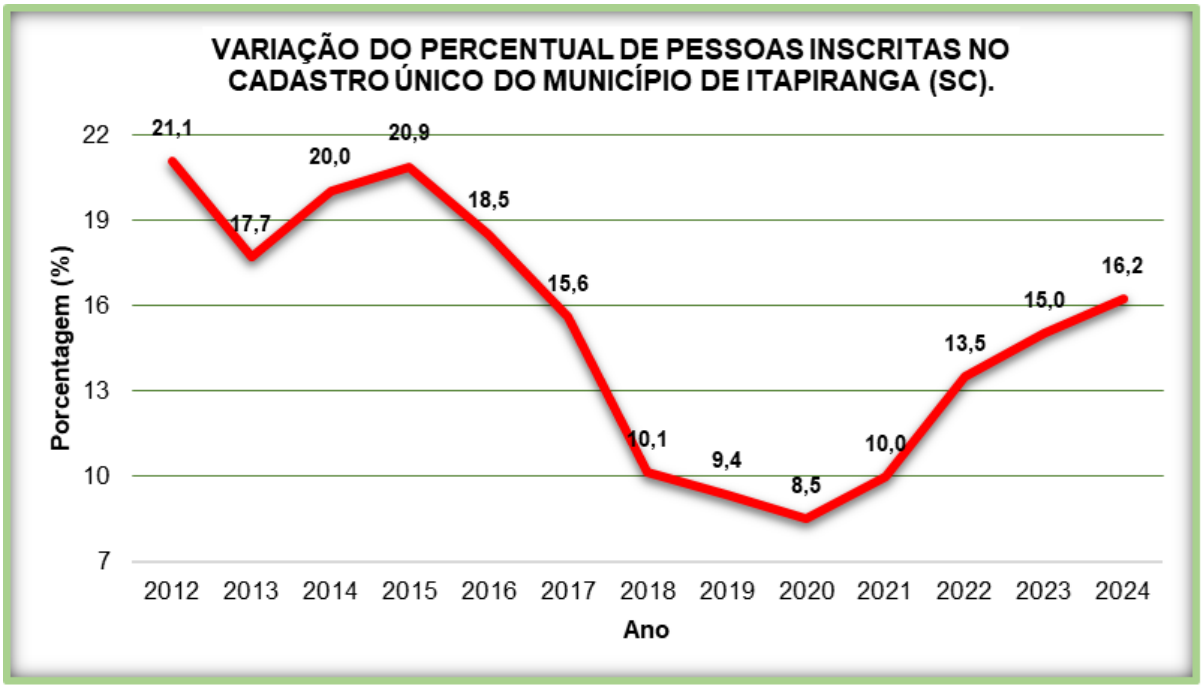
Gráfico 11: Percentual de pessoas em extrema pobreza, em Dionísio Cerqueira, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Itapiranga é o oposto de Dionísio Cerqueira, com população quase equivalente, tendo 16.638 habitantes pelo censo de 2022, 16,2% estão inscritas no CadÚnico, o que equivale a 2.701 pessoas (gráfico 12). Porém, é o município com o menor índice de população empobrecida. Não diferente dos anteriores, há queda de inscritos no Cadastro Único entre 2016 e 2021, sendo o ano de 2020, epicentro da pandemia de Covid-19, obteve o menor índice de cadastrado, com apenas 8,5% da população. O crescimento se dá a partir de 2022, ano da tentativa de reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Gráfico 12: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Itapiranga, SC



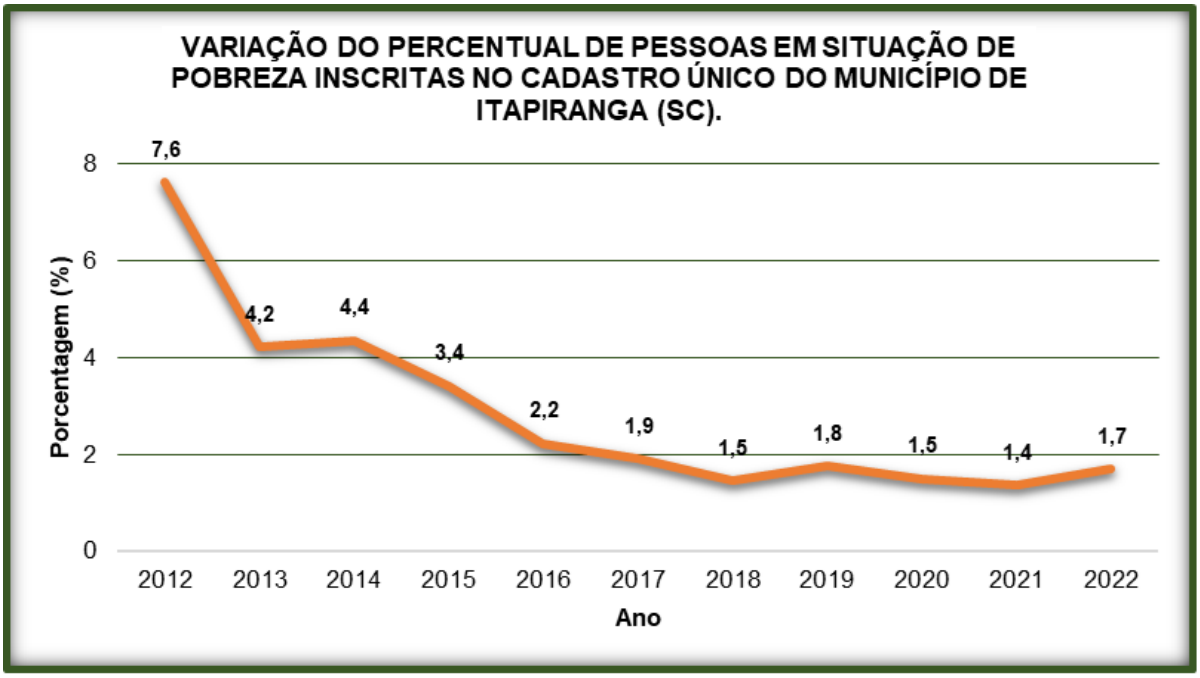
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

O índice de pessoas empobrecidas de Itapiranga é o menor do Extremo Oeste catarinense, sendo apenas 1,7%, que equivale a 284 pessoas (gráfico 13), mas há que se considerar nessas análises, que são usados os valores apenas das pessoas que estão no Cadastro Único, sendo que o empobrecimento de uma população envolve outros critérios e condições sociais de vulnerabilidade social, que:

> diz respeito à ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional (Costa et al., 2018, p. 16)

Nesse sentido, tanto para Itapiranga, como os demais municípios aqui analisados, há que se considerar que existem outros índices e metodologias de análise para se estudar o empobrecimento de uma população, mas optou-se pelo CadÚnico, pois ele reflete a realidade de políticas públicas diretas de transferência de renda para as populações vulneráveis.

Gráfico 13: Percentual de pessoas pobres, em Itapiranga, SC

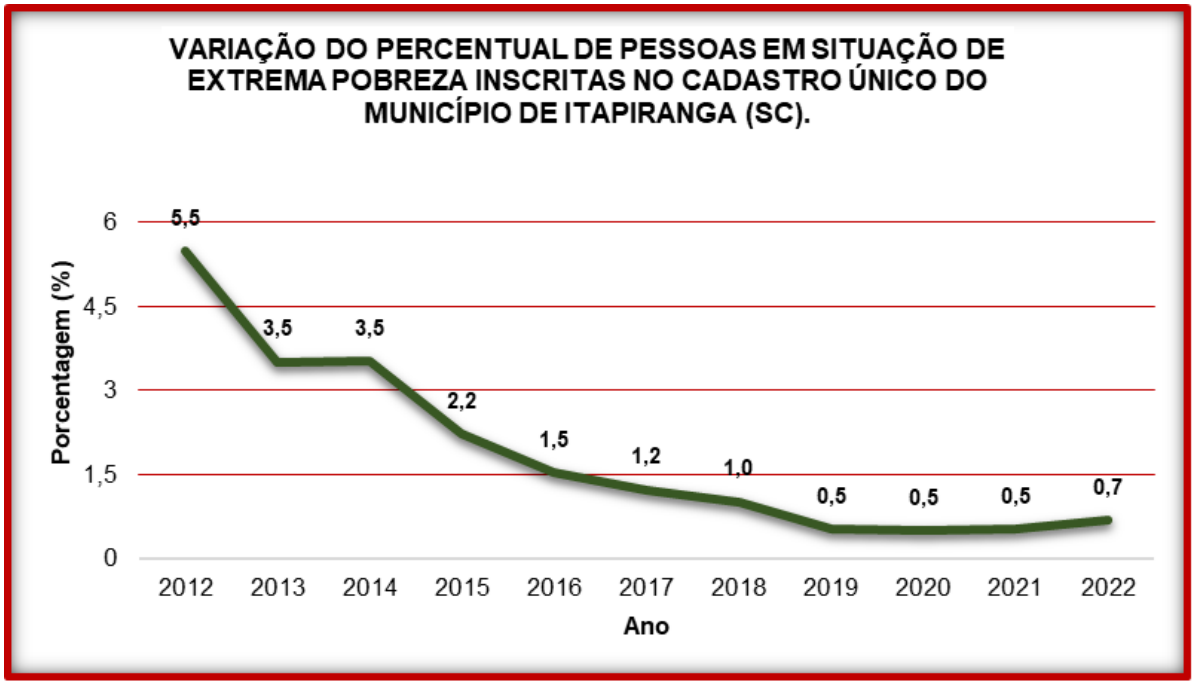


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

O índice de extrema pobreza de Itapiranga é o menor da região, ficando com apenas 0,67% da população, que corresponde a 112 pessoas, em 2022, interessante se se considerar que o crescimento populacional é regular entre os censos de 1991 e 2022. Mesmo demandando análises específicas, Itapiranga possui um histórico de cooperativismo desde sua fundação, fato que pode determinar os bons índices do município, mas como dito, daria um estudo específico, mas com algumas pistas contidas no fragmento citado, advindo do próprio poder público municipal.

> Com o atual crescimento e fortalecimento do sistema cooperativo através do SICOOB, singulares que agregam as cooperativas nos diversos estados e o BANCOOB, banco de cúpula, representante forte e importantíssimo para o desenvolvimento do sistema, trouxeram ainda mais credibilidade e segurança, além de uma ampla gama de produtos e serviços, fazendo com que o SICOOB-SC, CREDITAPIRANGA caminhe cada vez mais em direção a sua missão em promover o desenvolvimento econômico, social e profissional dos cooperados e comunidade, através da implantação de políticas financeiras e prestação de serviços. O SICOOB-SC CREDITAPIRANGA nestes últimos anos, efetuou consideráveis investimentos em sua estrutura física na central, com reestruturação do Layout, reforma do prédio e aquisição de nova mobília, além de consideráveis melhoramentos em informática, estruturação e atendimento, também nos postos localizados em São João do Oeste e Tunápolis (Itapiranga, 2024, *s./p.*)

Gráfico 14: Percentual de pessoas extremamente pobres, em Itapiranga, SC

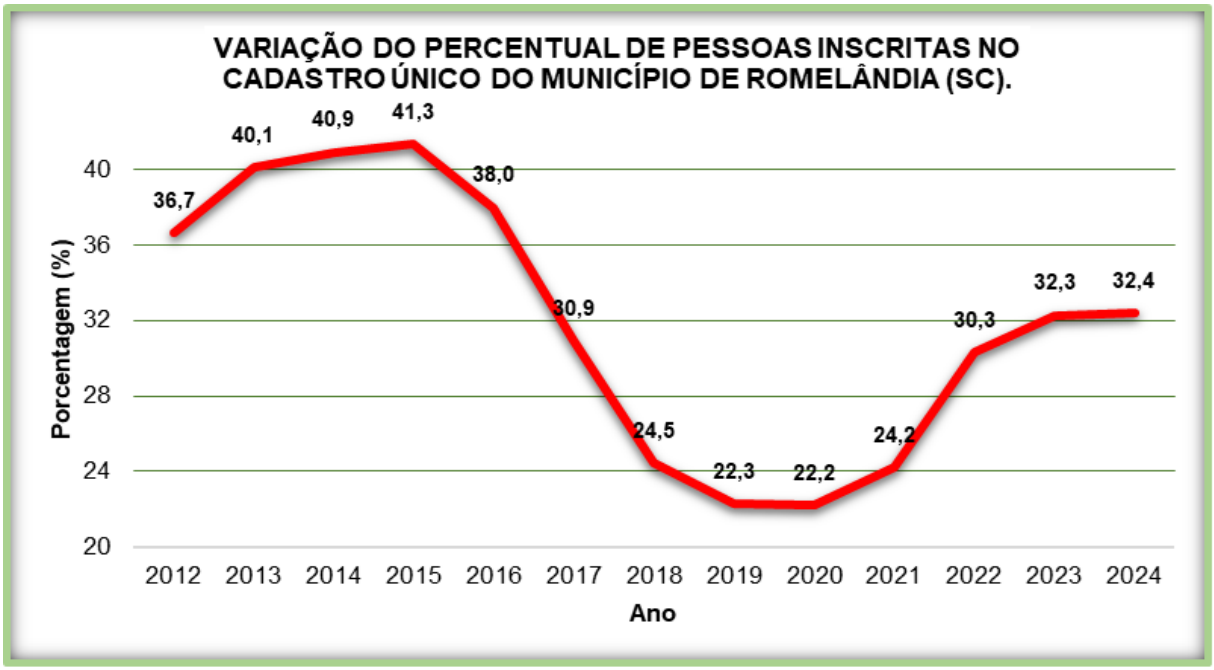


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Diferente de Itapiranga, se tem a situação do empobrecimento em Romelândia, que possui uma população de 4.823 habitantes, conforme o censo de 2022, possuindo 1.562 pessoas cadastradas no CadÚnico, o que representa 32,4% de seus habitantes (gráfico 15). Romelândia vem perdendo população continuamente desde 1991 - a série aqui estudada -, apenas entre o censo de 2010 e 2022, a perda foi de 728 habitantes; mas entre 1991 e 2022, a perda foi de 4.153, metade da sua população, algo próximo ao que ocorrem em Barra Bonita, sendo eles, os dois municípios que mais sofrem com o esvaziamento populacional.

O número mais elevado da população cadastrada no CadÚnico se deu em 2015, com 41,3% da população, caindo quase a metade em 2020, ano da pandemia e da diminuição das políticas públicas federais. Porém, em 2021 para 2022, há uma ampliação de 24,2% para 30,3% da população no Cadastro Único, coincidentemente, a exemplo dos anteriores, quando reinicia o aumento a partir das questões das eleições majoritárias deste ano.

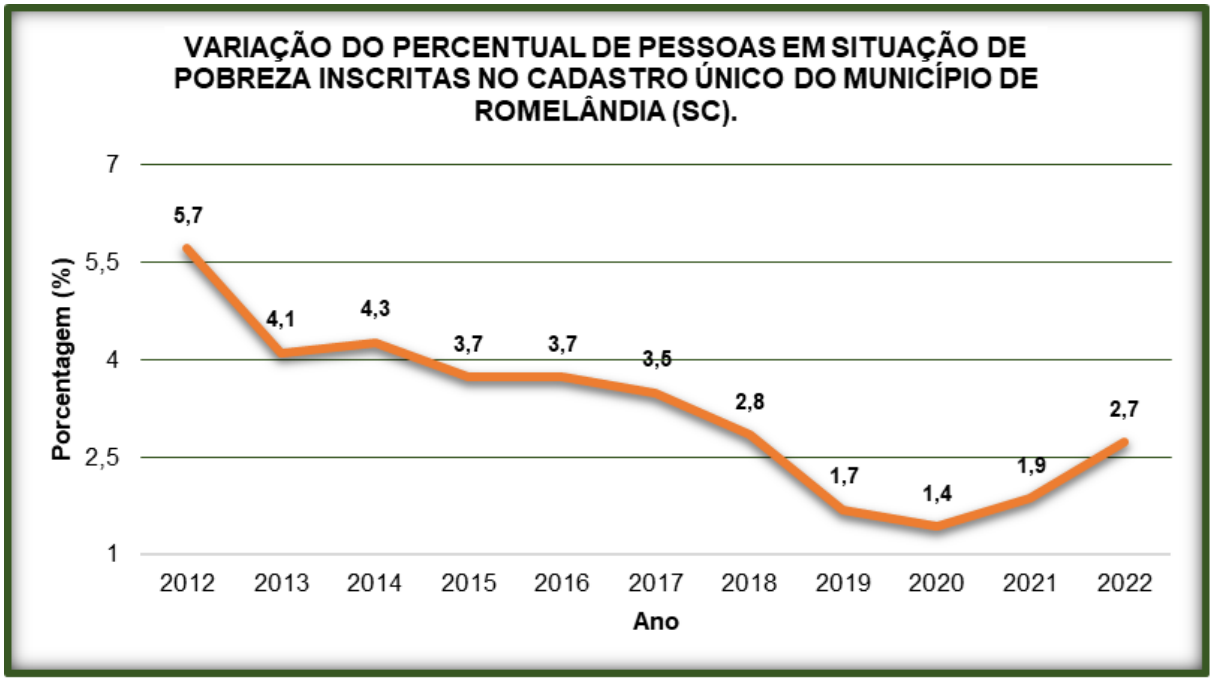
Gráfico 15: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Romelândia, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Romelândia, mesmo tendo perdido 728 habitantes entre 2010 e 2022, mantém um elevado índice de população no CadÚnico, assim como considerável população na pobreza, 2,7%, que equivalem às 252 pessoas (gráfico 16). É provável que a falta de perspectivas típica de cidades pequenas, e com dificuldades de resolução das suas vulnerabilidades, seja uma das razões para a perda da população, associada às dificuldades de retirada de tantos habitantes entre a pobreza e a extrema pobreza.

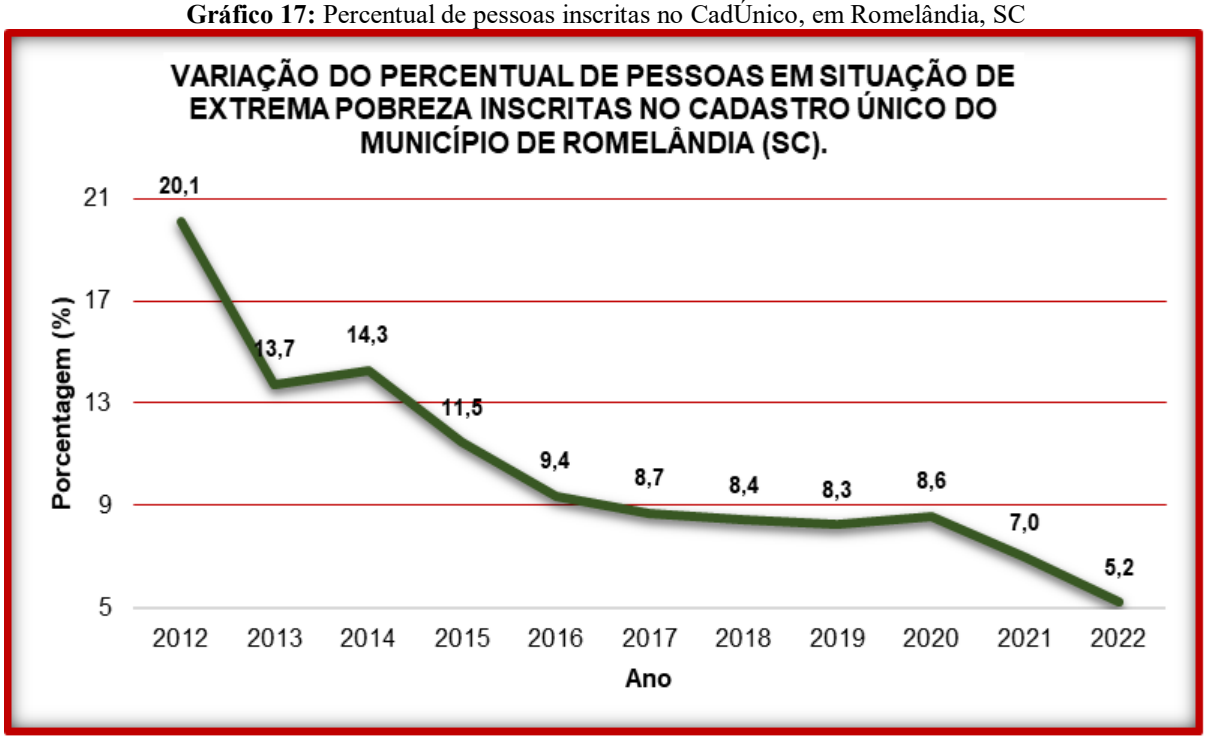
Gráfico 16: Percentual de pessoas na pobreza, em Romelândia, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

No município de Romelândia, a redução da extrema pobreza segue o mesmo padrão do esvaziamento populacional, ou seja, perde população e, coincidentemente, perde população empobrecida, como se pode observar no gráfico 17, cuja população extremamente pobre decresceu de 20,1, em 2012, para 5,2%, em 2022, o que equivale a 252 pessoas em tais condições.

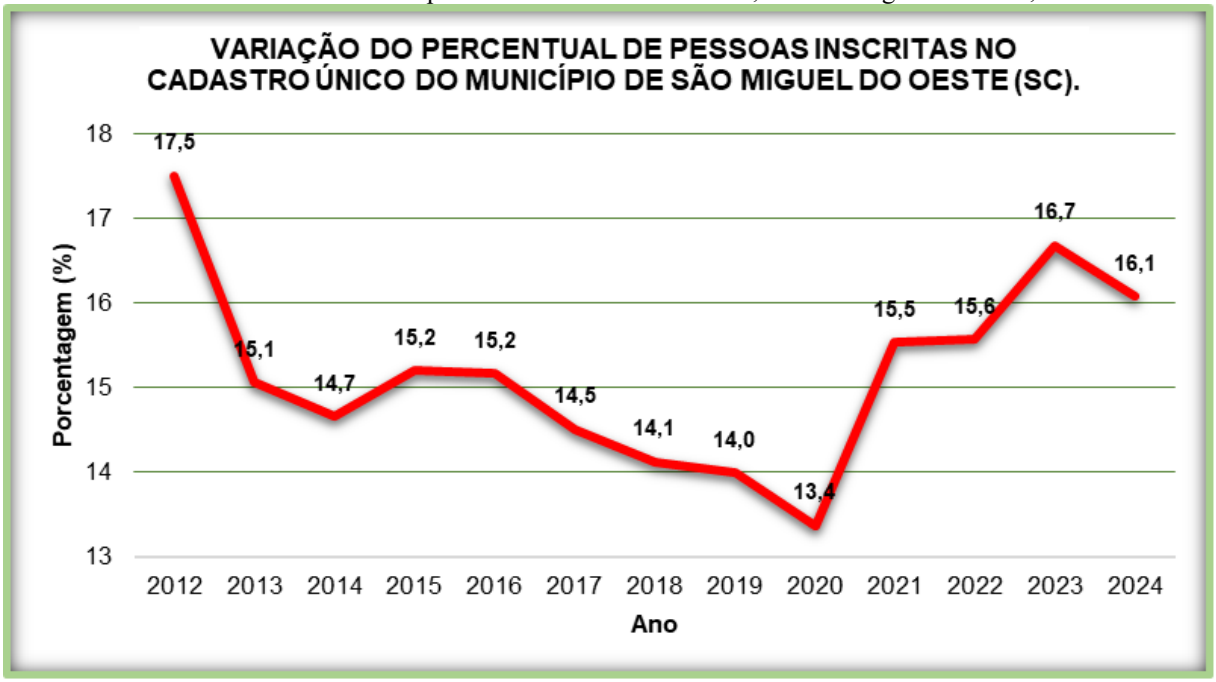
Gráfico 17: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em Romelândia, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Por fim, nessa análise de 6 dos 21 municípios da região do Extremo Oeste catarinense, se analisa a cidade polo, São Miguel do Oeste, aquela que possui a maior população absoluta, cujo crescimento tem sido constante desde a série de censos aqui analisados, de 1991 a 2022, sendo que o maior crescimento se deu no inter censo de 2010 para 2022, quando a população cresceu de 36.306 habitantes, para 44.330, sendo o maior crescimento regional. Para os padrões de uma cidade polo, era esperado que São Miguel do Oeste tivesse um número considerável de população inscrita no CadÚnico, e isso se confirma, com 16,08% (gráfico 18), o que equivale a 7.128 pessoas, sendo que há uma redução considerável até 2020, no ápice até 15,2% no golpe de estado de 2016, reduzindo tais níveis até 13,4%, em 2020, ano da pandemia. Ao longo da pandemia e do governo Bolsonaro, até as eleições de 2022, a população inscrita no CadÚnico se amplia continuamente, até alcançar 16,7, em 2023 – em uma forte política de investimento público em uma das cidades mais bolsonaristas de Santa Catarina.

Gráfico 18: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico, em São Miguel do Oeste, SC

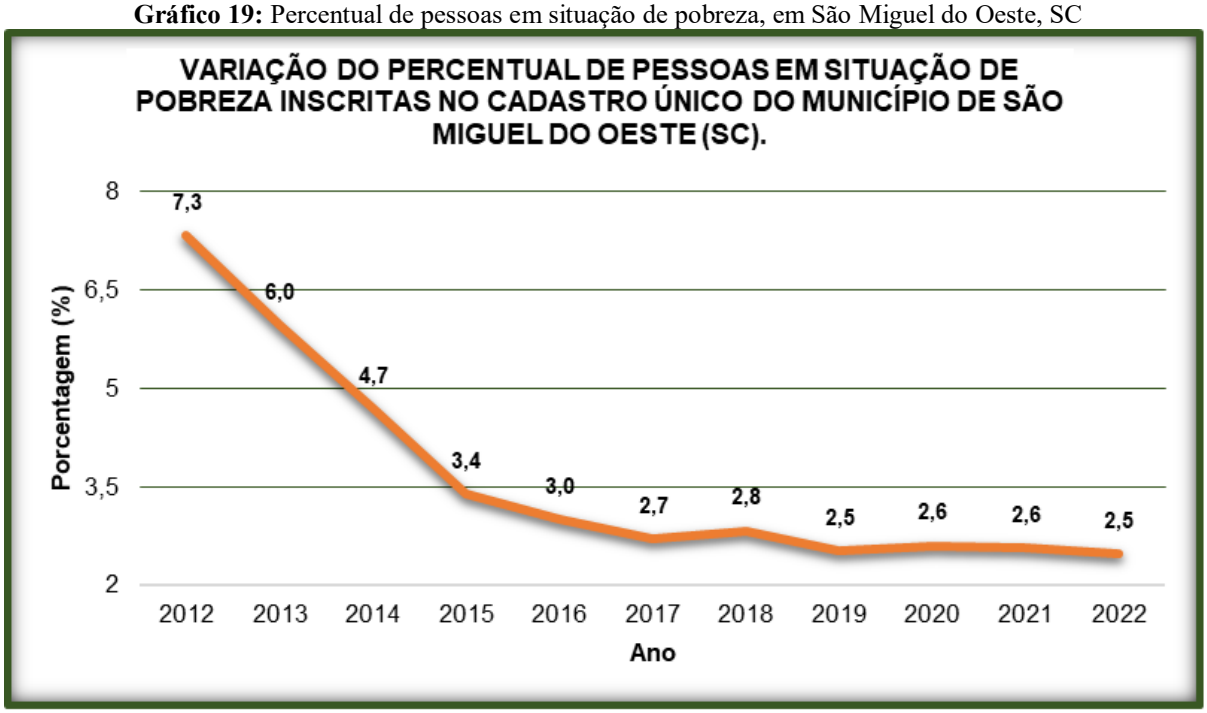


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

No que concerne a pobreza, São Miguel do Oeste vem reduzindo o empobrecimento de sua população a partir de políticas públicas federais, como se observa no gráfico 19, a partir dos dados no CadÚnico, a população empobrecida era de 7,3% em 2012, mas por meio de

políticas públicas, tais como o Programa Bolsa Família (PBF), em 2022, esse índice estava em 2,5%, o que representa uma população de 1.099 pessoas. Mas, os índices próximos de 3% demonstram ter ocorrido uma estagnação nas políticas públicas de renda, mantendo essas pessoas em tais condições.

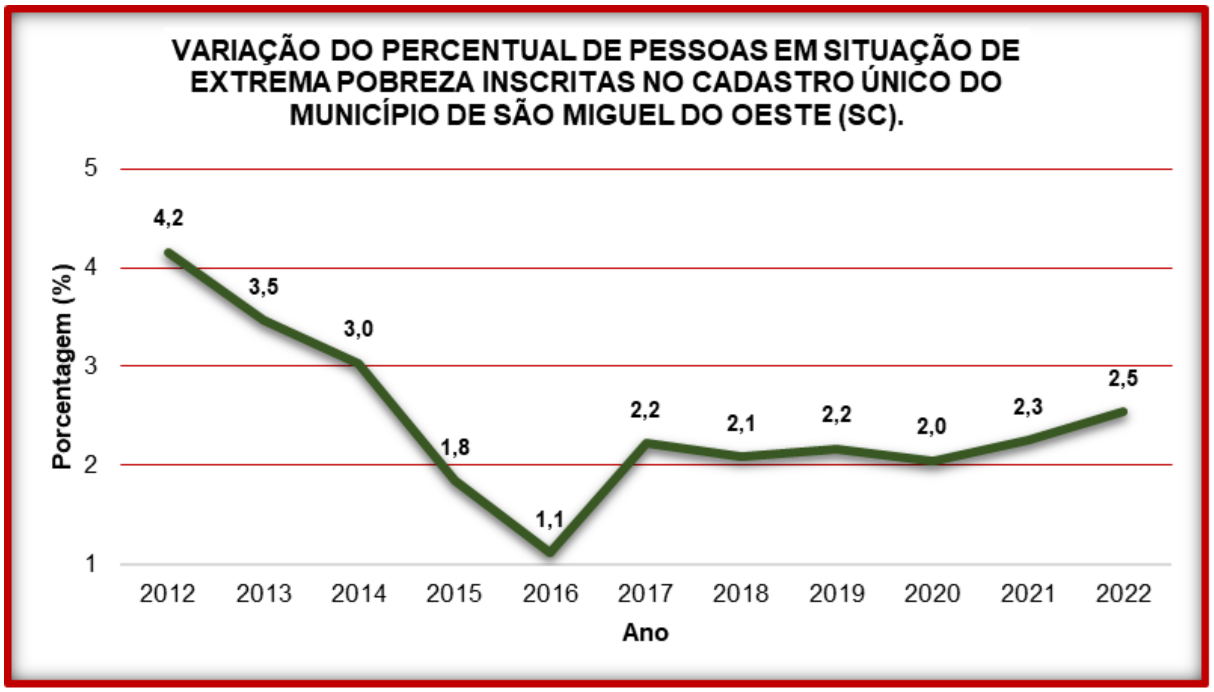
Gráfico 19: Percentual de pessoas em situação de pobreza, em São Miguel do Oeste, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Porém, é preciso acrescer os extremamente pobres para que se tenha uma leitura mais realista de São Miguel do Oeste. O gráfico 19 demonstra haver 2,5% da população miguel-oestina na extrema pobreza, o que representa 1.126 pessoas. Ocorreu uma relativa redução entre 2012 e 2022, sendo que o valor mais baixo ocorreu em 2016, ano do golpe que derrubou a Presidenta Dilma Rousseff, cuja redução era constante. Tais números se ampliam nos anos seguintes, e continuam crescendo desde então.

Gráfico 20: Percentual de pessoas em situação de pobreza, em São Miguel do Oeste, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Importante salientar que, a soma dos gráficos 18 e 19, da pobreza e extrema pobreza, mostra que em São Miguel do Oeste há 2.225 pessoas nessa condição, alta, mas esperada para uma cidade polo regional. Ao mesmo tempo, derruba a muralha da cidade perfeita, originada da operosidade do trabalho do migrante europeu, demonstrando, assim, que se trata apenas de mais uma típica cidade do mundo capitalista cercada pelas suas contradições, entre a riqueza concentrada e a pobreza que lhe serve de mão de obra barata e de votos.

3.6. **O êxodo rural no Extremo Oeste catarinense**

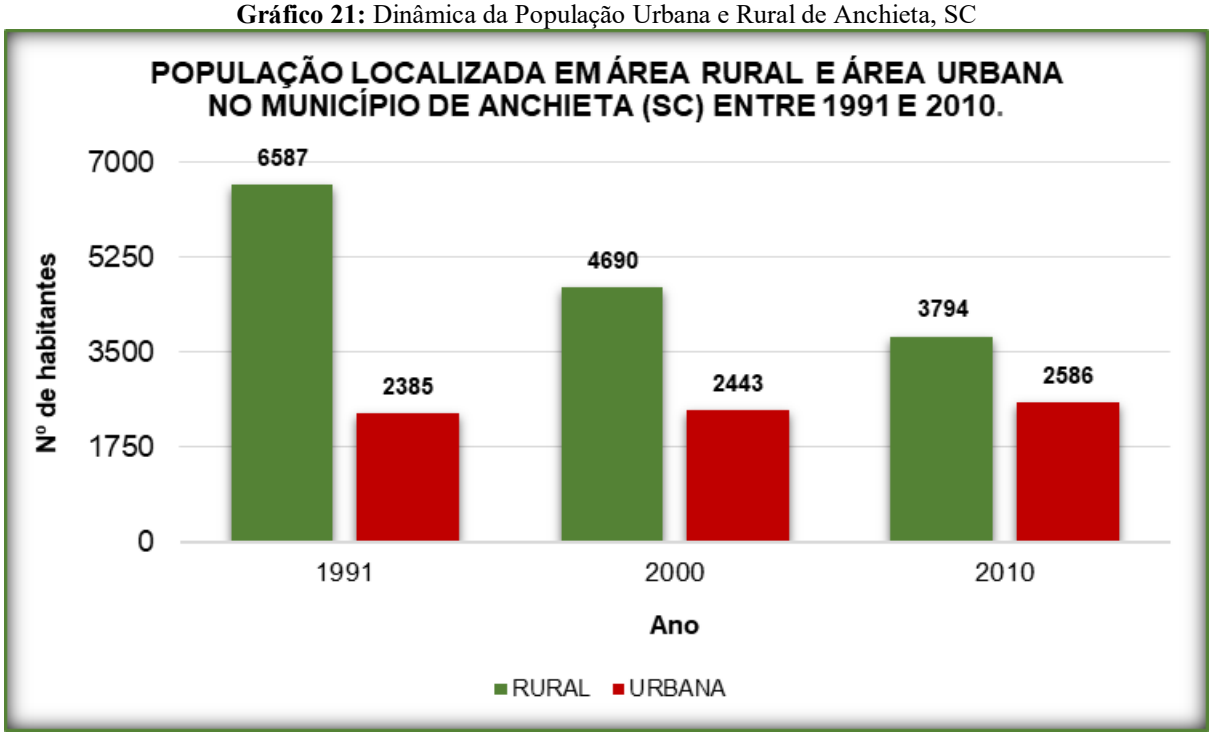
A intensificação do êxodo rural brasileiro se deu principalmente entre a década de 1970 e 1980, quando se apresenta a inversão rural-urbano, trata-se de um processo de migração de pessoas do campo para a cidade. Dentre as causas, pode-se associá-las a modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a procura por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores. O êxodo rural ocasionou o esvaziamento do meio rural e, em contrapartida, o crescimento desordenado do meio urbano. O êxodo rural no Extremo Oeste catarinense segue tais tendências, porém com as próprias contradições regionais, pois a Região Imediata de São Miguel do Oeste que coincide com a composição dos municípios dessa

região de fronteira, são todos pequenos, incluindo a cidade polo com menos de 50 mil habitantes, como se viu neste capítulo.

As análises que seguem envolvem os censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, pois os dados do censo de 2022 ainda não estão completamente otimizados, mas mesmo assim, permitem observar a perda de população do campo para a cidade na dinâmica regional.

Na região, o município de Anchieta possuía 6.587 habitantes na zona rural, em 1991, em 2010, essa população caiu para 3.794, uma perda de 2.793 habitantes, enquanto a zona urbana teve um crescimento de 2.385, em 1991, para 2.586, um acréscimo de 201 habitantes (gráfico 21), fato que demonstra uma perda geral de população, afinal, os que saíram do campo não foram para a sede municipal, migraram para outras cidades ou regiões do Brasil.

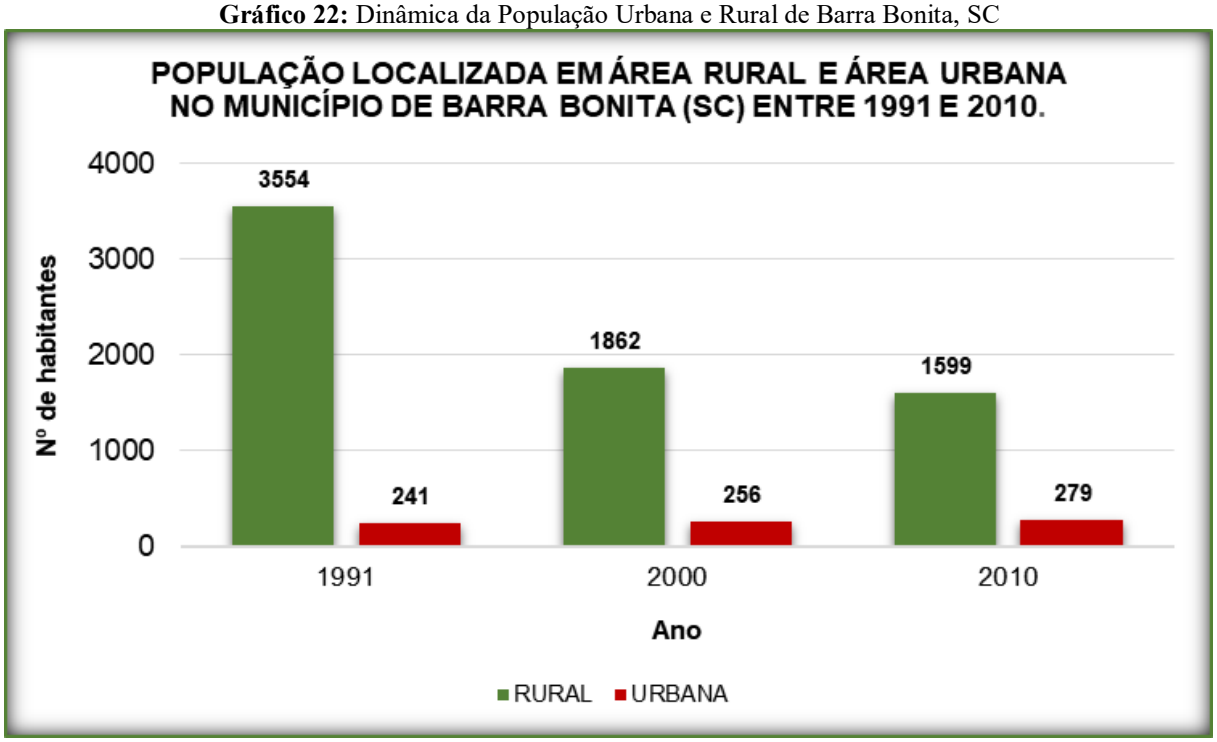
Gráfico 21: Dinâmica da População Urbana e Rural de Anchieta, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2024). Org. por Baumgardt (2024).

A situação do município de Barra Bonita é ainda mais grave, pois em 1991, moravam no campo, 3.554 pessoas, e em 2010, eram apenas 1.599, ou seja, uma perda populacional de 1.955 habitantes (gráfico 22). Na pequena sede de Barra Bonita, viviam 241 pessoas, em 1991, porém em 2010, o acréscimo de população foi de 38 pessoas em 20 anos, valor irrisório que demonstra um certo desaparecimento deste município, afinal, dos 1.995 habitantes que migraram com o êxodo rural, apenas 38 poderiam ter ido para a cidade, mas nem seriam tantos, pois existe o crescimento vegetativo que provem o crescimento populacional.

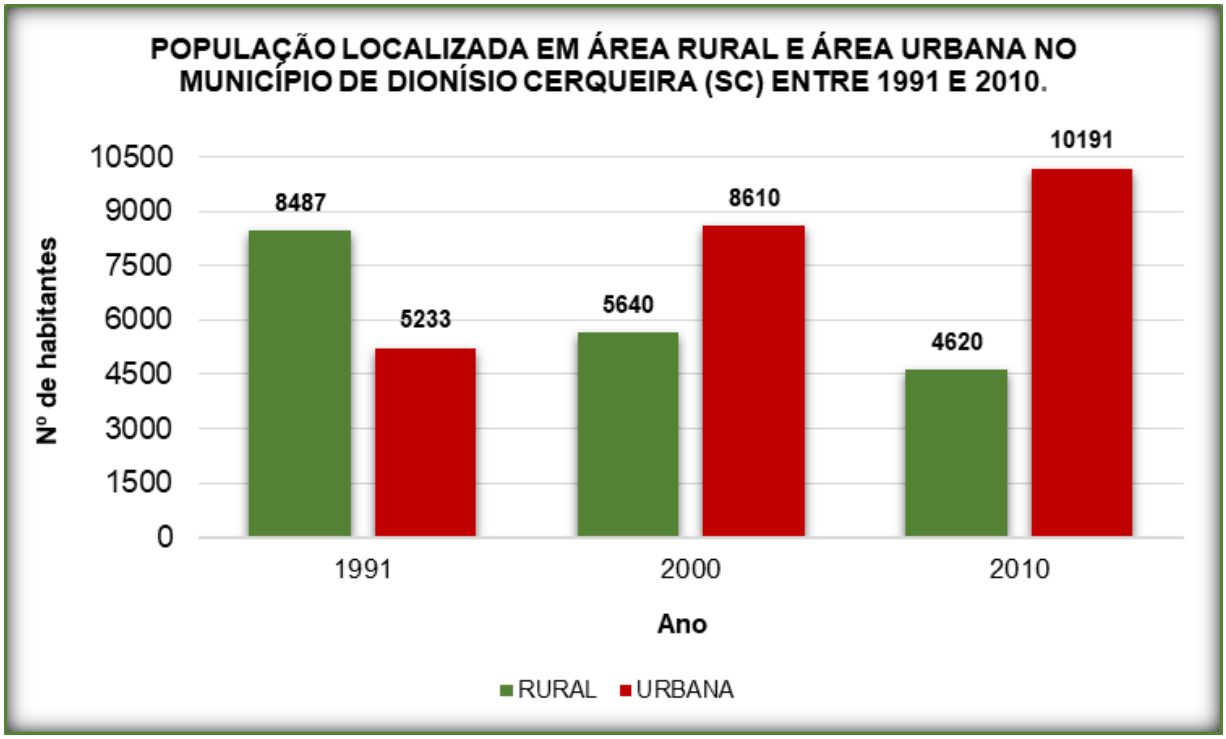
Gráfico 22: Dinâmica da População Urbana e Rural de Barra Bonita, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Dionísio Cerqueira segue um padrão diferente de Anchieta e Barra Bonita, pois perde população considerável no campo e cresce na cidade, eram 8.487 habitantes rurais em 1991, e em 2010, eram 4.620, uma perda de 3.867, enquanto a população urbana era de 5.233, em 1991, subiu para 10.191, em 2010, um crescimento importante 20 anos depois, com 4.958 pessoas (gráfico 23), especial, seja, mais do que o dobro que se pode associar ao êxodo rural, assim como a migração externa, por ser um município conurbado com Barracão, no Paraná, e Bernardo de Yrigoyen, em Missiones/Argentina.

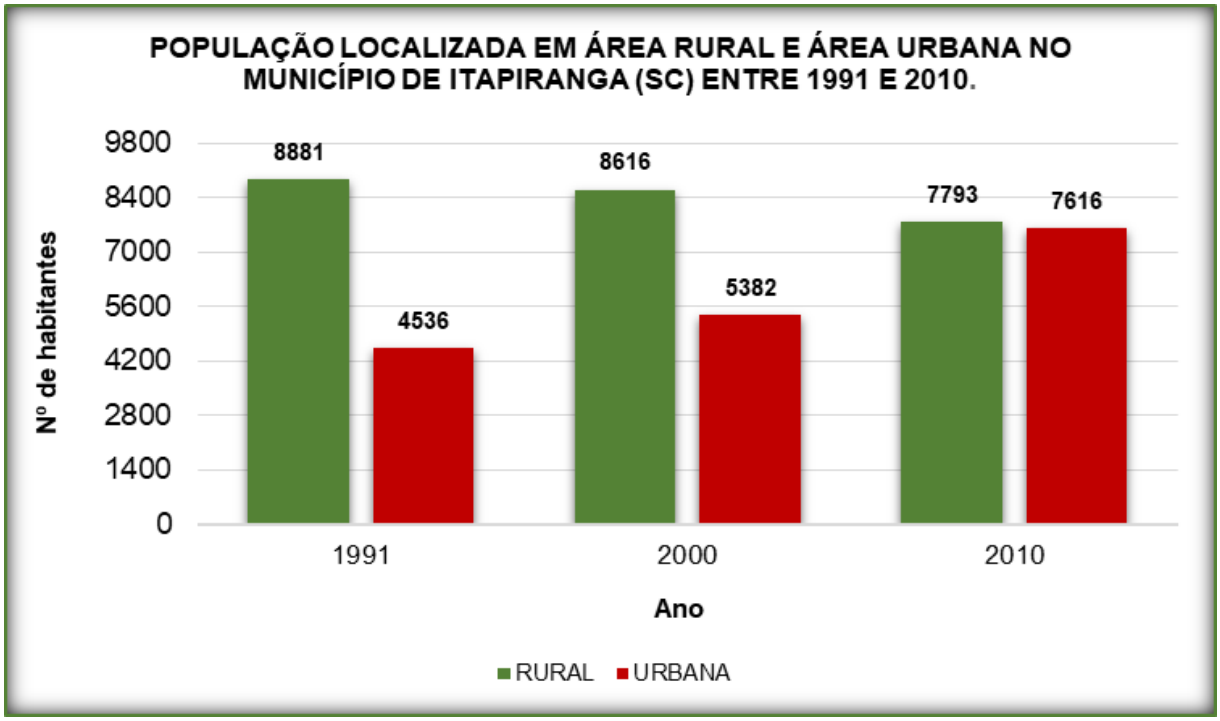
Gráfico 23: Dinâmica da População Urbana e Rural de Dionísio Cerqueira, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2024). Org. por Baumgardt (2024).

O município de Itapiranga segue o padrão de Dionísio Cerqueira, mas a queda da população rural foi menor, indo de 8.881 habitantes, em 1991, para 7.793, em 2010, uma perda de 1.088 pessoas, enquanto a população urbana cresce de 4.536, em 1991, para 7.616, em 2010, um acréscimo de 3.080 habitantes (gráfico 24), podendo ser fruto do êxodo rural, ou da entrada de migrantes de outras regiões, a exemplo do Noroeste do Rio Grande do Sul, ao qual faz divisa, assim como do próprio Oeste catarinense.

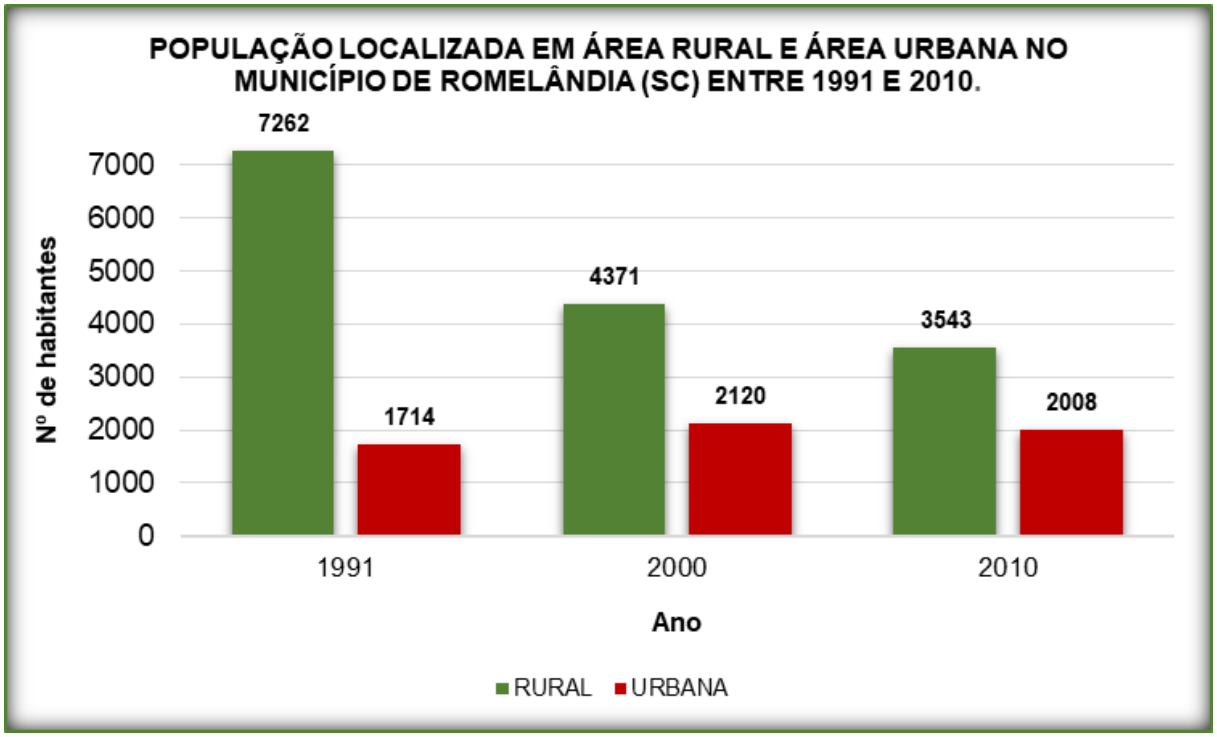
Gráfico 24: Dinâmica da População Urbana e Rural de Itapiranga, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Romelândia teve uma perda acentuada de população no meio rural entre 1991 e 2010, decrescendo de 7.262 para 3.543 morador na zona rural, 3.719 pessoas abandonaram o campo. No que concerne a população urbana, ocorreu oscilação entre os três censos analisados aqui, sendo 1.717, em 1991, crescendo para 2.120, em 2000, e perdendo população em 2010 (gráfico 25), ficando com 2.008 habitantes, no cômputo geral, a cidade teve um aumento de 294 pessoas, porém a perda de 3.719 moradores do campo, mostra uma perda crescente no geral, algo parecido com Anchieta e Barra Bonita.

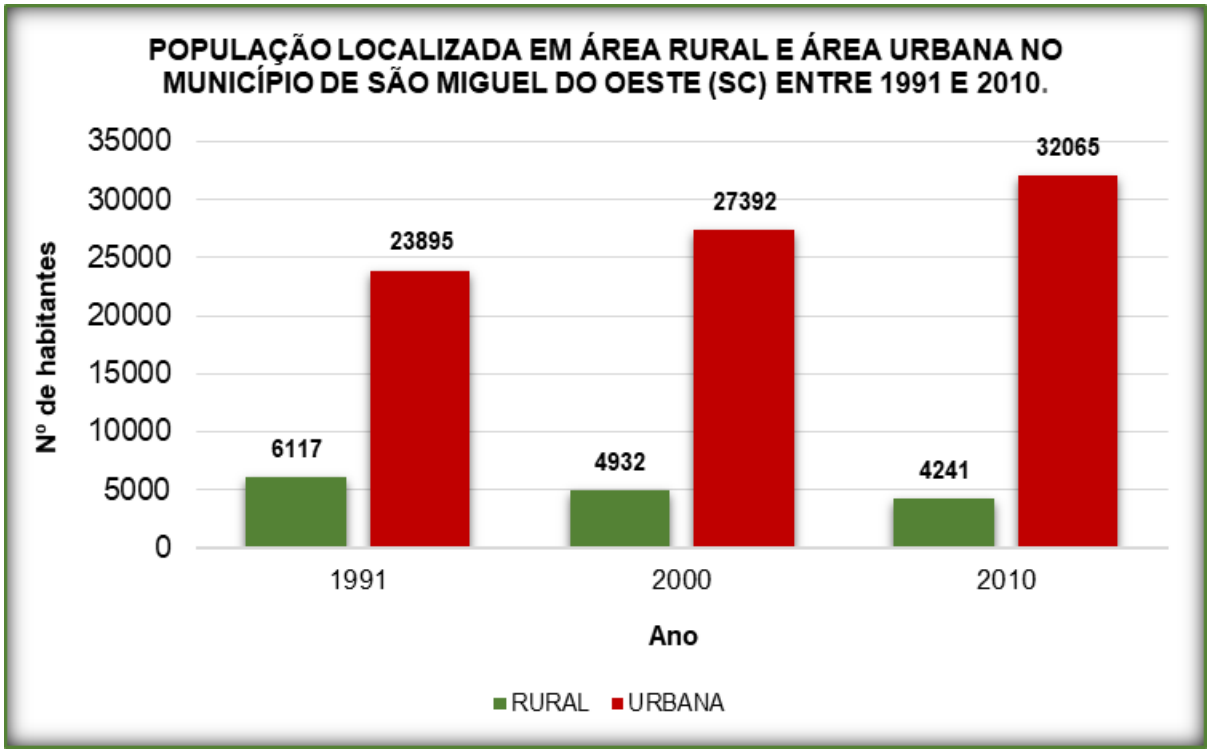
Gráfico 25: Dinâmica da População Urbana e Rural de Romelândia, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Por fim, a cidade polo de São Miguel do Oeste perdeu população no processo de êxodo rural no InterCenso de 1991 a 2010, saindo de 6.117 pessoas no campo, para 4.241, uma perda de 1.876 habitantes (gráfico 26). A contrapartida se dá no crescimento contínuo da população urbana da maior cidade do Extremo Oeste catarinense, ainda com aspectos de uma pequena cidade do interior e pouco verticalizada, que foi de 23.895 habitantes, em 1991, para 32.065, em 2010, um crescimento de 8.170 pessoas, mais de três vezes a quantidade de população perdida no campo.

Gráfico 26: Dinâmica da População Urbana e Rural de São Miguel do Oeste, SC



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2024). Org. por Baumgardt (2024).

Ao longo dessa seção da pesquisa, não foi utilizado o termo "cidades de pequeno porte" como referência as cidades locais e cidades pequenas, uma vez que é entendido que cidades de pequeno porte é o grande grupo no qual as cidades locais e cidades pequenas estão inseridas, então usou-se o termo cidade pequena sem a necessidade de atentar-se a tais questões conceituais, pois esse não era o problema em análise. Para essa pesquisa, considerou-se todos os 21 municípios do Extremo Oeste catarinense como cidades pequenas, incluindo a cidade polo, pelo fato dela não possuir uma população de 50 mil habitantes. Mas, considera-se sua importância no contexto regional, pois sendo uma cidade jovem, ela já era sede oficial de comarca (Lei Estadual nº 1.948, de 27 de dezembro de 1958) quatro anos após sua fundação oficial, em 1954, além de outras infraestruturas de políticas públicas socioeconômicas e culturais, que lhe garantiam certa centralidade, desde sua fundação. A figura 11 permite verificar a área urbana de São Miguel do Oeste, cujo horizonte ainda se verifica (na escala da imagem) a zona rural, assim como a sua verticalização modesta.

Figura 11: Aspecto geral de São Miguel do Oeste, cidades pólo regional



Fonte: WH3 - Ascom, (2024).

No restante dos municípios da região, todas as cidades ganharam população urbana e perderam população rural, em uma dinâmica que segue a lógica do êxodo rural apresentado nesta seção do trabalho, porém não com as discrepâncias mostradas em Anchieta, Barra Bonita, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Romelândia e São Miguel do Oeste.

Uma pergunta que fica ao se analisar tais questões tão complexas desse capítulo: como reverter tal situação, e como manter os jovens no campo, ou criar condições para seu retorno depois de se capacitarem nas cidades? Qual é o papel dos movimentos sociais para tal conjuntura? Parafraseando Milton Santos, os espaços luminosos das cidades são atraentes para quem, acredita, ter saído da opacidade do mundo.

3.7. **Os Movimentos Sociais e a permanência da juventude no campo**

A diminuição do êxodo rural se caracteriza como um grande desafio para o futuro do Brasil, não sendo diferente para a região do Extremo Oeste catarinense, pois os dados analisados anteriormente demonstram tais perdas nas últimas décadas. Assim, o meio possível para manter os jovens no campo, perpassa por políticas públicas que possam criar condições de vida e trabalho duradouros nos locais de ascendência dos indivíduos.

Tais preocupações não são recentes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já questionava a perda milhões de jovens no campo, em 2011, como se observa na sequência, em matéria de Raquel Duarte:

> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1996 e 2006 o número de jovens com até 29 anos que deixaram o campo chegou a três milhões. "Nos jovens rurais está depositada a continuidade da atividade agrícola das famílias do campo, que são responsáveis pela capacidade produtiva do país e em manter a soberania alimentar do Brasil", alerta a coordenadora de Desenvolvimento Humano do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ana Tereza Ferreira. (...) O principal problema da migração dos jovens para o campo é a falta de acesso a bens culturais e a falta de autonomia no campo, explica a coordenadora. "O campo envelheceu e os jovens rurais também querem ter acesso aos bens das demais juventudes. Na sua atividade no campo eles não são autônomos e precisam dividir a renda com o pai, dono da propriedade. Com as mulheres a subordinação é ainda maior", salienta (Duarte, 2024, *s./p.*).

Dessa forma, se faz imprescindível instalar infraestruturas das áreas rurais, requerendo a modernização necessária para uma vida digna, assim como a melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados, universalizando-o, e diversificando a produção econômica local. Além de incentivar acesso à educação, à saúde, à segurança e ao lazer de qualidade, e propiciar oportunidades de ocupação e desenvolvimento profissional que agreguem valor e dignidade aos trabalhadores jovens do campo. Ainda, a concepção de programas que ajudem absolutamente os agricultores, como a concessão de créditos subsidiados, treinamento para o manejo de tecnologias modernas, além de outros mecanismos, se fazem basilares para a diminuição do êxodo rural, e sobretudo, a manutenção da juventude no campo.

O Oeste de Santa Catarina é reconhecidamente um dos berços das organizações sociais no campo, visto que MST, MAB e MMC surgem na região, e tem ainda na sua história registros da presença organizacional do MPA, CPT e as pastorais da Juventude, Pastoral da Juventude Rural/PJR e Pastorais da Juventude do Meio Popular/PJMP, que surgem a partir da Teologia da Libertação e tem expressivas atuações na região. (Bastiani, 2021).

Diante desta conjuntura organizacional a região sempre foi expressiva na resistência e pauta das lutas e direitos da classe trabalhadora, construindo uma unidade através da Via Campesina, uma organização mundial que articula as organizações e movimentos camponeses, unificando as pautas e demandas, articulando movimentações coletivamente.

Para nossa pesquisa compreender a atuação das juventudes é central, e mesmo com a PJR sendo o foco, é salutar compreender a atuação da PJMP, sendo que ambas atuam de forma coletiva na região como veremos no capítulo 4, com análise documental e história de sua atuação.



A Juventude e seu papel no campo, formação Campo-Cidade (PJR e PJMP). Arquivo PJR/PJMP (2024).

4. CAPITALISMO NO CAMPO E A JUVENTUDE

O capitalismo organiza sua reprodução no campo a partir da propriedade privada, da monocultura, da produção transgênica e do uso intensivo de agrotóxicos. Articulado por meio do agronegócio, esse modelo não se preocupa com a preservação da cultura e dos conhecimentos geracionais, apropriando-se deles quando lhe são úteis e descartando-os quando passam a representar ameaça aos seus interesses.

Em contraposição, a cultura camponesa fundamenta-se no cuidado com a terra, na preservação dos conhecimentos populares e científicos transmitidos entre gerações, bem como nas relações sociais e espaciais construídas coletivamente ao longo do tempo.

Evidencia-se, nas estruturas de dominação, um grande esforço para inserir, desde a juventude, a classe trabalhadora em um processo de produção mecânico e exploratório. Essa estratégia conta com os chamados "Aparelhos Ideológicos do Estado", conforme discutido no capítulo 1, entre eles a escola e sua formação pautada em lógicas fordistas, relações meritocráticas e divisões desiguais do trabalho.

Nesse contexto, reproduzem-se práticas como o empoderamento masculino em detrimento das mulheres, desigualdades salariais baseadas em gênero e etnia, além de diversas formas de opressão que se manifestam silenciosa e disfarçadamente nas relações coletivas da sociedade capitalista. Essas dinâmicas atravessam espaços como a família, os relacionamentos afetivos, a comunidade, a escola, a igreja e o trabalho.

Tais espaços coletivos contribuem, muitas vezes, para moldar indivíduos competitivos e individualistas, adequados à lógica mecanizada exigida pelo trabalho no sistema capitalista e à formação de uma massa de trabalhadores de reserva.

Na presente seção, será desenvolvido um debate acerca dessa correlação de forças, destacando a articulação e a formação política das juventudes da PJR como forma de resistência às determinações capitalistas que incidem sobre a reprodução da vida no campo. As contradições que movem o capitalismo, levando-o a se reinventar e a sofisticar continuamente seus mecanismos de exploração da natureza e dos seres humanos, também alimentam as lutas sociais que sustentam a correlação de forças na sociedade. Essas lutas tensionam o Estado e exigem a manutenção dos direitos historicamente conquistados.

Os povos originários, os povos do campo, das águas e das florestas e da cidade, mobilizam-se e organizam-se historicamente em enfrentamento às violências e desigualdades produzidas pelo sistema capitalista. Muitos direitos foram conquistados ao longo desse processo. Entretanto, vivemos hoje uma nova realidade marcada pelo advento das redes sociais,

que intensificam a coisificação das relações humanas e contribuem para o afastamento dos indivíduos dos espaços coletivos de interação, organização e formação política.

Nesta correlação de forças, chama-se atenção para a dimensão da cultura. Diante do avanço histórico do capitalismo sobre os territórios, por meio de diferentes projetos de ação, como ocorreu na invasão colonial da América Latina, compreender como o capital se articula no campo cultural permite evidenciar sua capacidade de adaptação e de consolidação de hegemonias.

Ao mesmo tempo, a cultura também se constitui como um elemento fundamental de resistência frente ao capitalismo, pois é por meio dela que saberes, identidades, memórias e formas coletivas de existência são preservados e fortalecidos.

Parte-se da compreensão de cultura como "[...] toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida" (Tardin, 2012, p. 178). A cultura está profundamente presente na reprodução da vida ao longo dos diferentes momentos históricos da humanidade. Diante disso, o capitalismo investe de maneira estratégica e contínua em mecanismos, relações e produtos que dialogam com a sociedade, difundindo e consolidando valores capitalistas no cotidiano social.

Debater centralmente a cultura não significa colocá-la como uma dimensão superior às demais, como a política, a economia ou a educação. Contudo, ao compreender que a cultura atravessa todas as práticas sociais, torna-se possível evidenciar como as relações culturais orientadas pelo capital permitem que as demandas capitalistas penetrem na concepção de mundo da população. No que se refere às juventudes, essas relações contribuem para formular, no interior da sociedade, os lugares sociais destinados a elas, determinando e limitando sua atuação na reprodução material da vida no campo (Godoy; Santos, 2024).

Segundo Baratta (2017), em verbete presente no Dicionário Gramsciano (1926–1937), para Gramsci a cultura não constitui "[...] apenas um tema muitíssimo amplo, com ramificações, adjetivações e especificações bastante variadas, mas também um conceito extremamente móvel" (Baratta, 2017, p. 257).

Na reprodução da vida em sociedade, todo ser humano exerce uma função social, ainda que, no capitalismo, muitas vezes o faça de forma mecânica. Esse movimento, destacado por Gramsci, está diretamente relacionado à organicidade de um determinado tempo histórico e de sua bagagem social acumulada. Assim, a cultura também se configura como expressão desse tempo e dessa sociedade, incorporando as diferentes intervenções tecnológicas e transformações oriundas de seus avanços históricos.

Para Saviani (2021), o ser humano precisa "[...] extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura)" (Saviani, 2021, p. 11). Essa relação de troca, respeito e transformação mútua com o meio fundamenta, historicamente, as relações do campesinato com a terra e com a produção da vida. Dessa forma, ao debater o segmento da cultura, não se pode ignorar os sujeitos envolvidos nesse processo, portadores de bagagens, saberes e conhecimentos historicamente construídos, inseridos nas estruturas sociais de convivência coletiva. Esses sujeitos também atuam como seres sociais que, consciente ou inconscientemente, participam da manutenção ou da contestação da hegemonia capitalista.

Cabe ressaltar que a cultura, enquanto construção social, forma de expressão e elemento de organização coletiva, configura-se também como um "aparelho hegemônico". Nessa disputa por hegemonia, o capitalismo reinventa-se e articula-se por meio da cultura no cotidiano da vida social, influenciando diretamente a concepção de mundo dos indivíduos.

Considerando que "[...] o aparelho hegemônico está ligado à articulação estatal propriamente dita" (Liguori, 2017, p. 64), a cultura atua em consonância com diferentes estruturas sociais e institucionais, contribuindo para a construção e manutenção de narrativas que sustentam as necessidades materiais da reprodução do trabalho, da família e da vida nos moldes capitalistas.

> A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica. (Liguori, 2017, p. 65)

Entendendo que a cultura é um segmento amplo e complexo da reprodução da vida, percebe-se que, nas relações sociais, afetivas e coletivas, os seres humanos reproduzem a própria existência ao produzirem o meio em que vivem, expressando, nesse processo, seus conhecimentos culturais, filosofias e convicções. Isso ocorre porque, na medida em que "[...] compartilham de uma linguagem, participam do senso comum e constroem, a partir de sua vinculação social, uma concepção de mundo, ainda que esta não seja construída de forma 'consciente', ou mesmo crítica" (Martins; Marteleto, 2019, p. 10), os sujeitos também participam da produção cultural da sociedade.

Dessa forma, a análise da cultura prossegue a partir da reflexão sobre as letras das músicas e sobre como esse produto cultural – e o mercado que o envolve – expressa a

articulação do capitalismo no cotidiano da vida social. Considera-se, ainda, como, nessa disputa hegemônica, o capital transforma os gostos musicais da sociedade para consolidar sua hegemonia, inclusive com o apoio dos aparatos do Estado (Chã, 2018).

Com o advento das redes sociais virtuais e, consequentemente, dos "influenciadores digitais", o debate sobre cultura e as relações geradas a partir dela ganha ainda mais destaque na sociedade. Como historicamente se observa no desenvolvimento capitalista, há uma constante produção de conteúdos e produtos voltados à determinação de rotinas, estereótipos e padrões de consumo.

Essas dinâmicas atravessam diferentes classes sociais, ainda que contribuam para a manutenção das desigualdades existentes. Nesse processo, a reprodução da vida em sociedade vai se afastando das relações afetivas entre o ser humano e o espaço, adquirindo conotações cada vez mais materiais e superficiais, o que contribui para a coisificação das relações sociais. Esse movimento alimenta o consumismo e a circulação de mercadorias, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental, impulsionada pela produção de resíduos e pela lógica da obsolescência programada.

> Mas, influenciar modos de vida que legitimem a produção e o consumo de mercadorias não nasce com as redes sociais. Os dispositivos que influenciam consumidores atravessam a história do capitalismo e se redimensionam a cada crise do sistema. Identificar tais dispositivos, suas formas e dinâmicas renovadas, nos ajuda a compreender o capitalismo e seu processo histórico, que depende da produção de sujeitos para reproduzir-se e reorganizar relações sociais subordinadas às demandas econômicas de cada época. (Zurita, Pinto, 2023, p. 210)

Para o capitalismo contemporâneo, os influenciadores digitais, as redes sociais virtuais e a indústria musical constituem-se como instrumentos relevantes na mediação de valores e padrões culturais, contribuindo para a formação de aspirações sociais que nem sempre correspondem às necessidades materiais da reprodução da vida.

Nesse contexto, tais mecanismos podem atuar na reprodução das desigualdades sociais e na manutenção das classes, ao mesmo tempo em que influenciam a forma como os sujeitos percebem o mundo e se relacionam com ele. Como aponta Freire (1987, p. 49), em determinados momentos da experiência existencial dos oprimidos ocorre uma "irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar desses padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem a todo custo parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo."

As juventudes são o grande alvo das dinâmicas contemporâneas de produção e circulação de conteúdos culturais, tendo papel relevante na difusão de tendências, valores e práticas de consumo que se articulam ao movimento do capital. Nesse contexto, contribuem, direta ou indiretamente, para a circulação de mercadorias e para a consolidação de padrões culturais que reforçam a lógica do consumismo na sociedade.

Ser jovem no campo sempre representou um desafio significativo diante das condições materiais da reprodução da vida. Inseridas na organicidade da vida social, as juventudes do campo e da cidade carregam em sua existência o paradoxo da continuidade e da transformação. Ao mesmo tempo em que são atravessadas por limitações relacionadas à autonomia e ao reconhecimento social, frequentemente lhes são atribuídos valores como imaturidade, o que tende a desconsiderar seus saberes, experiências e trajetórias.

Entende-se que, assim como outras categorias de análise, as juventudes, em sua concepção, formação e atuação na transformação do espaço, estão inseridas em relações sociais e de poder, o que estabelece um campo de tensão direta com o capitalismo e suas determinações sobre elas (Castro, 2012).

Problematizando essas relações, surgem organizações de juventude, como é o caso da PJR no Extremo Oeste de Santa Catarina, que se colocam em resistência e questionam os paradigmas sociais impostos à categoria “juventude”. A partir dessas experiências, emergem novas perspectivas de mundo, pautadas em outras formas de relação social e na elaboração de novas leituras teóricas. Nesse processo, constroem-se também condições de permanência no campo, em contraposição às determinações sociais do capitalismo.

É sabido que o capitalismo se rearticula continuamente e se esforça em construir as condições necessárias para garantir sua própria reprodução (Harvey, 2014). No que diz respeito à organização das juventudes, é por meio da formação da consciência e da compreensão das relações de poder impostas ou rearticuladas pelo capital no cotidiano que se torna possível problematizá-las e construir outras formas de relações sociais e com a terra.

Na busca por definições conceituais, e na tentativa de responder às demandas de diferentes pesquisas, atribuem-se às “juventudes” e ao “ser jovem” uma diversidade de significados, compreendendo-os como sinônimo de futuro, faixa etária ou ainda como estado ou etapa da vida (Souza, 2016).

Parte dessas definições e determinações desconsidera os processos de autodeterminação das juventudes, anulando seu protagonismo na reprodução da vida. Isso gera conflitos profundos com a sociedade, com a família e com as relações socioespaciais

historicamente construídas entre os seres humanos e a natureza, bem como no processo de venda da força de trabalho, tanto no campo quanto na cidade.

Fruto das construções socioespaciais e, ao mesmo tempo, agente de transformação dessas relações, as juventudes, quando organizadas, tomando-se aqui como exemplo a PJR, articulada nacionalmente e integrante da Via Campesina, que assume como diretriz a luta de classes, inserem-se em um processo de busca pelo reconhecimento de seu protagonismo histórico.

Esse protagonismo relaciona-se especialmente ao papel das juventudes no enfrentamento das determinações sociais e, sobretudo, na reprodução da vida. No contexto capitalista, as juventudes também ocupam posição estratégica na reprodução das relações e valores que sustentam esse sistema.

Dessa forma, deixam de ser compreendidas como meras coadjuvantes, evidenciando sua importância tanto para as organizações de resistência quanto para os processos de expansão e consolidação do capital no campo.

Elisa Guaraná de Castro problematiza a disputa conceitual que envolve o "ser jovem", aprofundando esse debate especialmente no que se refere às juventudes rurais, frequentemente submetidas a definições temporais relacionadas à faixa etária ou à atribuição de características e personalidades, como a imaturidade. Conforme destaca a autora, "[...] 'jovem' como categoria de pensamento carrega o 'peso' da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das suas formas de se configurar como ator social" (Castro, 2005, p. 381).

Entretanto, parte-se aqui da compreensão da juventude como categoria política, uma vez que a realidade expressa pelas territorialidades constituídas pelas juventudes da PJR no Extremo Oeste de Santa Catarina evidencia sujeitos construtores de sua própria organicidade e, consequentemente, de seu espaço vivido (Lefebvre, 2006).

Para Bruno Souza (2016), o conceito de juventude rural encontra-se em construção e, ao mesmo tempo, em disputa. A partir dessa perspectiva, compreende-se que as juventudes, assim como suas comunidades, vivenciam a temporalidade de maneiras próprias, sendo moldadas pela interação constante com os objetos, os espaços e as relações sociais que as cercam.

Caracterizadas por diferentes experiências de religiosidade, gênero e classe, as juventudes rurais são resultado de relações socioespaciais que se expressam em sua multiterritorialidade. Por isso, sua análise deve partir de suas especificidades, compreendendo-

as como sujeitos construtores, sensíveis e em permanente processo de formação e transformação.

Essas juventudes são também produto das conflitualidades geradas tanto pelas contradições que atravessam o próprio conceito de juventude quanto pelas determinações impostas pelo sistema capitalista aos sujeitos que se identificam e vivem no campo.

O conceito de "juventude rural", adotado nesta pesquisa, é tratado como um território em disputa, uma vez que se encontra em constante transformação e recebe diferentes determinações que, muitas vezes, respondem mais aos interesses do pesquisador ou de estudos específicos do que à complexidade da realidade vivida. Trata-se de um conceito dinâmico que, assim como as próprias juventudes, carrega em sua essência elementos de rebeldia, transformação e ação.

Diante desse cenário, não se pode afirmar que as juventudes organizadas pela PJR constituam um território único, tampouco que seu processo formativo se restrinja apenas à comunidade ou ao grupo de base. Ao contrário, essas juventudes transformam os diferentes espaços em que se inserem, produzindo novas relações sociais e territoriais.

Assim como os seres humanos constroem seus territórios, também são condicionados pelas relações que deles emergem, estando inseridos em uma dinâmica dialética própria da vida social. Em um território historicamente marcado por disputas, violências, expropriações e guerras, não é surpreendente que se desenvolvam profundas relações de resistência e protagonismo.

O modelo de produção capitalista articula-se em diferentes espaços da reprodução da vida, manifestando-se por meio da exploração do trabalho, da concentração da terra, das opressões de gênero e geracionais, da imposição de padrões culturais, da criminalização das juventudes e das comunidades periféricas, entre outras formas de dominação que visam manter a divisão social em classes.

Entretanto, a conjuntura social resulta da interação de múltiplos fatores – um labirinto moldável – constituindo uma realidade dinâmica e contraditória. Nesse contexto, compreende-se que a formação da consciência de classe desempenha papel fundamental na construção de movimentos de transformação social. O acesso ao estudo e à formação crítica possibilita processos de reflexão e emancipação.

Dessa forma, a PJR, assim como diferentes movimentos sociais de esquerda, desenvolve variados processos de formação e estudo vinculados às experiências concretas da vida cotidiana e das realidades vividas no campo.

A organicidade das juventudes parte do princípio de que todos os indivíduos – sejam crianças, jovens ou adultos – são portadores de saberes construídos por meio de suas interações com a sociedade e com a natureza (Freire, 2012). Ela se alicerça na troca de conhecimentos, sonhos e indignações entre as juventudes, tomando como ponto de partida as realidades concretas, as dificuldades e as limitações expressas ou presentes nas relações sociais vivenciadas em sua inserção na comunidade.

Os processos de formação, que se iniciam nos grupos de base e avançam para intercâmbios de conhecimentos e vivências entre as juventudes em diferentes espaços organizados pela própria organização, constituem caminhos que possibilitam a essas juventudes forjarem-se como sujeitos protagonistas de suas realidades. Esse protagonismo manifesta-se nas comunidades, nas escolas, na política e nos diversos espaços em que passam a se inserir e atuar na sociedade.

Essas juventudes, ao se constituírem como sujeitos de processos em diferentes espaços da sociedade, passam a perceber-se como parte viva do território que compõem. Nesse contexto, a organização da PJR compreende o campo como espaço de vida, transformação e resistência.

A produção, as relações sociais, as culturas e os saberes transmitidos entre gerações – que resistem ao avanço e às determinações produtivas do capital – constituem elementos fundamentais para que as juventudes reconheçam no campo seu espaço de luta e atuação política.

Como aponta Mészáros (2005), "os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados" (Mészáros, 2005, p. 25). Nesse sentido, não é possível dissociar os caminhos das transformações necessárias da realidade concreta vivida pelas juventudes, pelas famílias e pela sociedade, seja no campo ou na cidade.

Faz-se necessário compreender que o modo de produção capitalista mantém estreita relação com os aparelhos ideológicos do Estado, entre eles a educação, o que faz com que suas lógicas e valores se entranhem no cotidiano da vida social (Althusser, 1980).

4.1 **O olhar das juventudes do campo: mundo vivido**

O trabalho de campo foi realizado junto à Pastoral da Juventude Rural (PJR), da qual Claudia é militante dirigente. Atualmente, a Pastoral encontra-se articulada no Extremo Oeste de Santa Catarina, nos municípios de São Miguel do Oeste, Barra Bonita, Anchieta e Saltinho, contando com a participação de jovens de diferentes idades e com distintos processos de inserção.

Há jovens que já ultrapassaram a faixa etária definida pela legislação vigente, mas que ainda se reconhecem como jovens, tendo construído sua formação de consciência política a partir da PJR e compreendendo como tarefa militante contribuir com a formação política da organização. Também participam jovens a partir dos 13 anos de idade, que estão em processo formativo e se inserem de diferentes maneiras na organicidade da pastoral.

A organização da PJR no Extremo Oeste de Santa Catarina, desde 2005, representa a retomada de sua atuação no território, o qual já apresenta registros de articulação no período de 1980. A PJR possui uma organicidade vinculada a uma construção nacional de representatividade, que possibilita a elaboração coletiva dos caminhos percorridos pelas juventudes nos diferentes espaços em que se inserem, como as assessorias e a Coordenação Nacional (CN).

Em sua prática social, a PJR assume como elementos táticos de formação e de posicionamento perante a sociedade o trabalho de base (trabalho político-social), a educação popular, a democracia, o cuidado com a mãe terra, a permanência da juventude no campo, a solidariedade de classe e de gênero, a articulação com outras organizações sociais nos territórios de luta (Via Campesina) e a manutenção e valorização da cultura camponesa.

No que se refere à organicidade da mesma, destacam-se as tarefas realizadas pelas juventudes, relacionadas ao trabalho de base, à organização e à formação política dos grupos de jovens das comunidades rurais, bem como aos encontros de formação coletivos e às articulações com outros movimentos sociais do campo e da cidade.

Incluem-se também a participação em processos de luta locais, estaduais e nacionais, além da elaboração da comunicação da organização, tanto nas redes sociais virtuais quanto na produção do Jornal Comunitário – jornal impresso, produzido e distribuído gratuitamente pelo coletivo da PJR e da PJMP.

O que mobiliza as reflexões desta pesquisa são as inquietações que emergem da vivência junto às juventudes da PJR, ao contribuir e participar de seus processos formativos. Entre essas inquietações, destaca-se a observação e problematização da realidade vivida, especialmente no que se refere às influências do sistema capitalista nos diferentes espaços coletivos em que as juventudes estão inseridas, bem como à forma como, por meio da cultura, esse sistema se articula e influencia a reprodução da vida e dos valores no cotidiano das juventudes.

Assim, a presente pesquisa buscou compreender como essas relações de poder, que se estabelecem para além do território e se refletem nele, se rearticulam na disputa pela concepção de mundo das juventudes do campo, e de que maneira os processos de formação da consciência

promovidos pela PJR se expressam como formas de resistência diante das opressões estruturais do capital sobre a juventude no Extremo Oeste catarinense.

Em seguida, apresenta-se o perfil dos(as) entrevistados(as), aos quais foram atribuídos códigos com o objetivo de garantir o anonimato.

a) J1 (Dirigente e Assessora da PJR) é educadora, desenvolve tarefas de assessoria, articulação e coordenação da formação política das juventudes.

b) J2 (Dirigente da PJR) é camponês, desenvolve tarefas de acompanhamento e trabalho de base, coordenação e direção política da organização.

c) J3 (Dirigente da PJR) desenvolve tarefas de acompanhamento e trabalho de base, coordenação e direção política da organização.

d) J4 (Coordenação de Base) é camponês, desenvolve tarefas de articulação de grupo de base e coordenação da PJR.

e) J5 (Militante da PJR) é camponês, participa do grupo de base, desenvolve a tarefa de articulação local, está envolvido no processo de formação das juventudes na comunidade e contribui com a comunicação.

f) J6 (Militante da PJR) é camponesa, participa do grupo de base, desenvolve a tarefa de articulação local, está envolvida no processo de formação das juventudes na comunidade.

g) J7(Militante da PJR) J5 (Militante da PJR) é camponês, participa do grupo de base, desenvolve a tarefa de articulação local, está envolvido no processo de formação das juventudes na comunidade.

h) J8 (Militante da PJR) J5 (Militante da PJR) é camponesa, participa do grupo de base, desenvolve a tarefa de articulação local, está envolvida no processo de formação das juventudes na comunidade e contribui com a comunicação do coletivo.

A conversa com as juventudes foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com abordagem qualitativa, proporcionando um diálogo dinâmico, sensível e criativo. Parte-se do entendimento de que a pesquisa qualitativa "[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 2001, p. 21-22).

Como destaca Minayo (2002), "a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas" (Minayo, 2002, p. 25). É nessa perspectiva que a presente pesquisa se desenvolveu, buscando compreender como o agronegócio se articula e como as

juventudes se apresentam na região do Extremo Oeste de Santa Catarina.

O estudo fundamenta-se nos princípios da Pesquisa Militante, desenvolvida por meio de uma metodologia dialética, ancorada na constante troca de conhecimentos entre as juventudes, as famílias e as comunidades envolvidas, de modo a possibilitar a compreensão coletiva do objeto de pesquisa e de suas expressões na realidade.

> o termo pesquisa militante busca designar esse amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações. (Jaumont, Varella, 2016, p. 433)

O trabalho de campo consistiu em um diálogo constante e coerente com a realidade que acolhe a pesquisa e com os sujeitos nela inseridos.

> O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentimento da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. (Neto, 2002, p. 64)

Para Hammes (2018, p. 122), na "educação popular libertadora o diálogo se constitui elemento estruturante da prática individual e coletiva". Nesse sentido, assim como na atuação da pesquisadora como educadora popular, por meio da militância junto à PJR, a pesquisa foi orientada por um cuidado com a escuta sensível e respeitosa, em um diálogo pautado na reciprocidade de saberes, o qual "[...] aponta para a compreensão da fala dos sujeitos em sua ação" (Minayo, 2001, p. 62).

Na pesquisa, diante da inserção militante junto à PJR, ao mesmo tempo em que a pesquisadora se coloca como parte do processo, buscou-se manter o distanciamento necessário para assegurar a coerência metodológica. Para isso, foi elaborado um roteiro de entrevistas dinâmico, que se reconfigurou ao longo do processo das entrevistas, as quais tiveram como objetivo promover um diálogo compreensivo e respeitoso com as juventudes.

> É um simples guia para fazer os informantes falarem em torno de um tema, sendo que seu ideal é o de estabelecer uma dinâmica de conversação mais rica do que a simples resposta às perguntas, evitando que se fuja do tema e, de certa forma, se esqueça da grade. Mas para alcançar isso é necessário que ela tenha sido anteriormente redigida com atenção, totalmente assimilada.

(Kaufmann, 2013, p. 75).

Para a observação e compreensão da organicidade, foram analisados documentos da organização, redes sociais virtuais que hospedam parte do processo de comunicação, bem como o Jornal Comunitário, jornal impresso elaborado pelas juventudes, no qual se registram suas atuações na região.

A dinâmica de produção desta pesquisa ocorreu em articulação com as juventudes e as comunidades onde estão inseridas, articulando a análise de produções bibliográficas com a produção de dados e informações a partir do acompanhamento das atividades das juventudes da PJR.

Para contribuir com o processo de análise dos resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas junto às juventudes, foram organizadas categorias de análise com o intuito de compreender a formação das consciências das juventudes. Buscou-se identificar como as juventudes tiveram contato com a organização da PJR, bem como aspectos relacionados à formação política e à compreensão ideológica, às relações culturais, à organicidade da PJR, à vida no campo e à concepção de campo construída pelas juventudes.

A análise foi realizada de forma conjunta, considerando que os(as) entrevistados(as) possuem idades diferentes e níveis distintos de inserção política.

4.2. **Pastoral da Juventude Rural e o enfrentamento ao modo de produção capitalista no campo**

A Pastoral da Juventude Rural (PJR) é uma das quatro pastorais da juventude articuladas no âmbito da Igreja Católica, sendo as demais a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), a Pastoral da Juventude Estudantil (PJE) e a Pastoral da Juventude (PJ).

A PJR foi fundada em 13 de março de 1983, em um contexto de ascensão dos movimentos sociais no período de redemocratização brasileira pós-ditadura militar. Suas raízes estão vinculadas ao trabalho coletivo das Comunidades Eclesiais de Base e à perspectiva da Teologia da Libertação, que orienta uma fé comprometida com a realidade social e com a transformação das condições de vida.

Assim como outras organizações sociais do campo e da cidade que emergiram nesse período histórico, a PJR surge de forma simultânea em diferentes regiões do território brasileiro.

> [...] a PJR tem dois brotos mais viçosos de nascimento: um no RS, como Pastoral da Juventude do Meio Rural - PJMR, e outro no Nordeste (PE, AL, RN e PB) como Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural- PJMPR.

> Ambas simultaneamente, no início da década de 1980, no bojo do ascenso do movimento de massa, mas em movimentos independentes, uma sem saber da outra. Em 1984 a PJMR passou a se denominar Pastoral da Juventude Rural - PJR, nome assumido mais tarde pela raiz nordestina. (PJR Brasil, p. 39)

Cabe ressaltar que o surgimento da PJR se vincula a outros movimentos de organização política, social e religiosa que a antecederam. Entre eles, destaca-se a Ação Católica Especializada (ACE), especialmente no que se refere à organização das juventudes no interior dessa estrutura, como a Juventude Agrária Católica (JAC), que, dentro da organicidade da Ação Católica, se articulava com outros segmentos juvenis, tais como a "[...] a) Juventude Estudante Católica (J.E.C), para a mocidade do curso secundário; b) Juventude Universitária Católica (J.U.C), voltada aos universitários, onde fosse possível; c) Juventude Operária Católica (J.O.C), destinada à mocidade operária" (Costa, 1987, p. 18).

Ressalta-se que a organização das juventudes no âmbito da Ação Católica Brasileira (ACB) passou por diversas transformações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças estruturais e organizativas do próprio movimento. Nesse processo, a JAC, a JEC, a JOC, a JUC e outras denominações foram gradualmente se dissolvendo, com seus militantes passando a integrar outras formas de organização social e política.

No contexto que antecede o surgimento da PJR, também se identificam outros processos de organização das populações camponesas que contribuíram para a constituição das bases sociais e políticas que possibilitaram sua emergência.

Na história da formação da PJR, observam-se, em diferentes territórios do Brasil, diversas influências que se desenvolveram ao longo do tempo e contribuíram para o processo de formação da consciência dos povos do campo. Entre elas, destacam-se a Frente Agrária Gaúcha (FAG), criada em 1961, e, em Pernambuco, a Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR), em 1965, além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, bem como o avanço dos processos de sindicalização no campo (PJR Brasil).

> A PJR é fruto do movimento da sociedade, da caminhada da Igreja e, principalmente, das demandas da juventude camponesa. Ela nasce da necessidade vivida e sentida pela juventude camponesa e impulsionada pelo Evangelho de Jesus, enraizada na própria vida do jovem camponês de Nazaré. (PJR Brasil, 2013, p. 39)

Além de suas raízes estarem relacionadas a esses processos organizacionais, a PJR é também herdeira da caminhada das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação. Nesse sentido, as CEBs "[...] ajudou a ler a Bíblia, a desvelar as raízes da sociedade

(árvore do capitalismo), a perceber a necessidade de relações horizontais, [...] a compreender valores cristãos que se contrapõem aos valores capitalistas, e assumir uma ferramenta de construção do Reino de Deus" (PJR Brasil, 2013, p. 33-34).

Já a Teologia da Libertação mantém a PJR vinculada à opção preferencial e à luta pelos empobrecidos.

> [...] nos ajudou a valorizar o profetismo (denúncia, anúncio e testemunho), a fazer memória do martírio aprendendo a gastar a vida pelos outros através do serviço, a aprofundar o nosso método de reflexão compreendendo as mediações [...]; colocando-nos como continuadores de uma Caminhada de Libertação. (PJR Brasil, 2013, p. 33)

No que tange à sua organicidade, a PJR organiza a "[...] juventude camponesa, tendo como pauta seu protagonismo na superação das situações de opressão, desigualdades sociais, permanência do jovem no campo e enfrentamento ao capital no campo" (Hammes, 2018, p. 119).

Espalhada pelo território nacional, sua base de formação e ponto de partida são os grupos de jovens nas comunidades rurais. A partir deles, organiza-se em nível municipal, estadual e nacional, estruturando-se em instâncias de base (grupos de jovens), coordenações de base (referências dos grupos), coordenações estaduais e coordenação nacional (CN).

A PJR, desde muito, compreende sua ação como educação popular, inspirando-se nos ensinamentos de Paulo Freire, na formação que liberta, na escuta e na amorosidade presentes nos processos formativos, forjando assim seu caminho junto de seus caminhantes.

Por meio de um processo de formação de consciência que parte da realidade vivida – das comunidades, das casas, das famílias – o trabalho de base da PJR desenvolve atividades, aprendizados e trocas entre as próprias juventudes, inter-relacionando-se diretamente com suas realidades concretas. Esse processo evidencia as juventudes como sujeitos em plenas condições de produzir suas próprias vidas, e não como seres determinados por condições e relações sociais imutáveis. (Freire, 2012)

No Extremo Oeste de Santa Catarina, a Pastoral da Juventude Rural se rearticula a partir de 2005, motivada por uma preocupação da organização das juventudes com sua especificidade. Em articulação com a Pastoral da Juventude do Meio Popular, juventudes do campo e da cidade passam a se organizar de forma conjunta, atuando na articulação e na formação política e da consciência de jovens no município de São Miguel do Oeste e região.

As pastorais PJR e PJMP apresentam, em seus nomes, a indicação de suas especificidades – juventude "rural" e juventude do "meio popular" – e, em seus símbolos de luta, expressam elementos que evidenciam sua posição em relação à luta de classes. Essa

característica se reflete na forma como se organizam e trabalham com as juventudes, partindo de seus próprios lugares de vida para problematizar os desafios impostos pelo sistema capitalista e construir consciência crítica.

Nesse processo, contribuem para que as juventudes possam, coletivamente, refletir sobre suas realidades e lutar por melhores condições de vida. Ao atuarem como um coletivo na região, possibilitam ainda que juventudes do campo e da cidade dialoguem e construam conjuntamente formas de comunicação e articulação para a luta social.

> Deu-se conta de que era preciso reforçar a juventude em suas realidades, ou seja, em suas especificidades, para que, além da teoria, pudesse fazer experiências concretas de transformação do meio em que vive. Foi nesse processo que se começou a pensar as PJs', ou seja, as Pastorais da Juventude Específicas, pelo entendimento de que a juventude se diferencia pelos seus costumes, cultura, hábitos e realidades. (PJRPJMP, 2024)

É percebendo as juventudes como sujeitos políticos que as duas pastorais passaram a se organizar e articular grupos de jovens nas comunidades do campo e da cidade, inicialmente na Paróquia de São Miguel Arcanjo, nos municípios de São Miguel do Oeste, Paraíso, Bandeirantes e Barra Bonita, e na Paróquia de Descanso. Também esteve articulada nas paróquias de Guaraciaba, Anchieta e Campo Erê.

A organização das juventudes no coletivo consiste em transformar os jovens em sujeitos ativos nos processos de construção social nos diferentes espaços em que se inserem. A PJR inicia sua atuação na comunidade por meio da formação de grupos de jovens, que se reúnem para refletir sobre sua realidade vivida e, a partir dela, com o avanço de processos formativos em níveis locais, municipais, estaduais e nacionais, passam a analisar essa realidade considerando as determinações impostas pelo capitalismo. Esse processo possibilita às juventudes a visualização e a compreensão das opressões presentes nas relações no campo.

> Onde a gente estiver, se a gente não se reafirmar, não dialogar, não discutir, não debater, não refletir sobre aquilo que a gente está fazendo, sobre aquilo que a gente está construindo, Em algum momento ou outro a gente acaba reproduzindo essa lógica de mercado, essa lógica do capital. Então, se a gente não tiver vigilante, não tiver se organizando, a gente não consegue perceber isso. A gente acaba vivenciando essa lógica e daqui a pouco não é preciso mais fazer nada ou não é mais possível fazer nada. A gente permanece na mesma, nesse status quo de que foi sempre assim, isso vai continuar sendo. Então, a organicidade da juventude, o se organizar, nos dá essa possibilidade de dizer que não foi sempre assim. E não precisa ser sempre assim. Faz com que a gente almeje algo diferente, faz com que a gente continue correndo pra alcançar essa coisa diferente. (J3, p. 9).

> Eu vou tentar continuar morando aqui no interior mesmo, eu gosto de morar aqui. Mas o grupo de jovens também é importante pra gente definir a nossa

> personalidade, pra ver quem a gente é, o que a gente quer pro futuro. (J6, p. 4).

Essa formação da consciência das juventudes possibilita que elas se percebam como sujeitos políticos e contribuam em debates e construções sociais nos diferentes níveis de interação. Esse processo inicia-se nos grupos de jovens nas comunidades do campo e se desdobra em formações coletivas, encontros de estudo e momentos de interação entre juventudes de diferentes comunidades e municípios.

Essas experiências permitem que as juventudes se reconheçam como parte de um corpo mais amplo de organização e, a partir da compreensão da realidade coletiva, passem a interpretar as opressões como parte de um projeto maior, relacionado às determinações do modo de produção capitalista na reprodução da vida.

Os processos de formação coletiva consistem em encontros com duração de um, dois ou mais dias, nos quais a organicidade se expressa de forma coletiva. Como parte desse processo formativo, desde a articulação e logística até a infraestrutura do espaço, a organização das atividades, dos tempos formativos, da alimentação e da limpeza é pensada coletivamente nas instâncias da organização, como o grupo de coordenação, e executada por todas as pessoas durante o encontro.

Em todos os espaços formativos da PJR, estão presentes elementos que constituem sua identidade e orientam sua posição social. Entre eles, destaca-se a fé em um "Jesus camponês e operário de Nazaré", compreendido como um Jesus jovem, humano e presente, que organizou o povo em seu tempo histórico e realizou a opção pelos pobres, ressignificando a partilha do pão e dos peixes como expressão de comunhão e solidariedade. Nesse entendimento, Maria é reconhecida como uma mulher camponesa que acolhe e sustenta a vida de um jovem lutador do povo, enquanto José é compreendido como um pai operário que acolhe Jesus como filho, o cria, respeita e acompanha sua trajetória.

A PJR carrega a premissa de que a terra é um elemento vivo, dotado de direitos e que deve ser respeitado, referindo-se a ela como "mãe terra", expressão presente em seu grito de ordem: "Da mãe terra, luta e resistência". A partir dessa compreensão, por meio dos processos de formação, busca-se desenvolver e problematizar, na realidade das juventudes, novas formas de relação com a terra, tornando-as sujeitos ativos nesse debate nos diferentes espaços de interação social, como a família, a comunidade, a igreja e a escola.

Assim, é possível visualizar nas respostas dos(as) interlocutores(as) o campo como espaço de vida e como horizonte de esperança.

> Como que eu compreendo? Primeiro é a minha vida, né? Tipo [...] individualmente, eu tive todas as possibilidades pra sair da Terra, pra ir pra cidade, pra seguir os rumos do êxodo rural, que são os padrões do Brasil e do mundo, né? Tipo, do êxodo rural, das cidades enchendo de gente e o campo ficando cada vez mais vazio, né? Ficar na terra ainda mais com uma perspectiva é contra hegemônica, com uma perspectiva agroecológica, com uma perspectiva de não dependência do outro negócio, ela não pode ser algo solitário, tipo ela é uma É uma opção coletiva, e ela é uma opção que exige bastante determinação [...] como que eu posso falar contra hegemônica? Uma determinação não normal. (J2, p. 1).

> [...] o campo, para mim, é esse espaço de reconstrução, de convivência, de organização. Mais à frente, no futuro, é isso, de conseguir ter esse pedaço de terra, de conseguir construir um espaço onde a gente possa ter essa vivência. (J3, p. 9).

Ao falar do campo como espaço de vida, os(as) interlocutores(as) com maiores processos de formação política remetem a memórias e relações fraternas, familiares e comunitárias que constituem a vida no campo, relacionando-as também ao trabalho envolvido na reprodução da vida no território.

> Para mim, não é um espaço de passeio, de descansar, para mim é um espaço de trabalho, inclusive de muito trabalho, é um espaço de vida, é um espaço em que a gente constrói a vida [...], para mim sempre foi muito precioso ver quando o pai e a mãe plantavam feijão, e ver o feijão brotando. (J1, p. 3)

> [...] eu não me vejo fora do campo, trabalhando fora do campo, é uma coisa que eu gosto muito. E que eu aprendi com os meus pais. E que eu fui criando um amor muito grande pela terra, pela Mãe Terra, que é a terra e a água são as coisas mais perfeitas que Deus pode ter criado. E eu tenho um amor muito grande a tudo isso. (J4, p. 2)

E a consciência também vai se forjando por esse caminho, uma vez que a vivência imprime no espaço as marcas da experiência humana, e esse espaço, por sua vez, contribui para constituir a totalidade dos sujeitos. Nesse processo, ao mesmo tempo em que humanizam a natureza, os sujeitos também constroem sua própria humanidade.

Assim, na medida em que as juventudes humanizam seu espaço de vida, a natureza é transformada por meio da projeção de objetivos humanos e da resolução prática de situações voltadas à satisfação de suas necessidades (Tardin, 2012).

> [...] oportunizado pela discussão política de como se move o mundo dentro dos padrões do modo de produção capitalista, a gente percebeu que estar na roça também é um processo de resistência. E aí, estar na roça preservando semente, estar na roça buscando um modo de produção camponesa que não seja predadora, que não seja [...] que usa os solos, os bens [...] que não usa a natureza ao máximo, que tenta fazer ela ser de fato algo que seja capaz de suprir a necessidade das pessoas. (J2, p. 2)

Há de se considerar que uma compreensão sensível e transformadora do campo como este lugar de vida, de cuidado para com a natureza e a terra, presando pela sustentabilidade é resultado de processos, lutas e estudos assim como destaca Tardin (p.179,2012) "o campesinato como sujeito social histórico se forja em condições sociais, materiais e políticas acentuadamente adversas que marcarão suas culturalidades.".

Observar o campo como este espaço de resistência, diante de uma realidade em que a reprodução da vida está inserida a uma lógica capitalista, o trabalho sustentável no campo se torna um desafio, que na PJR entende-se que só será superado se construído coletivamente.

> Partindo disso, dessas relações, a gente compreende que o campo também não é só rosas, né? Que não é algo tão natural assim. Tu vens pro campo, então ali tu vais sobreviver. Não é assim, infelizmente. As relações, assim como na cidade ou na sociedade como um todo, são complexas e regradas para um objetivo, que atualmente na sociedade é o objetivo do enriquecimento, da concentração das riquezas. Não por nós, mas por quem ainda tem os meios de produção e propriamente, a terra. Então, nessa relação com a pastoral, a gente foi se formando, se conscientizando, aprendendo, estudando um pouco sobre essas relações e porque viver no campo, só viver no campo não é possível sem a gente se organizar. Porque em algum momento ou outro, a exploração do capital nos alcança. Seja fazendo com que os produtos que o campo produz não sejam valorizados, daí os camponeses se veem na mão do mercado, de quem, a partir dele, faz essa negociação com ele e seus produtos, ou seja, talvez um viés mais como posso dizer, [...] seria a questão da expropriação da terra. (J3. p. 3)

O processo de resistência e de permanência das juventudes no campo também passa pela construção de novas relações familiares e geracionais. Para permanecer, as juventudes precisam construir, no âmbito da produção e das relações de trabalho na propriedade, reconhecimento e respeito, de modo a se sentirem parte da reprodução da vida nesse espaço e, assim, fortalecerem o sentimento de pertencimento.

Como destaca Castro (p.439, 2018) "[...] "ficar" ou "sair" do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados". Permanecer e ser reconhecido como sujeito no trabalho com a família, no território, torna-se um desafio diante das predeterminações que a sociedade tem para com a juventude e que atravessa as relações, e também, diante da articulação do sistema na busca por construir uma identidade para elas, por meio, especialmente da indústria cultural, que se afasta da realidade e dos anseios do campesinato.

> A sociedade, na verdade, impõe isso à juventude. Mesmo não só à juventude do campo, mas à juventude como um todo, de que ele é negado a possibilidade

> de ter voz agora. Porque ela é a juventude. Ela vai vir-se tornar alguma coisa. Então, você ainda é jovem, você não sabe o que está falando, você não sabe o que está fazendo, você não sabe o que você quer. A sociedade tem um pouco disso ainda. E põe para a juventude que eles são o futuro. Então, não se preocupe agora. Você vai se preocupar depois. Agora nós estamos aqui, nós vamos gerir, nós vamos construir as coisas e você tem que trabalhar. Você tem que nos ouvir. Então, eu percebo isso ainda nas relações hoje. (J3, p. 4)

Essas relações de conflito de gerações e identidades, e as condições materiais adversas de reprodução da vida no campo impulsiosam a saída das juventudes do mesmo

> [...] muitas vezes, os jovens acabam entrando em conflito com os pais, enfim, por essa construção de como gerir a propriedade. Esse conflito de gerações, das decisões, o que fazer, como fazer. Então, acaba também impossibilitando essa juventude de tomar para si as rédeas da propriedade, de querer discutir os rumos da produção. (J3, p. 4)

Há de se ressaltar que não é um elemento isolado que determina a permanência ou não das juventudes no campo e sim resultado de diferentes fatores estruturais, mas ainda sua saída destacasse "[...] menos como uma estratégia familiar, e mais como um "problema" de desinteresse pela "vida rural" gerando uma descontinuidade na "vida no campo". (Castro, p.439, 2018)

As juventudes da PJR expressam-se por meio da mística pastoral, compreendida como um momento de reflexão sobre a realidade vivida, os sonhos de utopia, os desejos de justiça e o posicionamento diante das opressões. Pensar a mística é compreender as realidades vividas em movimento, articuladas em luta por dignidade para o povo de Deus.

No hino do II Congresso Nacional da PJR, evidencia-se a posição social e política desta pastoral. A partir da juventude e do seu modo de ser, o hino anuncia a mudança, fala em revolução e no fim da exploração, evocando liberdade e justiça: "[...] E a esperança vamos anunciar / Fazer a mudança se concretizar / No nosso peito bate um coração civil / Nós queremos um projeto popular para o Brasil" (Hino II Congresso Nacional da PJR).

Nesta composição entre estudo, fé, religiosidade, mística e cultura, a PJR realiza seu processo de formação da consciência, apresentando de forma amorosa um caminho de reflexão que se encontra em constante transformação a partir da própria juventude. Assim, a partir da realidade vivida pelas juventudes, reflete-se sobre sua posição enquanto sujeitos políticos e sobre como reproduzem ou enfrentam as opressões impostas pelo sistema, bem como sobre sua inserção em projetos que violam os direitos da natureza, como no caso do uso de agrotóxicos.

Esse processo é permeado por música, poesia e por uma leitura da Bíblia a partir de uma perspectiva de classe, além da comunicação popular, que dialoga com as realidades das

juventudes e provoca a reflexão sobre as relações sociais e com o espaço.

> A chuva cai sobre a natureza
> E a planta cresce gerando a riqueza
> E o trabalhador luta com certeza
> Pra não faltar o pão sobre nossa mesa
>
> A terra guarda a raiz
> Da planta que gera o pão
> A madeira que dá o cabo
> Da Enxada e do violão.
>
> Liberdade é pão, é vida
> Terra mãe trabalho e amor
> É o grito da natureza
> Viola de um cantador.
> (Música Terra e Raiz do CD Arte em movimento, 2000)

E, com elementos culturais como a música "Terra e Raiz", nos espaços de formação coletiva são problematizadas, na vida das juventudes, categorias de análise relacionadas ao capitalismo e às dinâmicas que envolvem a reprodução da vida nesse sistema.

Nesse processo, também são apresentadas novas formas de se relacionar com a terra e de reproduzir a vida, como a agroecologia, a agrofloresta e a produção ecológica, respeitando a subjetividade do meio em que vivem.

> [...] essa organização da juventude, ela é fundamental pra que a gente consiga construir essas novas relações. Sem essa organicidade, não há possibilidade. Porque, infelizmente, hoje a correlação de força é desfavorável para a classe trabalhadora, para a juventude camponesa. Porque, infelizmente, a sociedade como um todo, ela vive a regra do capital. E a gente é essa contracultura que eu falei antes, essa contra ofensiva do capital dentro do próprio capital. Então as nossas relações diárias também se dão dessa forma, a gente tentando construir algo novo ainda dentro desse sistema antigo, desse sistema velho. Então, a opressão é constante, em todo momento. (J3, p. 9)

Os processos de formação são baseados em um diálogo constante entre a realidade das juventudes, a história do Brasil e das lutas dos povos da América Latina, bem como o avanço do capital e das relações capitalistas no campo. Esses diálogos são estruturados a partir de elementos culturais como músicas e místicas, como cm a utilização da música "Chegança", de Antônio Nóbrega (1997).

> Sou Pataxó, sou Xavante e Cariri /Ianonami, sou Tupi, Guarani, sou Carajá /Sou Pancaruru, Carijó, Tupinajé /Potiguar, sou Caeté, Funi-ô, Tupinambá /Sou Pancaruru, Carijó, Tupinajé/ Potiguar, sou Caeté, Funi-ô, Tupinambá
> Depois que os mares / Dividiram os continentes /Quis ver terras diferentes/Eu pensei, vou procurar /Um mundo novo/ Lá depois do horizonte/ Levo a rede balançante/ Pra no Sol me espreguiçar
> [...]
> Mas de repente /Me acordei com a surpresa/ Uma esquadra Portuguesa / Veio na praia atracar/ Da grande-nau/ Um branco de barba escura/ Vestindo uma

> armadura/ Me apontou pra me pegar/ E assustado/ Dei um pulo lá da rede/ Pressenti a fome, a sede/ Eu pensei, vou me acabar/ Me levantei/ De borduna já na mão/ Aí senti no coração/ O Brasil vai começar
> (Música Chegança, Antônio Nóbrega, 1997)

Por meio da animação proporcionada por músicas como "Chegança" e por dinâmicas coletivas, desenvolvem-se diálogos que abordam desde o período anterior à invasão colonial, problematizando o entendimento de ancestralidade, estimulando a compreensão de como as opressões e violências contra os povos originários se desencadeiam historicamente.

Dessa forma, dialoga-se com as juventudes, a partir das músicas, sobre relações de opressão como a escravidão e o racismo estrutural, bem como sobre a luta pelo reconhecimento e pelos direitos. Apresentando possibilidades culturais que fazem o contraponto a indústria cultural, que retratem a vida, processos históricos e de resistência como a reflexão expressa na canção: "[...] Tem que acabar com esta história de negro ser inferior. O negro é gente e quer escola, quer dançar, sambar e ser doutor" (Letra da Pastoral da Juventude).

Dentro do processo de formação, a apresentação e a reflexão sobre músicas contribuem para o desenvolvimento, entre as juventudes, de uma escuta atenta que, com o avanço dos trabalhos, torna-se crítica e comparativa, especialmente ao observar a produção cultural musical voltada ao público do campo. Nesse sentido, destaca-se também a música "Cio da Terra".

> Debulhar o trigo /Recolher cada bago do trigo / Forjar no trigo o milagre do pão / E se fartar de pão / Decepar a cana / Recolher a garapa da cana/ Roubar da cana a doçura do mel/ Se lambuzar de mel/ Afagar a terra/ Conhecer os desejos da terra/ Cio da terra, a propícia estação /E fecundar o chão. (Música Cio da Terra, canção de Chico Buarque a Milton Santos)

Evidencia-se, na música, a relação de trabalho e a troca entre a natureza e os seres humanos na reprodução da vida no campo. Nesse sentido, o coletivo compreende a agricultura como uma relação afetiva de troca e construção mútua com o espaço. Assim, entende-se que a "[...] agricultura traduz uma relação, sem equívoco, humano-natureza marcada pelo sentido de forte conexão, de pertencimento, de ato transformador e criador, uma relação fundada no cuidado" (Tardin, 2012, p. 179).

Por meio das trocas possibilitadas nos processos de formação da PJR, as juventudes passam a compreender a complexidade do mundo camponês e as transformações que as relações estabelecidas nesse meio produzem na natureza.

Nesse contexto, evidencia-se a diferença entre as formas de relação com o campo, distinguindo a agricultura camponesa e o agronegócio enquanto expressão da lógica capitalista no meio rural. Enquanto a agricultura camponesa se baseia em relações mais coletivas e integradas ao território, o agronegócio tende a individualizar os processos produtivos, gerar

impactos ambientais como a contaminação da terra e das águas, além de introduzir uma lógica de endividamento e dependência, que frequentemente contribui para o êxodo rural.

> O agronegócio ele é extremamente forte, não só aqui na nossa região, mas eu vejo que hoje no Brasil ele se torna uma das grandes potências que ditam as regras no Brasil. Tanto é que o orçamento tanto do Estado, do governo, é mil vezes maior voltado para o agronegócio do que, por exemplo, a valorização da agricultura familiar e camponesa. E o mercado do agronegócio é excludente, por visar futuramente essa agricultura sem agricultores. Quem não tiver as condições de se enquadrar dentro desse molde, que é o agronegócio, desse sistema, vai cair fora. É onde que chega no limite da expropriação da terra. (J3, p. 5)

> O agronegócio precisa produzir. E ele produz de uma maneira muito boa. Muito boa no sentido que é eficiente, não no sentido que é saudável. Por exemplo, ele produz o agrotóxico, ele produz a semente. Eu falo ele porque é um conglomerado empresarial que chega e te dá o pacote pronto e tu acolhe. Se o clima não for bom, se o clima não for favorável, se der seco, se der cheia, tu perde a produção, o pacote vai embora. e tu fica com a dívida, então se o teu trator quebrar, teu trator financiado, a juros subsidiado pelo governo, que subsidiado na verdade é a empresa do trator e não o agricultor, porque a empresa vai ganhar com certeza, o agricultor vai ter que trabalhar muito com aquele trator pra poder pagar. Se o trator quebrar, o custo é do agricultor, é óbvio, porque isso é capitalismo, né? A socialização dos prejuízos é capitalismo, né? Então não, o agronegócio, ele é o verdadeiro causador do êxodo rural. (J2, p. 8)

E, assim como Dante Ramon Ledesma (2017) evidência na música "Vitória do Trigo", é da terra que o povo precisa para que "a semente se torne pão". No trabalho com as juventudes, compreende-se que essa relação de produção não é romântica nem simples, mas atravessada por uma estrutura bem articulada nos âmbitos econômico, político e cultural.

Essa estrutura atua no sentido de enfraquecer a relação da agricultura com a vida – entendida como agri-cultura – e de intensificar processos de destruição da natureza por meio do agronegócio e do latifúndio, conforme também sugere a música em sua crítica às dinâmicas de exploração do campo.

> Basta um pedaço de terra/ Para a semente ser pão/ Enquanto a fome faz guerra/A paz espera no chão.
> Há planícies que se somem /Dentre o horizonte e o rio/ E a vida morre de fome/ Com tanto campo vazio.
> Ao longo dessas porteiras / Dessas marias sitiadas/ A ambição de erguer trincheiras/ Contra o sonho, das enxadas.
> (Música Vitória do Trigo, Dante Ramon de Ledesma, 2017)

Assim, as juventudes da PJR constroem a si mesmas ao mesmo tempo em que constroem uma outra perspectiva de vivência e de produção com a terra.

> [...] na pastoral, não tivesse entrado lá em 2015, acho que foi. Se não tivesse entrado naquele ano, acho que as ideias, os pensamentos, as atitudes iam ser totalmente diferentes. E digo que essa coisa do agronegócio, ele puxa a gente. Mesmo a gente estando num direcionamento, participando da pastoral, tendo todos os estudos, às vezes a gente tem que se cuidar porque ele é forte. O agronegócio ele é forte, ele te puxa em algumas coisas. E digo que hoje a pastoral me ajuda muito no meu dia-a-dia, nas minhas ideias, nos meus atos de dia-a-dia. (JE. p. 5)

Segundo Chã (2018), a ideia de "Novo Mundo Rural", que surge como interface ao agronegócio, busca desarticular as relações da agricultura familiar camponesa e enfraquecer as lutas dos trabalhadores rurais sem-terra pela terra, reafirmando uma perspectiva de campo produtivo que não prioriza a sustentabilidade dos processos. Essa preocupação também é destacada pelos(as) interlocutores(as) entrevistados(as).

> O agronegócio nunca vai ser aliado de nada do pequeno, do pobre. O agronegócio, ele beneficia o grande. Ele beneficia as fazendas, ele beneficia as invernadas, os grandes produtores. O agronegócio jamais vai ser aliado do povo porque a intenção é matar. Vão matar a natureza vão matar animais, vão matar mãe terra, vão matar florestas, vão matar povos, vão matar quem protege, vão matar tudo. Porque tem que avançar. (J1, p. 7)

O processo de produção do agronegócio desenvolve-se através de relações de trabalho degradantes, em suas muitas frentes de trabalho, e muitas vezes, são em processos produtivos do agronegócio que as juventudes no campo, tem sua primeira inserção no mercado de trabalho, e como destacou interlocutora J8 (p.03), sobre o agronegócio "[...] ele vai ser um aliado se os jovens crescerem e continuarem sendo funcionários daquele cara que é dono de todas aquelas terras".

O agronegócio tem sua base na produção de monocultura gerando o esgotamento do solo, desencadeando muitas vezes, a desertificação e para o seu avanço no território o desmatamento. Cabe ressaltar, que a produção do agronegócio é uma cadeia, concentrada na mão de poucas empresas, com as sementes transgênicas o uso de agrotóxicos torna-se inevitável para garantir a produtividade.

Ao observar as respostas dos(as) interlocutores(as), é possível evidenciar a percepção das mudanças estruturais causadas pelo avanço do agronegócio na produção camponesa, transmitidas para as juventudes do campo através de trocas familiares ou comunitárias, onde um jovem destaca "Uma vez a produção camponesa era totalmente limpa, dá para se dizer. E agora, ultimamente, ela tem que estar usando agrotóxico, pois a genética dela mudou. Dá para dizer que ela fica mais frágil a pestes". (J6, p. 02)

E sobre os agrotóxicos, ou melhor, venenos que despejam na terra para 'ironicamente' garantir a produtividade da semente, eles "[...] interferem em mecanismos fisiológicos de sustentação da vida que são também comuns aos seres humanos e, portanto, estão associados a uma ampla gama de danos à saúde" (Rigotto, Rosa, p.88, 2012). E as juventudes os observam com temor e como um prejuízo para o futuro, e não como aliados como destaca o interlocutor J7 (p.3) "Eu acho que não, porque se continuar sendo usado bastante agrotóxicos, as terras vão perder a fertilidade, né? E pro futuro, talvez os jovens desistam de plantar na terra, porque talvez não tenha uma produção, de qual tem hoje em dia".

Os(as) interlocutores(as) ao responderem ainda, sobre essa relação do agronegócio e sua metodologia de produção contribuírem ou não para a permanência das juventudes no campo, ou para a sustentabilidade do meio ambiente, visualizando um futuro, destacou-se o receio com o uso de agrotóxicos. "É que, na verdade o uso do agrotóxico, né? Ela prejudica a terra. Ela pode ser boa no sentido de deixar o produto limpo, mas ela prejudica bastante a fertilidade da terra. E aí, futuramente, ela prejudica nas plantações". (J7, p.02)

O agronegócio opera através da verticalização, com o controle de toda a cadeia produtiva, desde quem oferta as sementes, os insumos, o agrotóxico/veneno, e a comercialização, e essa relação não passa despercebida na realidade das juventudes no campo.

> O agronegócio na região ele é muito rico, ele tem muitos dinheiros. Tipo, o agronegócio, na região, ele ficou muito, mas muito poderoso assim, porque nos últimos anos, nos últimos 20 anos, que é o meu espaço de memória, as agroindústrias construíram grandes silos, grandes laticínios para arrebanhar a produção das famílias. As propriedades pequenas acabaram sendo engolidas pelas propriedades maiores. (J2, p. 7)

Como destaca Leite, Medeiros (2012) o agronegócio para expandir precisa da "disponibilidade de terra", e para isso o mesmo encontra mecanismos diversos, desde o desmatamento, até projetos e normativas que interferem e dificultam a produção das pequenas famílias camponesas.

Com o desenvolvimento dos diálogos com os(as) interlocutores(as), é perceptível a consciência, em seus diferentes níveis de inserção na organização, viver no campo aparece como um desejo, mas, compreende-se que não se trata de uma realidade tranquila, havendo diversas dificuldades envolvidas.

> O campo pra mim é medo. O meu futuro é medo. Eu tenho esperança. Esperança no sentido que eu não vou ficar parado vendo o mundo ser engolido pelas catástrofes. Agora é fácil falar isso, que enquanto nós estamos gravando isso, faz um mês que o Rio Grande do Sul foi engolido pelas águas, pela enchente. Mas a gente vem sofrendo com seca, com enchente cada vez mais

> recente, e não é só no Brasil, é no mundo todo. Não só o agronegócio no mundo, mas uma coisa, o modelo capitalista de produção é o que fez isso acontecer. (J2, p. 10)

Ainda sobre as dificuldades, a interlocutora J1 descreve como o conflito de projetos se expressa na forma de produção possível no campo.

> Mas claro, é difícil de produzir orgânico agroecológico, é difícil porque a produção ela é em menor escala. Então você precisa ter. Eu vejo hoje, assim como as agroflorestas elas [...] beneficiam não só a natureza mas a produção que pode produzir muito mais, e muito mais diversidade de coisas que são esses outros projetos que a gente vai vendo assim. Mas tudo que o capital botar a mão, ele é ruim. Botou a mão nas sementes, acabou com a diversidade. [...] a prioridade é dinheiro então vão produzir em larga escala duas [...] qualidades e deu, o resto pode se perder. Então tudo que for vindo do capital pode apostar que não vai ter qualidade, nem diversidade. É uma matriz, duas matrizes e ponto final. Então, eu acho que prejudica muito, muito a agricultura camponesa porque perde-se muito, né? Na diversidade, na qualidade, né? E talvez se torne um pouco mais fácil para o camponês produzir, né? Para poder vender. E também o mercado, o mercado, ele faz, ele faz essa jogada, né? Ele compra aquela semente que foi pedido para produzir, né?. (J1, p. 6-7)

No processo de formação da consciência das juventudes da PJR, trabalha-se essa correlação de forças presentes no campo e, como alternativa, apresentam-se possibilidades de produção que, embora não sejam simples diante do potencial produtivo do capital, reforçam a perspectiva de humanizar a relação com a terra e de pautar a sustentabilidade do planeta.

Assim, partindo da compreensão da terra como mãe, são estudadas práticas como a agroecologia, a agrofloresta, o bem viver e a produção orgânica.

> Nós temos o projeto piloto de agrofloresta, que foi patrocinado pela Fundação Luterana, onde a gente conheceu um pouco de outra forma de relação da produção que faz parte da discussão também da pastoral, da juventude rural, que é como que a juventude permanece no campo, mas também permanece viva, permanece com possibilidades de evoluir, de construir, de ter dignidade no campo. Daí, sim, o campo se torna acolhedor, a partir disso, a partir do momento que a gente consegue construir essas relações da onde que o trabalho é valorizado, da onde que a identidade camponesa é valorizada. Que hoje, atualmente, ela vai se esvaindo e cada vez mais sufocada, pelo negócio, pelo agronegócio, que vai tomando conta e é impregnado pelo capital, a forma que a sociedade tem de opressão hoje. (J3, p. 5)

Na mesma perspectiva, diante do avanço do capitalismo, impulsiona-se a reflexão sobre a realidade vivida, o trabalho desenvolvido na propriedade e a cadeia de produção na qual esse trabalho está inserido, como se evidencia nas reflexões apresentadas pelos(as) interlocutores(as).

> Olha, é complicado. O campo às vezes parece que é mil maravilhas, mas não é. Eu digo que às vezes essa sobrecarga que a gente tem acaba afetando a saúde da gente. Eu digo que o campo é uma decisão que a gente toma, às

> vezes, mas é uma decisão que a gente vai levar para a vida e que a gente, às vezes, não tem um espaço adequado de lazer, [...] por um direito de passear sem se preocupar. A gente sempre tem que estar ali, sem se preocupar com a propriedade. (J4, p. 2)

O campo como espaço contraditório de bem-estar, de se sentir bem com a calma, com o plantar, o germinar, com a colheita, e na comunhão com a natureza, é também um espaço de exaustão, onde facilmente as políticas públicas são descontinuadas ou inexistentes, onde os espaços de convivência social são reduzidos ou exprimidos pela carga-horária de trabalho.

Segundo Carneiro, Búrigo, Dias (p. 692, 2012). "A partir da década de 1960, intensificaram as transformações no meio rural, que repercutem negativamente nas condições de vida e na saúde dos trabalhadores do campo", transformações que vão desde o processo produtivo até as relações de produção com os diferentes personagens envolvidos.

> Um jovem que trabalha com leite, por exemplo, ele convive com as pessoas que jogam futebol. É só isso que ele convive. Ele não tem outras relações. Quando é que esse jovem vai estudar? Quando é que esse jovem vai ler? Porque ele começa às 5h30 e para às 10h da noite. Quando é que ele vai ler um livro? E a gente sempre fala assim, qual é a perspectiva dessa juventude que trabalha tanto para o capital? É chegar na sexta-feira começar a beber, trabalha mais o sábado bebendo, trabalho domingo bebendo, segunda-feira daí ele fica sóbrio. Então é isso. Então aonde que o agronegócio pode ser vantajoso para alguém, só para quem é rico, só para quem tem, quem é dono da propriedade, da propriedade privada, e quem é dono dos meios de produção, que, às vezes, produção mesmo não é o mais importante que a terra. (J1, p. 7)

O desenvolvimento capitalista, que necessariamente se estrutura de forma desigual no que se refere à reprodução da vida, contribui para a precarização das condições de vida no campo, por meio do fechamento de escolas, da infraestrutura precária e das dificuldades de acesso à saúde pública, como é evidenciado pelos jovens que realizam sua reprodução da vida econômica, cultural e religiosa dentro da comunidade.

O anseio destacado pelos(as) interlocutores(as) de que o campo não seja mais um lugar de atraso, rótulo que historicamente o é instituído, e que a ausência ou descontinuidade de políticas públicas parecem trabalhar em concordância, que o campo seja um espaço de solidariedade, com infraestrutura digna.

> Eu acho que sim, dá pra viver bem aqui, trabalhar, ganhar o dinheiro, viver. O problema mesmo é o "deixamento de lado" dos mais ricos, tipo assim, as estradas precárias, a arrumação de pontes muito ruim, a escola, eles captam tudo que tem nas outras escolas, creche, tipo, ganhamos colchão, se diz colchão mais furado que o Lázaro esses dias lá. É pouca infraestrutura. (J5, p. 2)

> Eu sinto falta de mais acessibilidade. Em questão de acolhedor, como eu não gosto de morar na roça, eu não gosto porque eu não tenho as minhas acessibilidades, É muito difícil pra mim sair de casa, é muito difícil, gasta sempre muita gasolina[...] para jovem que gosta de sair de casa, que gosta de fazer muitas coisas, muitos esportes, que nem eu tenho amigos que fazem dois, três esportes, dois, três cursos, e não teria como eu fazer. Para aqueles jovens que gostam de sair bastante de casa e fazer muitas coisas, eu não acho um lugar muito, muito legal. (J8, p. 2)

> Viver no campo e ouvir histórias camponesas é muito comum supervalorizar aquela realidade que trabalhou muito, que se esforçou demais, que acordou cedo, que dormiu tarde, que nem dormiu, que garantiu uma produção muito boa, mas tudo com muito sofrimento. O sofrimento, ele é supervalorizado *a priori,* mas que na verdade é uma condição, é uma condição pra gente não perceber, por exemplo, hoje, que existe uma estrutura determinante. Uma estrutura determinante, não sei se é isso que se fala. Existe uma estrutura ideológica que faz com que a gente crie que se a gente se esforçar muito, a gente vai conseguir ter uma produção muito boa, e vai conseguir pagar todas as dívidas, e vai conseguir ter uma vida boa, e vai ter um pátio limpo, e vai ter uma casa bonita, e vai ter água, e vai ter tempo pra descansar. Mas esse tempo pra descansar, na prática, ele não existe. (J2, p. 6)

Quando questionados sobre o acesso à cultura, os(as) interlocutores(as) destacaram a importância da comunidade e das relações e trocas geradas a partir da convivência comunitária e familiar. Foram mencionados o esporte, a religiosidade e as práticas desenvolvidas no ambiente escolar, evidenciando a perspectiva de pertencimento.

> Acho que tomar chimarrão de madrugada com a minha mãe. Também ir na missa no dia da Nossa Senhora dos Navegantes e sortear o bolo do Grêmio do Winter, comer churrasco. Ter o baile depois, né? Essa é a cultura que tem lá, porque quando é o dia da Nossa Senhora dos Navegantes, meu Deus, É o auge pra eles, as mulheres todas se arrumam, pintam as unhas, que geralmente elas não pintam porque elas tiram leite, né? Pintam as unhas, arrumam o cabelo, fazem maquiagem, então eu acho que essa é a cultura deles, tipo, mas pra mim tá uma ótima ronda de madrugada. (J8, p. 3)

> Eu, particularmente, na parte de cultura da nossa comunidade, sou somente o esporte, o salão da comunidade que a gente se reúne, faz um baile, faz uma janta, faz um almoço, tem futebol. Na verdade, eu digo que às vezes o jovem do campo não tem acesso. E também, às vezes, se tem acesso, às vezes, não tem tempo tanto de ir nessa parte do lazer, de cultura, né? Então, nós lá é mais […] vai na comunidade, participa de um esporte, de um jantar, um almoço entre as pessoas da comunidade, a gente faz bastante. (J4, p. 4)

Como evidenciou-se nas respostas dos(as) interlocutores(as) os espaços comunitários são essenciais, e por vezes, constituem o único acesso a processos culturais, somando-se as escolas e a própria organização da PJR.

> Bom, na minha escola a gente tem o tempo de ensino integral. Daí nós tivemos, nós não tivemos, nós temos contato com a natureza, nós fazemos carpimos, plantamos coisas. Ainda mais, nós temos uma estufa geodésica. Nós temos projetos de morango para plantar sem usar muito agrotóxico, que vai ser tentar uma produção limpa. Mas tirando isso, acho que a cultura aqui é bem familiar mesmo. (J6, p. 3)

> Eu tenho o próprio grupo da PJR e se for pensar um pouquinho da escola que implementa também a parte da agricultura. (J5, p. 3)

> Tem a cultura, espaço de cultura, a nossa comunidade que eu faço parte, que [...] onde que é organizadas os encontros da pastoral. (J7, p. 3)

Esse viver em comunidade carregam características históricas pautadas na solidariedade e na comunhão, relações que se enfraquecem com o passar do tempo e com o avanço do agronegócio no campo, como destaca o interlocutor J2 (p.6) "[...] a nossa região era organizada em comunidades no interior, né? Porque na formação original aqui, existia muita entreajuda, mutirão, então eles faziam centros comunitários, que tinha igreja, salão, que tu interage, tu faz festa e tal, que é também pra tu não se esgotar ao máximo.

A luta por permanência, mas também por pertencimento, constitui um processo constante de resistência. Estar e viver no campo pode se limitar à reprodução de valores e determinações já estabelecidas, nas quais não há espaço para que a juventude se constitua como sujeito protagonista.

No entanto, para a articulação da PJR, estar no campo implica também compreender como o capitalismo se articula nas relações, mesmo nas mais afetivas e comunitárias, além de construir mecanismos de identificação dessa presença do capital na realidade vivida.

A cultura, as redes sociais virtuais, a televisão e o rádio constituem ferramentas importantes nessa articulação e na disputa pela hegemonia. Assim como destaca Chã (2018), ao analisar as propagandas, observa-se que estas pautavam "[...] um modelo de agricultura ou dos seus produtos-mercadorias, o que podemos ver nestas peças publicitárias é a mercantilização total da vida, uma imagem de um mundo a ser desejado e consumido" (Chã, 2018, p. 82).

Nesse sentido, para a juventude, o agronegócio se apresenta ora como saída do campo, ora como inserção em uma lógica de trabalho que não está voltada à reprodução da vida a partir da terra, mas sim à venda da força de trabalho.

> Ele é um aliado para a permanência da juventude no campo, se a juventude for operadora de trator. Por exemplo, antes eu falei que as propriedades pequenas estão sendo engolidas pelas propriedades grandes. Alguns jovens, mesmo morando num lote de terra, acabam trabalhando para um vizinho para

> tratar as vacas, com os tratores pra passar veneno, pra colher e tal, ou compra seu tratorzinho e trabalha por dia. Mas a grande maioria não faz isso. A grande maioria de quem faz isso também já são pessoas que não são mais jovens. Então, no geral, não. [...] O agronegócio expulsa a juventude do campo. O agronegócio odeia a juventude do campo. Ainda mais se a juventude querer estudar, querer ter tempo para o cinema, querer inventar essas coisas de teatro, querer viver culturas diferenciadas, não sei o que, ou querer valorizar a sua história. Isso não é legal. (J2, p. 8)

Ao observar a vida no campo, evidencia-se que o agronegócio se articula nas estruturas de reprodução da vida, controlando o tempo e influenciando as relações culturais às quais as juventudes têm acesso. Segundo Chã (2018), o agronegócio e seus agentes também investem no financiamento da arte e da cultura em diferentes segmentos, ainda que, muitas vezes, o conteúdo não retrate a experiência vivida, mas tenha como efeito a divulgação e visibilidade das empresas financiadoras.

Nesse contexto, quando questionados(as), os(as) interlocutores(as) destacam, por um lado, a falta de tempo para buscar e consumir músicas e filmes; por outro, a presença recorrente de músicas ou artistas do estilo sertanejo, que tem suas letras vinculadas à lógica do agronegócio, em contraste com produções que retratam de forma mais direta a vida no campo, ou ainda, as músicas aparecem como elemento de pura reprodução, e não como o elemento de influência e interferência cultural da realidade.

> [...]eu não sou muito ligada em músicas atuais, porque eu acho que elas estão começando a ter uma lenta muito pesada. Eu gosto de músicas que são de 5 a 6 anos, 5 a 7 anos atrás, tipo Jorge & Matheus, Matheus & Kauan. Acho que uma que eu gosto mesmo, gosto, não me identifico, é **seu astral**. (J6, p. 3)

> Nunca fui muito de escutar música, né? Não sou muito de escutar música, não sou de assistir filme. (J4, p. 4)

> Eu gosto bastante do sertanejo, mas a música que eu mais gosto é o Coração na Cama. (J7, p. 2)

> Eu não escuto música pra me identificar, na verdade eu escuto música pra eu não lembrar da realidade que eu vivo. Tipo assim, pra mim isso aí não tanto só porque eu moro na roça ou pelas coisas, conflitos familiares que tem dentro da minha casa. Então eu não escuto música pra me identificar, mas eu escuto bastante [...] Ana Castela, eu adoro. (J8, p. 4)

A PJR apresenta, por meio de seus hinos e de músicas populares, uma perspectiva distinta de leitura da realidade e de acesso à cultura, compreendendo a música, a arte e a cultura como elementos dinâmicos, de representação e em disputa. Nesse processo formativo, busca-se desenvolver uma escuta atenta, diferente daquela proposta pelo capitalismo, como evidencia

a interlocutora J8 em sua reflexão: ouvir músicas com arranjos bem elaborados e empolgantes, mas que podem distanciar o(a) ouvinte da realidade, levando à reprodução de valores e relações sem a devida problematização das violências contra os seres humanos e a natureza presentes nesses contextos.

A cultura, a música, o teatro e a pichação, enquanto formas de expressão e afirmação da organização das juventudes, integram o processo de formação e de construção da identidade das juventudes da PJR, conforme destacado no informativo produzido pelo coletivo, como se observa na figura 12.

Figura 12: Informativo produzido pelo coletivo da PJR e PJMP, como ferramenta de comunicação e material de auxílio para o trabalho de base



PASTORAIS DA JUVENTUDE - SMO

INFORMATIVO!!!

Ano 2 - Edição 2 - São Miguel do Oeste SC - Jan/Fev/Mar/ de 2012

Nos dias 16 a 18 de Março, os companheiros da PJMP Pedro Pinheiro e Rafael Lewer, estiveram na reunião da CNPJMP (Comissão Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular) em Aracaju – SE representando a PJMP do estado de Santa Catarina.

Estiveram presentes na reunião representantes dos 9 estados do Brasil que discutiram sobre a caminhada Nacional da PJMP.

Também discutiram sobre o Ano Missionário da Pastoral da Juventude do Meio Popular que vai ser comemorado no dia 9 de julho, data do aniversário de 35 anos da PJMP, Escola de Formação da PJMP que terá a última de suas 3 etapas em novembro na cidade de Manaus, além de partilha de agendas para 2012.

Rafael e Pedro voltaram para SC com o compromisso reforçado de articular a PJMP em SMO e no estado, e ainda ficou confirmado a presença de alguém da CN PJMP no encontro de formação da PJMP de SMO no mês de Maio.

Compromisso firmado, continuamos na nossa caminhada enquanto Juventude do Meio Popular! *PJMP! Luta! Trabalho! Direito de Viver!*

Música é Cultura, Arte que não tem fim, Música esta na essência do ser humano

A viola foi criada entre os séculos XIV e XV. Instrumento musical tão antigo, porém recente entre os dedos do tocador. A viola da PJMP toca muitos ritmos, muita música popular, distinguindo-se da comodidade representativa da música comercial que tanto toca nas rádios do nosso Brasil. Entendemos que música é do povo, é ERUDITA, é no sentar de uma roda de viola que surgem as mais sensatas letras e composições musicais. A nossa música, tenta mostrar um pouco do que cada um de nós é. Então, ai esta um pouco do trabalho realizado pela PJMP nas oficinas de viola.

"Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na Palavra, no Trabalho, na Ação -Reflexão" (Paulo Freire).

renciada.

Foi pensando nesta forma de comunicação diferenciada, que a gurizada da PJMP realizou a sua primeira experiência na oficina de Comunicação Popular, no Bairro Santa Teresinha, Município de Guaraciaba-SC, utilizando-se da técnica de desenho denominada Estêncil , e vejam só o que a galerinha produziu, foi um começo que pode avançar muito ainda...

Televisão, Rádio, Internet, Livros, Celular, Imagens, Propaganda, Desenho, Teatro, Arte, Jornal, Informação, Música, Revista, Troca de Ideias, Carta, Relacionar-se, Dança. O que isso tudo quer dizer? Ato de comunicar-se, relacionar-se com outrem, compartilhar de ideias, promover a COMUNICAÇÃO de diferentes formas, maneiras de ser e se expressar com o mundo e com as coisas. Cada ser humano vê, interpreta, sente o seu meio de uma forma dife-

Fonte: Arquivo coletivo da PJR e PJMP, 2012.

Desde os primórdios de sua organização no Extremo Oeste de Santa Catarina, a PJR e a PJMP, pautadas pela preocupação com as especificidades das juventudes organizadas em seu interior, buscam criar mecanismos de comunicação popular entre os(as) jovens e com a sociedade. Nesse processo, são desenvolvidas ferramentas físicas e virtuais que auxiliam os intervalos de tempo entre os processos de formação mais coletivos e os trabalhos de base

(encontros dos grupos de jovens nas comunidades).

Assim, desenvolve-se, em um primeiro momento, o informativo – um folhetim em formato A4, frente e verso (figura 13) – que era distribuído em todas as comunidades da Paróquia de São Miguel Arcanjo. Seu conteúdo incluía informações sobre os processos formativos realizados, lutas, textos de reflexão para os trabalhos de base, dinâmicas para atividades nos grupos de jovens e uma agenda, com o objetivo de manter as juventudes das comunidades e bairros organizadas.

Figura 13: Impressão do primeiro exemplar do Informativo do Coletivo da PJR e PJMP, material de divulgação e de suporte de trabalho de base, entregue para as juventudes das comunidades do campo e da cidade



PASTORAIS DA JUVENTUDE - SMO

INFORMATIVO!!!

Ano I - Edição 1 - São Miguel do Oeste SC - Fevereiro e Março de 2011

Juventude se encontra para avaliação e planejamento

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2011 estiveram reunidas na Xácara Jesus Maria José no município de São Miguel do Oeste/SC as coordenações das Pastorais da Juventude da paróquia de São Miguel, e de grupos de Descanso, Guaraciaba, Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul para estudar e planejar as atividades de 2011, bem como os princípios da PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) e PJR (Pastoral da Juventude Rural) baseados na opção de São Miguel e Descanso em trabalhar as duas pastorais específicas em vista de necessidades da juventude local. É importante salientar a presença de um novo grupo de base da PJMP do município de Guaraciaba que ampliou a articulação da juventude urbana.

"Cada vez mais a juventude sente e percebe que precisa algo mais, que somente escrever a palavra Justiça não basta."

Coordenação do Informativo da Juventude

Olá...

... Juventude Roceira e Operária, é com muita alegria, entusiasmo, fé e compromisso militante, que inauguramos este espaço de comunicação e informação. Percebemos que é necessário um veículo comunicador que possa chegar a todos os grupos de nossa organização, tanto urbana como camponesa. Sabemos que hoje o alcance global que a internet proporciona é de suma importância para a comunicação mundial, inclusive para nossa realidade. Porém, estamos cientes que muitos de nós ainda não temos acesso a essa tecnologia, e portanto, faz-se necessário esse material. Além da preocupação da informação, ainda percebemos que este informativo, será uma ferramenta de formação política, cultural e educativa, além de estar exercitando nossa capacidade de construção de um material popular. Abraços revolucionários a todos e a todas e que possamos juntos e juntas construir esse instrumento.

Jornada de Luta em Curitibanos - SC

Nos dias dois e três de março a juventude da PJR e PJMP, estiveram participando da jornada de luta das mulheres da Via Campesina, que ocorreu no município de Curitibanos, tendo como tema: "Mulheres Trabalhadoras Produzindo e Preparando Alimentos Saudáveis", e lema: "Contra o Agronegócio, em defesa da Soberania Popular".

No ato também estiveram presentes outras organizações urbanas e as pastorais sociais. Cerca de 500 pessoas, estudaram e debateram o atual modelo produtivo, e as conseqüências dos agrotóxicos no ambiente e para a saúde humana. Já no dia seguinte, mulheres e homens, foram as ruas denunciar o uso abusivo dos agrotóxicos e o atual sistema de produção, anunciando que é possível um novo modelo de agricultura e de relação social entre campo e cidade.

Contribuição Daniela - PJR

Fonte: Arquivo do coletivo da PJR e PJMP, 2011.

A partir de 2014, o informativo passou a ser substituído, no âmbito das juventudes da PJR e PJMP, pela elaboração de um jornal impresso denominado "Jornal Comunitário", sob a coordenação da jornalista dirigente da PJMP, Claudia Weinmann. O jornal comunitário se consolidou como uma ferramenta construída e apropriada pelas juventudes organizadas, alcançando um número maior de espaços no território e registrando tanto a realidade regional quanto os processos organizativos e as lutas nas quais as juventudes da PJR e PJMP estão inseridas ao longo dos anos.

No interior de Santa Catarina, o "Jornal Comunitário", desde o primeiro

> exemplar, quando ainda era produzido como informativo, impresso em folha de ofício simples, é entregue nas casas das pessoas que moram na roça e também na cidade, especialmente bairros e favelas, tendo como público as juventudes dessas realidades. Por sua postura política de classe, pautas questionadoras da estrutura e do sistema capitalista de produção, já despertou bastante ódio da burguesia local do município de São Miguel do Oeste. De outro lado, serviu de material pedagógico nas comunidades e teve crianças em processo de alfabetização que pegaram o jornal só para ver as fotografias, muito interessadas pelas imagens que apontavam para o lugar em que vivem. (Weinman, Saggioratto, p.102, 2022)

Sua distribuição é feita gratuitamente nas casas das pessoas e nas comunidades dos municípios de São Miguel do Oeste, Paraíso, Bandeirantes, Barra Bonita, Descanso, Guaraciaba e Anchieta, além de circular, de forma mais pontual, em outros territórios do país, especialmente em atividades onde as juventudes se fazem presentes. Dessa forma, o jornal carrega consigo a história de resistência das juventudes do Extremo Oeste de Santa Catarina (figura 14).

Figura 14: Capa o primeiro exemplar do Jornal Comunitário, elaborado pelas juventudes da PJR e PJMP, com a direção jornalística da militante Claudia Weinmann.



Fonte: Arquivo Coletivo PJR e PJMP, 2014.

Segundo Weinman, Saggioratto(p.15,2022) "A comunicação popular tem como objetivo contribuir na transformação de um sistema opressor que produz condições desumanas para a população empobrecida que precisa, neste contexto, sobreviver". E assim, as juventudes da PJR e da PJMP, somam-se a pautas conjuntas com outras organizações que compõem a Via Campesina, contribuindo na organização de lutas e intervenções realizadas na sociedade, bem como na comunicação dos processos, como é o caso do Grito dos Excluídos e Excluídas[1] (figura 15). Nesse espaço, as juventudes se organizavam e, junto de outras organizações, levavam para as ruas, em forma de marcha dentro do desfile oficial de 7 de setembro, as pautas e reivindicações de suas especificidades. As intervenções incluíam apresentações teatrais (teatro do oprimido), músicas, gritos de ordem, pichação e panfletagem, por meio das quais eram apresentadas à comunidade as reivindicações e denúncias coletivas.

Figura 15: Matéria do Jornal Comunitário sobre a organização do Grito dos/as Excluídos/as em 2015.



Geral — Comunitário – Ano 2 – Edição Especial – 2º semestre de 2015 — P.9

Grito dos Excluídos\as deste ano denuncia a mídia e anuncia: "Não haverá golpe no Brasil"!

Por Claudia Weinman

SÃO MIGUEL DO OESTE - Com o tema: "Que país é esse, que mata gente, que a mídia mente e nos consome?", o Grito dos Excluídos\as deste ano de 2015, realizado em São Miguel do Oeste\SC, no dia 07 de setembro, composto por organizações, pastorais sociais e movimentos populares, levou para as ruas de São Miguel do Oeste a sua principal denúncia, contra a mídia golpista, que segundo as organizações, criminaliza o povo, falsifica informações e não representa suas realidades e ainda, fortaleceu que o povo não aceitará um golpe no país.

Durante a marcha que trouxe presente a defesa da vida dos povos, mais de 500 pessoas levaram bandeiras contra a criminalização das juventudes que vivem no campo e nas periferias, contra o sistema do agronegócio, em defesa da agroecologia, pela demarcação das terras indígenas e também pelo feminismo.

Denunciando a Mídia Golpista

Conforme o militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Fabiano Baldo, o Grito dos excluídos\as deste ano teve um envolvimento grande das organizações. "É um momento de retomada das ruas com a presença massiva do povo. A nossa mensagem foi repassada ao mesmo tempo em que reforçamos mais uma vez que a sociedade precisa sim de mudanças".

Juventudes em Luta

O Pároco da Igreja Matriz São Miguel Arcanjo, Reneu Zortea, também enfatizou que a marcha trouxe para o meio da sociedade a discussão sobre os problemas relacionados ao Cemitério Público Municipal e o questionamento de uma mídia que mente para o povo e está a serviço da estrutura capitalista. Zortea também citou a participação massiva das organizações nas ruas. "Tivemos um engrandecimento das massas. As juventudes tiveram uma expressão muito forte com as pautas e bandeiras colocadas durante toda a marcha".

"A gente continua em pé"

Mostrar que o povo continua se organizando segundo Jociani Pinheiro, da coordenação das Pastorais da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural, foi uma das principais intenções do Grito. Precisamos mudar a estrutura de sociedade que temos hoje. Isso é possível, por isso seguimos denunciando o agronegócio, anunciando nossas mídias alternativas, a luta incansável pelo campus da UFFS e dizendo principalmente que as juventudes querem viver no campo e nas periferias. Nesse sentido, cumprimos mais uma vez nosso papel, e ainda, queremos falar que nada vai calar a nossa voz porque o nosso grito é coletivo e vamos seguir juntando gente que grita sozinha para gritar junto com nós por um projeto maior para a América Latina".

A jovem que também representa o coletivo das pastorais, Mayara Gaiardo, reforçou dizendo que durante a marcha, algumas pessoas se negaram a receber a edição do Jornal Comunitário construída pelas juventudes e pediu para que ela 'mostrasse a cara', já que, estava pintada. "A gente costuma pintar o rosto para dizer que defendemos a diversidade e não para nos escondermos. Esse é meu rosto, como posso mostrar outro se é isso que defendo? Quem se nega a construir com a gente e busca apenas criticar não conhece o processo e não tem interesse de mudar nada", argumentou.

De Fraiburgo\SC, o companheiro João Carlos Rodrigues que representa a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular (APAFEC), acrescentou ainda que a cada ano, o Grito dos Excluídos\as tem se fortalecido. "Esse é um momento histórico muito importante. Vamos continuar participando e mostrando as nossas pautas, conquistas e denúncias".

SOBRE A CRISE

*Por Norberto Chemin**

A crise que tomou conta no país em 2015 pode ser analisada sob vários aspectos, dependendo do interesse de quem a faz. Igualmente, poderíamos encontrar ou definir culpados pelos acontecimentos.

Uma análise objetiva e imediata, e aparentemente mais lógica, é a de que o ódio e o desespero da classe dominante explodiram. Seus gritos de pavor, por ver a classe trabalhadora dirigindo o país por tanto tempo, alcançou as ruas, mobilizou pessoas, despertou a raiva de quem pensa apenas em si e não no conjunto da sociedade brasileira. Poderíamos dizer que o Brasil carece, no mínimo, de nacionalismo, quanto mais de desejo de mudança revolucionária.

Outro elemento importante. O grau de alianças não permite, com certeza, uma coalizão de sucesso na governabilidade do país. Dos partidos que compõem o Governo Federal, há poucos que se aproximam ideologicamente daquilo que a Presidente tem como orientação. Portanto, só podemos esperar negociação de cargos e negociação de "lava roupas" sujas. O esquema eleitoral, base do modelo democrático, deve ser respeitado. Mas, ele permite somente uma composição de Parlamentar do jeito que está hoje. Nunca será diferente. O discurso mais inútil é aquele feito pela direita, que exige do cidadão uma boa escolha do seu candidato. Não adianta, o resultado será sempre o mesmo. Maus políticos no Congresso. A democracia precisa dar um passo histórico, ou seja, terá que deixar para trás seu legado grego.

Mais ainda. Quando da eleição presidencial, fazia um discurso relacionado ao poder exercido pelo Conselho Monetário Nacional, liderado pelo Ministro da Fazenda. Dizia que, se mudar o ministro, viria uma crise. Dito e feito, ela chegou. A questão agora é como retomar o modelo de consumo, que em anos anteriores fortaleceu a classe pobre, as pequenas propriedades agrícolas e a classe média devido à grande circulação da moeda? Também cabe a pergunta, seria esta a melhor alternativa para resolver a crise?

Por fim, uma coisa que sempre me intriga é a forma como os movimentos sociais conseguem estabelecer ações políticas que diminuem o conflito social. Há momentos históricos que eles aparecem, como neste ano, mas as estratégias adotadas trazem como resultado um clima mais calmo no país. Outra pergunta é, até quando isto durará?

**Graduado e Pós Graduado em Filosofia*
Email:norbertochemin@gmail.com

Fonte: Arquivo do Coletivo PJR e PJMP (2015).

Ainda, as juventudes da PJR somam-se a outros processos de luta por direitos, compreendidos como herança de seu processo de constituição e de luta por dignidade, como é o caso das mobilizações em defesa da demarcação de terras dos povos originários (figura 16).

Figura 16: Matéria do Jornal Comunitário sobre a luta contra a PEC 215, na qual o coletivo da PJR e PJMP se somou às mobilizações junto aos povos Kaingang, Xokleng e Guarani



Povos Comunitário – Ano 2 – Edição Especial – 2º semestre de 2015 P.11

Indígenas ocupam ponte no Goio-Ên e deixam recado: "A luta não acabou. A PEC 215 não passará"

Por Claudia Weinman

REGIÃO - O Goio-Ên ganhou mais vida. Indígenas vindos de diferentes aldeias do Oeste Catarinense ocuparam o seu espaço na rua e sobre a ponte que faz divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na SC 480 durante a quarta-feira, dia 11 de novembro. O povo se reuniu seguindo a pauta de mobilização nacional contra a PEC 215 que fere efetivamente o direito dos povos indígenas por deixar sobre o poder do legislativo, o processo de demarcação do território.

Na quarta-feira, o despertar nas aldeias começou cedo. Como em qualquer dia de grande luta. Guerreiros\as se prepararam para ocupar o Goio-Ên, que já próximo das 8h da manhã, encontrava-se coberto por faixas, bandeiras, povos Kaingang, Xokleng, Guarani. O tempo, teimoso, escureceria o céu, muita chuva descia incessantemente e os indígenas se preparavam com guarda-chuvas, outros\as segurando uma grande lona que protegia parte dos militantes mobilizados, enquanto meninos e meninas, pés no chão, provocavam os céus com lindas danças em sinônimo de resistência. Crianças deitavam-se no chão, brincavam contentes com a água que Tupã enviou. Para elas, parecia festa.

Mas ao chamado dos mais experientes, a brincadeira transformava-se. É possível perceber que tão cedo, as crianças assumem a tarefa de enfrentamento. Ao passar 40 minutos do primeiro bloqueio, o trecho fora liberado. Mulheres, homens, crianças, todos\as preparados para proteger seus parentes.

Os caminhões, ônibus e carros menores passavam pela barreira. Alguns acenavam, outros apenas mantinham olhar fixo sobre as pessoas e outros ainda, proferiam xingamentos, como quem realmente não entende a luta.

Depois da passagem dos transportes, a cada 30 ou 40 minutos, a barreira novamente era montada. O incômodo como tratam grande parte dos motoristas, fez com que a Polícia logo cedo, viesse até o Goio-Ên. Um dos policiais aproximou-se do Cacique Kaingang do Toldo Chimbangue, Idalino Fernandes, para exigir a passagem dos motoristas de 15 em 15 minutos. Mas ele não estava sozinho. Não foi preciso chamar os demais. Eles já estavam ao redor protegendo Idalino de qualquer palavra, de qualquer ação. Foi um momento de tensão mas também de sentir o compromisso que cada companheiro\a indígena possui com o outro. Alguns subiam no muro e filmavam a conversa entre o Cacique e o Policial. Foi possível sentir que ninguém mais passará por cima dos direitos dos povos.

A imprensa pouco a pouco também se aproximava do bloqueio. Os mais sanguinários corriam de um lado para o outro sem saber o que segurar primeiro, se era o guarda-chuva ou a câmera. Jornalistas explorados, mas que viam na mobilização um produto para a televisão no horário do meio dia.

O dia seguiu. As 12h, a comida partilhada fortaleceu e animou o povo no meio da BR. Os pingos de chuva insistentes, continuavam animando as crianças até todos\as se alimentarem. Ninguém ficou sozinho. O bloqueio seguiu. Logo a tarde, a liberação era feita a cada 30 minutos, quanto muito 40 para os transportes. O chimarrão era passado de mão em mão, aquecendo o corpo coberto por roupas molhadas que começavam a pesar.

Com a chegada da polícia pela manhã, atento, o Cacique Kaingang Idalino Fernandes apenas dizia: "O papel da Polícia é manter a ordem, mas nós tratamos eles com respeito e queremos que eles nos entendam. Sabemos dos direitos de cada um. Mas não podem só olhar o direito dos outros".

Fernandes argumentou com os policiais dizendo que a mobilização e o bloqueio estavam acontecendo conforme a lei permite. "E depois, a única saída é fechar a BR respeitando a legislação. A pessoa que está andando na BR também está sendo prejudicada. Deixa a gente viver uma vida digna, sem discriminação, sem tirar o nosso direito".

A presença da polícia foi marcante durante todo o dia. Estavam 'observando' o trânsito. Enquanto isso, indígenas do Toldo Imbú, Toldo Chimbangue, Toldo Pinhal, Condá, Terra indígena Chapecó, Araça'i, todos\as do Oeste de Santa Catarina, resistiam ao tempo, aos olhares, as palavras ditas sem consciência e contexto. "A PEC 215 é coisa bonita para quem discutiu ela. Mas para os povos indígenas não. A gente vai sofrer muito mais. Por isso estamos lutando. É preciso que as pessoas pensem nisso", disse o Cacique.

Fernandes promete ainda: "Se caso esses parlamentares e o relator da PEC 215 não ouvir nós, vamos continuar e vai ser maior. Vivemos 515 anos massacrados. Não queremos mais isso", afirmou ele referindo-se as reivindicações contra a PEC do genocídio.

Nadir Verguero também é indígena Kaingang do Toldo Chimbangue, segundo ela, o governo apenas se aproxima dos povos indígenas quando possui algum interesse. "O governo que venha atender o povo indígena. Aqui é povo também. Quando precisam da gente aí nos chamam. Nós estamos completamente 'jogados", Criticou.

A luta continua

Os guerreiros e guerreiras não descansarão. Esse é o recado deixado por todos os indígenas de Santa Catarina, bem como do Brasil que realizaram mobilização na quarta-feira. A demarcação das terras indígenas é tida como direito dos povos e quando um direito é violado, o enfrentamento é a saída. Faça sol ou faça chuva. O povo eclode nas ruas e faz a sociedade entender que bastam 515 anos de opressão, morte, violência, preconceito, violação de direitos. "A mobilização atingiu o nosso objetivo. As ruas estão 'livres', mas a luta não acabou. A PEC 215 não passará", enfatizou o indígena Rildo Mendes.

Já próximo das 15h, a barreira se findou no Goio-Ên. Já era hora de retornar as aldeias. Momento de descanso, de atender as crianças, de cuidar da terra. Nos olhares, a certeza que que a luta contra a PEC 215 continua em todo o Brasil. Os indígenas e os não indígenas representados pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que ali estavam mobilizados, não desistirão, até o último guerreiro. Quando este guerreiro tombar, aí acabou".

A juventude da PJMP e PJR também participou da mobilização neste dia e reafirma aqui, seu compromisso com a vida de todos os povos.

*Para assistir ao vídeo sobre a PEC 215, acesse: https://www.youtube.com/watch?v=b-Z19tcaAOo.

Indígenas Contra a PEC 215

PJMP\PJR, na mobilização com os indígenas

Fonte: Arquivo Coletivo PJR e PJMP (2015).

Na medida em que as juventudes avançam em seus processos de formação e engajamento na organicidade da PJR e PJMP, também passam a produzir materiais, elaborar e desenvolver trabalhos de base, além de propor e construir o diálogo com as comunidades onde residem. Nesse processo, evidenciam as pautas da realidade vivida, encontrando na organicidade da PJR e PJMP uma ferramenta de articulação, denúncia e também de acolhimento, conforme se pode observar na figura 17, em matéria sobre o direito à moradia.

Figura 17: Matéria sobre o direito à moradia, elaborado pelos jovens do coletivo



Moradia e o direito à cidade

Publicado em 8 de julho de 2020 por PJR - PJMP

(Foto: Claudia Weinman)

Por: Ellezer A. de Oliveira, Paulo Fortes, Letícia Helen e Alexandre Barbosa

O processo de urbanização no oeste catarinense teve seu inicio, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. Conforme Adriano Larentes da Silva na sua obra "Fazendo Cidade: memória e urbanização no extremo oeste catarinense" (2004) em São Miguel do Oeste a construção do urbano se deu de forma conflituosa entre os que estavam e os que chegavam à região fronteiriça, estes se impuseram e ao longo dos anos marginalizaram aqueles.

A imposição cultural e social na região tem seu marco com a chegada dos imigrantes descendentes de italianos e alemães, acompanhados de uma politica de branqueamento do território. Os marginalizados, na maioria, indígenas, caboclos, e negros, sofreram e sofrem, continuamente, a negação da sua identidade e direito à cidade. Uma problemática que persiste há décadas no município submetendo a população mais empobrecida a sobreviver sem condições dignas de vida. Sem um pedaço de terra foram construindo moradias nos morros com barracos de lona preta, e conjuntos habitacionais enquanto projeto municipal que visava "acabar" com o crescente processo de favelização

Fonte: pjrpjmp.wordpress.com (2020).

As juventudes, à medida que se organizam e realizam a leitura do mundo, compreendendo as opressões presentes na reprodução da vida, passam a pautar novas relações de produção e de gênero. O coletivo da PJR e PJMP de Santa Catarina conta com um grupo de mulheres e meninas que estudam e debatem o feminismo em uma perspectiva classista, marxista e socialista. A partir dessas discussões, desenvolvem-se, nas bases, reflexões e práticas que orientam novas relações e formas de tratamento em relação às mulheres e à reprodução da vida no campo e na cidade (Hammes, 2018).

Para Claude Raffestin, "toda construção da realidade é um instrumento de poder" (Raffestin, 1993, p. 145). As relações de apropriação e resistência que se manifestam no território são, assim como destaca Fernandes (2009), territórios diversos. Embora se constituam como demarcações que compõem um território de governança, também abarcam as diferentes dimensões e disputas que caracterizam a formação das territorialidades, tanto no campo

material quanto no imaterial, fruto das relações dos sujeitos com o espaço e entre si.

Diante da imponência que o agronegócio apresenta para a sociedade, especialmente no período histórico atual, marcado pelo avanço e fortalecimento da produção de commodities, observa-se uma "[...] sacralização do agronegócio a qualquer custo, presente de forma indelével pela concepção de mundo dominante, que facilitou, sobretudo, a intencionalidade e a indiferença social e ambiental na exploração dos trabalhadores rurais e no uso e na degradação dos recursos naturais do país" (Carvalho, 2014, p. 21).

E, assim, as juventudes seguem lutando contra a estereotipação da população do campo, uma construção social que, enquanto sociedade, ainda não foi superada e nem suficientemente problematizada no âmbito das relações de reprodução da vida. Especialmente no que diz respeito às juventudes, trata-se de um elemento que historicamente contribui para determinar sua permanência e pertencimento à terra (Castro, 2012).

4.3 **Educação Popular e o processo de formação da consciência das Juventudes do Campo**

"Não é preciso ser filho de doutor,
jovem da roça também tem valor,
Esse sistema que está nos dominando,
expulsa o jovem que trabalha no interior
Faz o jovem viver lá na cidade,
desaprendendo a vida de agricultor."
Fragmento da música: Jovem da roça também tem valor (Antonio Gringo**)**

Inicia-se a presente seção rememorando a música "Jovem da roça também tem valor", com o objetivo de trazer ao debate os processos de resistência vivenciados pelas juventudes no campo para garantir sua permanência nele. Busca-se também evidenciar os processos culturais aos quais essas juventudes estão inseridas no território e que influenciam suas concepções de mundo e suas formas de interação com a sociedade.

O avanço do projeto dilacerador do capital no campo, materializado nos territórios por meio do agronegócio, articula-se através dos aparelhos hegemônicos do Estado para garantir sua perpetuação e as transformações necessárias à sua sobreposição às necessidades de reprodução material da vida na sociedade. As juventudes do campo, assim como as da cidade, são incorporadas pelo capital como uma pauta em disputa, um componente a ser formado e moldado de acordo com seus interesses, visando à reprodução de seus valores. Essa disputa manifesta-se desde a construção do conceito até os diferentes estereótipos historicamente atribuídos a ele.

As juventudes são sujeitos da continuidade e se transformam na medida em que

demandam transformações e adaptações, por serem sujeitos de seu tempo histórico. Esse tempo incorpora, como bagagem, transformações oriundas do avanço tecnológico e científico, mas também os efeitos da degradação provocada por esse mesmo processo na natureza, no espaço, nas relações sociais e de produção.

Nesse sentido, o agronegócio se ocupa de articular, por meio dos aparelhos hegemônicos do Estado, com ênfase na cultura e na produção musical, caminhos que buscam orientar a aceitação social do projeto e de sua metodologia de produção. Tal dinâmica contribui para o aperfeiçoamento das relações de exploração características do capitalismo, tanto no campo quanto na cidade.

A reprodução da vida no sistema capitalista está sujeita a manipulações oriundas das estruturas que operam na manutenção de sua hegemonia, encontrando formas de dominação nos diferentes âmbitos dessa reprodução, sejam eles subjetivos, materiais ou imateriais.

É justamente nesses elementos básicos da reprodução da vida que também se expressa a resistência, uma vez que a complexidade das relações sociais e de poder carrega heranças comunitárias e práticas de solidariedade. Essas dimensões desencadeiam processos organizativos que se transformam à medida que avançam na formação dos sujeitos, possibilitando o enfrentamento de determinações capitalistas na reprodução da vida em sociedade.

Na correlação de forças presentes na reprodução da vida, o sistema capitalista, por meio dos aparelhos hegemônicos do Estado, atua desde as relações mais primordiais da vida dos seres humanos, no trabalho, na educação e na cultura, buscando influenciar a formação social e cultural das populações, atravessando tanto os processos formais quanto os não formais com sua concepção de mundo. Nesse sentido, Freire afirma que "[...] o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhe o direito de dizer sua palavra, de pensar certo" (Freire, 1987, p. 123).

No presente trabalho, apresenta-se uma breve análise da Educação Popular em três momentos: a compreensão de sua gênese e de sua articulação como processo formador na América Latina; sua conotação formadora de caráter populista e as transformações que sofre ao longo dos anos; e, por fim, a Educação Popular libertadora, desenvolvida por organizações sociais e que permite compreender a atuação da PJR na formação da consciência das juventudes.

Parte-se das relações materiais na reprodução da vida dos seres humanos, nas quais os povos da América Latina, ao longo da história, têm desenvolvido processos educativos e culturais que se configuram como resistência às determinações capitalistas, por meio da manutenção geracional dos saberes populares e culturais. Na reprodução da vida, nos trabalhos

cotidianos e nas relações estabelecidas, esses sujeitos transformam a natureza, produzindo, reproduzindo e transmitindo conhecimentos. Nesse sentido, destaca-se que a "[...] experiência das sociedades primitivas mostra que é por meio da produção da própria existência material que circulam saberes e aprenderes, os quais constituem, na origem, a educação popular do ser humano" (Hammes, 2018, p. 76).

> E é no interior da totalidade e da diferença de situações através das quais o trabalho e as trocas de frutos do trabalho garantem a sobrevivência, a convivência e a transcendência, que, no interior de uma vida coletiva anterior à escola, mas plena de educação, os homens entre si se ensinam-e-aprendem. Ao mesmo tempo em que socialmente a educação, um domínio da cultura entre outros, é condição de permanente recriação da própria cultura, individualmente a educação, uma relação de saber entre trocas de pessoas, é condição da criação da própria pessoa. Aprender significa tornar-se, sobre o organismo, uma pessoa, ou seja, realizar em cada experiência humana individual a passagem da natureza à cultura. (Brandão, 2006, p. 10)

Na gênese da reprodução da vida em sociedade, os seres humanos, organizados em comunidade e voltados à sua manutenção, realizam a transformação do espaço e de si mesmos nesse processo. Essa ação transformadora é acompanhada por uma bagagem cultural transmitida geracionalmente e, dentro da organização dos povos, a Educação Popular constitui-se como uma importante ferramenta para a perpetuação dos saberes tradicionais e das tecnologias científicas desenvolvidas por esses sujeitos.

Ao pensar os processos formativos dos povos latino-americanos, especialmente dos povos originários brasileiros que, desde a invasão colonizadora, resistem e constituem processos formativos de consciência emancipatória, compreende-se que a Educação Popular "[...] latino-americana é fruto da resistência popular, em meio a conflitos econômicos, sociais e políticos" (Hammes, 2018, p. 77).

As transformações singulares presentes na totalidade da reprodução da vida estão diretamente relacionadas às transformações do próprio ser humano, de sua concepção de mundo e de suas relações sociais e com o espaço. Nesse sentido, "[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente pelo conjunto dos homens" (Saviani, 2021, p. 13).

> A Educação Popular desenvolve-se com ênfases diferentes, segundo os grupos políticos, sociais e eclesiais que a impulsionam: setores de esquer-da partidária, comunidades eclesiais de base, instituições de pesquisa e educação, que assumem esta perspectiva de formação com matizes própri-os de diferença. (Guevara, 2006, p. 213)

A Educação Popular assume diferentes conotações e direcionamentos no Brasil ao longo dos anos, tanto nos espaços educativos formais quanto fora deles. A educação e os

processos educativos ocupam um papel importante para o capitalismo, uma vez que este se articula em diversas estruturas sociais para garantir a reprodução da vida em sociedade segundo suas determinações. Nesse contexto, a educação na sociedade capitalista assume a função de realizar a "[...] formação de uma visão social de mundo que aceite a ordem" (Paludo, 2012, p. 281).

No que se refere à dicotomia presente na denominação "educação popular", o termo também foi utilizado para descrever processos educativos "[...] do povo feita pelo Estado, com objetivo de moralizá-lo, 'civilizá-lo' ou, em outras etapas, 'integrá-lo' ao desenvolvimento" (Garcés, 2012, p. 77). Nesse mesmo sentido, Paludo (2012) destaca a importância de diferenciar essas perspectivas.

> [...] é importante diferenciar a educação dos populares ou dos trabalhadores empobrecidos que se faz com base nas das concepções liberais de educação, em qualquer uma de suas vertentes, e a educação desses sujeitos que se faz a partir da concepção de educação popular, cujo direcionamento central do processo educativo é o de estar a serviço dos interesses e das necessidades das classes populares, dos trabalhadores. (Paludo, 2012, p. 281)

Segundo Garcés (2012), é a partir de 1960 que a Educação Popular passa a ser reconhecida como processos educativos com conotação "[...] libertadora ou problematizadora, em sentido freireano." (Garcés, 2012, p. 78). Trata-se de processos educativos que correlacionam a realidade vivida pelas populações empobrecidas com a política, o trabalho e a exploração, articulando conhecimento científico e saberes geracionais, em uma perspectiva educativa que parte do reconhecimento dos sujeitos como protagonistas políticos.

Paludo (2012) destaca que, a partir desse momento, a educação "[...] deixa de ser prática neutra e ganha significado de ato político" (Paludo, 2012, p. 282). Assim, a Educação Popular passa a representar um processo de construção da consciência coletiva, de reconhecimento dos sujeitos e de enfrentamento às imposições do sistema capitalista na reprodução da vida em sociedade.

Ainda segundo Hammes (2018), a Educação Popular latino-americana possui como precursores Simón Rodríguez e José Martí. Para esses pensadores, "[...] um povo que sabe quem é, educa-se a partir disso, torna-se livre" (Hammes, 2018, p. 78). Ambos pautaram suas práticas educativas na formação dos excluídos e excluídas, defendendo uma educação voltada a todo o povo, sem limites de classe, com o propósito de possibilitar a compreensão da totalidade das relações de exploração às quais estavam submetidos, desenvolvendo, assim, a consciência e o

desejo de libertação.

> Entre os pensadores das lutas pela independência, o mais explícito ao falar de educação popular nesse período foi Simón Rodríguez (1769-1854), professor do libertador Simón Bolívar. Ele fala de uma educação que chama de popular e que aparece em seus escritos com três características (Rodríguez, 1979): • Faz de nós americanos e não europeus, inventores e não repetidores. • Educa para que quem a faz não seja mais servo de comerciantes e clérigos. • Torna alguém capaz de uma arte ou ofício para ganhar a vida com seus próprios meios. (Mejía, 2012, p. 2). Tradução livre.

A educação e a instrução social eram compreendidas como ferramentas fundamentais para romper com a dominação colonial e com as determinações impostas pelo desenvolvimento capitalista. Esses pensadores pautavam sua atuação na emancipação dos povos a partir da educação das crianças, buscando romper com a divisão social de classes. Nesse sentido, José Martí "[...] acreditava numa educação própria do território como direito de todo o povo" (Hammes, 2018, p. 87).

José Martí desenvolveria posteriormente a ideia de Educação Popular, entendida como uma educação geral e de qualidade para todos. Segundo Martí,

> Educação Popular não significa educação exclusiva da classe pobre; mas sim que todas as classes da nação, que é o mesmo que o povo, sejam bem educadas" (MARTÍ, 1990, p. 147). Essa evidência coloca, inclusive, diretamente, a Educação Popular como um dos dois fatores determinantes da indução ideológica do próprio processo de independência das repúblicas. (Manzilão Filho, 2015, p. 2). Tradução livre.

A Educação Popular vai se fortalecendo como um processo educativo construído pelo povo e para o povo, com um objetivo transformador, carregando em sua perspectiva utópica o legado de Simón Rodríguez e José Martí, constituindo-se como ferramenta nas lutas por independência na América Latina (Hammes, 2018).

> [...] a educação popular chega ao século XXI com um conjunto de obras acumuladas e construídas em suas lutas para transformar a sociedade e tornar possível a emancipação de todas as formas de dominação. Isso lhe permite propor ao mundo da educação em seus diferentes aspectos uma concepção com suas correspondentes teorias, propostas pedagógicas e metodológicas a serem implementadas nos múltiplos espaços e âmbitos em que se realiza a educação nessa sociedade. Nesse sentido, proporciona aos educadores críticos uma proposta a ser implementada em toda a sociedade, sob o reconhecimento de que fazê-lo a partir dos interesses dos grupos oprimidos e excluídos permitirá a transformação dessa condição para construir sociedades mais justas, mais humanas e, sobretudo, com uma diferença que não permita a desigualdade e o controle, por razões de classe, gênero, etnia, raça, orientação sexual, idade, condição física. (Mejía, 2012, p. 4). Tradução livre.

A Educação Popular assume expressões particulares na América Latina, e a dicotomia presente no uso de seu conceito a caracteriza nos diferentes tempos históricos, expressando suas conjunturas políticas e processos sociais. No entanto, compreende-se que, em sua formulação, conforme afirma Brandão (2006, p. 57), a "[...] educação popular venha a ser, na passagem de um polo ao outro, uma conquista do povo".

Conforme destaca Hammes (2018), a amplitude do conceito é fruto das peculiaridades e da bagagem histórica de cada tempo, pautada em diferentes "abordagens sociopolíticas". Nesse sentido, a Educação Popular "[...] oscila entre extremos: da vocação populista ao compromisso de classe" (Hammes, 2018, p. 95).

> Nesse sentido, a educação popular, em seus diversos desdobramentos, tem promovido uma concepção na qual não há ação educativa e pedagógica sem contexto – e estão presentes os diferentes elementos políticos, sociais, culturais e econômicos sobre os quais se constroem a desigualdade, a exclusão, a segregação e as injustiças em nossa sociedade –, propondo conceitos e práticas para transformar essas condições por meio da educação, entendida em suas múltiplas dimensões: formal, não formal e informal, sob o pressuposto de que a mudança educacional por si só não transforma a sociedade, mas se a educação não muda, a sociedade também não. Em conformidade com o exposto, reconhece a educação como um exercício político-pedagógico. (Mejía, 2012, p. 4). Tradução livre.

Segundo Paludo (2012), a Educação Popular desenvolvida a partir dos movimentos sociais apresenta uma perspectiva formadora que envolve o povo como sujeito da transformação subjetiva da realidade. Essa transformação torna-se possível por meio da conscientização dos sujeitos acerca de si mesmos e de sua participação na reprodução da vida em sociedade. Nesse sentido, a Educação Popular estabelece "[...] o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade" (Paludo, 2012, p. 282).

No Brasil, a partir da década de 1960, a Educação Popular passa a assumir uma perspectiva voltada à formação da consciência, contribuindo para os processos de luta da classe trabalhadora contra a opressão. Assim, "[...] a educação popular libertadora funda-se no pensar do povo como premissa, a partir da relação do sujeito com o mundo, e em diálogo entre teoria e práxis" (Hammes, 2018, p. 100).

Dessa forma, a Educação Popular libertadora passa a constituir-se como uma prática diretamente vinculada à conscientização dos sujeitos diante das opressões do sistema capitalista. Trata-se de um processo em que os indivíduos passam a compreender-se como

sujeitos na reprodução da vida em sociedade, problematizando as relações políticas, econômicas e culturais nas quais estão inseridos.

Nesse movimento, desenvolvem-se ferramentas de luta coletiva voltadas à libertação, processo que passa, indispensavelmente, pela formação da consciência de classe e pela compreensão das opressões determinadas pelo sistema capitalista de produção.

A Pastoral da Juventude Rural pauta sua reflexão no método "ver, julgar e agir", herança da Ação Católica Especializada, tendo sua ação transformadora fundamentada no trabalho de base. Esse espaço constitui-se como uma prática política na qual os(as) militantes colocam em debate suas utopias, refletindo sobre a realidade vivida e a partir dela.

Essa utopia, mesmo em constante construção, "[...] é irrenunciável no compromisso de construir um projeto de sociedade no qual a produção social da riqueza tenha também uma apropriação social" (Peloso, 2012, p. 65). Nesse sentido, realizar o trabalho de base significa colocar-se a serviço dessa construção, abstraindo da realidade elementos políticos, sociais e culturais e reformulando-os por meio do fazer educativo, da relação e da troca de saberes entre as juventudes.

Assim, na convivência e no conhecimento das diferentes realidades, as juventudes, à medida que se compreendem como sujeitos políticos, passam também a contribuir com a formação da consciência das juventudes dos grupos de base. De forma coletiva, constroem, por meio da Educação Popular, caminhos de enfrentamento às opressões e de luta por dignidade de vida.

É a partir do trabalho de base que se forjam jovens militantes políticos que passam a atuar em diferentes espaços da sociedade, visto que o trabalho de base "[...] é a ação política transformadora de militantes da organização popular, em determinado território, que estimula, desperta, organiza e acompanha o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta geral contra a opressão" (Peloso, 2012, p. 68).

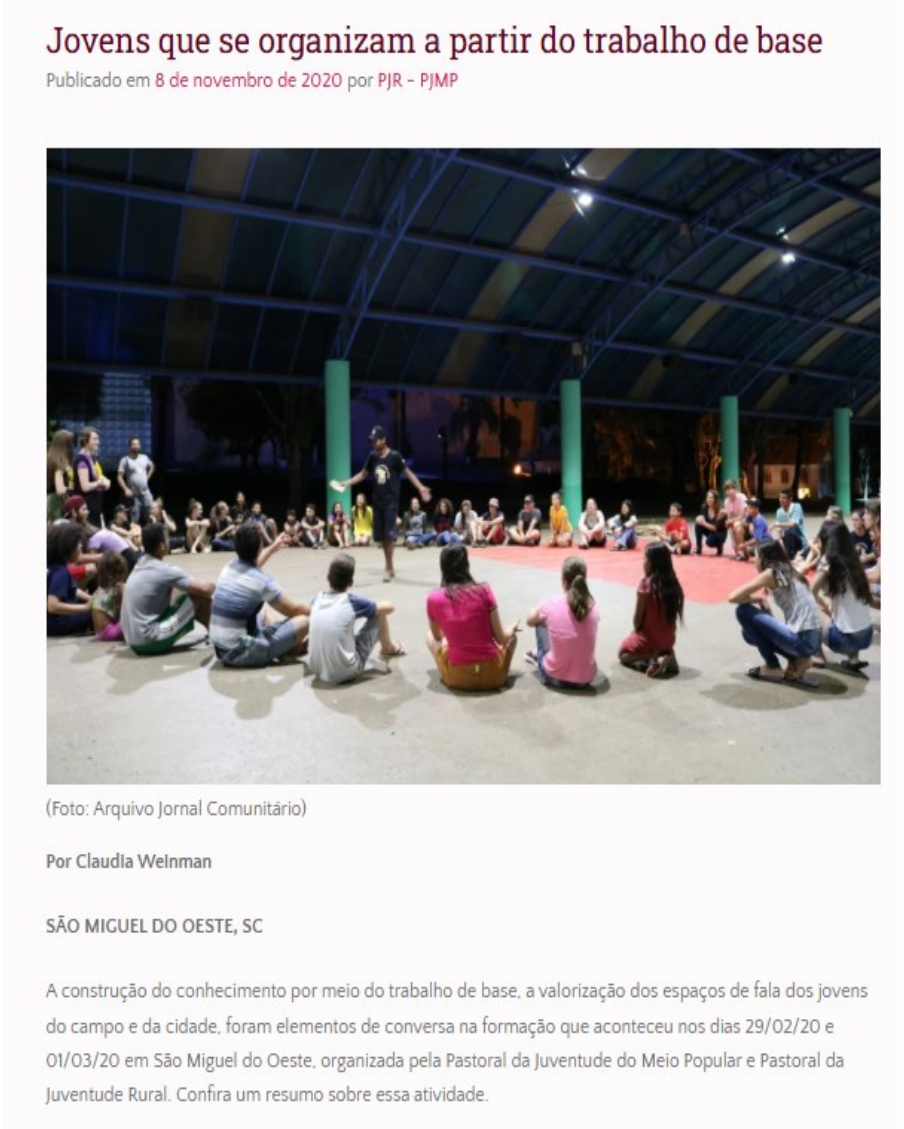
A Pastoral da Juventude Rural organiza seu processo formativo por meio da articulação entre o trabalho de base realizado nos grupos de jovens das comunidades do campo, os momentos de formação coletiva – que ocorrem em encontros de um dia ou durante fins de semana – e as ações concretas de luta, nas quais as juventudes se mobilizam para a realização de atos políticos de intervenção direta na sociedade.

Todos esses processos se relacionam e se complementam no desenvolvimento de uma concepção de mundo que tem a justiça e a igualdade social como parâmetros para a construção de uma nova sociedade, compreendida também como Reino de Deus.

Como pode ser visualizado na figura 18, em matéria retirada do blog do coletivo,

retrata-se um momento de formação, estudo e vivência no qual as juventudes da PJR, juntamente com as juventudes da PJMP, organizam-se para refletir e construir ações conjuntas a partir do trabalho de base. Nesse processo, o próprio trabalho de base também é debatido, buscando garantir que a ação política realizada por meio dele esteja sempre relacionada às necessidades coletivas das juventudes.

Figura 18: Matéria sobre processo formativo, retirada do Blog do coletivo, 2020.



Jovens que se organizam a partir do trabalho de base

Publicado em 8 de novembro de 2020 por PJR - PJMP

(Foto: Arquivo Jornal Comunitário)

Por Claudia Weinman

SÃO MIGUEL DO OESTE, SC

A construção do conhecimento por meio do trabalho de base, a valorização dos espaços de fala dos jovens do campo e da cidade, foram elementos de conversa na formação que aconteceu nos dias 29/02/20 e 01/03/20 em São Miguel do Oeste, organizada pela Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural. Confira um resumo sobre essa atividade.

Fonte: pjrpjmp.wordpress.com (2020)

Os processos de formação da consciência levam em consideração a realidade vivida pelas juventudes, pautando-se na escuta e na intervenção realizada com amorosidade. As juventudes são compreendidas como sujeitos políticos protagonistas desse caminho coletivo, respeitando-se, assim, a realidade e a bagagem histórico-cultural que cada indivíduo carrega.

Nesse sentido, os momentos formativos do coletivo, construídos pelas juventudes para

as juventudes, orientam-se pela compreensão de que não "[...] penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros nem sem os outros" (Freire, 2001, p. 117).

A consciência das juventudes da PJR e PJMP vai se forjando a partir da problematização da materialidade de suas vidas, por meio de questionamentos como: por que a juventude precisa sair do campo para viver? Por que as escolas do campo não atendem integralmente o processo educativo formal? Qual o intuito do fechamento das escolas no campo? Por que envenenar a terra para produzir?

É a partir da problematização das necessidades presentes no cotidiano, bem como da reflexão crítica sobre a rotina vivida, identificando nela a reprodução de violências e das relações estabelecidas entre as juventudes e com a terra, que se provoca constantemente a realização da leitura do mundo.

Assim, as juventudes passam a tomar como objeto de sua curiosidade as relações sociais e os resultados dessas relações na reprodução da vida em sociedade. Por meio da compreensão crítica da sociedade, do conhecimento de sua formação histórica e do reconhecimento dos impactos dos processos sociais, das relações de trabalho e das desigualdades, especialmente das opressões históricas refletidas no cotidiano – como o racismo, o machismo e a desigualdade social –, desenvolve-se uma leitura mais ampla da realidade vivida.

Trata-se de perceber essa realidade em toda a sua complexidade, compreendendo sua composição histórica e social, refletindo sobre a correlação de forças presente e sobre o lugar ocupado pela juventude e sua comunidade, bem como as formas de resistência às determinações capitalistas impostas. Esse processo configura a "leitura do mundo", entendida como um olhar crítico sobre a reprodução da vida em sociedade.

Nos grupos de base (grupos de jovens nas comunidades), nas formações coletivas e nos diferentes processos organizativos necessários à sua realização, nas distintas instâncias de organização, as juventudes da Pastoral da Juventude Rural partem da reflexão sobre os elementos presentes em suas relações cotidianas, desde a casa, a comunidade e a escola.

Nesse processo, buscam compreender as rotinas, tarefas, atividades, místicas e celebrações em sua totalidade, procurando entender "[...] o sentido de suas festas no corpo da cultura de resistência, sentir sua religiosidade de forma respeitosa, numa perspectiva dialética e não apenas como se fosse expressão pura de sua alienação" (Freire, 2001, p. 107).

E, a partir da compreensão de si mesmas como sujeitos políticos, reprodutores de determinadas relações ou propositores de transformação, as juventudes passam a construir

mecanismos de intervenção em seus espaços de vida, compartilhando seus processos formativos e ensinando à medida que provocam, nas comunidades, reflexões sobre a realidade vivida.

Isso pode ser observado na matéria retratada na figura 19, na qual o grupo de jovens Tribo da Perifa, do coletivo da PJR e PJMP, problematiza, em uma celebração comunitária, a história do Contestado.

Figura 19: Matéria do blog do coletivo da PJR e PJMP de Santa Catarina retratando a celebração realizada na Comunidade São Francisco, na qual o grupo Tribo da Perifa desenvolveu reflexões sobre a história do Contestado, no ano de 2015.



Grupo traz história do Contestado em celebração da comunidade

Publicado em 28 de setembro de 2015 por PJR - PJMP

O grupo de base 'Tribo da Perifa' da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), trouxe um pouco da história do Contestado, numa celebração mediada pelo Padre Reneu Zortea na manhã de domingo, dia 27, na comunidade São Francisco de Assis (periferia de São Miguel do Oeste-SC) que se mostra unida e com um bom número de jovens.

Conforme Fabiula Karla Fergutz, militante da PJMP: "A maioria das pessoas não sabiam que tinha ocorrido um massacre contra os camponeses pelas mãos do Estado, foi um genocídio do povo caboclo e não Guerra do Contestado como é propriamente dito!"

Segundo ela: "Poucos se identificaram como descendentes de caboclos, mas algumas pessoas falaram que seus pais e avós contavam do Contestado, só que com o passar do tempo foi sendo esquecido por elas mesmo."

Fonte: pjrpjmp.wordpress.com (2015)

As atividades desenvolvidas pelo coletivo da PJR e PJMP em Santa Catarina partem de uma concepção de mundo libertadora, pautada na justiça social, no protagonismo popular, na perspectiva de uma Igreja em saída e na fé em um Jesus vivo, que não apenas fez a opção pelos empobrecidos, mas também os organizou em seu tempo histórico.

Nesse sentido, sua atuação orienta-se por uma profunda compreensão crítica da composição histórica e cultural do espaço em que se insere. Isso porque se compreende que, quando a concepção de mundo "[...] não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita" (Gramsci, 2020, p. 94).

Essa relação ao que Gramsci (2020) evidencia como "homens-massa" revela que, na reprodução da vida em sociedade, existem diversos processos de formação e informação

pautados e produzidos pelo sistema capitalista. Tais processos articulam-se por meio das estruturas hegemônicas do Estado, buscando garantir a constituição de necessidades e personalidades moldadas socialmente, e não naturais aos seres humanos, aprofundando, assim, relações de dependência.

A PJR assume o compromisso de desenvolver, dentro do processo formativo das juventudes, uma compreensão ampla da cultura, abrangendo desde a formação do povo brasileiro e sua ancestralidade até as relações de trabalho e os conhecimentos geracionais que a constituem. Ao mesmo tempo, busca promover a compreensão crítica da cultura de massa e apresentar outras possibilidades de vivência e interpretação da realidade para as juventudes. Nesse processo, destacam-se a dedicação e a organização do coletivo, conforme retratado na figura 20.

Figura 20: Matéria retirada do blog da PJR e PJMP, retratando a organização do grupo de animação do coletivo para o encontro comemorativo de aniversário, realizado no ano de 2015.



Equipe de animação do acampamento prepara intervenção

Publicado em 31 de agosto de 2015 por PJR - PJMP

SÃO MIGUEL DO OESTE

Equipe de animação do 1° Acampamento da Juventude se reúne para planejar intervenções. Foto: Claudia Weinman

A equipe de animação do Primeiro Acampamento das Juventudes do Campo e da Cidade, que acontece de 05 a 07 de setembro, em linha São Valentim, Descanso\SC, esteve reunida na tarde de domingo, dia 30, para planejar as intervenções que serão feitas durante o encontro.

Segundo uma das integrantes da equipe, Fabiula Fergutz, o grupo tem como tarefa fazer com que a juventude participe, interaja com as canções, danças e atividades culturais que serão realizadas no próximo final de semana. "A música, assim como a dança, faz a juventude interagir e sentir-se parte da atividade e das histórias que cada canção apresenta. Nosso objetivo é chamar a atenção dos participantes em cada intervenção que será feita", explica.

Ainda, conforme Pedro Pinheiro, que também faz parte da equipe, nesta semana o grupo deverá se reunir junto às pessoas responsáveis pela elaboração e execução das místicas para preparar as demais intervenções. "Esperamos receber as juventudes e todos\as convidados\as no próximo final de semana com muita alegria, música, para

Fonte: pjrpjmp.wordpress.com (2015).

O trabalho formativo da PJR constitui-se a partir de uma escuta sensível e amorosa, articulada à realidade vivida pelas juventudes. A partir dessa realidade, amplia-se para os diferentes espaços em que essas juventudes se inserem na sociedade, como a escola, a comunidade, a igreja e os próprios espaços de articulação das juventudes organizadas.

Nessa construção política, as juventudes da PJR e PJMP também dialogam com outras juventudes nos espaços formais de educação, por meio de intervenções e ações que as convidam a se organizar e conhecer outras perspectivas de compreensão da realidade.



Formação Campo-Cidade (PJR e PJMP): “Queremos um Estado a serviço da nação, que garanta direitos a toda a população.” Arquivo Coletivo PJR e PJMOP (agosto de 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, buscou-se analisar como o capitalismo se articula e se insere na realidade das juventudes camponesas, bem como compreender de que maneira a PJR se apresenta como forma de resistência a esse modo de produção. O capitalismo desenvolve-se à medida que expropria e exaure as forças da natureza e da mão de obra envolvida no trabalho, realidade que também se manifesta no campo. O agronegócio, cuja própria denominação evidencia a perspectiva de "negócio", intensifica a mercantilização das relações e dos produtos no meio rural.

A presente pesquisa evidenciou que, no Extremo Oeste de Santa Catarina, o êxodo rural configura-se como parte das dinâmicas do capitalismo. O levantamento de dados da região demonstrou que, historicamente, os municípios vêm passando por processos de esvaziamento populacional e consequente envelhecimento demográfico, apontando para a saída das juventudes do campo.

Esse cenário explicita a ausência de projetos voltados à permanência das juventudes no meio rural, ao mesmo tempo em que se observa um avanço significativo do agronegócio na região. Marcada por fluxos migratórios motivados pela busca por oportunidades, terra para cultivo e condições de sobrevivência, a região vivencia um processo de esvaziamento impulsionado pelas determinações do capitalismo, aprofundando as desigualdades sociais e os níveis de pobreza.

Destaca-se que, desde a invasão colonial, o Brasil insere-se em um projeto de expansão do capitalismo, assumindo um papel de subserviência ao capital internacional e consolidando uma relação de dependência em relação a ele. Mesmo sendo um país de dimensão continental, desde a colonização e das violências desencadeadas por esse processo, não desenvolveu uma política de produção desvinculada dos interesses de acumulação capitalista.

Assim como ocorria no período colonial, as riquezas produzidas no Brasil não têm como finalidade central garantir dignidade de vida à população, mas mantêm-se inseridas em uma lógica global de exploração e concentração de riqueza.

O agronegócio apresenta-se como um dos motores do capitalismo no campo, influenciando as relações sociais e de produção. Seus impactos manifestam-se na contaminação da terra e das águas, nos riscos à diversidade dos territórios por meio da transgenia, na degradação das paisagens e dos biomas e na transformação da natureza conforme as necessidades de reprodução do capital.

Além disso, esse modelo compromete as condições de vida e permanência das

populações no campo, apropriando-se de conhecimentos geracionais e reduzindo a diversidade sociocultural e produtiva dos territórios, contribuindo, assim, para a manutenção de sua hegemonia e, consequentemente, da hegemonia do sistema capitalista.

A presente pesquisa realizou um levantamento de dados históricos acerca da organização do capital e das populações na região, bem como problematizou o conceito de Educação Popular libertadora, compreendida como a perspectiva a partir da qual as juventudes da PJR se articulam e desenvolvem seus processos de formação política na região.

A pesquisa de campo foi realizada junto às juventudes organizadas da PJR, apresentando reflexões de sujeitos com diferentes níveis de inserção política, buscando evidenciar o desenvolvimento da formação da consciência e compreender de que maneira essa pastoral se articula e contribui para a construção da concepção de mundo das juventudes na região, destacando o processo formativo como elemento central dessa trajetória.

Para a realização da pesquisa, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de construir um diálogo compreensivo e dinâmico junto aos(às) interlocutores(as). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A sistematização e a análise das entrevistas seguiram os pressupostos da pesquisa militante.

Os resultados da pesquisa demonstram como o agronegócio se articula no interior da cultura e por meio dela para influenciar a concepção de mundo das juventudes, determinando suas posições, formas de trabalho e relações sociais no campo. Evidenciam-se também as maneiras pelas quais esse modelo se manifesta nas estruturas hegemônicas, desenvolvendo, junto à sociedade, uma narrativa de aceitação e legitimação, mesmo diante da devastação explícita que representa para a reprodução da vida no meio rural.

Como aliado do capitalismo, o agronegócio reproduz e reinventa as relações de trabalho no campo, deturpando e desumanizando os resultados do trabalho, ao mesmo tempo em que intensifica a mercantilização da terra e dos próprios seres humanos. Nesse processo, os avanços tecnológicos colocam-se como instrumentos a serviço do desenvolvimento de um capitalismo dependente no país.

A concepção de mundo constitui-se na formação do ser humano em sua totalidade, sendo composta por heranças geracionais, políticas e sociais, bem como pelos conhecimentos construídos e apropriados ao longo da vida, que passam a orientar as relações dos indivíduos em sociedade. Nesse sentido, o capitalismo articula-se de maneira eficiente por meio da cultura, da educação, da igreja, da comunidade e da política, buscando determinar os caminhos da sociedade e para a sociedade, garantindo a manutenção de sua hegemonia e a reprodução de seus valores.

A pesquisa apresentou a formação da consciência na perspectiva da Pastoral da Juventude Rural, destacando-a como uma forma de resistência à articulação do capital em sua disputa por hegemonia. A partir desse processo formativo, as juventudes passam a identificar, em suas próprias realidades, a permanência de opressões históricas e a construir formas de enfrentamento, seja em âmbito local e regional, seja nas particularidades da vida familiar.

Mesmo desenvolvidas em âmbito local e ou regional, ou ainda mais singular, na particularidade da vida em família, essas ações representam movimentos de transformação diante das desigualdades presentes na correlação de forças da sociedade.

Mas, para além disso, a organização das juventudes parte da premissa de que elas carregam seus próprios conhecimentos e que, à medida que compartilham novos saberes entre si, em um processo de reconhecimento coletivo enquanto organização, territorializam-se e fortalecem sua atuação. Nesse movimento, o chamado "efeito formiguinha" ganha força, e a resistência se materializa na vivência cotidiana das juventudes em sociedade.

Como resultado da pesquisa, destacaram-se também alguns elementos que apontam para a necessidade de continuidade das investigações e para a importância de manter um olhar atento sobre as transformações em curso.

a) A organização política e social mostra-se indispensável para a construção de perspectivas de permanência no campo, de futuro para a humanidade e de qualidade de vida para a população brasileira, considerando que a alimentação da sociedade depende do trabalho realizado na terra por trabalhadores(as) e camponeses(as).

b) Os valores culturais de um povo e de uma nação são fundamentais para a manutenção da hegemonia do capitalismo. Por esse motivo, o sistema investe na produção de cultura de massa e no enfraquecimento de culturas geracionais e milenares.

c) A Educação Popular libertadora constitui-se como uma ferramenta de organização e de compreensão da vida em sua totalidade, configurando-se como uma prática contra-hegemônica.

d) A resistência ao capitalismo e às opressões históricas produzidas e mantidas por esse sistema passa, necessariamente, pela formação de intelectuais orgânicos e militantes políticos comprometidos com a soberania popular e com a sustentabilidade da mãe terra.

A presente dissertação constitui-se como parte do processo de formação de uma pesquisadora militante, camponesa e mãe, inserida na área da Geografia. O tema da pesquisa surge das inquietações construídas a partir da vivência militante junto à PJR. Trata-se da trajetória de uma jovem que compreendeu, desde cedo, as determinações capitalistas presentes em sua vida e que passou a enfrentá-las, forjando-se pesquisadora ao longo desse processo.

Para concluir, a pesquisa aponta lacunas e demandas organizacionais que evidenciam

a necessidade de continuidade de investigações atentas aos avanços do capitalismo e às suas violações à vida e à terra. Também evidencia que, junto à organicidade das juventudes, ocorre um processo constante e necessário de reconstrução, fundamental para o enfrentamento das articulações do capitalismo na vida e na reprodução da vida no campo.

A pesquisa, por ter surgido de uma demanda coletiva, também foi acompanhada e problematizada coletivamente junto à PJR. Desse modo, a investigação, fruto de inquietações iniciais, gera como resultado inquietações ainda mais profundas, oriundas dos novos conhecimentos construídos e dos consequentes desafios organizacionais que se apresentam.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Compreendendo o território através de suas articulações**. Editoria: Geociências - 29/06/2017 -13h48. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10542-compreendendo-o-territorio-atraves-de-suas-articulacoes#:~:text=%E2%80%9CA%20Regi%C3%A3o%20Geogr%C3%A1fica%20imediata%20%C3%A9,deslocamento%20das%20pessoas%20e%20consumo%E2%80%9D>. Acesso em: 23/9/2024.

ALCANTARA. Liliane Cristine Schlemer, SAMPAIO. Carlos Alberto Ciose, Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 40, p. 231-251, abril 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566/32108 Acesso em: 9/6/2023.

ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **Lei Complementar Estadual de Santa Catarina nº 571** de 2012.

ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **Lei Complementar Estadual de Santa Catarina nº 640** de 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980 – Disponível em: althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf_ Acesso em: 19/6/2023.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, L.F. Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas - SP: Editora da ABEP, 2006. v. I. p. 176-198.

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Item APESC F7291 - Adolfo Konder (1884-1956)**. Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/adolfo-konder-1884-1956-25. Acesso em: 17/9/2024.

ARROYO. Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2014.

ATLAS DE SANTA CATARINA. **Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro. 1986.

BARATTA, Giorgio. **Cultura**. In: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário Gramsciano 1926-1937. São Paulo, Boitempo, 2017.

BARCELOS, Daniel de Souza. População migrante no Extremo Oeste catarinense: dilemas e vivências no município e de São Miguel do Oeste. In: Anais do 9º Congresso Brasileiro de

Ciências Sociais Humanas em Saúde - vol. 2, 2023, 2023, Recife. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/cshs-2023/trabalhos/populacao-migrante-no-extremo-oeste-catarinense-dilemas-e-vivencias-no-municipio?lang=pt-br. Acesso em: 23/9/2024.

BASTIANI, Tânia Mara de. **Trajetórias de lutas e formação agrária no Oeste Catarinense**. Passo Fundo: Acervus, 2021.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Mensurando o desenvolvimento dos municípios paulistas: uma descrição crítica do IDHM, IFDM e IPRS. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 21-44, Jan./Jun.2019.

BOGO. Ademar, Mística. In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. v. 3, p. 83-131.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006 - Disponível em: http://ifibe.edu.br/arq/20150911222003155692216 8.pdf. Acesso em: 19/6/2021.

CALAO, Magda Maria. O modo de produção: Categoria do Materialismo Histórico. **Movimento,** Porto Alegre, v.12, n.02, p. 143-169, mai/ago. 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2907/1543. Acesso em: 02 jun. 2023.

CARNEIRO. Fernando Ferreira, BÚRIGO. André Campos, DIAS. Alexandre Pessoa, **Saúde no Campo.** In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/08/CALDART-Dicion%C3%A1rio-Campo-2012.pdf. Acesso em: 13/2/2023.

CARMO, Julio Cesar Botega. A emergência do conceito de região metropolitana como unidade de planejamento. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 315-338, jan./abr. 2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. **As lutas sociais no campo:** modelos de produção em confronto. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo. MST - Universidade e Pesquisa. 1.ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2014.

CARVALHO. Horacio Martins de A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agronegócio no Brasil. In Reforma Agraria: Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agraria -ABRA**, Edição Especial, julho de 2013.

CARVALHO. Horacio Martins de, **Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade.** São Paulo: Expressão Popular. 2003. Disponível em : https://docero.com.br/doc/s8v8x5c, acessado em 06/07/2021. Acesso em: 28/7/2023.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do Campo**. In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf Acesso em: 19/6/2021

CASTRO. Elisa Guaraná de Juventude do Campo. In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf. Acesso em: 19/10/2021.

CEOM – CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A Viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras, publicado pelo Centro de Memória. Editora Argos, 2005. [Josiane Rosa de oliveira, Marcos Schuh editores].

CHÃ. Ana Manuela, **Agronegócio e Indústria Cultural, estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

CLAVAL, Paul**. A Geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COSTA, Marco Aurélio et al. **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: Ipea, 2018.

COSTA, Padre J. B. Portocarrero. **Ação Católica:** conceito programa organização. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1987. Disponível em: https://ia802205.us.archive.org/34/items/acaocatolicaconc00cost/acaocatolicaconc00cost.pdf Acesso em: 24/5/2025.

DALLA COSTA, Armando João. Empresas agroindustriais e transformações no Trabalho: mudanças na tecnologia e na organização do trabalho entre os avicultores. In: **V Congreso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo**. Montevideo: Editado pela Associação Latinoamericana de Sociologia del Trabajo, 2007. v. 1. p. 1-16.

DEMORI, Leandro. **Se atiram em Lula, então eu estou ao lado de Lula**. (28 de mar de 2018, 15h10). Disponível em: https://www.intercept.com.br/2018/03/28/lula-tiros-sao-miguel-do-oeste/. Acesso em: 14/2/2025.

DUARTE, Raquel. **Êxodo rural entre a juventude é uma realidade cada vez mais presente no Brasil**. Do Sul 21, 27 de setembro de 2011. Disponível em: https://mst.org.br/2011/09/27/exodo-rural-entre-a-juventude-e-uma-realidade-cada-vez-mais-presente-no-brasil/. Acesso em: 1º/10/2024.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In ANTUNES, Ricardo (org.). A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo. Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In Campesinato e Território em disputas. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, número 6, 2005, p. 14-34.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, eliseu Savério (Orgs.) Territórios e Territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, v. 8, p. 13-31, 2018.

FNEM - Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. **Região Metropolitana do Extremo Oeste (SC).** Disponível em: https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-do-extremo-oeste-sc/. Acesso em: 23/9/2024.

FRAGA, N. C.; BUENO, V. J. A ideia de sertão na formação socioterritorial brasileira, e na região da Guerra do Contestado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 34–48, 2023.Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/66632. Acesso em: 28/9/2024.

FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Contestado em Guerra:** 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas**. Florianópolis: Editora Insular, 2024b.

FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Contestado**, **redes no geográfico**. Florianópolis, Ed. Insular, 2017b.

FRAGA, Nilson Cesar. **A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade**: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). Geografia do Contestado: 50 anos de fazer geográfico. Curitiba: Íthala, 2016, p. 29- 44.

FRAGA, Nilson Cesar. **Araucaria angustifolia** - ganância, imediatismo e extermínio na região do Contestado. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, o território silenciado. 2ª ed. Florianópolis, SC: Insular, 2017d, p. 269-296.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado o território silenciado**. 2ª edição. rev. e ampl. Florianópolis. Insular. 2017a.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado**: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: REZENDE, C. J; TRICHES, I. Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, p. 228-255, 2005.

FRAGA, Nilson Cesar. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado:** uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. O território do Contestado (SC-PR) e as redes geográficas temporais (the contested territory and the temporal geographical networks). **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 9, p. 37-45, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. **Por uma Arqueogeografia brasileira**: a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado como exemplo prático. Videira: Êxito Editora e Comunicação, 2022.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território do Contestado - Sul do Brasil**: a Civilização Cabocla e a Guerra do Contestado. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AvWvpdJIP1s&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0DJaojAi1g206V5BtzNS3aTo7Yut3jYE30HuaXQavVDE_JTUuw3qLBjAA. Acessado em: 16/9/2024.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território e Silêncio**: contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas. 2ª ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017e, p. 73-90.

FRAGA, Nilson Cesar. Território, Região, Poder e Rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. Curitiba, **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, 2007, a. VII, n. 7, p. 9-32.

FRAGA, Nilson Cesar. **Territórios e Fronteiras:** (Re)arranjos e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2017c.

FRAGA, Nilson Cesar. **Um território de invisibilidade e miséria**: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt; Helen Crystine Sanches. (Org.). 100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, p. 369-392.

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte:** o Contestado visto e sentido - "entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná". 3ª edição, Florianópolis, Insular, 2024a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE. Paulo, Princípios do Trabalho Popular. In: PELOSO. Ranulfo (org.) **Trabalho de base:** seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. (21-31)

FREIRE. Paulo, **Princípios do Trabalho Popular**. In: PELOSO. Ranulfo (org.) Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 21 31.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2021.

GODOY, Elenilton Vieira. SANTOS. Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 30, n. 03, p. 15-41, junho/setembro 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/g9PftWn8KMYfNPBs7TLfC8D/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24/4/2025.

GOMES, Paulo C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GRANSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes:** escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRANSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2020.

GUHUR. Dominique, SILVA. Nívia Regina da, Agroecologia. In: DIAS; Alexandre Pessoa, et. Al. (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2023.

HAESBAERT, R. **Morte e vida da região:** antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Produção do espaço e redefinições

regionais: a construção de uma temática. Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HAMMES, Jociani Fatima Alves Pinheiro. **Educação popular**: colonialidade e decolonialidade tensões emergentes. Dissertação (Mestrado em Educação). Santa Catarina: UNOESC, 2018.

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: IAEN. 2014. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Diecisiete%20contradicciones%20-%20Traficantes%20de%20Sue%C3%B1os.pdf. Acesso em 13/2/2021.

HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución:** a era das utopias na América Latina. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017**.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/sites/22-idhm/50-sobre-o-idhm#:~:text=O%20IDHM%20brasileiro%20segue%20as,%C3%A0%20disponibilidade%20de%20indicadores%20nacionais. Acesso em: 26/9/2024.

ITAPIRANGA. **Serviços de Itapiranga**. Disponível em: https://servicos.itapiranga.sc.gov.br/pagina-4636/. Acesso em: 27/9/2024.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.

LEITE, Sergio Pereira. MEDEIROS Leonilde Servolo de. **Agronegócio.** In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/08/CALDART-Dicion%C3%A1rio-Campo-2012.pdf. Acesso em: 13/2/2023.

LENCIONI, Sandra. **Referência analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea**. In: Lencioni, S.; Vidal-Koppmann, S.; Hidalgo, R.; Pereira, P.C.X. (Org.). Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo, Paim, 2011, p. 51-64

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LIGUORI, Guido. **Aparelho hegemônico**. In: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano 1926-1937. São Paulo, Boitempo, 2017.

LISBOA. Josefa. O discurso do branqueamento na realidade brasileira da segunda metade do século XIX e a valorização do nacional. **GeoNordeste**, Edição Especial. n.2, Ano XXIV. p. 192-203. 2013. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1512. Acesso 09 de jun. 2023.

LOCATELLI, A. R. **Uma história ambiental do resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996 – 2002)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197468. Acesso em: 10/6/2023.Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.13, n.1, 2019, presente https://nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/2445/0

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil:** um guia em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/agrotoxicos-no-brasil-mobile.pdf. Acesso em: 14/2/2021.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP,2004.

MAIA, Kenia Soares, ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, vol. 30, núm. 2, 2018, Maio-Agosto, p. 265-286. Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MARTINS, Ana Amélia Lage. MARTELETO, Regina Maria. Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. In.: **CID**, Ribeirão Preto, v.10, n. 1, p. 5-24, março/agosto 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Alvaro Pina. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZIERO, Celí, CAMPOS, José, GODOY, Cristiane. (2021). Resgate bibliográfico da história de São Miguel do Oeste (SC). **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. V. 7, 2021. DOI. 10.18224/baru.v7i1.7921.

MAZILÃO FILHO, Ageu Quintino. **Simón Rodríguez e a gênese da Educação Popular latino-americana**. https://anpedsudeste2014.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/04/ageu-quintino-mazilc3a3o-filho.pdf. Acesso em: 27/5/2022.

MEDEIROS. Leonilde Servolo de, Latifúndio. In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MENDONÇA. Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura:** a construção do conceito de agronegócio. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MINAYO. Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte:** o desafio da pesquisa social. In MINAYO. Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. Ed. Petrópolis/ RJ. Editora Vozes, 2002.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Extrema pobreza 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 24/9/2024

MOONEY, Pat Roy. **Capacidade de recuperação, resistência, arrependimentos…** e reclamações. Algumas questões importantes da luta de 1/4 de século por sementes e soberania. In: CARVALHO. Horacio Martins de Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade**.** São Paulo: Expressão Popular. 2003. Disponível em: https://docero.com.br/doc/s8v8x5c, acessado em 06/07/2021. Acesso em: 16/6/2023.

Museu Público Municipal de Saudades, SC, Victorino Affonso Lenhardt - **Acervo Fotográfico**. Disponível em: https://turismo.saudades.sc.gov.br/post-20033/. Acesso em: 17/9/2024.

NETO. Otávio Cruz. **O trabalho de Campo como Descoberta e Criação.** In.: MINAYO. Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. Ed. Petrópolis/ RJ. Editora Vozes, 2002.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária.** 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

PALUDO. Conceição, Educação Popular. In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PELOSO. Ranulfo, **Educação Popular e o Trabalho Popular**. In.: PELOSO. Ranulfo (org.) Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 33-35.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed., / Ed. da UFSC, 1991.

PERON, André; MAAR, Alexander; NETTO, Fernando Del Prá. **Santa Catarina:** História, Espaço Geográfico e Meio Ambiente. Florianópolis: Insular, 2009.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC, Editora Lunardelli, 1985.

PJRPJMP. **Nossa História**. Disponível em: https://pjrpjmp.wordpress.com/nossa-historia/. Acesso em: 21/8/2024.

POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **Questão Agrária no Brasil**. 1.ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1979.

RADIN, José Carlos e SILVA, Claiton Marcio da. "Um vasto celeiro": representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 681-697, set.-dez. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE PEPERI. **SMOeste possui quase dois mil imigrantes cadastrados no setor de cidadania**. Disponível em: https://www.peperi.com.br/noticias/09-05-2023-smoeste-possui-quase-dois-mil-imigrantes-cadastrados-no-setor-de-cidadania/. Acesso em: 24/9/2024.

RIBEIRO. Darci. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo. Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO. Silvia, **Camponeses, Biodiversidade e novas formas de privatização**. In. CARAVLHO; Horacio Martins de (org.) Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003

RIGOTTO. Raquel Maria, ROSA. Islene Ferreira. **Agrotóxicos.** In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/08/CALDART-Dicion%C3%A1rio-Campo-2012.pdf. Acesso em: 13/2/2023.

RIPPLINGER, Fabiane. **Uso do território e vulnerabilidades**: produção agroindustrial de carnes e a especialização produtiva do milho no Oeste de Santa Catarina - 2000 a 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-graduação em Geografia, Chapecó, 2021.

RISSO. Maritania Andretta, **A estética das sementes crioulas e a recuperação das sementes crioulas nas áreas da reforma agrária no Brasil e no México.** Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo: IPPRI/UNESP, 2017

RISSO. Maritania Andretta, **A estética das sementes crioulas e a recuperação das sementes crioulas nas áreas da reforma agrária no Brasil e no México.** Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo: IPPRI/UNESP, 2017

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo**. In STEDILE, João Pedro (org). A questão Agrária do Brasil: debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária da década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTO. Evelise Nunes o Espirito. **Transformação da agricultura no Estado de Santa Catarina, 1920-1985.** Orientador: Zilda Paes de Barros Mattos. 1998. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Área de Concentração: Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, 1998

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço das cidades e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. Universidade de São Paulo. Texto **"O dinheiro e o território"**, 1999.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SASSC – Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. Disponível em: https://www.sas.sc.gov.br/index.php/downloads/conselhos/cepin/2310-historico-1. Acesso em: 20/9/2024.

SEFSC - Secretaria de Estado da Fazenda. **Memória, Período 1913-1937**. Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/institucional/memorial/historico?pagina=1913-1937. Acesso em: 18/9/2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA. Bruno Lacerra de. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária:** os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo: IPPRI/UNESP, 2016.

STEDILE. João Pedro, **2021 vai ser o ano da vacina, da luta social e de mudanças na América Latina**. Entrevista concedida a Caroline Oliveira. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 de Dezembro de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/24/stedile-2021-vai-ser-o-ano-da-vacina-da-luta-social-e-de-mudancas-na-america-latina. Acesso em: 13/2/2021.

TARDIN. José Maria, **Agricultura camponesa**. In: CALDART; Roseli Salete, et. Al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

THOMÉ, Nilson. **As Duras Frentes de Luta Desta Terra Contestada**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1989.

THOMÉ, Nilson. **Insurreição Xucra**. In.: Álbum O Contestado. Rio de Janeiro: Index/FCC/Fund. Roberto Marinho, 1987.

THOMÉ, Nilson. **Levanta, Nação do Contestado, Tantas Vezes Contestada**. Caçador (SC): A Imprensa, 1992.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador (SC): UnC, 1992.

THOMÉ, Nilson. **São João Maria na História do Contestado**. Caçador (SC): UnC, 1997.

TOMAZI, Gilberto, **Mística do Contestado:** mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado – Xanxerê-SC, ed. News Print, 2010.

TRIVIÑOS. Augusto Nibaldo Silva, **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 3-36, out./dez. 1955.

WEINMAN, Claudia Aparecida, SAGGIORATTO, Julia, **Comunicação popular e a experiência do "Jornal Comunitário" de São Miguel do Oeste/SC.** Revista Cadernos NAUI, v. 11, n. 20, p. 101-109, jan-jun. 2022.

WH3 - ASCOM. **São Miguel do Oeste é a 8ª melhor cidade de pequeno porte do Brasil** (São Miguel do Oeste - 01/07/2022). Disponível em: https://wh3.com.br/noticia/232285/sao-miguel-do-oeste-e-a-8a-melhor-cidade-de-pequeno-porte-do-brasil.html. Acesso em: 1/10/2024.

ZURITA. Veridiana. PINTO. José Paulo Guedes. Influenciadores-mirins digitais e sua função na circulação do capital. **Revista Eptic.** v. 25, n. 2, maio/agosto 2023. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/19089/14733. Acesso em: 24/42025.